

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Cidade Esquecida, Cidade Consolidada. A redefinição de um limite urbano.

Alexandra de Vasconcelos Pereira Barbosa dos Reis

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadora:

Mestre Inês Varela Maia Lobo, Professora Auxiliar Convidada
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Mestre Miguel Nuno Pessoa Marques Judas, Professor Auxiliar
Convidado
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

iscte

TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Cidade Esquecida, Cidade Consolidada. A redefinição de um limite urbano.

Alexandra de Vasconcelos Pereira Barbosa dos Reis

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadora:

Mestre Inês Varela Maia Lobo, Professora Auxiliar Convidada
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Mestre Miguel Nuno Pessoa Marques Judas, Professor Auxiliar
Convidado
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Cidade Esquecida, Cidade Consolidada

/

Cidade Água Habitar_A redefinição de um limite urbano

Alexandra de Vasconcelos Pereira Barbosa dos Reis

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial
para obtenção de grau de Mestre em Arquitetura

Agradeço,

Aos meus pais e à minha irmã,
Ao Tomás,
por serem casa, colo e apoio incondicional.

À minha família,
Às minhas amigas e amigos,
por acreditarem que sou capaz.

Ao ISCTE,
Aos professores com quem me cruzei ao longo do meu percurso académico,
por todo o conhecimento partilhado.

Aos professores Inês Lobo e Miguel Judas,
que me acompanharam nos dois anos de mestrado e orientaram com a sua
sabedoria para o desenvolvimento deste trabalho.

Às amizades que ficam,
por todo o companheirismo, entajuda e memórias inesquecíveis.

Abstract

This Architectural Project work within the scope of the Master's Dissertation in Architecture and Urbanism at ISCTE, presents, in the city of Lisbon, the site of Alto dos Sete Moinhos and the characteristics of its territorial integration, namely Campo de Ourique.

The general objective of this work is to understand how the city of tomorrow could be proposed in this territory.

The research was based on the understanding of the presence of water in Lisbon, cartographic maps, the reading of historical documents and work carried out within the scope of the various topics covered.

To enable the creation of this project, six "newspapers" were prepared from the historical contextualization to the final proposal for resolving the identified problems.

The result was the realization of a project that made forgotten spaces in the city accessible through a common floor that allowed new public spaces and redefined a new boundary of the Campo de Ourique neighborhood.

The contribution to this place is to provide answers to the needs of a less privileged population who, with new accessibility and programs, will be able to consider new ways of living and being.

Key words: Lisbon, Alcântara Valley, Water, Urban Limit, City of Tomorrow.

Resumo

Este trabalho de Projeto de Arquitetura no âmbito da Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo no ISCTE, apresenta na cidade de Lisboa, o local do Alto dos Sete Moinhos e as características da sua integração territorial, nomeadamente a Campo de Ourique.

O objetivo geral deste trabalho é entender como poderá ser proposta a cidade do amanhã nesse território.

A pesquisa teve por base a compreensão da presença da água em Lisboa, mapas cartográficos antigos, a leitura de documentos históricos e trabalhos realizados no âmbito dos vários temas abordados.

Para permitir a criação deste projeto foram elaborados seis jornais desde a contextualização histórica até à proposta final para resolução dos problemas identificados.

O resultado foi a realização de um projeto que tornou acessível espaços que estavam esquecidos na cidade através de um chão comum que permitiu novos espaços públicos e redefiniu um novo limite do bairro de Campo de Ourique.

O contributo para este local é o de proporcionar respostas às necessidades de uma população menos privilegiada que, com as novas acessibilidades e programas, poderão equacionar novas formas de viver e de estar.

Palavras chave: Lisboa, Vale de Alcântara, Água, Limite urbano, Cidade do Amanhã.

Índice

Introdução	02
-------------------	----

J1 Água e Cidade

Introdução	08
SISTEMA NATURAL (parte 1)	11
Corredores Verdes	13
SISTEMA ARTIFICIAL	27
Drenagem	27
Contenção	41
Distribuição	55
Reutilização	75

J2 Manifesto

Introdução	92
MANIFESTO	93
em-entre-para-perante	93
ENTREVISTAS	95
Ricardo Carvalho	95
João Nunes	105
Fernando Viegas	113
Tom Emmerson	123
Jeremy Till	130

J3 Domus Demain_Teórico

Introdução	140
Referências:	
Yves Lion	141
Le Corbusier	145
ENTANGLED LIFE	145
CHÃO COMUM	151
HABITAR	153
DURÁVEL/REVERSÍVEL	155
DIAGRAMA	157

J4 Cidade_Habitar

Modelo Urbano _ Campo de Ourique

Introdução	164
Breve contexto histórico e considerações para o futuro	166
SISTEMA NATURAL (parte 2)	171
Hipsometria	173
Sistema Geológico Visível	175
SISTEMA URBANO	177
Campo de Ourique	181
Mapas da evolução histórica da malha urbana	185
SISTEMA INFRA-ESTRUTURAL	199
Infra-estruturas Hídricas	201
Infra-estruturas Viárias	205

J5 Estudo de Caso

Introdução	214
Paulo Mendes da Rocha	215
SESC 24 de maio	217

J6 Domus Demain_Prático

Introdução	232
Ensaio Fotográfico _ Subvale	235
Atlas: Edifícios da Rua dos Sete Moinhos	241
Entangled Life	245
Chão Comum	247
SISTEMA	251
TORRE	257
PONTE	269
REMATE	277
Referências Bibliográficas	285

Introdução

O objetivo deste trabalho é entender como poderá ser proposta a cidade do amanhã num território em Lisboa, após a análise do funcionamento da cidade de hoje, propor melhorias e novas formas de habitar para o futuro.

O crescimento da cidade de Lisboa foi influenciada pela topografia acidentada e a proximidade ao rio, a escolha da zona do Vale de Alcântara, para a realização deste projeto, deveu-se à sua proximidade ao pulmão de Lisboa, Monsanto, e ao Tejo.

Dentro do bairro de Campo de Ourique foram identificadas três zonas que consistem no paradigma núcleo/periferia, a primeira zona é o bairro consolidado construído de acordo com o plano de Ressano Garcia, a segunda são os quarteirões que o envolvem, de uma forma menos organizada, e uma terceira constituída pelo vale, sub-vale, o Cemitério dos Prazeres e a Tapada das Necessidades.

Para atingir os objetivos deste trabalho foram realizados seis Jornais cujos temas são: **Jornal 1 - Água e a Cidade**, com os Sistemas Naturais e Sistemas Artificiais, elaborado em turma; **Jornal 2 - Manifesto**, onde se expõe as intenções da cidade do amanhã, complementando com entrevistas a cinco arquitetos, nacionais e internacionais; **Jornal 3 - Domus Demain Teórico**, utilizando dois projetos de referência para apoio do estudo sobre a casa do amanhã, e uma primeira abordagem teórica aos temas do Entangled Life, Chão Comum, Habitar e Durável/Reversível; **Jornal 4 - Cidade_Habitar**, com o estudo desde a escala mais alargada da cidade até à evolução histórica da malha urbana de Campo de Ourique, identificando os principais problemas urbanos; **Jornal 5 - Estudo de Caso**, o SESC 24 de Maio, do arquiteto Paulo Mendes da Rocha; **Jornal 6 - Domus Demain Prático**, como forma de conclusão

e proposta urbana, é apresentado uma solução que integre o Alto dos Sete Moinhos no bairro de Campo de Ourique.

De forma a analisar a evolução histórica da malha urbana de Campo de Ourique, foi utilizada cartografia antiga como base para a elaboração própria de mapas para melhor entendimento das alterações urbanas até aos dias de hoje.

A opção de preservar o edificado pré-existente no Alto dos Sete Moinhos deveu-se à sua importância histórica e às suas características particulares, em oposição à restante cidade, parecendo existir um sentido de comunidade.

Foram aproveitados os vazios deste território como forma de ligação ao bairro de Campo de Ourique, nomeadamente através da Rua Maria Pia, tornando acessível o comércio e serviços à população mais vulnerável que antes se encontrava sem esta possibilidade.

Consideramos que a solução encontrada, não alterando toda a configuração pré-existente desta localização, irá promover a acessibilidade assim como a coesão social de todo o território através da implantação de fragmentos colocados em locais estratégicos, reinventando os espaços públicos, colocando-os ao serviço de uma população, potencializando todo o espaço a vários níveis, quer seja económico, social e recreativo, aumentando o bem-estar dos habitantes e dos seus visitantes, deixando de ser uma zona isolada mas fazendo parte de um todo, o bairro de Campo de Ourique.

J1 Água e Cidade

Introdução

[Mapa 00 _ Lisboa]

SISTEMA NATURAL (parte 1)

Introdução

Corredores Verdes

[Mapa 01 _ Verdes]

[Mapa 02 _ Linhas de Fecho e Zonas Inundáveis]

[Ensaio Fotográfico - Vales]

SISTEMA ARTIFICIAL

Introdução

Drenagem

[Mapa 03 _ Sistemas de drenagem]

[Fotografias AML - Aquedutos]

[Mapa 04 _ Aquedutos]

[Ensaio Fotográfico - Articular_Cidade consolidada Cidade Sistémica]

Contenção

[Fotografias AML - Reservatórios]

[Mapa 05 _ Reservatórios]

[Ensaio Fotográfico - Articular_Cidade consolidada Cidade Esquecida]

Distribuição

[Fotografias AML - Zona Inferior, média e superior]

[Mapa 06 _ Rede de Distribuição]

[Mapa 07 _ Chafarizes + Rede de Distribuição]

Reutilização

[Mapa 08 _ Águas Reutilizadas]

[Mapa 09 _ Água]

[Ensaio Fotográfico - Água_Público_Privado]

Introdução

Cidade sistemas

"Water is very present in the urban milieu, from seafronts and rivers to the water supply and sewage systems. With the increasing scarcity of this resource, one may even wonder if it's not time to consider cities as complex hydraulic systems, as a series of watersheds that must be managed with the greatest care. Hydraulic engineering thus represents a fundamental dimension in the construction of the urban landscape." *

É o momento de um olhar novo. Um olhar que, da Habitação até à Cidade, seja capaz de produzir sinergias entre todos os espaços urbanos: o Espaço das Continuidades Ecológicas, o Espaço das Infraestruturas, o Espaço das Linhas de Água e Sistemas de Drenagem, o Espaço Público, o Espaço da Mobilidade Lenta e o próprio Espaço Edificado.

Entendidos como diferentes partes de um todo, os sistemas naturais participam e suportam uma transformação do conjunto urbano que garante diversidade e equilíbrio. A re-vegetação e uma estruturação consequente dos sistemas de mobilidade suave, são a chave para a transformação radical que urge operar nas cidades, tendo como base uma reorganização dos sistemas hídricos. Cabe aos sistemas hídricos um papel central nestas dinâmicas de transformação, não apenas enquanto suporte biofísico de uma cidade viva e biodiversa, resiliente e capaz de dar resposta a riscos naturais, mas enquanto matriz de desenho que organiza o desenho da cidade no seu conjunto: gerando sistemas contínuos de articulados de espaços públicos e consequentemente conferindo qualidade aos espaços de habitar privados.

Em estreita articulação com a envolvente e centrados numa ideia de qualidade de vida, os espaços de habitar são uma parte deste ecossistema, e introduzindo uma forma de ecologia urbana que faz coexistir

no mesmo habitat, de forma equilibrada, diferentes actividades económicas e distintas comunidades, enquadradas na vocação natural do território, equilibrando a Cidade Legada e a Cidade Emergente

Cidade habitar

Propomos explorar a presença da água enquanto chave para a descoberta da forma como a paisagem se humanizou e se pode, ou deve, ainda humanizar, mas também enquanto lugar para questionar o habitar contemporâneo e o seu futuro: da relação do corpo com a sua célula primordial à conformação do espaço público, ou do quarto à cidade, passando pela casa, pelo imóvel de habitação colectiva e pelo bairro, mapeando a presença e o papel dos espaços de água em cada uma das escalas, na perspectiva de um desenho integrado, sustentável e culturalmente sustentado no que são as vivências do homem de hoje. O tema proposto assenta na convicção de que ao arquitecto é inerente a capacidade de gerar uma "ideia de cidade". A capacidade de ler a paisagem, a forma como se humanizou, as múltiplas forças que contemporaneamente concorrem para que se transforme e, dessa leitura, construir uma forma de voltar a fazer acontecer cidade. Uma "ideia de cidade" é, no final, o que determina o conformar de uma arquitectura, em que um tempo, um lugar, a necessidade e o desejo se combinam numa construção.

"Whereas each problem usually has its technical solution, and multiple techniques are usually available for each category of question, it is this strategic level that is often missing or unclear. Today, landscape issues require first and foremost a visionary quality of the designer." *



⊙



Sistema Natural

Corredores Verdes

Consolidação dos sistemas naturais_capital agrícola

Monsanto

O corredor verde de Monsanto foi o primeiro da cidade de Lisboa e liga o parque florestal ao Parque Eduardo VII. Foi idealizado nos anos 70 e defendido pelo Arq. Ribeiro Telles, tendo só ficado concluído em 2012. Dotou a capital de uma estrutura ecológica com diversos jardins, parques e outros equipamentos. Tem 51 hectares de áreas verdes, e pela sua dimensão, constitui uma unidade autónoma dos restantes corredores verdes.

Vale de Alcântara

O corredor verde do vale de Alcântara representa uma importante estrutura sobreposta ao sistema hídrico da cidade e um relevante eixo verde, que liga a área planáltica da cidade e a frente ribeirinha, de Campolide a Alcântara. A intervenção abrange cerca de 13 hectares, e tem como objetivos principais a regularização do sistema hídrico, o aumento da cobertura vegetal, a reutilização de água e a criação de percursos pedestres e cicláveis.

Alta do Lumiar

O corredor verde da Alta do Lumiar tem como elementos principais o Parque da Quinta das Conchas e Lilases, o Parque do Vale Grande e o eixo central da Alta do Lumiar. Este corredor pretende articular-se com o corredor periférico a Norte, designadamente com o Jardim da Quinta de Santa Clara, e com o corredor central a Sul, em especial com a Mata de Alvalade, através do espaço verde de uso público numa faixa paralela à Rua das Murtas.

Central

O corredor verde Central é uma estrutura descontínua, resultante de zonas verdes integradas no tecido edificado, sobretudo em equipamentos de uso público como o Jardim Zoológico, a Cidade universitária, o Estádio Universitário, Parque Hospitalar, o Jardim Mário Soares e o LNEC. "A articulação entre o corredor central e os corredores

dos Olivais e corredor Oriental será reforçada com a instalação de uma ligação acessível para peões e bicicletas sobre a Av. Gago Coutinho."

Ocidental do Rio Seco

O corredor verde Ocidental do Rico Seco estende-se entre o Parque Florestal de Monsanto e a Rua Eduardo Bairrada, na Ajuda. Abrange também espaços descontínuos na envolvente como o Jardim das Damas e o Jardim Botânico da Ajuda. Configura um total de 2,7 hectares.

Olivais

O corredor verde dos Olivais é uma estrutura de ligação entre os diferentes parques e zonas verdes locais, como o Parque José Gomes Ferreira, a avenida Cidade do Porto, o Parque Urbano dos Olivais, o Parque do Vale do Silêncio e o Parque Urbano da Quinta do Conde de Arcos.

Periférico de Lisboa

O corredor verde periférico de Lisboa, localizado na zona norte de Lisboa, abrangerá, quando concluído, mais de 150 hectares de zonas verdes. Ligará o Parque Florestal de Monsanto e o Parque do Vale da Ameixoeira e abrangerá muitos parques e quintas no seu percurso.

Zona Ribeirinha

O corredor verde ribeirinho tem uma enorme importância ecológica e localiza-se numa área sensível a nível de cheias. Através de processos artificiais tem sido possível abrir o rio à cidade. A estrutura verde assume um caráter descontínuo em vários pontos onde as atividades portuárias dominam. Existem variadas intervenções deste sentido, nomeadamente no Parque das Nações, Largo José Saramago, Terreiro do Paço/Ribeira das Naus, a ligação entre o Cais do Sodré e a Torre de Belém e entre Belém e Algés.

Zona Oriental

O corredor verde Oriental, localizado nas freguesias de Marvila e do Beato, desenvolve-se na continuidade do Parque da Belavista e constitui a segunda maior área verde de Lisboa.

A rede de caminhos existente liga o Parque da Belavista Sul ao Parque da Belavista Central, ao Parque Urbano do Vale da Montanha e ao Parque do Casal Vistoso. A par desta rede de caminhos existem diversas linhas de drenagem pluvial através de retenção naturalizada.

Corredores Verdes. (n.d). Lisboa para pessoas.
<https://lisboaparapessoas.pt/guias/vida/corredores-verdes/>

“Um corredor verde é uma unidade linear sobreposta a elementos da estrutura ecológica que permite um continuum naturale, promovendo a articulação de património histórico, cultural e paisagístico e contribuindo para melhorar a qualidade ambiental desse território.”¹

Os corredores verdes, a par dos seus benefícios sociais e culturais também contribuem para a permeabilização dos solos, a salvaguarda da biodiversidade e a purificação do ar urbano. De Monsanto ao Oriente, foram criados nove corredores verdes que ligam importantes zonas da cidade.

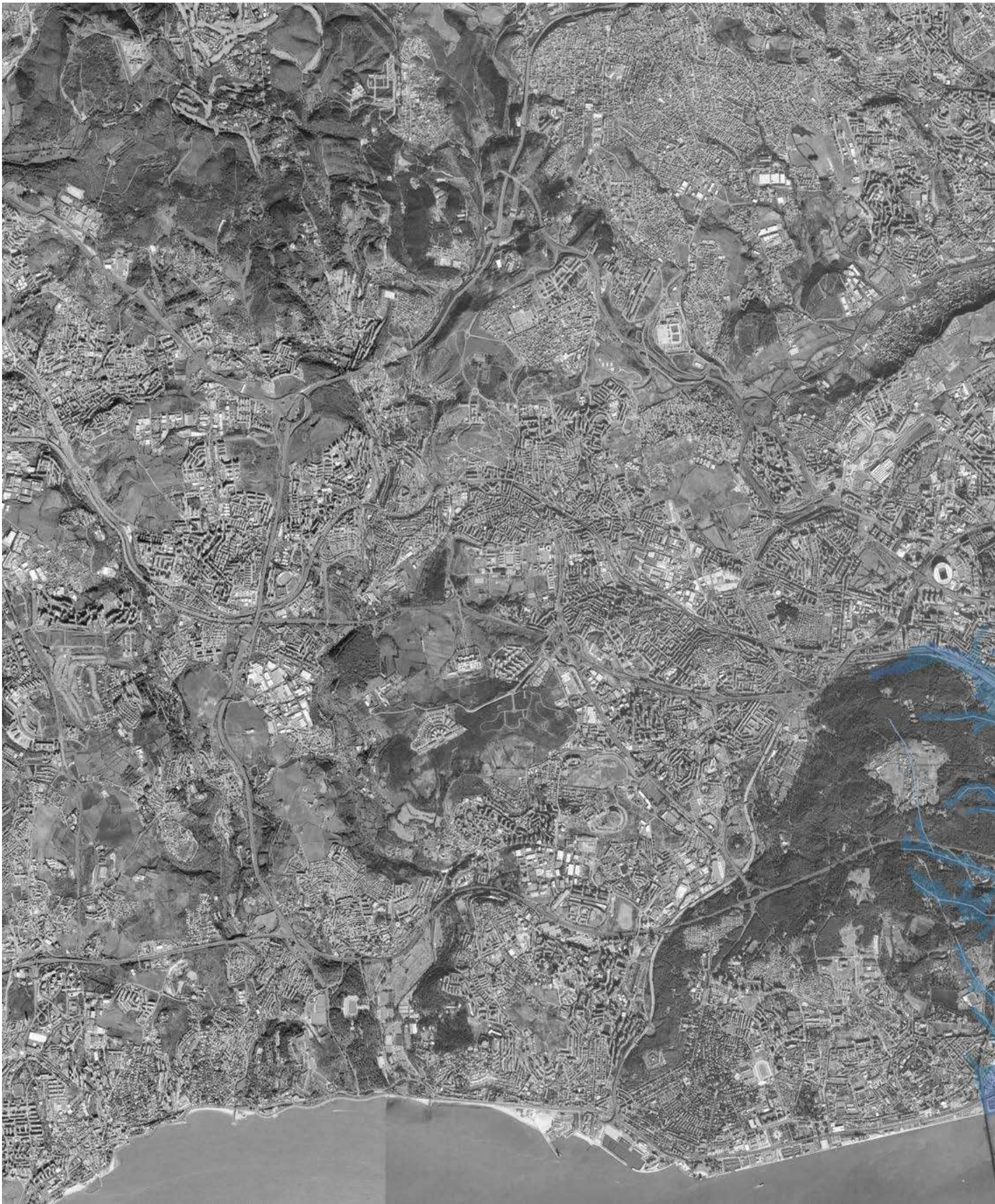
Corredores Verdes. (n.d). Lisboa para pessoas.
<https://lisboaparapessoas.pt/guias/vida/corredores-verdes/>



Zonas Permeáveis

Mapa 03





①

Linhas de Fecho e Zonas Inundáveis

Mapa 02



VALES - Consolidação dos sistemas naturais_capital agrícola

A localização privilegiada à beira rio, as colinas e vales com excelente exposição solar, a fauna, flora e água abundante, favoreceram a fixação humana na região de Lisboa. Hoje, a história de Lisboa está escrita no seu tecido. Este, pode ser entendido como uma “manta de retalhos”, de padrões distintos, partido da topografia, do relevo e das características de cada lugar. Esses padrões refletem, simultaneamente, a iniciativa de quem os construiu, a vontade de quem os mandou construir, a cultura de quem os desenhou e o quotidiano de quem os habita. Sobrepondo as colinas e vales, com os padrões urbanos identificados na cidade de Lisboa, podemos, não só ter uma leitura do tipo de relação que estes estabelecem entre si, mas também com a água que, naturalmente, têm uma forte influência neste sistema.

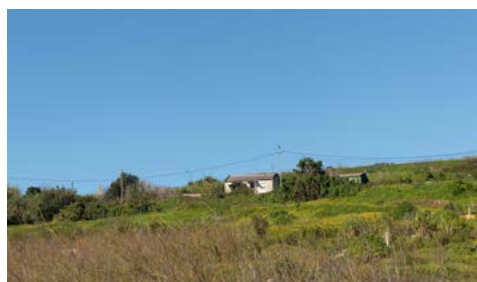
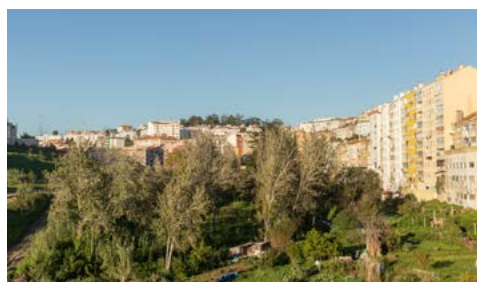


Fotografia de Alex Cardeira, 2022



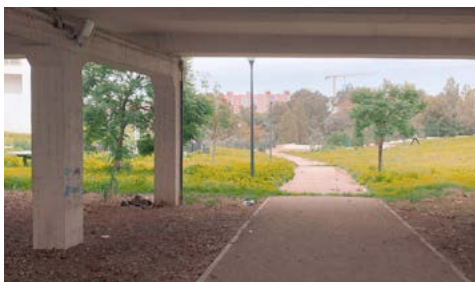


Ensaio Fotográfico de Alex Cardeira, 2022



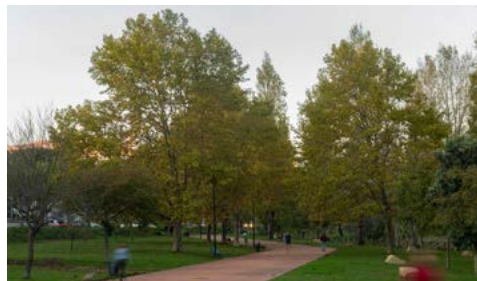
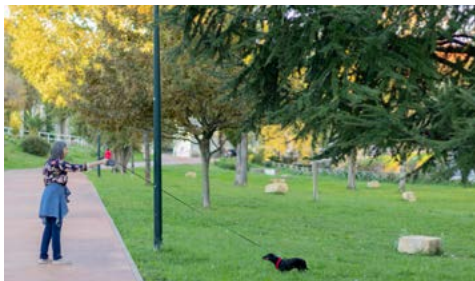
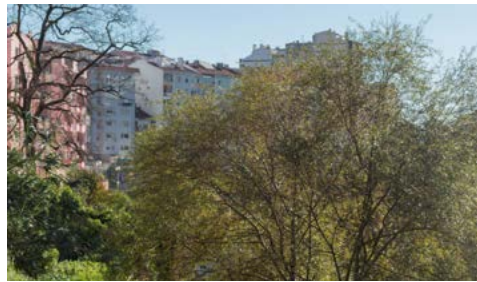


Ensaio Fotográfico de Alex Cardeira, 2022





Ensaio Fotográfico de Leonardo Esteves, 2022





Ensaio Fotográfico de Alex Cardeira, 2022

Sistema Artificial

Drenagem

Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030

O plano geral de drenagem de Lisboa é uma estratégia municipal para a área do saneamento. Traduz-se num conjunto de ações que pretendem proteger Lisboa das cheias e inundações associadas a fenómenos extremos de precipitação.

O período de execução deste plano é 2016-2030 e tem como objetivos: a melhoria do conhecimento, reforço e reabilitação da rede de saneamento existente; a construção de bacias de retenção e a construção de dois grandes túneis de drenagem para transvase de bacias.

Para enquadrar, este plano é uma atualização do PGDL 2008 dada a evidência das alterações climáticas. O PGDL 2008 baseava-se essencialmente na construção de reservatórios para atenuar os impactos das grandes chuvas, e um “microtúnel” que ligava a praça Martim Moniz a Sta. Apolónia. Contudo, atualmente existe a noção de que isto seria insuficiente para o presente e para o futuro. O atual PGDL pretende ter uma vida útil de pelo menos 100 anos, tendo em conta o provável agravamento do clima ao longo dos anos.

A CML menciona que as zonas críticas da cidade a nível de inundações são a Rua de Sta. Marta/S. José, a Baixa e Alcântara, apesar de ter sido notado nas últimas cheias de 2022 que existem muitos mais pontos críticos.

Em articulação com a construção dos novos túneis, a CML enuncia certas vantagens ambientais. Também existe a intenção de criar bacias hidrográficas que irão captar e armazenar as primeiras águas da chuva, conduzindo-as às ETARs para tratamento, sendo depois conduzidas para o rio Tejo, minimizando os níveis de poluição. Outra vantagem na construção destas estruturas será a possibilidade de se utilizar a água reciclada para lavagem de pavimentos, regas e incêndios. A água reciclada será reservada em depósitos independentes e poderá ser acedida através de marcos de água de cor roxa, ao longo da cidade. A condução desta água será possibilitada pelos novos túneis.

Drenagem em Lisboa – Breve Contexto Histórico

Os primeiros elementos históricos que existem sobre drenagem em Portugal remontam ao século XV e revelam que o rei D. João II, devido à peste, mandou limpar os canos de Lisboa, destinados inicialmente à drenagem das águas da chuva.

No decorrer dos próximos três séculos, até ao terramoto de 1755, o crescimento populacional da capital acentuou os problemas relacionados com inundações, a higiene e limpeza da cidade.

A obra revolucionária que reergue a cidade após o grande terramoto também teve como elemento o estabelecimento do princípio da “canalização metódica” cujos efeitos ainda se fazem sentir atualmente nas zonas mais antigas da cidade.

No século XIX, com a concentração populacional nas grandes cidades conseqüente à revolução industrial, foi autorizada a ligação da água residual doméstica às redes de drenagem pluvial existentes, que agravou enormemente os riscos de transmissão de doenças devido às condições precárias daquelas redes. Na segunda metade do século, Ressano Garcia é artífice de um plano de saneamento inspirado nos princípios da corrente higienista.

Na sequência de uma epidemia de cólera ocorrida em Lisboa, em 1856, Bernardino Gomes elabora um relato da situação e advoga a instalação de sistemas de drenagem à semelhança de outras cidades europeias como Paris, Londres e Bruxelas. São introduzidos sistemas de abastecimento e de distribuição de água domiciliar, construídos com tubagens de ferro fundido funcionando sob pressão. Começa a ser generalizada a prática da instalação de ramais domiciliários e coletores prediais construídos, com barro e grés.

No século XX surgiu a instalação de coletores de betão, pré-fabricados ou betonados in situ, com juntas fechadas de argamassa de cimento. Grande parte da rede de drenagem de Lisboa construída a partir dos fins do século XIX, nomeadamente nas chamadas “Avenidas Novas” e em bairros como o de Campo de Ourique, é executada com coletores de alvenaria de pedra ovoides, assentes em vala.

Projetos relevantes de drenagem da cidade:

Gotto e Beesley, 1877

O primeiro projeto integrado de drenagem, tratamento e lançamento em meio recetor de águas residuais. A proposta era de conduzir as águas negras de Lisboa até um ponto de descarga na atual Praia de Carcavelos.

Ressano Garcia, 1884

Atualizou e desenvolveu, de forma detalhada, os estudos de Gotto e Beesley. Ressano Garcia estabeleceu o princípio da condução dos esgotos "a uma grande distância da cidade por um emissor impermeável e convenientemente arejado". A cidade deveria ser dividida em duas zonas: a zona alta e a zona baixa. As águas da zona alta deveriam ser evacuadas diretamente por ação da gravidade.

Arantes e Oliveira, 1941

Estuda profunda e detalhadamente diversos tópicos hídricos relativos à cidade de Lisboa. Divide a cidade em sete grandes bacias de drenagem. Estabelece operações e processos de depuração nas ETAR.

Celestino da Costa, 1955

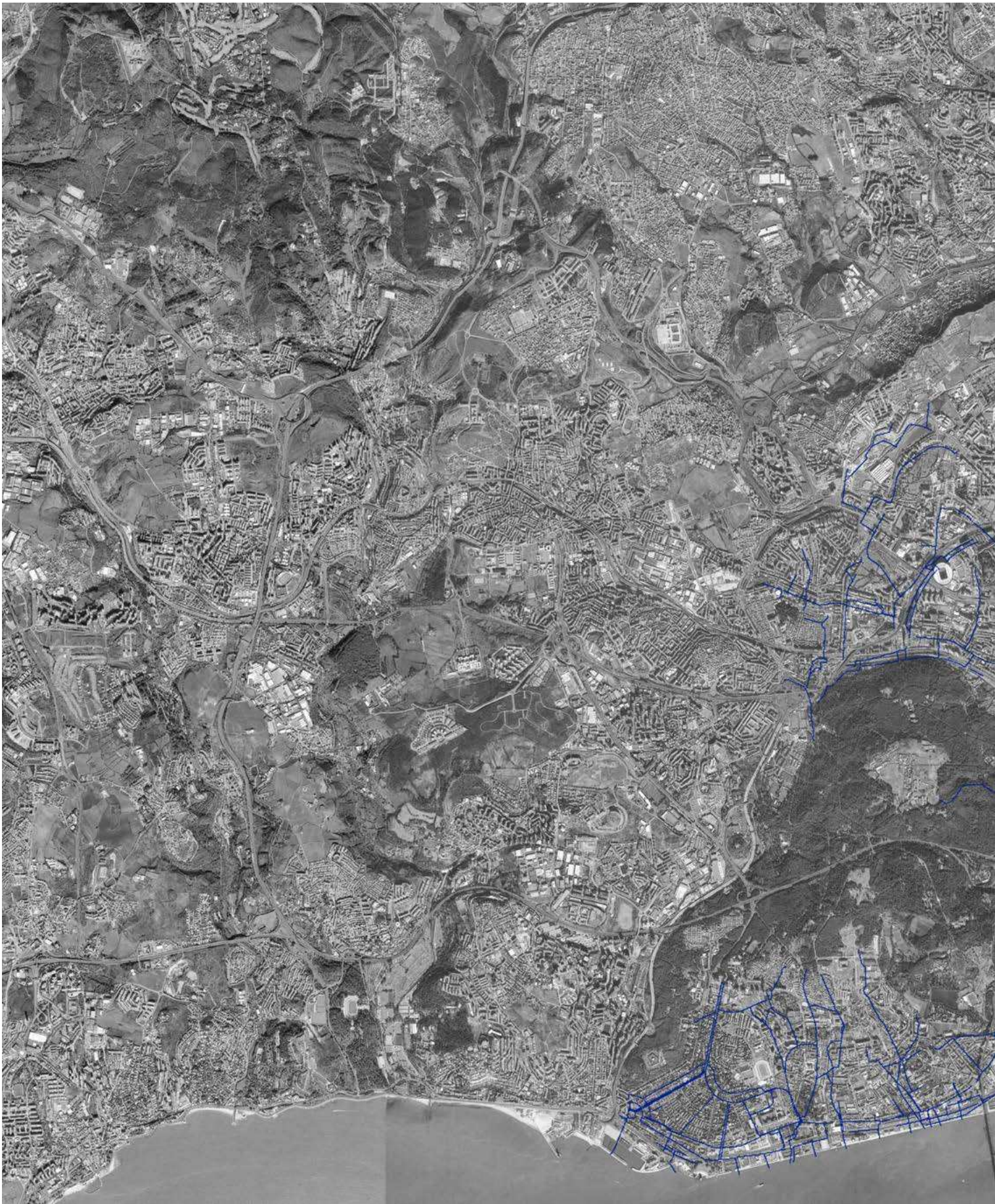
Em seguimento natural dos estudos de Arantes e Oliveira, Celestino traça, com rigor, os principais coletores e interceptores da cidade. Durante as décadas de 60 e 70 concretizou-se, em grande parte, esse projeto.

Revisão do Plano Geral de Esgotos da Cidade de Lisboa (DRENA, 1999)

Uma atualização do Anteprojeto de Saneamento da Cidade de Lisboa, datado de 1955. O objetivo principal desta revisão foi o da elaboração de um documento de planeamento dos esgotos pluviais da cidade e das interfaces entre estes e o sistema de esgotos domésticos, dado que a maioria da rede de drenagem da cidade de Lisboa é do tipo unitário.

Plano Geral de Drenagem de Lisboa de 2008

O Plano Geral de Drenagem de Lisboa de 2008 resultou da iniciativa da CML, através da EMARLIS, e tinha como objetivo a atualização dos dados disponíveis sobre o sistema de drenagem de Lisboa, a elaboração de um diagnóstico do seu desempenho e a proposta de solução para ultrapassar os problemas detetados. Era também objetivo do plano o desenvolvimento de um sistema de apoio à decisão para apoiar a gestão da rede de drenagem.

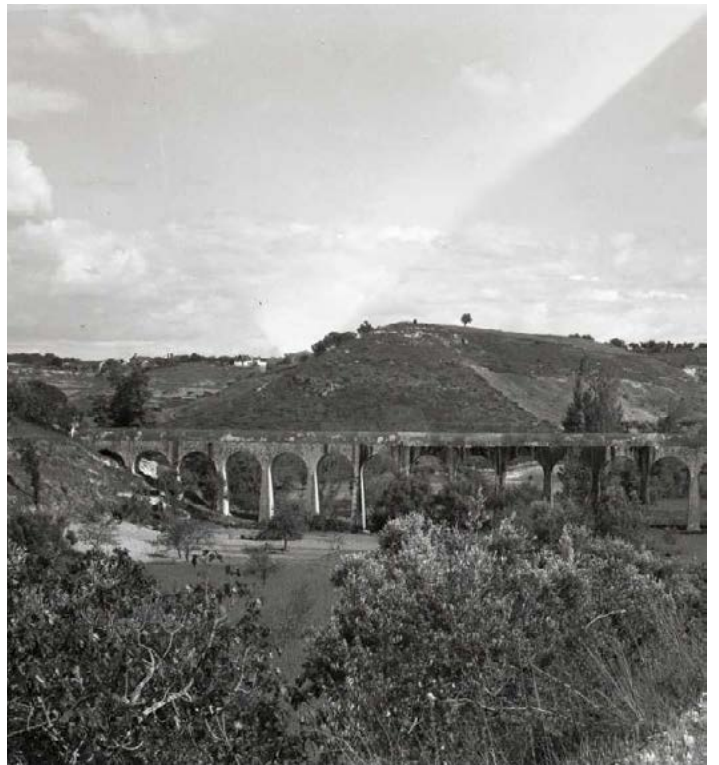


①

Sistemas de Drenagem

Mapa 08







Águas Livres

Ano de construção: 1731-99

Início de utilização: 1748

Fim de utilização: 1967

Construído durante o século 18 o aqueduto das Águas Livres partia de Belas, da Mãe de Água Velha, tinha na sua totalidade 58 km e várias nascentes. Este sistema comportava em si uma rede de galerias subterrâneas e outros aquedutos secundários, como o aqueduto das francesas, que levavam água a várias partes da cidade, assim como 30 chafarizes.

Necessidade para a sua construção: abastecimento de água à população lisboeta, devido à grande expansão da cidade. A escassez já era relatada desde o século 16.

Tipo de sistema de água: Captação e transporte de água



Alviela

Ano de construção: 1871-1880

Início de utilização: 1880

Fim de utilização: 1928

Com o objectivo de reforçar o abastecimento de água a Lisboa, a então CAL-Companhia das Águas de Lisboa entendeu avançar com a construção do aqueduto do Alviela. No conjunto, a recém-criada estrutura hidráulica tinha no seu percurso original 294 troços em trincheira, 94 túneis e 110 pontes - arcadas, atingindo a mais extensa 343 metros de comprimento e a mais elevada 12 metros de altura. Todo o adutor foi construído em canalização fechada de formato ovóide com 190 cm de altura máxima e 130 cm de maior largura, encontrando-se parcialmente soterrado.

Na travessia dos vales, foram instaladas canalizações sob pressão, designadas por sifões, cujo comprimento total atinge 15,5 quilómetros.

Necessidade para a sua construção: O novo sistema de fornecimento de água, permitiu que a cidade recebesse diariamente mais de 30 mil metros cúbicos do precioso líquido, o que para a época foi determinante para o desenvolvimento urbano da capital, quer a nível da rede de distribuição, através da construção de canalizações em ferro fundido, quer em termos de abastecimento domiciliário, alterando deste modo os hábitos de consumo dos lisboetas.

Tipo de sistema de água: Captação e transporte de água.



Tejo

Ano de construção: 1952

Início de utilização: 195

Canal ou conduta adutora da Várzea das Chaminés / Olivais

Visita a Museu da Água

Imagens do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa



①

Aquedutos

Mapa 08

1 Aqueduto das Águas Livres
1731-1799

2 Adutor Vila Franca de Xira- Telheiras
1979

3 Aqueduto do Alviela
1871-1880

4 Aqueduto do Tejo
1940



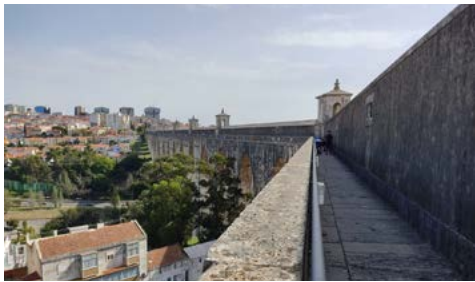
ARTICULAR - Cidade consolidada Cidade sistémica

A infraestrutura da água na cidade de Lisboa tem um carácter funcional e técnico de abastecimento de um bem essencial, no entanto existem elementos arquitetónicos dessa mesma rede que, para além da sua função fazem parte do imaginário iconográfico da mesma.

A qualidade arquitetónica do Aqueduto das Águas Livres deve-se em parte a que, para além da circulação da água, pudessem ser feitos percursos que conectavam grandes distâncias na cidade. Com a reativação destes percursos urbanos, nomeadamente no troço que cruza o vale de Alcântara (que hoje se encontra saturado de infraestrutura viária), a continuidade urbana entre a cidade e o Parque de Monsanto (um espaço verde de qualidade) viria a melhorar significativamente. Consequentemente, as relações dos bairros isolados, edificados nas suas imediações, com o resto da cidade seriam, também, fortalecidas.

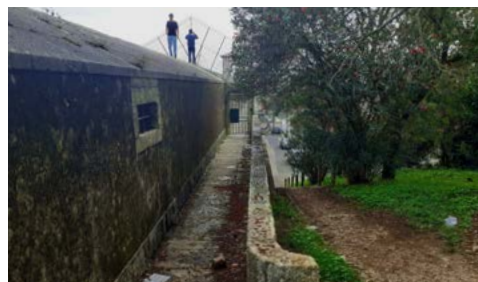
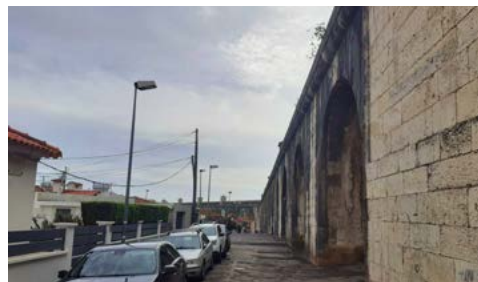
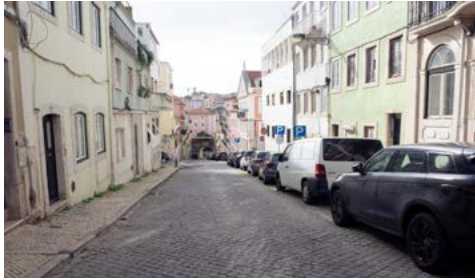


Fotografía de Diana Corte-Real, 2022





Ensaio Fotográfico de Daniel Silva, 2022





Ensaio Fotográfico de Rita Antunes, 2022

Contenção

Rede reservatórios de Lisboa:

A primeira infraestrutura associada ao armazenamento de água na cidade de Lisboa que podemos mencionar é a Barragem romana de Olisipo, construída na localidade a que nos dias de hoje chamamos Belas. A barragem, que data de III d.C., tinha 8 metros de altura, teria a capacidade de armazenar 125 mil metros cúbicos de água, e era a partir da mesma que o antigo aqueduto romano tinha o seu início (parte deste mesmo aqueduto foi demolido para que o aqueduto das Águas Livres pudesse ser construído).

Anos depois no século XVIII, é dado início à construção do Aqueduto das Águas Livres uma das obras mais imponentes da cidade, que não só cumpria o seu propósito funcional, o de abastecer a cidade face ao seu problema crónico de escassez de água relatado desde o século XVI, mas também ao qual estão associados um conjunto de espaços públicos/infraestruturas que ajudaram a desenhar a própria cidade. Na sua totalidade o aqueduto continha 58 km, um vasta rede de galerias subterrâneas, aquedutos secundários, chafarizes e reservatórios. Os reservatórios que faziam parte da rede do aqueduto eram o Reservatório da Mãe D'Água das Amoreiras (no qual chegavam as águas que vinham do Aqueduto e que eram distribuídas através de galerias subterrâneas) projetado por Carlos Mardel e Reinaldo dos Santos e construído entre 1746-1834 tinha a capacidade de 5.500 metros cúbicos (foi desativado em 1967), e mais tarde o Reservatório da Patriarcal, construído no século XIV.

O Reservatório da Patriarcal foi construído entre 1860-1864 embaixo do Jardim do Príncipe Real, foi projetado por Louis-Charles Mary e tinha uma capacidade de 884 metros cúbicos. O reservatório passou mais tarde a ser abastecido pelo aqueduto do Alviela, o reservatório tinha como função primordial a regular a pressão na ligação entre Reservatório do Arco das Amoreiras

(construído em 1864, está numa zona mais alta da cidade, na rua das Amoreiras, entre os reservatórios de Campo de Ourique e da Mãe D'Água das Amoreiras) e as canalizações da parte baixa da cidade, na década de 40 do século XX o reservatório é desativado.

Em 1868, é construída a Estação Elevatória da Praia, construída no local do antigo chafariz da Praia, que aproveitava as águas vindas de Alfama, que antes da construção desta infraestrutura iam para o rio, e bombeava estas mesmas águas para o reservatório da Verónica. Após a construção do Aqueduto de Alviela a estação funciona como acréscimo e reserva da Estação dos Barbadinhos.

O Aqueduto do Alviela é construído entre 1871-1880 partia de Alcanena e tinha como propósito trazer 30 mil litros de água diariamente a Lisboa, e ao contrário do Aqueduto das Águas Livres o Aqueduto do Alviela estava quase na sua totalidade construído subterraneamente. O aqueduto chega à cidade e "deságua" na Estação Elevatória/Reservatório dos Barbadinhos, construído no que anteriormente foram terrenos do Convento dos Barbadinhos Italianos, a estação elevatória funcionava através de vapor, e foi encerrada em 1928. A água deste reservatório (que atualmente ainda se encontra ativo) era elevada através da estação elevatória para uma cota mais alta da cidade, para os reservatórios do Arco das Amoreiras e da Patriarcal, mas também para os reservatórios do Monte (também conhecido por cisterna do Monte, situado na penha da frança, aproveitava a cisterna e sistema hidráulico do Convento da Penha da França) e da Verónica (construído em 1860-61, situado em cima do Campo de Santa Clara).

Ao sistema do aqueduto do Alviela também estavam associados outros reservatórios como os reservatórios de Campo de Ourique (ainda ativo nos dias de hoje), quando

a sua construção, em 1880, servia maioritariamente como reservatório de reserva para os períodos de Estio, ou no caso de uma situação extrema como a ruptura do canal do alviela, tendo a capacidade de 120 mil metros cúbicos.

O Aqueduto do Tejo é o aqueduto mais recente, construído no século XX e inaugurado em 1940, para colmatar a demanda pela água, face ao grande crescimento da população de Lisboa com o êxodo rural e a industrialização da capital. A infraestrutura partia de Alcanhões, e as águas do novo aqueduto chegavam ao Reservatório dos Olivais (construído em 1949, ainda ativo presentemente), tinha uma capacidade de 108 mil metros cúbicos e no mesmo fazia-se a filtração dessas mesmas águas.

O reservatório, já anteriormente mencionado, de Campo de Ourique sofre obras no início do século XX, e em 1948 é-lhe adicionada uma estação elevatória elétrica que elevava a água para o Reservatório do Monsanto (construído em 1949, ainda ativo nos dias de hoje), o reservatório fazia ainda a ligação com o reservatório dos Olivais. Em 1955, a ligação entre o reservatório dos Olivais e o reservatório do Contador-Mor (construído 1959) é feita. Outros reservatórios que parecem estar associados ao "sistema do Tejo" são os reservatórios de São Jerónimo (construído em 1959) e o do Restelo (construído em 1962).

Por outro lado também existiram na cidade reservatórios que não estavam ligados a nenhum sistema de abastecimento como nos casos anteriormente mencionados, exemplo disso é o Chafariz D'El-Rei, também denominado de Chafariz de São João, que possuía uma mina de água de raiz, não necessitando de abastecimento externo. O chafariz é composto, como se pode deduzir pelo nome, por um chafariz, que cobre o seu interior onde estão o depósito e a cisterna. O chafariz foi sofrendo alterações ao longo dos

séculos desde a sua construção no século XIII, sendo o primeiro chafariz público da cidade, e uma das principais fontes de água potável na cidade durante vários séculos.

Atualmente a rede de distribuição de água de Lisboa gerida pela EPAL conta com "14 reservatórios, 10 estações elevatórias, 5 postos de cloragem (4 com cloro nos reservatórios dos Barbadinhos, Campo de Ourique e São Jerónimo e 2 com hipoclorito de sódio nos reservatórios de Telheiras e Pombal)**".

Comissão de Fiscalização das Obras de Abastecimentos de Água à Cidade de Lisboa. (1940). As águas de Lisboa. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/AguasdeLisboa/AguasdeLisboa_master/AguasdeLisboa.pdf

Os reservatórios são uma componente importantíssima no abastecimento de água às cidades e às suas populações, são constituintes de um processo complexo que permitiu o surgimento de grandes metrópoles com um elevado número de habitantes, a emergência de setores industriais, e o suprir as necessidades mais básicas do ser humano. Sem um sistema seguro e salubre de abastecimento, armazenamento e drenagem de água, torna-se impossível garantir as condições necessárias para que os seres humanos possam viver e estabelecer-se de uma maneira digna na cidade, e sabe-se que por largos períodos da nossa história que a falha no garante destas mesmas condições culminaram em situações de peste endêmica, que levou a um elevado número de óbitos.

O armazenamento de água faz parte de um sistema mais vasto, o de distribuição da água, e tal como é fácil de perceber serviu e serve para acumular e manter a água por períodos de tempo mais ou menos extensos, por exemplo para o seu tratamento e cloração, ou para armazená-la para que em períodos de estio quando este recurso se torna mais escasso existam "reservas".



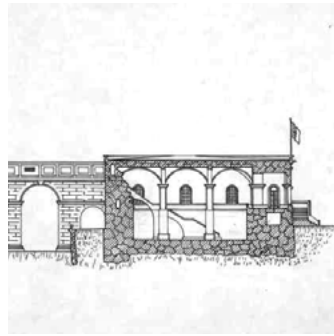
I - Barragem romana, ou de Olisipo

Data de construção: século III DC
Atualmente desativo e abandonado
Função: armazenar a água que seria utilizada no aqueduto de olisipo, proveniente de naceses locais.
Sistema associado: aqueduto romano de olisipo.
Morada: R. Principal, Belas



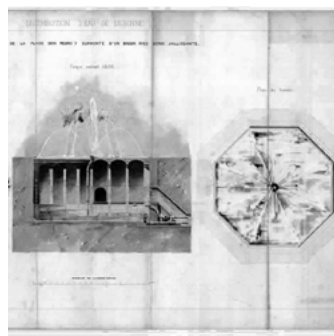
II - Chafariz D'el Rey, ou São João

Data de construção: 1220
Atualmente desativo
Função: Chafariz, fonte de água e reservatório.
Sistema associado: fonte de água própria, "furo" in loco.
Morada: Rua do Cais de Santarém



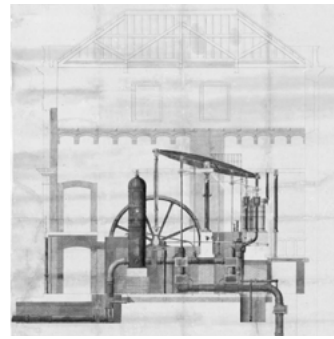
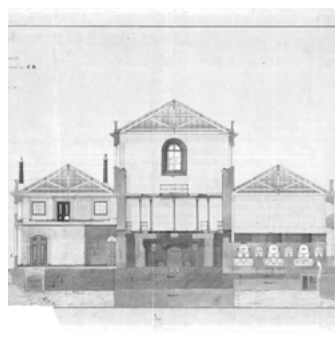
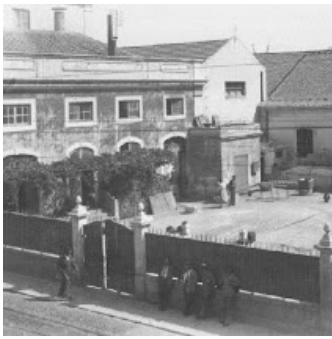
III - Reservatório Mãe D'água Amoreiras

Data de construção: 1746-1834
Desativado em 1967
Função: reservatório, cisterna.
Sistema associado: aqueduto das águas livres
Morada: Praça das Amoreiras 10, Lisboa



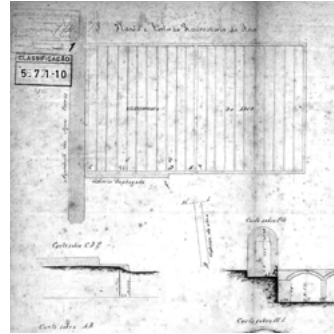
IV - Reservatório da Patriarcal

Data de construção: 1856, 1859-63
Desativado anos 40 séc xx
Função: reservatório, cisterna.
Sistema associado: aqueduto das águas livres, 1833 Aqueduto Alviela.
Pontos de distribuição associados: chafarizes do Século, Loreto e S. Pedro de Alcântara. Galeria do Loreto, Reservatório do Arco recebia água de lá;
Morada: Praça do Príncipe Real, Lisboa



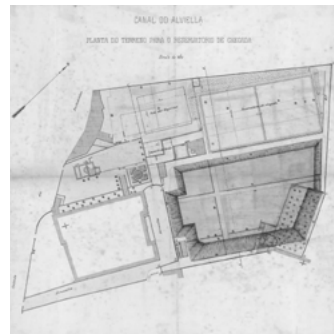
V - Reservatório da Praia

Data de construção: 1868-80
Desativado em 1938
Função: cisterna, estação elevatória,
Sistema associado: aqueduto de Alviela
Pontos de distribuição associados: man-
dava água para o reservatório da verónica;
Morada: Alfama, Largo do Chafariz de
Dentro, Lisboa



VI - Reservatório do Arco das Amoreiras

Data de construção: 1859/1864
Atualmente desativo
Função: reservatório
Sistema associado: Aqueduto das Águas
Livres
Morada: R. das Amoreiras, Lisboa



VII - Reservatório: Res. Barbadinhos

Data de construção: 1870-80
Ativo
Função: reservatório, estação elevatória
dos barbadinhos; posto de cloragem
atualmente
Sistema associado: Aqueduto Alviela
Morada: R. Alviela 12, Lisboa



VIII - Reservatório: Res. Campo de Ourique

Data de construção: 1880-1952
Ativo
Função: reservatório, estação elevatória
de campo de ourique; posto de cloragem
atualmente
Sistema associado: Aqueduto Alviela
Morada: R. Tierno Galvan 6C, Lisboa

Imagens do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa



⊙

Reservatórios

Mapa 08

Reservatórios desativados

- 1 - Reservatório da mãe d'água
Data: 1859-1864
- 2 - Mãe d'água Data: 1746-1834
- 3 - Reservatório da Patriarcal
Data: 1856-1863
- 4 - Reservatório da Penha de França Data: 1929
- 5 - Reservatório da Praia
Data: 1868-80
- 6 - Barragem Romana e de Olissipo Data: século III D.C

Reservatórios ativos

- 1 - Reservatório de Vila Fria
Data: 2000
- 2 - Reservatório do Alto de Carenque Data: 1980
- 3 - Reservatório da Amadora
Data: 1940
- 4 - Reservatório de Alfragide
Data: 1981
- 5 - Reservatório do Restelo
Data: 1962
- 6 - Reservatório de S.Jerónimo
Data: 1902
- 7 - Reservatório de Monsanto
Data:
- 8 - Reservatório de Campo de Ourique
Data: 1880-1952
- 9 - Reservatório do Pombal
Data: 1864
- 10 - Reservatório de Telheiras
Data: 1959
- 11 - Reservatório de Camarate
Data: 1984
- 12 - Reservatório do Contador-Mor
Data: 1959
- 13 - Reservatório dos Olivais
Data: 1944-43
- 14 - Reservatório da Chegada
Data:
- 15 - Reservatório dos Barbadinhos
Data: 1870-80



ARTICULAR - Cidade consolidada Cidade esquecida

A infraestrutura do Aqueduto das Águas Livres deu origem a espaços de retenção, distribuição e circulação de água com um valor significativo para o património arquitetónico da cidade de Lisboa. Apesar disto, a relação destes com a cidade, na maior parte, não se encontra resolvida, devido à privatização de espaços que, na verdade, têm um enorme potencial para se tornarem espaços públicos de qualidade.

São inúmeras as barreiras intransponíveis que nos obrigam a circundar grandes áreas urbanas ao invés de as atravessar. Estas discontinuidades deveriam ser mitigadas, de forma a potenciar a qualidade urbana desta zona já densificada.



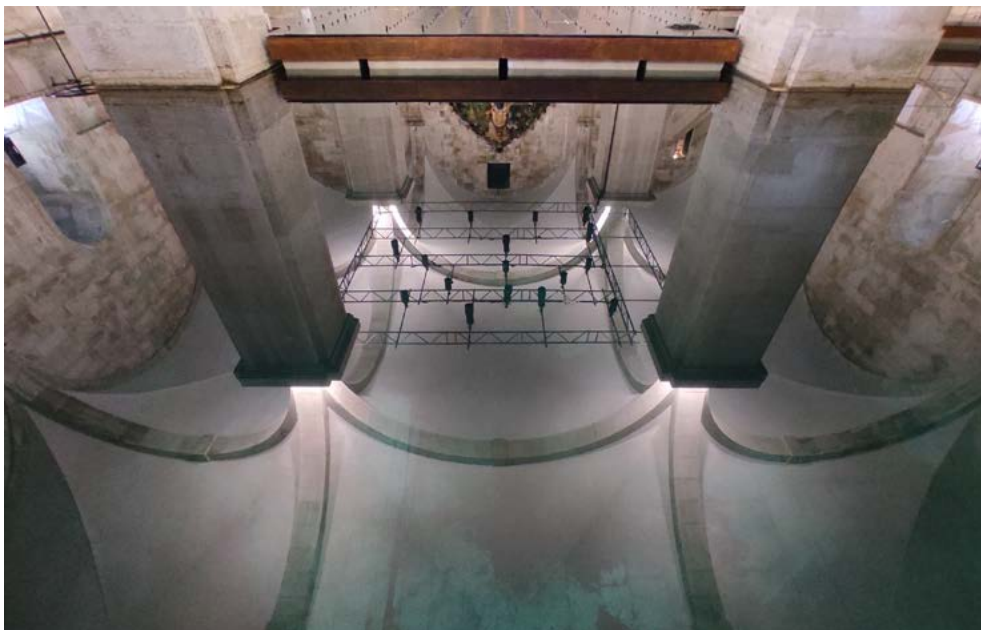
Fotografia de Alex Cardeira, 2022





Ensaio Fotográfico de Alex Cardeira e Daniel Silva, 2022





Ensaio Fotográfico de Daniel Silva e Diana Corte-Real, 2022





Ensaio Fotográfico de Isla de França, 2022

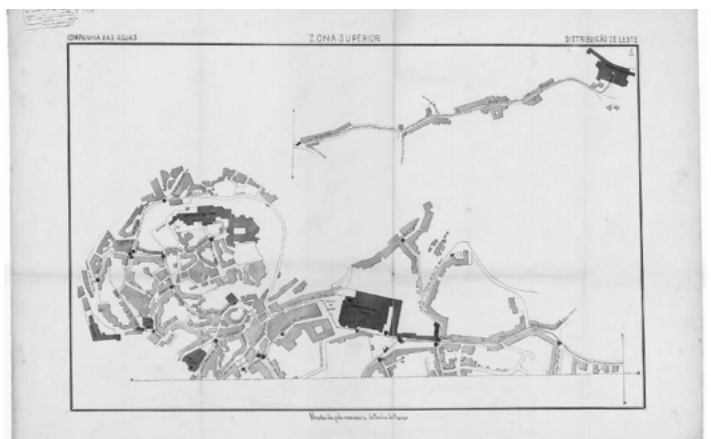
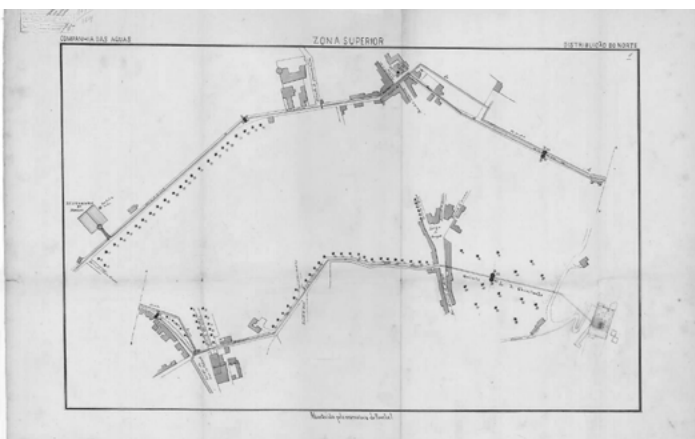
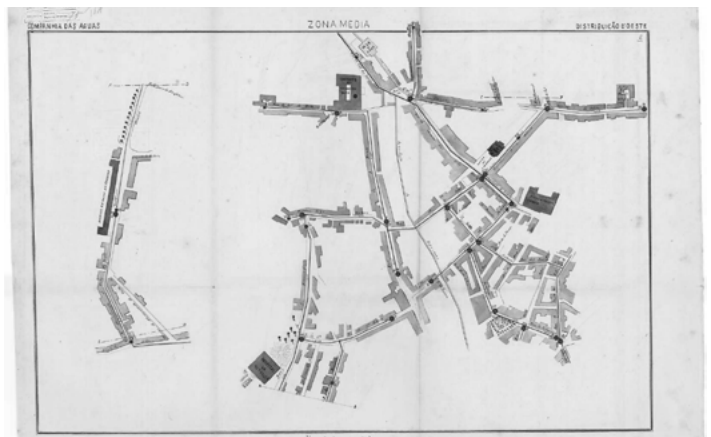
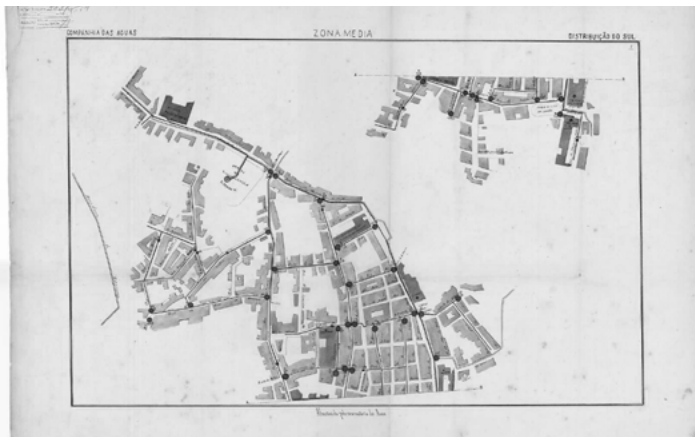
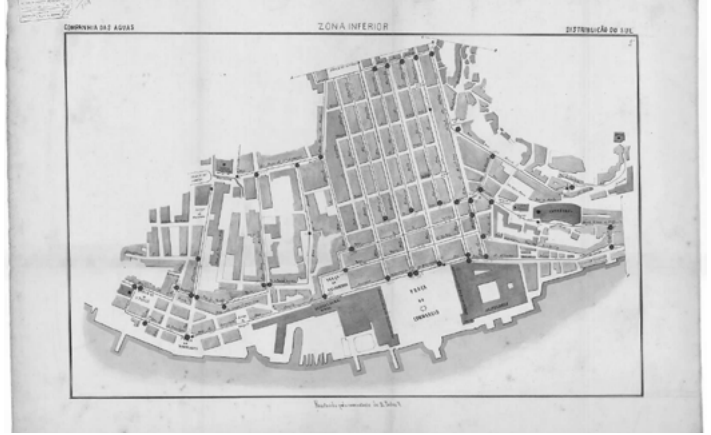
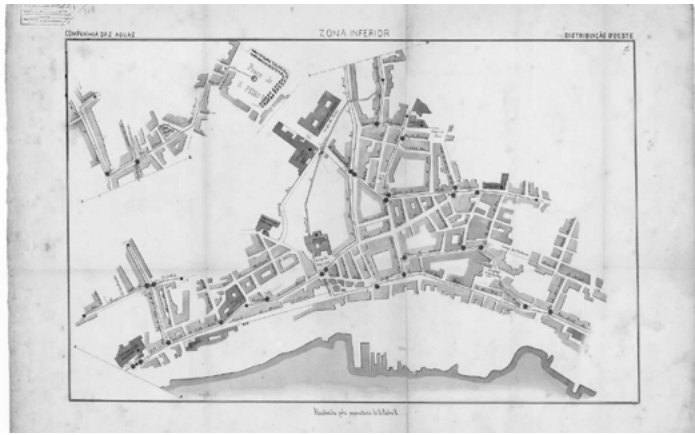
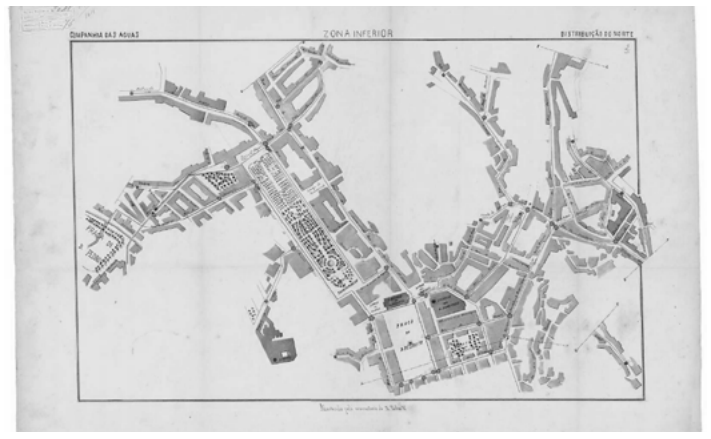
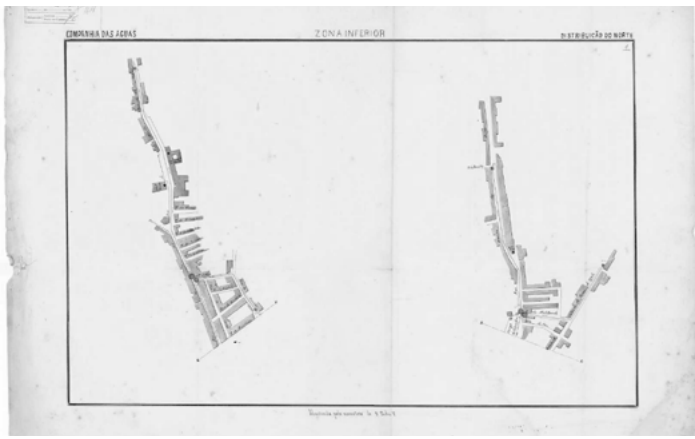
Distribuição

O sistema de distribuição é constituído por um conjunto de infraestruturas como: os **Reservatórios**, para armazenamento de grandes volumes de água; **Estações Elevatórias**, possibilitam o aumento de energia de água nos serviços de abastecimento público, é constituído por um reservatório e por **Grupos Eletrobomba**, uma máquina constituída por um motor, que transforma a energia elétrica em energia mecânica que impulsiona a bomba, provocando o aumento de pressão de escoamento, aumentando as cotas do transporte de abastecimento de água; **Postos de Cloragem**, instalações para garantir a qualidade microbiológica da água, através do equipamentos de medição/controlo e adição de cloro à água quando necessário; e **Ramais de Ligação aos prédios**.

A água é captada de forma superficial, através da Albufeira de Castelo do Bode e Valada Tejo, mas também de forma subterrânea no caso das Lezírias e Poços da OTA e Alenquer.

A área Metropolitana é abastecida diretamente pela EPAL, com recurso ao Aqueduto Tejo, Adutor Circunvalação e Adutor V.F. Xira – Telheiras.

EPAL. Sistema de Distribuição. <https://www.epal.pt/EPAL/menu/%C3%A1gua/sistema-de-abastecimento/sistema-de-distribui%C3%A7%C3%A3o>



Zonas Rede Distribuição

Zona Inferior

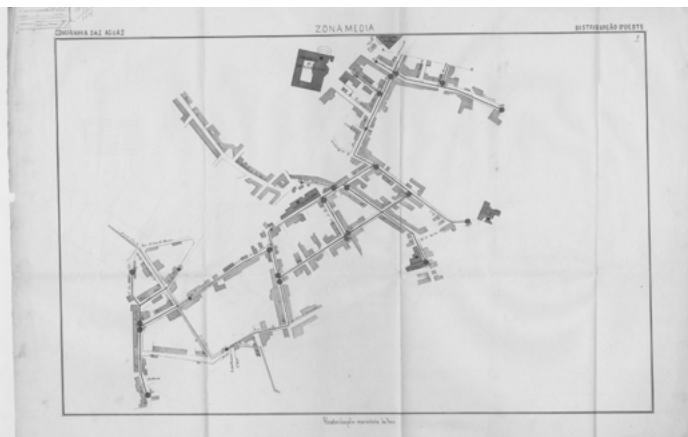
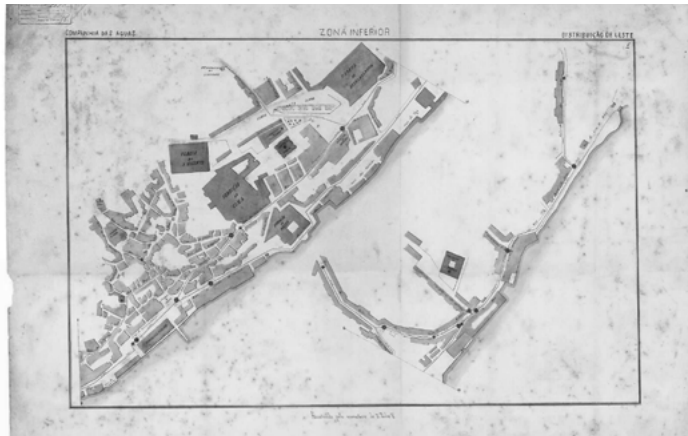
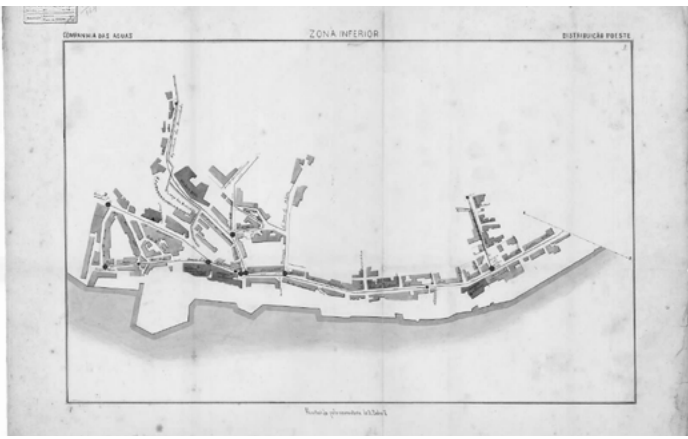
Zonas que cobre: Lapa; Bairro Alto; Rato; Penha da França; Madre Deus; Olivais; Encarnação; Sacavém

Sistemas associados: Aquecimento do Alviela; Aquecimento do Tejo; Aquecimento Águas Livres

Redutores: Redutor Avenida da Ilha da Madeira; Redutor da Avenida de Berlim

Galerias: Galeria da Esperança, do Loreto, do Campo de Santa Ana

Reservatórios: Reservatório dos Barbadinhos; Reservatório de Campo de Ourique; Reservatório do Arco; Reservatório dos Olivais



Zona Média

Zonas que cobre: Restelo; Ajuda; Alcântara; Baixa; Alfama; Xabregas; Marvila; Braço de Prata; Parque das Nações

Sistemas associados: Aquecimento alviela; Aquecimento do Tejo;

Galerias: Galeria do Loreto, da Esperança, das Necessidades

Reservatórios: Reservatório da Patriarcal; Reservatório dos Olivais; reservatório do Contador-Mor; Reservatório do Vale Escuro; Reservatório de s.Jerónimo

Estações de tratamento: SMAS Loures; SMAS Oeiras-Amadora

Zona Superior

Zonas que cobre: Telheiras; Pontinha; Amadora; Olivais Norte; Alvalade; Amoreiras; Campo de Ourique; Encarnação; Camarate

Sistemas associados: Aquecimento do Alviela; Aquecimento Águas Livres; condutas: Conduto Camarate/Charneca

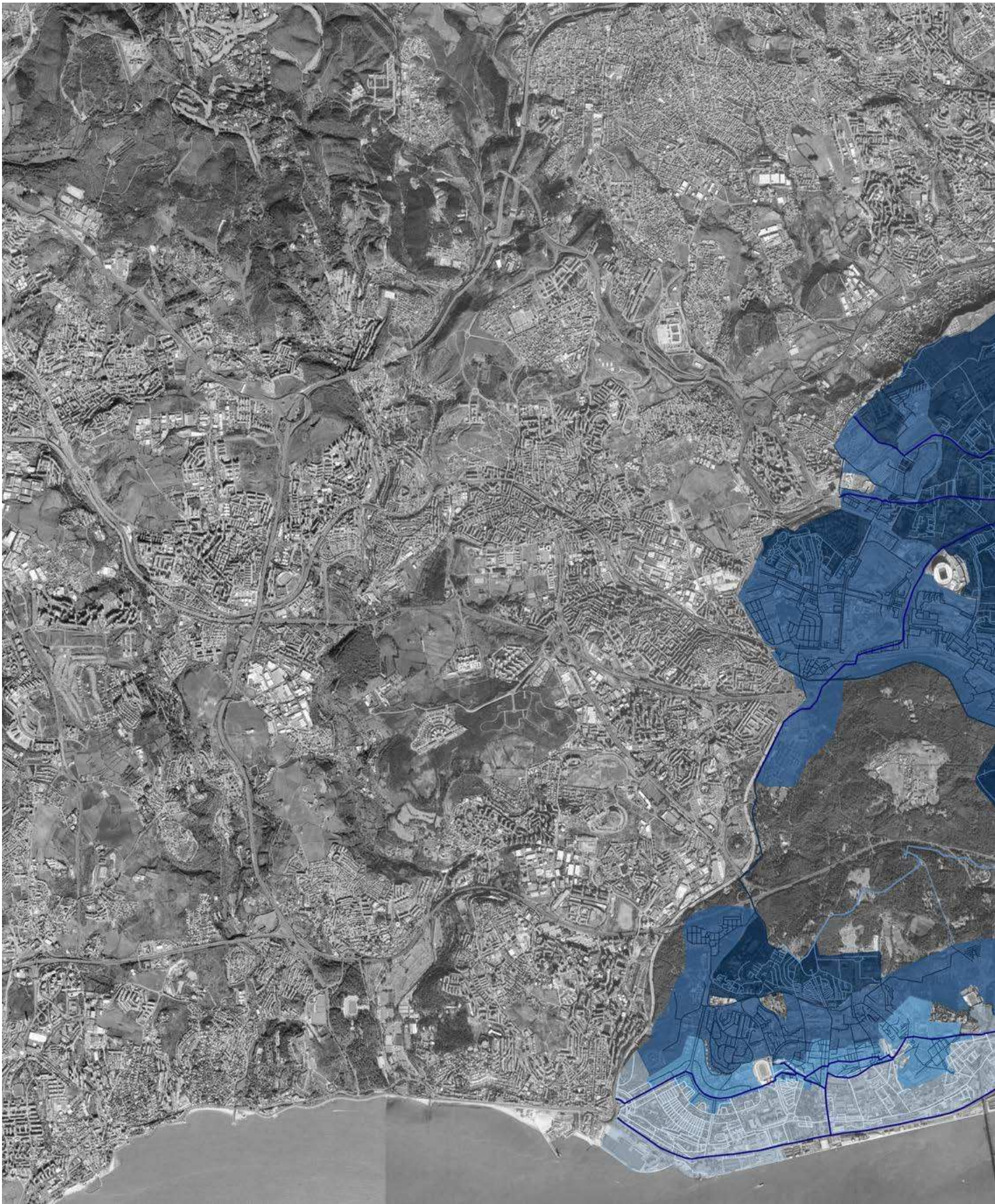
Redutores: Redutor da Avenida Cidade de Praga;

Galerias: galeria Campo de Santa Ana

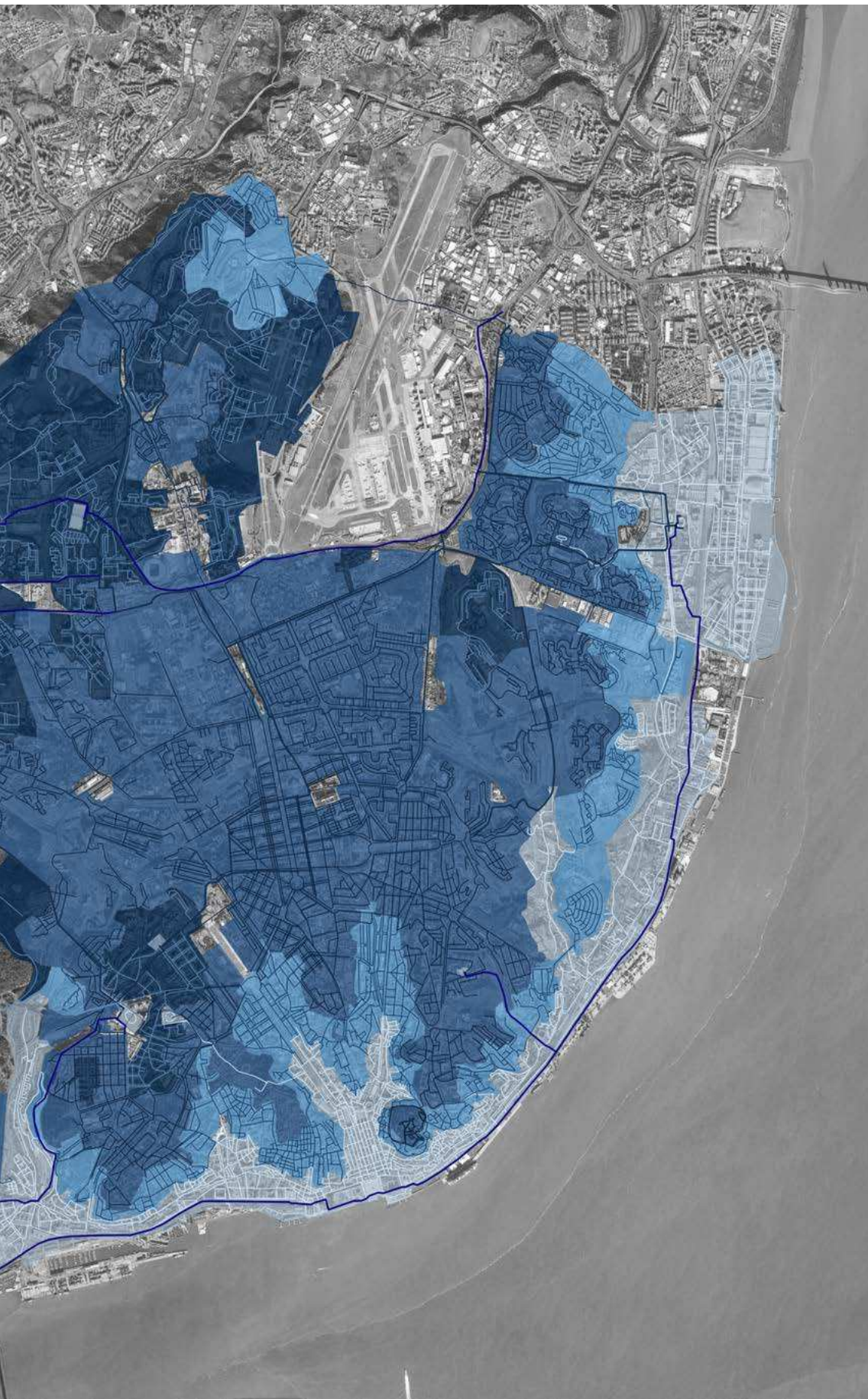
Reservatórios: Reservatório de Campo de Ourique; Reservatório do Restelo Reservatório do Monsanto; Reservatório do Pombal; Reservatório de Telheiras; Reser

vatório da Charneca; reservatório Penha da França.

Mapas retirados do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa



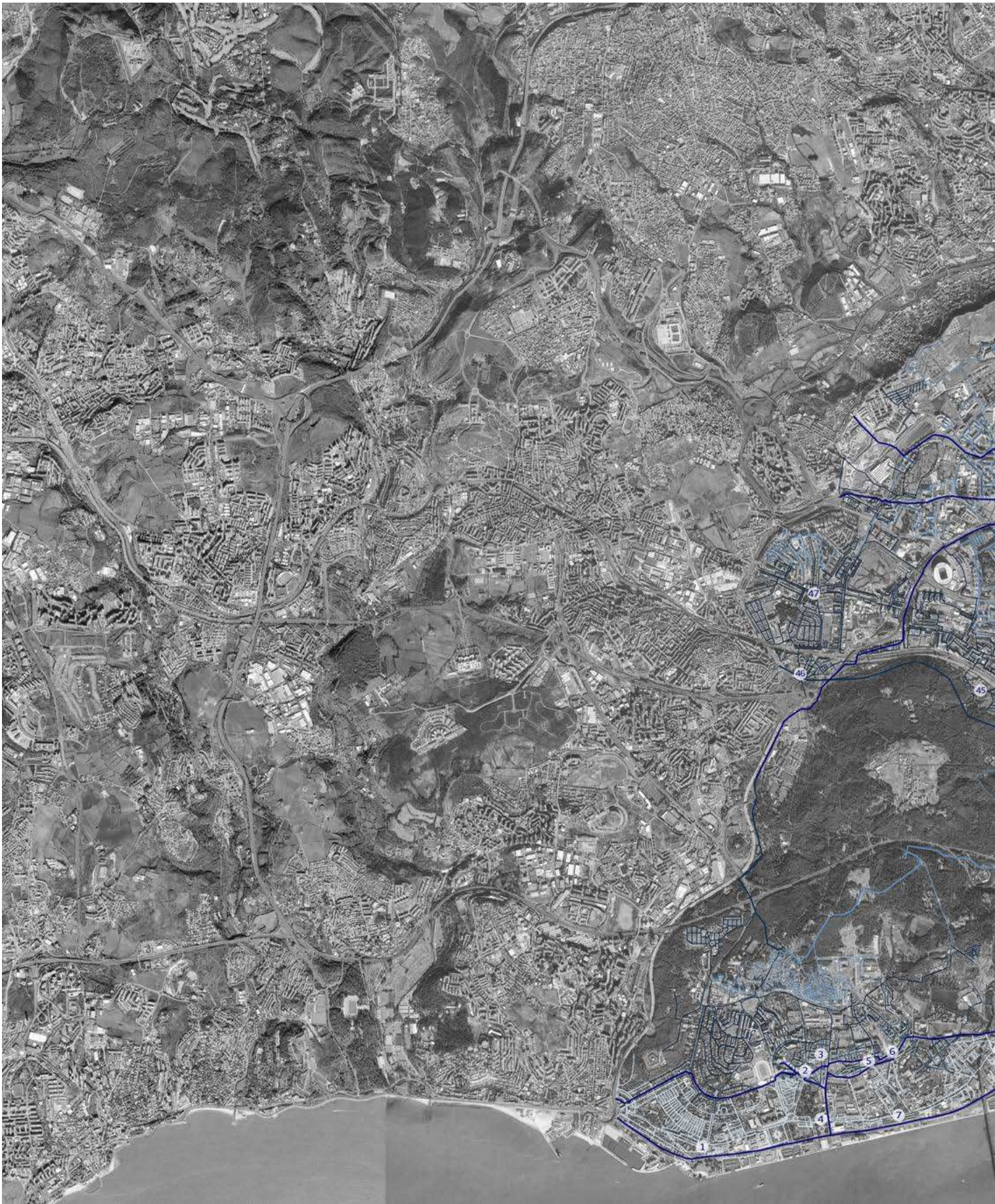
①



Rede Distribuição

Plano de distribuição de águas de Lisboa (AML)
Mapa 08

- Zona baixa
- Zona média
- Zona superior
- Zona alta



①



Chafarizes Rede Distribuição

Mapa 08

- 1 - Chafariz da Praia de Belém/
Chafariz da Princesa
- 2 - Chafariz da Boa Memória/Alconena
- 3 - Chafariz do Largo da Paz
- 4 - Chafariz do Palácio de belém
- 5 - Chafariz da Boa Hora
- 6 - Chafariz do Rio Seco
- 7 - Chafariz da Junqueira/ Chafariz da
Cordoaria
- 8 - Chafariz no Largo do Calvário/Travessa
Teixeira Júnior
- 9 - Chafariz das Necessidades
- 10 - Chafariz da Armada / Chafariz da
Praça de Armas/ Chafariz de Alcântara
- 11 - Chafariz do Jardim dos Catos
- 12 - Chafariz da Fonte Santa
- 13 - Chafariz da Meia Laranja
- 14 - Chafariz do da Travessa do Patrocínio
- 15 - Chafariz das Terras/Buenos Aires
- 16 - Chafariz das Janelas Verdes
- 17 - Chafariz da Esperança
- 18 - Chafariz de S.Paulo
- 19 - Chafariz del Rei
- 20 - Chafariz do poeta
- 21 - Chafariz de dentro/dos Cavalos
- 22 - Chafariz da rua da Adiça
- 23 - Chafariz de S.Miguel
- 24 - Chafariz das Moiras
- 25 - Chafariz do Carmo
- 26 - Chafariz do Século
- 27 - Chafariz da Glória
- 28 - Chafariz de São Pedro de Alcantara
- 29 - Chafariz do Intendente / Desterro
- 30 - Chafariz do largo do mastro
- 31 - Chafariz da praça da alegria
- 32 - Chafariz da mãe d'Água
- 33 - Chafariz da praça das Flores /
Monte do Olivete
- 34 - Chafariz do Arco de S. Mamede
- 35 - Chafariz do Largo do Rato
- 36 - Chafariz do Arco do Carvalhão/Cruz
das Almas
- 37 - Chafariz no fim do Aqueduto aéreo
- 38 - Chafariz de Campolide
- 39 - Chafariz S.Sebastião da Pedreira
- 40 - Fonte de Neptuno
- 41 - Chafariz dos Barbadinhos
- 42 - Chafariz do Alto do Pina
- 43 - Chafariz de Entrecampos
- 44 - Chafariz de Sto antónio da
Convalescença/ Chafariz das Águas
Boas
- 45 - Chafariz de S. Domingos de benfica/
Chafariz Devisme
- 46 - Chafariz da Buraca
- 47 - Chafariz das Garridas (Benfica)

CHÃO COMUM - Cidade pública

Este ensaio teve como objetivo documentar todos os chafarizes existentes na cidade de Lisboa, comparando fotos do Arquivo Municipal de Lisboa com atuais, de maneira a perceber quais ainda se encontram ativos e de que forma continuam, ou não, a gerar espaço público, relacionado com a água. Muitos deles têm ligação ao Aqueduto das Águas Livres, no entanto, antes deste ser construído, a cidade era abastecida de água através de chafarizes de fonte própria, não sendo dependentes de aquedutos ou reservatórios. Hoje em dia a importância que os chafarizes têm na cidade é completamente diferente e, por isso, também o espaço público se modifica de acordo com as necessidades atuais.

Epal (Diretor). (2014). Exposição Permanente Museu da Água



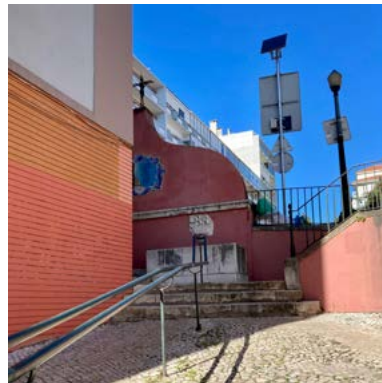
Fotografia retirada do Arquivo Municipal de Lisboa



9 - Chafariz das Necessidades
data:1747
(ativo)



10 - Chafariz da Armada / Chafariz da Praça
de Armas / Chafariz de Alcântara
data:1845
(existente sem água)



12 - Chafariz da Fonte Santa
data:1598/1735(reconstrução)
(existente sem água)



13 - Chafariz da Meia Laranja
data:1894
(existente sem água)



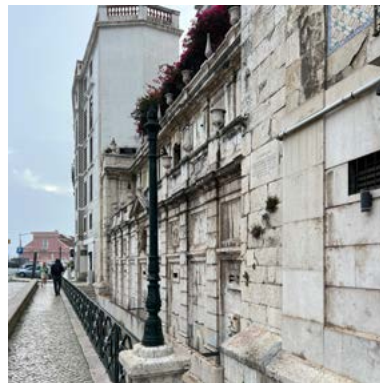
Ensaio Fotográfico da autora, Ana Rebelo, Carolina Joaquim e Margarida Correia, 2022



15 - Chafariz das Terras/Buenos Aires
 data:1791
 (existente sem água)



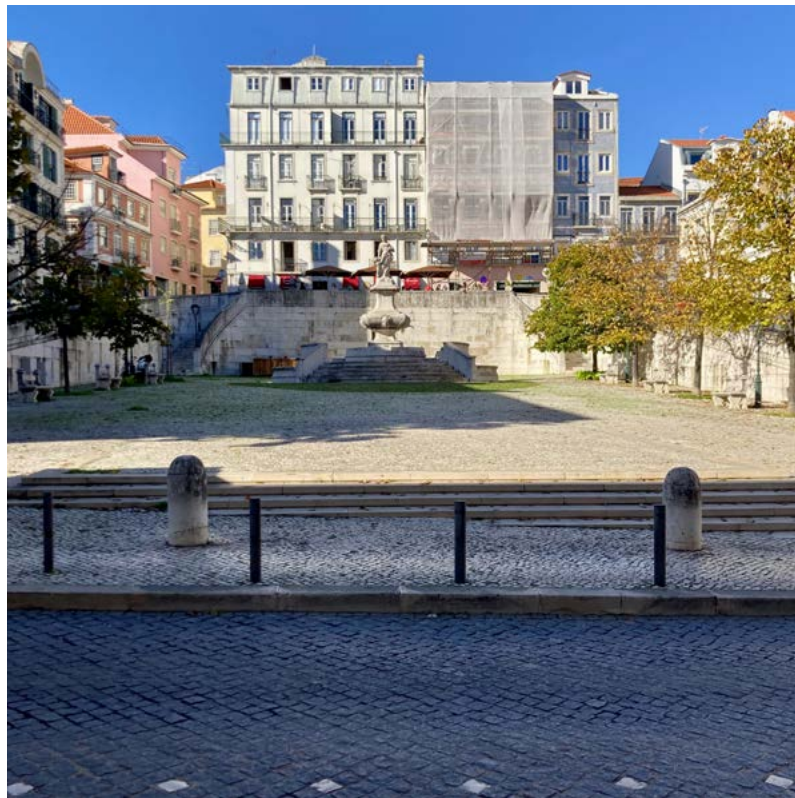
16 - Chafariz das Janelas Verdes
 data:1775
 (existente sem água)



19 - Chafariz del Rei
 data:1220(primeira referencia)
 /1747(reedificação)
 chafariz com nascente própria
 (existente sem água)



21 - Chafariz de dentro/dos Cavalos
 data:1280(dos cavalos)/1872(data inscrita)
 chafariz com nascente própria
 (desativado)



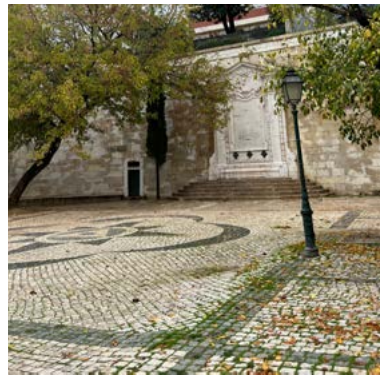
Ensaio Fotográfico da autora, Ana Rebelo, Carolina Joaquim e Margarida Correia, 2022



24 - Chafariz das Moiras
data:1815
(existente sem água)



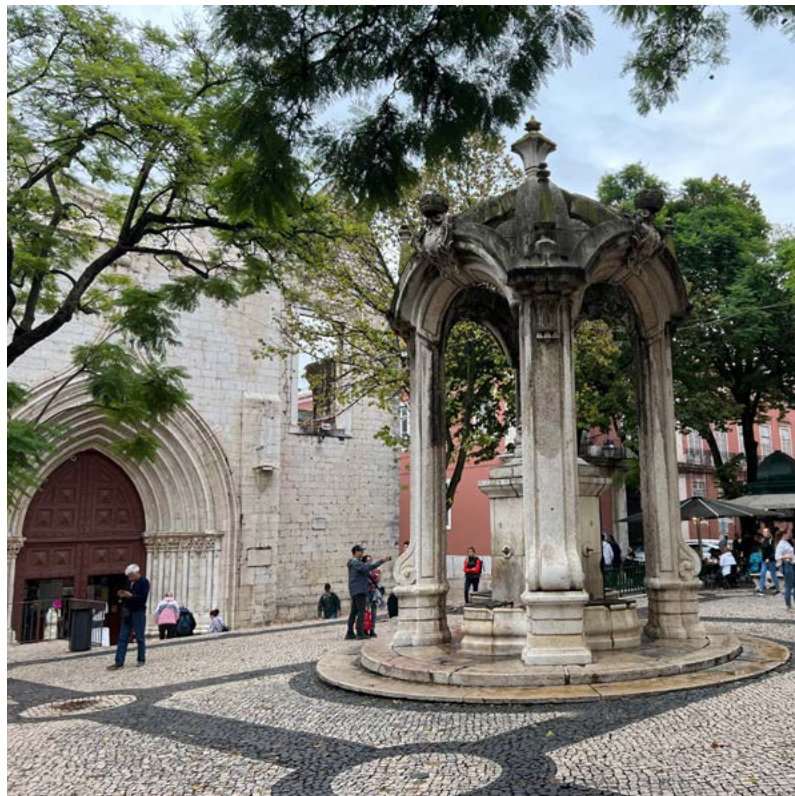
25 - Chafariz do Carmo
data:1770
(existente sem água)



26 - Chafariz do Século
data:1760
(existente sem água)



28 - Chafariz de São Pedro de Alcântara
data:1280/1779
(ativo)



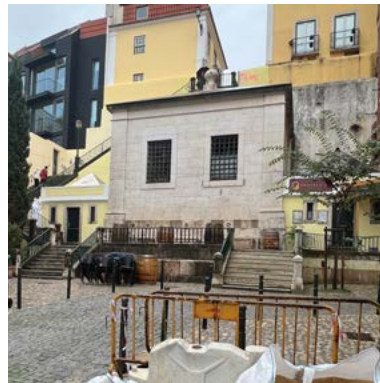
Ensaio Fotográfico da autora, Ana Rebelo, Carolina Joaquim e Margarida Correia, 2022



29 - Chafariz do Intendente / Desterro
data:1824
(existente sem água)



30 - Chafariz do largo do mastro
data:1848/1947 (colocado no largo)
(existente sem água)



32 - Chafariz da mãe d'Água
data:1840 - transferência
(existente sem água)



34 - Chafariz do Arco de S. Mamede
data:1805
(existente sem água)



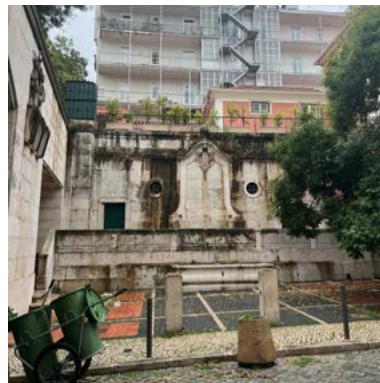
Ensaio Fotográfico da autora, Ana Rebelo, Carolina Joaquim e Margarida Correia, 2022



35 - Chafariz do Largo do Rato
data:1753
(existente sem água)



36 - Chafariz do Arco do Carvalhão/ Cruz das Almas
data:1823
(existente sem água)



39 - Chafariz S. Sebastião da Pedreira
data:1791
(existente sem água)



42 - Chafariz do Alto do Pina
data:sec.20
(existente sem água)



Ensaio Fotográfico da autora, Ana Rebelo, Carolina Joaquim e Margarida Correia, 2022

Reutilização

A realização do Plano divide-se em três fases:

Na primeira fase, até 2020, o sistema de distribuição de água reciclada integrado nos seguintes subsistemas, servindo as áreas: Alcântara: subsistema da Praça de Espanha, Pq. Eduardo VII, Cidade Universitária, Santos, Cais-do-Sodré e Terreiro do Paço/ Campo das Cebolas. Chelas: Vale de Chelas/Vale da Montanha. Beirolas: Parque Tejo.

A segunda fase, de 2021 a 2023, foi criada de modo a chegar à maior parte dos parques urbanos da zona centro de Lisboa: Alcântara: Campolide, Largo de Camões, Av. da Liberdade, Campo Pequeno e Av. Almirante de Reis. Chelas: Vinha de Lisboa. Beirolas: Vale do Silêncio.

A terceira fase, de 2024 a 2025, é a mais extensa e que serve uma maior área, abrangendo os seguintes subsistemas: Alcântara: Estrela, Príncipe Real, Belém, Ajuda, Benfica e Campo Grande - Quinta das Conchas. Chelas: Bela Vista. Beirolas: Cabo Ruivo.

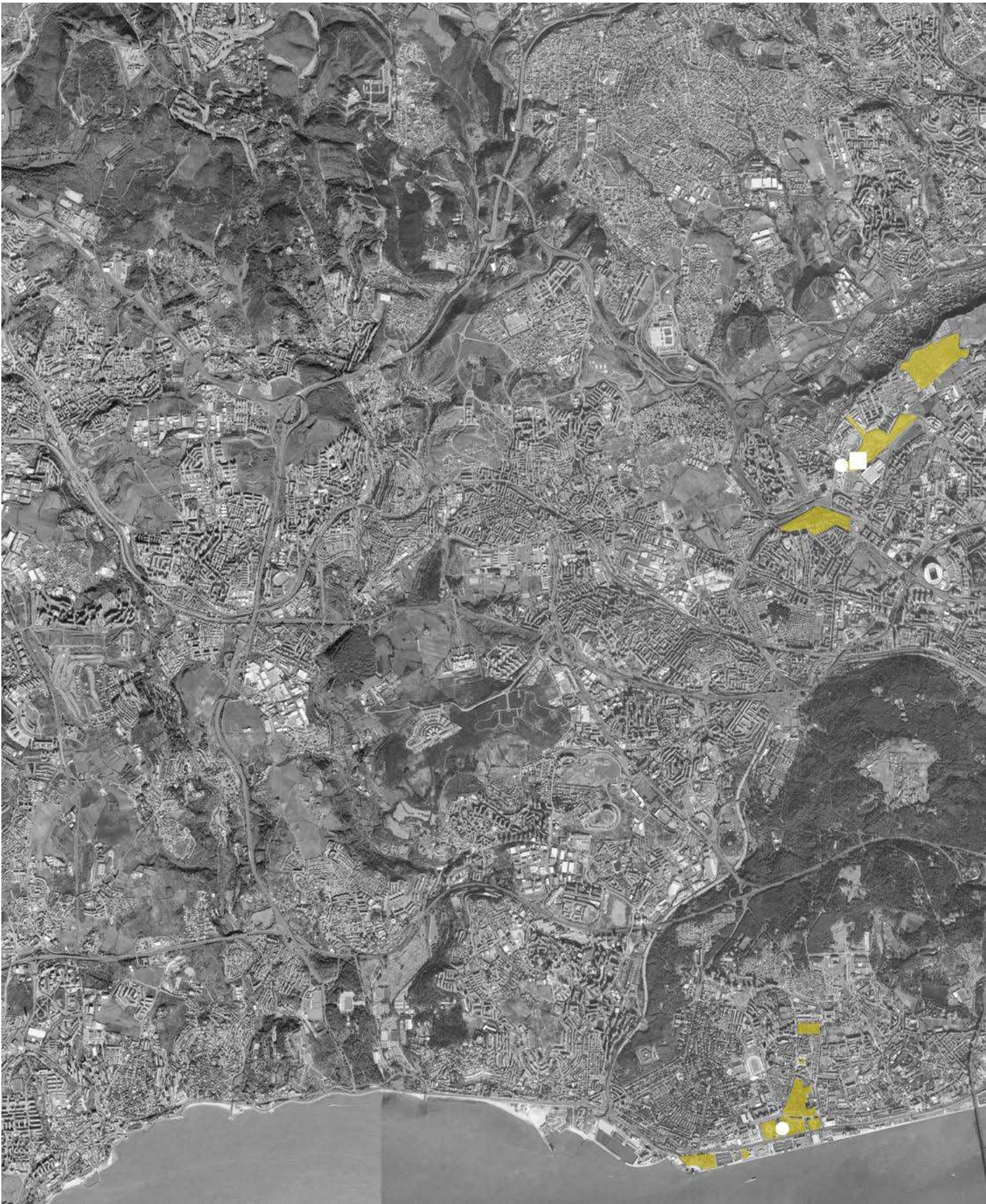
Águas da Tejo Atlântico, (setembro 2019), Plano Estratégico de Reutilização de Lisboa, Tejo Atlântico, 6, 27.

Plano estratégico de reutilização de Lisboa

Devido às secas, cada vez mais frequentes em Portugal, foi criado o Plano Estratégico de Reutilização de Água de Lisboa, com o objetivo de fechar o ciclo urbano da água.

Uma das estratégias centrais deste plano passa pelo desenvolvimento e instalação de uma rede de distribuição. Como resultado desta implementação, torna-se possível a entrega da água previamente tratada nas Fábricas de Água do Tejo Atlântico aos locais de maior consumo não potável. Assim, consegue-se, de certa forma, colmatar a pressão que é feita sobre os recursos hídricos, na medida em que a distribuição de água é feita de forma mais sustentável e eficiente.

Em última instância, a implementação desta nova rede na cidade de Lisboa irá permitir o abastecimento de grandes consumidores e serviços, tais como sistemas de transporte e superfícies comerciais.



①

Águas Reutilizadas

Mapa 08

□ Reservatório

○ Ponto de recolha

■ Fase 1
Até 2020

■ Fase 2
2021/2023

■ Fase 3
2024/2025





Água

Mapa 08

- Chafarizes
- Reservatórios ativos
- Reservatórios desativos

Aqueduto do Alviela

Aqueduto das Águas Livres

Águas Reutilizadas

- Fase 1
- Fase 2
- Fase 3

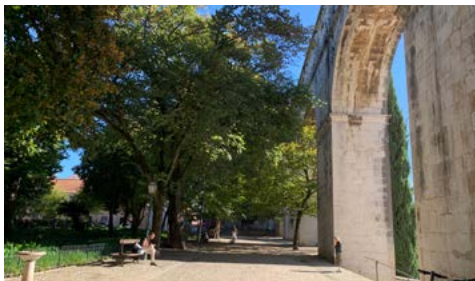


Água_Público_Privado

Este ensaio compara dois tipos de presença que a infra-estrutura da água pode ter na cidade: A primeira, vê a tarefa de abastecer a cidade como um esforço comunitário, e isso reflete-se, não só através dos chafarizes, que definem espaços de partilha, mas dos reservatórios, que são uma oportunidade para propor jardins, e do aqueduto, que cria ligações pedonais; A segunda, demarca uma relação mais individual com a água, abastecendo, principalmente, lugares privados, algo que acaba por se refletir também nas estruturas que o sistema hídrico ergue, que, apesar de proporem alguns espaços privados de qualidade, criam descontinuidades na cidade. Com este ensaio procuro refletir sobre uma terceira via, em que se atende às necessidades individuais, criando espaços de qualidade para todos.



Fotografia de Maria Malato, 2022





Ensaio Fotográfico de Maria Malato, 2022





Ensaio Fotográfico de Maria Malato, 2022

J2 Manifesto

Introdução

MANIFESTO

em-entre-para-perante

ENTREVISTAS

Ricardo Carvalho
João Nunes
Fernando Viegas
Tom Emmerson
Jeremy Till

Introdução

"A que deve, hoje, responder a arquitetura?"

"Como, em abstrato, o deve fazer?"

"Que valores devem prevalecer e informar o que é certo ou errado?"

Foi-nos proposto o desafio de responder a estas questões, o que nos levou a refletir sobre a missão e os valores da arquitetura e o impacto que poderá ter numa comunidade e nas rotinas dos seus habitantes.

Levou-nos a imaginar como seria uma cidade no futuro próximo, quais as alternativas deveriam ser consideradas para melhor servir as pessoas, considerando aspetos de várias ordens como estéticos, de funcionalidade, de sociabilização, de economia de recursos, promovendo um sentimento de pertença e de bem-estar que aumentasse a vontade de viver num determinado espaço, em consonância com o ambiente em redor, contribuindo para promover a vontade de cuidar do espaço privado e coletivo.

Para nos apoiar na obtenção de respostas foram realizadas entrevistas a arquitetos, dois portugueses, **Ricardo Carvalho** e **João Nunes**, um brasileiro **Fernando Viegas** e dois britânicos **Tom Emerson** e **Jeremy Till**, que nos proporcionaram visões alargadas sobre temas que foram amplamente aproveitados para a realização deste trabalho.

em - entre - para - perante

Como é que se programa a cidade, integrando as barreiras naturais e artificiais existentes?

O problema urbano das áreas mais vulneráveis poderá ser resolvido com a intervenção de fragmentos ou será necessária a densificação dos mesmos para gerar um chão comum?

Qual deve ser a posição da arquitetura, em relação ao que deve ser permanente e ao que deve ser reversível, na cidade de amanhã?

Numa cidade em crescimento é necessário perceber que tipo de obstáculos existem e influenciam o dia a dia das pessoas que nela habitam. Apenas partindo dessa análise de reconhecimento territorial é possível entender melhor quais os limites urbanos e quais as zonas de maior vulnerabilidade que são criadas pela existência destas barreiras, sejam elas topográficas ou infraestruturais.

Podemos ver os problemas existentes como uma oportunidade de intervenção, a ideia de criar uma sociedade mais equitativa, oferecendo melhor acessibilidade aos serviços, empregos, espaços públicos, saúde, habitação, mobilidade e educação, poderá transformar toda uma comunidade criando maior coesão social.

Sempre foi uma preocupação humana ultrapassar as barreiras naturais, as pontes romanas são um exemplo. Nos dias de hoje, com as cidades cada vez mais ocupadas, e uma necessidade de responder aos desafios atuais, existe a preocupação de repensar os limites urbanos e

como estes acabam por influenciar a possibilidade de gerar, ou não, um chão comum.

Este chão pretende unir e promover o encontro das várias realidades, tornando-o inclusivo, pois proporciona uma interação entre os habitantes, fazendo com que as barreiras deixem de ser um obstáculo na cidade, mas sim um ponto focal de ligação.

A paisagem das barreiras naturais deve ser mantida e preservada, aproveitando o seu potencial topográfico para que, com pequenas intervenções, se tornem habitáveis, oferecendo à população espaços de grande qualidade, sem ter de alterar toda a sua morfologia, que até então não eram aproveitados.

Trazer novamente a produção agrícola integrada nas áreas metropolitanas, colocando mais perto os produtores dos consumidores poderá trazer benefícios a uma cidade no que diz respeito à mobilidade, com a diminuição de grandes transportes de mercadorias, à sua sustentabilidade, diminuindo os custos, tornando os produtos essenciais economicamente mais acessíveis, e ao ambiente, por diminuir a poluição e aproveitar os recursos existentes.

Considerando que todas as cidades têm a sua história, existem infraestruturas que deverão ser respeitadas, uma vez que fazem parte da própria identidade daquela comunidade. A ação da arquitetura pode ser feita através da reinvenção e transformação desses edifícios para que possam adaptar-se de forma a responder às necessidades da vida atual.

A construção dos novos edifícios terá de ser realizada pensando nas eventuais alterações que poderão vir a ser necessárias no futuro, reabilitando e flexibilizando a construção, dando espaço a alterações de usos e programas que os edifícios que sejam propostos consigam permanecer úteis com o passar do tempo.

Em todos os tecidos urbanos existem espaços vazios presentes na malha urbana. Estes espaços devem ser aproveitados para consolidar a cidade, criando sinergias para recompor o sistema urbano, promovendo o aparecimento de novos espaços de utilização coletiva que fomentam novas formas de viver a cidade, principalmente para os que se encontravam numa situação mais desfavorecida devido, não só, mas também, ao afastamento da área consolidada.

Tendo a consciência que temos de trabalhar com a realidade da cidade existente, poderemos fazer a diferença atuando nas zonas esquecidas e reinventá-las a partir de intervenções em vazios da cidade, que acabam por valorizar a malha urbana existente, melhorando e dignificando as condições de vida dos seus habitantes.

**Diz-se que é difícil criar matéria sem volume, no entanto,
a arquitetura não tem de ser sinónimo de construção.**

Entrevista ao Arquiteto Ricardo Carvalho

Dezembro 2022



Fotografia de Miguel Judas, 2022

Bem, as entrevistas começam-se com um agradecimento. Obrigada pela disponibilidade para fazer esta entrevista, que tem como base perguntas dos vários alunos da turma. Através destas perguntas, conseguimos identificar oito temas recorrentes, sendo o primeiro A Cidade. Neste tema, as questões que surgiram têm a ver com a sua definição, o acesso, a urbanidade, a densidade, e a relação com o passado e com o futuro. Num texto escrito em 2003 Jacques Herzog diz: "Já é hora de nos livrarmos dos manifestos e teorias porque eles não são o cerne da questão. Não há teoria sobre a cidade; só existem cidades." E de seguida questiona: "Como podemos defini-la, já que não conseguimos entender a criação mais complexa e interessante da raça humana?". Se não conseguimos descrever as nossas cidades a partir de modelos, como podemos operar sobre elas e encontrar as lógicas para a sua requalificação?

Bom, obrigado pelo convite. É um gosto estar aqui.

Creio que Jacques Herzog, quando faz essa afirmação, está a pensar num tempo em que a maior parte da população mundial está prestes a morar em cidades, coisa que entretanto se verificou plenamente, como sabemos. E está também a falar a partir de um ponto de vista e de um tempo, onde há um conflito que até hoje ainda não conseguimos resolver: os chamados centros históricos são tecidos urbanos que, ao longo dos séculos, evoluíram de forma muito coesa e lenta, e portanto, nós hoje apreendemos esses espaços urbanos como artefactos carregados de uma ideia de memória coletiva, precisamente, por serem resultado de muitos séculos de lentíssima evolução morfológica e às vezes, até mesmo, evolução tipológica.

O que se passou com a segunda metade do século XX, por oposição ao que acabei de dizer, é que a cidade passou a crescer de uma forma metropolitana e de rápida transformação morfológica descontínua não sistémica, o que deu origem àquilo que nós hoje chamamos de áreas metropolitanas ou áreas periféricas e, essas sim, já não são passíveis de ser apreendidas como uma coisa, mas passíveis de ser apreendidas como muitas coisas distintas, muitas coisas difíceis de ligar e sobrepor,

e de, como eu dizia à pouco, difíceis de encarar como um sistema.

Um filósofo francês, que se chamava Félix Guattari, escreveu um texto sobre esta ideia, que tem um pouco a ver com a ideia da cidade subjetiva por oposição à ideia da cidade histórica. A cidade subjetiva é exatamente a cidade que é fractal, caleidoscópica e, talvez por isso, Jacques Herzog diga que não é possível já falarmos de modelos, porque os grandes modelos que nós herdámos da história da arquitetura ocidental, foram modelos que conseguiram como ideia de princípio, meio e fim resolver partes da cidade. Se quisermos só falar do passado recente, podia falar-vos da cidade do século XIX de madriz Haussmaniana, ou seja, quarteirão definido de forma ortogonal que se sobrepõe à cidade medieval, ou mais tarde a hipótese da cidade industrial, do Tony Garnier, que é a primeira resposta à ideia que a cidade teria de se expandir de forma a encontrar as fábricas e resolver o problema do proletariado ou ainda depois, já com uma forma política completamente diferente, a cidade do movimento moderno e sobretudo a República de Weimar na Alemanha, onde muitos arquitetos conseguiram construir milhares de fogos de habitação e reinventar a forma urbana a partir da ideia da Garden City, mas não sendo já a Garden city, já era outra coisa. Hoje conhecemos esta cidade como o movimento moderno, mas ela teve muitas configurações que se chamaram siedlungen, cidades satélite, e por aí fora, podíamos continuar até as new towns inglesas. Ou seja, cidades com princípio, meio e fim e construídas como satélites das grandes cidades inglesas e escandinavas, até que chegamos ao final do século XX, e com as características que eu acabei de expor à pouco, de facto é impossível impormos um modelo, porque o modelo nunca iria resolver este nível de complexidade e do chamado Sprawl - a cidade difusa - que é um fenómeno que acontece um pouco à volta do planeta, mas sobretudo no mundo mais industrializado. Para esse Sprawl, para essa cidade difusa, estes modelos, de facto, já não eram passíveis de serem uma resposta. E aquilo que o Jacques Herzog propõe, e que não está aí na citação que me foi feita, é uma ideia também bastante interessante, que é a ideia de intervir com pon-

tos de energia, poderosíssimos, que ele chama de acupuntura, um pouco como as agulhas que são colocadas no corpo humano e que através de uma relação de modos de energia distintos provocam uma alteração no metabolismo, e, portanto, quando ele diz que não há modelos, por outro lado, dá-nos esta hipótese de intervenção, que é: não podemos intervir de uma forma global, holística, unitária, mas podemos intervir de um modo muito forte, alterando o modo como as energias se recompõem no sistema urbano, e isso tem a ver com a redefinição do espaço público, o papel da infraestrutura, e claro está, a hipótese de elevar a autoestima das populações menos privilegiadas que, por exemplo, ao terem a construção de um grande edifício de equipamento coletivo - seja ele um centro cívico, desportivo ou cultural - de repente funciona como o tal ponto de energia de acupuntura em que todo o tecido urbano se reinventa a partir de uma nova intervenção. É um pouco aí que estamos, e nesse sentido, o Jacques Herzog tinha, no meu ponto de vista, toda a razão em afirmar o que afirmou, porque não podendo resolver o todo, temos que atribuir força máxima ao poder da parte, do fragmento.

Como se preserva a identidade de uma cidade? Existe uma cultura material característica de cada cidade?

Diria que sim. Por muito que possamos dizer que isso é um tema do passado, carregado de uma certa nostalgia, e muito ligado a questões de patriotismo, que foram exploradas do pior modo pela política recente, eu creio que não há hipótese de escapar a uma ideia de pertença - e, a ideia de pertença a uma cultura, a uma cidade, é uma ideia que desde a pós-modernidade foi permanentemente colocada em causa, mas permanentemente recuperada, e dou-vos um exemplo: acreditava-se, nos anos mais otimistas do pós-guerra, do Baby Boom, e do chamado International Style, que todas as cidades ocidentais iriam exprimir-se do mesmo modo, com o mesmo tipo de edifícios coletivos e de habitação coletiva, algo que depois o Jacques Tati irá parodiar no filme Play Time, em que, de repente, as cidades se aparentam todas entre si, mas é óbvio

que isso não poderia vingar, porque o ser humano está muito para além dessa hipótese de homogeneidade. A grande viragem foi, exatamente, quando se aborda a ideia de pertença e, a pós-modernidade em arquitetura, pelo menos aquela mais interessante, aquilo que traz é, precisamente, isso, quando afirma os lugares são irrepetíveis e que cada arquiteto ou grupo de arquitetos tem que responder a um contexto preciso que não é replicável. É neste contexto que surge a obra do arquiteto Álvaro Siza, se vocês pensarem um pouco naquilo que aconteceu no início dos anos 60, aqui em Portugal, em que um arquiteto pôde propor uma arquitetura que pertence a uma cultura arquitetónica abrangente, mundial, universal, e contudo a resposta está, completamente, alavancada por uma ideia de irrepetibilidade do contexto, e esse contexto que vocês aqui chamam de identidade - é um termo mais escorregadio - tem a ver com muitas coisas, tem a ver com o património humano, mas também físico e material, tem a ver com fricções, a ideia de pertença existe sempre, é sempre reinventada porque, a cada nova geração chegam pessoas novas, mas também chegam pessoas que não são dos sítios e que passam a ser, e assim, essa identidade reinventa-se permanentemente. Portanto, a resposta é sim, se aceitarmos que a identidade é um processo como a própria aventura humana que está, permanentemente, a colocar-se em causa e, permanentemente, a reinventar-se, mas eu diria que hoje, a ideia de pertença, a ambição de pertença, é qualquer coisa que alimenta a humanização dos lugares. Nós associamos o contrário a uma ideia de pesadelo, não é? Não pertencer a nada creio que podemos dizer que é uma condição que nos inquieta.

O tema seguinte é entangled life que fala sobre a partilha, a interligação, e a relação dos humanos com os próprios humanos, dos humanos com a natureza. Num dos seus escritos Paulo Mendes da Rocha refere-se à ideia de urbano dizendo: "O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem, nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano

que vive na confiança vive, na esperança e na solidariedade do outro." Hoje em dia os humanos passam a maior parte do seu tempo em espaços desenhados — é responsabilidade de quem os desenha lembrar [os humanos] de que fazem parte da natureza?

O ser humano é eminentemente urbano, não só pelas razões que já indicaram citando o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, mas também do ponto de vista estatístico. Desde há poucos anos, menos de dez creio, metade da população do planeta é urbana, portanto há o pensamento puramente quantitativo por um lado, e por outro lado há a questão do que é que isso quer dizer. Quando o José Adrião e eu entrevistámos o Paulo Mendes da Rocha em 2007, creio eu, a primeira pergunta que lhe colocámos foi uma citação do Max Weber que dizia "o ar da cidade liberta-nos", e a conversa começou assim, com esta ideia do Max Weber, à qual o Paulo Mendes da Rocha respondeu: "sim, porque no campo ninguém pode ver as pessoas que morrem de fome, só os corvos, e na cidade quando alguém tem fome nós somos obrigados a olhar essas pessoas nos olhos e confrontamo-nos com a nossa própria condição", que é uma resposta poderosa porque contém também uma outra ideia, que é a da responsabilidade, do que é que é o ser urbano. A aventura da cidade, que se confunde com a própria história da civilização, teve sempre um pouco a ver com isso. A primeira ideia de cidade, além do traçado hipodâmico grego, ou seja, da grelha, conteve logo a seguir uma ideia de limite, de definição do que é que era cidade e do que é que não era, exatamente por isto, porque a cidade era aquilo que protegia: protegia do inimigo, protegia do desconhecido, protegia da peste, protegia dos animais selvagens, sendo que os que estavam dentro, os que pertenciam, eram aqueles que não só estavam protegidos, mas também eram aqueles que podiam cooperar, e, portanto, cidade implica proteção, mas também implica cooperação, trabalho coletivo, a ideia de um bem comum. Aquilo a que Paulo Mendes da Rocha se refere com a ideia do desenho, faz-nos questionar qual é o papel, o verdadeiro papel do desenho, se pensarmos em arquitetura e urbanis-

mo. Muitas vezes, o desenho é tão bom que não o sentimos, aliás quando viajamos e vemos Londres ou Roma, aquilo que nos emociona mais, em Londres, por exemplo, é uma ideia de absoluta repetição de um modelo urbano, a ideia da casa, da chamada Townhouse com o pátio inglês, e de ruas e ruas sempre com a mesma janela, com a mesma proporção, e a repetição absoluta de um elemento, que era uma espécie de homogeneização social, mas também uma ideia de bem comum, que afirmava que para a cidade tudo parecia calibrado e depois dentro de casa cada um poderá reinventar-se. Nós pensamos: "isto é impressionante", mas isto foi desenhado, isto foi pensado por gerações e gerações de pessoas que chegaram a uma proporção de edifício vertical, com um número de pisos, que inventaram um pátio que é uma espécie de fosso para a rua, que inventaram uma tipologia mínima com uma escada bastante vertiginosa no interior, que permitia que muitas pessoas se alojassem naquela bateria de edifícios verticais, inventaram uma forma de utilizar o tijolo, inventaram uma forma de trabalhar as carpintarias, e, muitas vezes, a ideia de pertença e de definição da individualidade vinha um pouco da cor dessas mesmas carpintarias. Portanto, havia desenho, e desenho não é exclusivamente aquilo que nós podemos imaginar, como aquilo a que hoje chamamos de design, ou de grande afirmação de uma ideia de criatividade subjetiva a partir da arquitetura. Desenho, para mim, implica isto. E em Roma ainda é mais poderoso, porque são 2 mil anos de história de desenho, 2 mil anos de muitos arquitetos a desenharem coisas diferentes, muitas vezes coisas que reagem àquilo que tinham herdado e, quando nós passeamos pela cidade, essa sobreposição dos vários tempos, e dos vários desenhos, continua a dizer-nos que: mais importante do que saber quem fez, é aquilo que lá está, o artefacto construído. Portanto, a responsabilidade do desenho eu creio que possa ser um pouco diminuída porque, se for entendida no tempo longo da cidade, ela é apreendida como memória, como tradição. Nós estamos muito treinados para pensar agora no nosso tempo de vida, nos 50 anos para trás e nos 50 anos para a frente, mas se nós pensarmos na cidade com um

alcançe completamente diferente, vemos que o desenho se dilui no tempo e é aí, que eu acho, que ele começa a ser verdadeiramente fascinante, sem desprimor para os edifícios de exceção, mas isso é outra história. Mas como conjunto, eu creio que o grande desafio do desenho é ele ser apreendido como tempo, contudo era desenho.

Qual é o papel da natureza nas cidades?

Hoje é todo. Eu tenho estado a ler os livros de um cientista, pensador e filósofo, que se chamava James Lovelock. Era um homem que foi pioneiro nestes temas do pensamento filosófico a partir da ideia da natureza como sistema. O que James Lovelock propunha, desde os anos 60, era esta ideia de que o planeta é toda uma coisa à qual ele chamou "Gaia". É um pouco a base do filme Avatar, quando a ideia da natureza como corpo único reage à ameaça. A ideia de Gaia, que Lovelock propõe, é que não há o "nós" e a natureza, ou não há a fauna e flora, há tudo, tudo é uma coisa, e ao intervir numa, obrigatoriamente, intervimos em todas. E isto é altamente relevante porque, quando Lovelock propõe esta hipótese, ninguém lhe ligou muito, mas mais recentemente, muitos filósofos, urbanistas e artistas têm trabalhado a partir desta hipótese. Por exemplo, hoje há uma teoria que se chama wood wide web, que pega na teoria da internet, que é world wide web. Esta teoria tem a ver com uma experiência científica que foi feita num bosque demonstrando que, quando uma árvore precisa de ajuda, as outras árvores, que estão à volta, através das suas raízes, ajudam-na com os seus nutrientes, portanto há uma ideia de cooperação. Esta ideia vai ao encontro de uma possível resposta à pergunta: "Se aqui estamos, se houve pessoas tão especiais que conseguiram clarificar isto, nós hoje temos a responsabilidade de ler estes textos e usá-los nas nossas disciplinas, arquitetura incluída?". E é claro que sim, não há hipótese de, hoje em dia, a arquitetura continuar a ser predadora, porque, a arquitetura, por muitos séculos, não foi predadora, ela tornou-se, muito recentemente, na verdade. Na história da aventura humana, a arquitetura é predadora num brevíssimo troço que, infelizmente, é

o nosso tempo de vida. Calhou-nos a nós, que, hoje em dia, temos os meios para perceber que, de facto, poderá não ser assim. Eu acho que o grande desafio é utilizar o pensamento radical, logo ciência radical, para começar a reagir, por exemplo com o que está a acontecer na indústria ligada à reflexão sobre o desperdício, nomeadamente betão feito com lixo, vigas feitas com plástico reciclado, e poderíamos continuar. À volta do mundo há imensas coisas a acontecer a partir da inteligência humana, onde estão a procurar respostas. A ideia de natureza, se a vímos como "Gaia", na hipótese de James Lovelock, põe a arquitetura com uma responsabilidade ainda maior, porque sendo transformação, que é o que nós fazemos, a nossa responsabilidade é imensa. Como é que vamos fazer isso agora? Temos imensos meios à nossa disposição.

Não estamos só a criar mais lixo se a cultura não for a de constante restauro, reutilização, reaproveitamento?

Sim, desperdício talvez seja a palavra. A cultura moderna/contemporânea é a uma cultura de desperdício, claro que o grande desafio hoje é inverter o papel do desperdício, ou seja, em vez de ser um caminho sem saída, é tornar exatamente o mesmo caminho, incluindo o desperdício, numa hipótese de construção, como eu já referi há pouco, com as vigas de plástico, betão de lixo entre muitas outras hipóteses. A ideia dos depósitos de materiais, onde vários arquitetos podem ir recolher componentes de arquitetura e voltar a assemblear-los, que está a ser testada na Suécia, por exemplo, onde há edifícios que estão a ser desmontados, porque já não são necessários, e os seus componentes são medidos e numerados, para serem colocados em depósito, onde existe um organograma através do qual sabemos as dimensões, para depois serem reutilizados em novos projetos. Estou a falar por exemplo de betão prefabricado dos anos 60. Portanto, há muita coisa a acontecer que nos deixa otimistas. Onde é que estamos menos otimistas ou devemos estar menos otimistas? No facto deste pensamento, como em tudo, ainda ser minoritário, ou seja, teremos tempo ou haverá tempo, para passar de um pensa-

mento minoritário, para um pensamento mainstream? Esse é o grande desafio.

O Século XX foi marcado pela busca de providenciar habitação, "habitação para o maior número" foi central à arquitectura e à criação de cidade, por via sobretudo de iniciativa pública. Mais recentemente, emergiu a fé na "mão invisível do mercado" e no investimento privado como resposta ao problema. Um credo que os atuais fenómenos de gentrificação urbana puseram em crise. O direito à habitação, e por sua via à cidade, deve ser um direito universal?

É um direito universal, mas isso não quer dizer que esteja garantido, ou seja, está consagrado, um pouco como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estão consagrados há muito tempo, mais de um século creio, mas se nós quisermos, infelizmente, conseguimos sempre encontrar situações e contextos em que isso não está garantido. Com a habitação há uma afirmação que vocês fizeram com a qual não estou completamente de acordo: a iniciativa privada, não só a pública, construiu cidade. Se falarmos da Europa isso é central, exemplo disso é o plano de Haussmann, em Paris. Este plano, aos olhos de um pensamento político mais radical, foi talvez, uma grande viragem neoliberal - dentro daquilo que podia ser neoliberal naquele tempo - porque foram arrasadas partes da cidade medieval, onde viviam pessoas com menos recursos - as chamadas classes populares - e, com a nova formalização de avenidas, os boulevards, uma nova burguesia, ou pequena burguesia, pôde chegar a instalar-se, tudo isto com imenso proveito do ponto de vista empresarial. Ou, recuando um século, quando a Baixa Pombalina foi pensada, uma das histórias mais obscuras deste processo, que vários historiadores hoje contam é que, ao desenhar o novo cadastro na baixa pombalina, as melhores localizações foram redistribuídas beneficiando as famílias mais próximas do Marquês de Pombal, algo que surge da iniciativa privada embora este processo fosse lido como público. Portanto, é um equilíbrio difícil, porque a cidade tem sempre a força da iniciativa individual.

Muitas das coisas boas que a história da cidade nos deu, da cidade ocidental pelo menos, também têm a ver com essas ideias de propriedade privada, de iniciativa, do empreendedorismo, e da ideia de que nem tudo é fruto de um pensamento coletivo ou a partir de uma ideia de público. Contudo, com a emergência, que foi o que aconteceu no princípio do século XX, com as massas de pessoas deslocadas do campo para a cidade para ter emprego junto dos grandes assentamentos industriais, este processo já não podia ser deixado nas mãos de uma circunstância – e foi o que aconteceu no século XIX. Por isso é que quando lemos Charles Dickens, por exemplo, que é um retrato realista e duro de Londres no século XIX, vemos que quando ninguém se preocupou com o assunto, as piores coisas aconteceram: a exploração, a degradação, as pestes. O movimento moderno, como vocês referiram, pega nisto numa situação de urgência, que é aquela que temos hoje, apesar de não ser exatamente igual. E a situação de urgência do movimento moderno era uma situação de pré-revolução, porque não era possível as chamadas classes proletárias viverem nas condições em que viviam sem este problema ser encarado como um problema público ou nacional, e foi isso que os arquitetos alemães, sobretudo os arquitetos alemães, fizeram naqueles anos da República de Weimar – fizeram muito bem – e, depois, o impacto foi tão grande, tão grande, que todos os países na Europa acabaram por replicar alguns daqueles modelos. Nós não temos muito tempo hoje, mas eles partiram de uma ideia muito simples da Garden City e transformaram-na numa ideia de cidade muito mais poderosa em que a cidade já não era campo nem cidade, era uma coisa no meio. Hoje, a urgência é aquela que conhecemos, em que nas grandes cidades europeias o cidadão comum, ainda que tenha um emprego, já não consegue garantir o direito à habitação e, portanto, joga-se num patamar muito mais perverso, que é – como é que um extrato de classe média, dentro de uma população do mundo ocidental, não consegue garantir aquilo que é um primeiro direito. E, portanto, qual é a resposta possível, e aí estou de acordo: a resposta tem que ser ao nível público. Não creio que aqui em Portugal a

resposta esteja a ser dada como merecia, até porque, noutros momentos da história, esta foi a situação que gerou pretexto para se reinventar uma ideia de espaço público, uma ideia de viver em comunidade, uma ideia de tipologia habitacional, e eu não creio que isto esteja a acontecer. Dá-se quase uma situação paródica, em que a chamada habitação de interesse social replica tipologias habitacionais que vêm da iniciativa privada mais especulativa – os famosos “T” – que claramente não servem para a vossa geração, por exemplo, porque os conceitos de família também são dinâmicos. Também sabemos que a maior parte das populações hoje, nas cidades europeias, vive sobretudo sozinha, algo que é um dado absolutamente novo. Ao contrário do passado em que várias gerações viviam na mesma casa, hoje, a maioria das populações urbanas, das cidades europeias, vive sozinha, e as casas servem apenas uma pessoa. Isto implica um pensamento novo sobre a tipologia. A Suíça, que é um país com bastantes recursos, como sabemos, tem feito um programa, muito surpreendente, em que edifícios de habitação coletiva são desenhados deste modo: num piso, existe uma cozinha coletiva e vários quartos com casa de banho e uma pequena Kitchenette. Isto resulta em edifícios nos quais várias pessoas podem morar, seniores, estudantes, jovens casais com um filho... Como as células são relativamente pequenas, todos os espaços comuns do edifício, como a cozinha coletiva e as salas, acabam por ser espaços de maior generosidade, reforçando a ideia de encontro e de viver conjunto. Apesar de serem tipologias nunca antes experimentadas, já há vários exemplos construídos de grande sucesso. O que é que as motivou? A urgência – é muito caro viver na Suíça, portanto, havia muitas pessoas sozinhas, algo que originou a possibilidade dos arquitetos poderem refletir sobre estas ideias. Aqui em Portugal, isso aconteceu no passado, agora ainda não está a acontecer. É importante que entrevistas como estas, e trabalhos como o que vocês estão a fazer, se propaguem, porque como em tudo, a força de uma ideia permite que as coisas aconteçam, mas tudo tem que começar com uma ideia.

O “direito à cidade” é um dever do arquiteto, mais do que dos outros cidadãos?

Não. Acho que não.

É possível compatibilizar o direito à habitação com a geração de lucro?

As duas coisas sempre conviveram, pelo menos nas sociedades capitalistas, e creio que terão que continuar a conviver. Também poderíamos definir o que é lucro, no futuro, uma sociedade em equilíbrio é lucro, certo? Se por lucro, entendermos puro proveito material, então ficaremos novamente expostos a uma situação limite, em que, em muitos casos, será uma situação de tensão social e de instabilidade. Aquilo que é interessante nos sistemas capitalistas é que foi possível, à beira de um momento de instabilidade, o sistema reinventar-se, e algumas respostas surgiram para que esse equilíbrio instável permanecesse. Quando isso não acontece, dá-se a ruptura. Eu creio que é possível essa convivência, eu diria até que é desejável, porque a estabilidade absoluta também não é garantia de que as coisas mudem para melhor, e, portanto, as duas coisas terão que conviver, um pouco como esta ideia que na política é muito comum, que é a terceira via, ou seja – qual é a alternativa a revolução? É a terceira via. E a terceira via é a via, no meu ponto de vista, de cooperação e da inteligência, em que todo o conhecimento é aplicado a uma espécie de compromisso para que a revolução não seja necessária. Em relação à outra pergunta: “O direito à cidade é um dever do arquiteto, mais do que dos outros cidadãos?”, eu fui muito peremptório a responder, porque a cidade é de todos e eu acho que não nos podemos iludir sobre o papel do arquiteto. Esta coisa de que no pensamento teológico, Deus é arquiteto, Deus é o arquiteto do Universo, é uma coisa que nos saiu um pouco cara. O poder da arquitetura é um poder relativamente restrito. Nós temos o poder de transformação da vida das pessoas quando somos autorizados a tal, mas do ponto de vista da sociedade, a grande força na cidade não é a força da arquitetura, é a força das ideias, do pensamento económico, dos modelos económicos que cada sociedade adota para poder continuar a viver em conjunto,

e o que se passa hoje é que há um adiamento muito grande do que é que queremos, na abstenção nas eleições, numa ideia de que o consumo pode apaziguar tudo e isso é terrível, porque vai nos fazendo perder a noção de cidadania, da participação ativa naquilo que deve ser a transformação. Esse é o grande perigo, mas eu acho que o poder dos arquitetos é um poder entre os demais, não vejo nada que nós tenhamos mais poder do que os outros. Temos sim, uma enorme responsabilidade.

Doris Salcedo, a artista contemporânea colombiana, diz numa das suas entrevistas: "o meu processo é interferir, inserir-me no espaço público obliquamente e não diretamente, para que outros possam, por sua vez, reivindicar o espaço para si." Poderemos afirmar que o espaço público é um mecanismo de coesão social?

É o espaço do diálogo e do conflito, é o espaço do outro, é talvez o único momento nas sociedades contemporâneas, em que nos confrontamos, genuinamente, com o outro. A Doris Salcedo é uma artista extraordinária, que tem trabalhado muito sobre a tensão da relação com o outro, que, muitas vezes, implica medo, desconfiança, mas também implica empatia e amor. Portanto, num tempo em que as redes sociais, claramente, se sobrepõem a uma ideia de espaço público, eu diria que o verdadeiro espaço público, a condição pública da cidade é o momento em que nós podemos medir com o outro e, como dizia Paulo Mendes da Rocha, podemos olhar olhos nos olhos tudo o que está a acontecer à nossa volta.

O espaço público tem outra característica muito interessante - o mundo ocidental produziu, a partir do séc XVIII e XIX, um espaço público tão poderoso, tão coeso, tão forte que hoje o encaramos como O Espaço Público por natureza, ou seja, quando andamos pela Baixa de Lisboa, por exemplo, no Rossio, na Praça da Figueira, na Praça do Comércio, aquela ideia de espaço público é tão perfeita, na sua condição material e na sua condição simbólica, que torna muito difícil encontrar a resposta à pergunta: "o que é o espaço público da contemporaneidade?", e, muitas vezes, assistimos a arquitetos a utilizar designa-

ções como "boulevard", "rambla", "praça simbólica" em espaços contemporâneos, onde isso acaba por ser muito estranho, porque há muitos lugares da cidade contemporânea, que não são o centro da cidade onde começámos esta conversa, mas as grandes periferias. Imaginem uma periferia dos anos 70, aqui de Lisboa, construída, essa sim, com base numa ideia de lucro material, com edifícios de oito pisos, praticamente sem espaços porosos e com a necessidade de desenharmos aquilo que seria o novo espaço público. Faria sentido dizermos que era uma rambla? Ou um boulevard? Diria que não. Portanto o grande desafio para os arquitetos é: Qual é a configuração deste novo espaço público? E isso é uma coisa que tem tardado a surgir. Há aquela reflexão extraordinária dos Lacaton e Vassal, do final dos anos 90, em que houve um concurso para a reabilitação de uma praça num pequeno bairro em Bordéus, e o Jean-Philippe Vassal e a Anne Lacaton escrevem um texto, que é o projeto do concurso, e esse texto descreve como a praça é extraordinária, como as pessoas seniores a usam para jogar à malha, como o terreiro é lindo. Dizem que é preciso reabilitar os bancos e pôr uns caixotes do lixo, de preferência que não sejam em aço inox, e não muito mais do que isso. Isto é uma grande lição de arquitetura. Porquê? Porque não há necessidade de mudar por mudar. Há coisas que, de facto, são coesas e que implicam outra ideia que foi aqui lançada que é a da pertença. Se nós destruirmos aquela ideia de pertença, a favor de uma ideia de design, estamos a prestar um mau serviço a uma ideia de bem comum. E portanto qual é o espaço público da contemporaneidade? Onde é que ele é verdadeiramente emocionante? Há um exemplo incrível em Nova Iorque, desenhado pelos Diller and Scofidio e pelo James Corner, que é arquiteto paisagista, em que os arquitetos propõem à cidade que uma antiga estação de caminho de ferro comercial, ou seja, que só transportava mercadorias, pudesse ser transformada num espaço público linear. Vejam o sucesso que teve! O que é que veio a seguir? Lucro. Todos os edifícios que ladeiam a High Line foram reabilitados, alguns deles por arquitetos muito conhecidos, e portanto, aquilo que era um resíduo, aquilo que era alguma

coisa que provavelmente numa primeira intuição seria para demolir ou para transformar, talvez numa rede de metro convencional, digo eu, foi transformada num espaço público que tem um pouco de tudo: tem a ideia de conexão fabulosa, tem a ideia de contemplação, porque há momentos de paragem em que uns anfiteatros olham para as ruas, tem o lado das plantas, para criar oxigénio, uma espécie de museu botânico, com as plantas todas identificadas, e é muito bonito. Portanto, a invenção humana terá sempre resposta, mas tem dado muita luta. Há muito poucos exemplos, ou pelo menos eu não os conheço, de uma invenção do que é o espaço público contemporâneo.

Quão público pode ser um edifício privado?

O Paulo Mendes da Rocha, de quem já falamos, tem esta frase avassaladora que é "toda a arquitetura é pública" eu tenho a convicção de que isto é absolutamente verdade. Eu costumo partilhar esta ideia, não exatamente com estas palavras, com palavras minhas, que é: qualquer projeto, por muito pequeno que seja, serve para um pensamento sobre o bem comum, nem que seja para elevar a autoestima de uma comunidade. Por exemplo, vocês têm hipótese de intervir numa área mais ou menos deprimida. O vosso trabalho será, provavelmente, o primeiro trabalho feito por um arquitecto naquele contexto, com a delicadeza que se espera que esse trabalho tenha, vai elevar a autoestima, não só de quem o encomendou, mas também de tudo o que está à volta, porque as pessoas quando passam e olham, vão sentir a diferença. Algumas vão achar estranho, outras vão achar bonito, outras vão querer um igual e a responsabilidade de um pequeno projeto acaba por ser, em termos de força, muito parecida à de um grande projeto, porque tudo depende do contexto onde se opera e nesse sentido toda a arquitetura é pública, porque tudo o que nós fazemos, espera-se, é uma espécie de algo comum para esse mundo ser melhorado. Muitas vezes, um cliente, sem saber, é o grande pretexto para isso acontecer. Isso é a parte absolutamente extraordinária da nossa profissão - é que as pessoas que nos procuram para fazer

um trabalho, muitas vezes, elas próprias, são o veículo para que esse trabalho crie um novo nexa e uma nova ambição, um novo desejo de beleza também, uma palavra que ainda não falamos, mas a beleza tem muito a ver com a ideia de bem comum.

Hashim Sarkis questiona o que é o habitar coletivo da seguinte forma: "(...) Precisamos de um novo contrato espacial. No contexto de crescentes divisões políticas e crescentes desigualdades económicas, é urgente imaginar espaços nos quais possamos viver juntos com generosidade: juntos como seres humanos que, apesar de nossa individualidade crescente, se desejam conectar uns com os outros e com outras espécies através do espaço digital e do espaço real; juntos como novas famílias em busca de espaços mais diversos e dignos de habitação; juntos como comunidades emergentes que exigem equidade, inclusão e identidade espacial; juntos através das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação; e juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver(...)". De que forma é que um edifício de habitação pode garantir uma experiência de partilha de um espaço comum entre os seus habitantes?

A resposta é: de um modo total, completo. Por exemplo, aqui em Lisboa, o Bairro das Estacas, desenhado pelo arquiteto Ruy Jer-vis D'Atouguia e pelo arquiteto Sebastião Formosinho Sanchez, no final dos anos 50 e, pela primeira vez, aqui em Portugal, foi experimentada a ideia de que um bairro se podia levantar do chão permitindo que, debaixo dos edifícios corresse um jardim, um parque público, desenhado por Conçalo Ribeiro Teles. A partir do momento em que esta ideia, que é uma ideia do movimento moderno como todos sabemos, se constrói e se desenha no bairro de Alvalade, que também, como sabemos, é um bairro de qualidade altíssima, a todos os níveis, mas a partir do momento em que dentro de uma célula, das oito células do bairro, se constrói esta hipótese de vida em comum, que é a ideia do parque contínuo, é claro que as pessoas imediatamente percebem a diferença. Isso é tão

poderoso e tão forte que quando alguma coisa não corresponde àquilo que o projeto oferece, as pessoas protestam, algo que já aconteceu quando interromperam uma parte do jardim. E, portanto, o que é verdadeiramente relevante é garantir às pessoas o direito a algo que a arquitetura permite, que é a possibilidade de viver de muitos modos distintos, seja levantado do chão, seja para baixo, seja na cobertura. A partir do momento em que isso é oferecido, não há caminho para trás possível. Porque é que a periferia é tão fascinante como tema de trabalho? Precisamente por estar baseada numa ideia de lucro, exclusivamente material e os edifícios terem sido construídos sem um sentido de bem comum. Hoje, a pergunta que se coloca é: como é que vamos atribuir essa ideia de bem comum ao que lá está construído, vamos demolir uma parte? Eu diria que sim, defendendo isso. Vamos intervir nos edifícios e vamos, por exemplo, esventrar os pisos térreos, que servem de habitação, para terem todos comércio, porque o comércio ajuda imenso à perceção de uma comunidade através da segurança, da convivência, ou vamos esventrar um piso inteiro em cada um dos edifícios para atividades coletivas? Ou vamos tratar as coberturas? Ou seja, o nosso trabalho é criar precedentes. A partir do momento em que um precedente é criado, e isso aconteceu nos últimos cem anos com as ideias sobre o habitar coletivo, outros virão - aquilo a chamo de impacto - e lidarão com essa semente, com esse DNA da ideia. Por isso é que um edifício do movimento moderno nunca foi rigorosamente a mesma coisa quando foi copiado: um edifício do Le Corbusier, cada vez que foi copiado, foi sempre uma coisa diferente, e um edifício do Bruno Taut sempre que foi copiado, nomeadamente pelo Siza como ele sempre o diz, foi sempre uma coisa diferente. Um edifício do Ernst May, que fez a nova Frankfurt, sempre que foi copiado, foi sempre uma coisa diferente, e poderíamos continuar... Portanto, o nosso trabalho é abrir precedentes, e quando esse precedente se gera e as pessoas vêem o quão forte pode ser a ideia de ter um espaço comum debaixo de um edifício, ou um piso a meio do edifício que é um piso coletivo, ou a ideia de uma sala de condomínio na cobertura com uma vista

fabulosa, para elas "está ganho" e, assim, a exigência gera-se. O grande problema da nossa cultura portuguesa urbana é que esta exigência ficou muito circunscrita às classes médias altas urbanas e, portanto, toda a cidade metropolitana não foi objeto desta possibilidade, e o vosso trabalho agora, geracionalmente falando, é exatamente contaminar a grande cidade infinita, difusa, com estas ideias, para que o dito património comum da arquitetura chegue verdadeiramente a todos, com pequenas ações.

No livro "On and Around Architecture: Ten Conversations", da dupla Jonathan Sergison e Stephen Bates, refere-se a ideia de olhar para o projecto de um edifício de habitação colectiva a partir do seu tempo de vida. O seu esqueleto, na perspectiva destes arquitectos, deve ter um tempo de vida longo, e ser visto como uma ruína permanente, que pode ser habitada transitivamente. Para isso deverá ser flexível e duradoura. Os outros ciclos de vida são médios, ou seja, são ciclos que se devem adaptar às alterações. O esqueleto é, assim, habitado pelos diversos componentes do edifício, como os que asseguram o funcionamento das infra-estruturas ou as fachadas, o invólucro. Esta separação em três momentos obriga-nos a uma outra forma de projectar. Em que o tempo volta a ser um dado fundamental no processo - tempo de execução e tempo de vida. Como definir flexibilidade na arquitetura? Qual é o maior obstáculo?

Aquilo que o Stephen Bates e o Jonathan Sergison propõem é uma ideia muito bonita e erudita da possibilidade da arquitetura contemporânea poder atuar como a arquitetura pré moderna atuou. Ou seja, em que a ideia de autoria dá lugar a uma ideia de processo, um pouco como acontecia até ao século XIX, em que os edifícios eram trabalhados por gerações de arquitetos, muitas vezes pais e filhos, aliás, eu estive com a Inês Lobo há pouco tempo em Bath e vimos alguns exemplos do século XVIII de edifícios belíssimos, os famosos Crescents em que, gerações de arquitetos, portanto às vezes pai, filho e neto, trabalhavam nos edifícios e nesta ideia de que o processo estava em aberto.

Acho que os Sergison Bates falam desta possibilidade, para os dias de hoje, com um novo dado, que é o da procura de uma responsabilidade sempre cada vez maior sobre a ideia do revestimento e da infraestrutura que, como sabemos, estão hoje sujeitos à ciência e por isso vão ser cada vez mais responsáveis, do ponto de vista da ecologia. E, portanto, se garantirmos que o esqueleto, a estrutura é bem desenhada, bela e perene, sabemos que o invólucro poderá mudar de acordo com aquilo que o pensamento artístico e científico puder criar para, permanentemente, pertencermos à tal ideia de Gaia, e é um pouco isso que está a ser discutido nessa conversa deste livro, que eu também conheço e gosto bastante.

A ideia de que um edifício pode gerar uma ruína inteligente, na verdade, foi aquilo que herdámos das ruínas do mundo ocidental. É isso que vemos da arquitetura grega hoje: os revestimentos há muitos séculos já não estão lá, deparamo-nos com a ruína. E essa é a grande emoção - quando nos confrontamos com a arquitetura grega - a emoção de ver ruínas inteligentes. Eu acho que estes dois arquitetos britânicos estão a propor uma ideia radical que é: "então vá, vamos tentar fazer isso com aquilo que de mais corrente existe numa cidade que é a habitação coletiva, vamos por isto ao nível do Partenon".

[risos]

Hoje, temos consciência que a indústria da construção, assim como a utilização dos edifícios, são directa ou indirectamente, das maiores fontes de poluição do planeta. Mas continuamos a ser chamados a construir e num momento de urgência climática. O presente parece, por isso, uma oportunidade de repensar o que significa e deve comportar construir. O que parece impor mudanças a todos os envolvidos no processo: os projetistas, a indústria e os construtores. Qual é a sua percepção sobre a indústria da construção hoje em dia comparando com outros momentos da nossa história em que a industrialização teve um papel preponderante?

Diria que é um papel ao qual a indústria vai ser forçado, diria também que a via possível é exatamente a consagração atra-

vés das leis do caminho a seguir. Muitas vezes a ideia da lei, seja nos hábitos sociais, seja na ideia de crime, na ideia do que está certo e errado, está à frente da própria sociedade. Isso aconteceu ao longo destes séculos muitas vezes. A própria ideia dos direitos humanos, de que conversamos há pouco, está muito à frente da própria realidade. Quando muitos pensadores tentaram questionar a escravatura no mundo ocidental, portanto na Europa e nos Estados Unidos, fizeram-no sete décadas antes da própria escravatura ter sido abolida, globalmente falando. Portanto, aqui não é diferente, há um património de pensamento científico e artístico que está muito à frente daquilo que é a realidade. O que vai acontecer é que agora vamos ter uma consagração através da regulamentação da construção, das leis, dos benefícios fiscais às empresas que se possam querer inserir nesta estratégia, e isso vai levar um pouco a reboque a maioria das ações. Sempre aconteceu assim. Como disse há pouco, volto a dizer, o nosso grande desafio é o tempo disponível para este processo poder de facto desenrolar-se. O James Lovelock, no último livro que escreveu em 2019, pouco tempo antes de morrer, fala, inclusivamente, numa ideia muito desafiadora que é: provavelmente os humanos do futuro, a que chama de "pós-humanos", irão olhar para nós como nós olhamos para o Neanderthal, e nesse sentido esta é a resposta a esta pergunta: estamos num momento em que se vai dar a consagração jurídica, moral até, de todos estes processos, mas depois vamos precisar que o mundo se encaixe e vá a reboque. Mas eu acho que isso já não será para nenhum de nós sentados à volta desta mesa.

O que é valorizado entre os arquitetos, por vezes de forma consensual, não corresponde necessariamente ao que é valorizado pela "pessoa comum". Nesse sentido surge a questão: O que define a boa arquitetura?

Essa para mim é relativamente fácil, porque tenho feito esse exercício há muito tempo, de procurar uma definição possível para arquitetura. Para mim, é pensamento e construção - é este binómio. Se for só pensamento, falha-lhe o lado do

compromisso com a transformação, se for só construção, atualmente, falha-lhe a ambição de diálogo com a história da arquitetura, com a história da técnica, com a própria ideia da natureza, dos sistemas naturais que já falámos aqui. Para mim, para eu sentir que qualquer coisa é arquitetura, tenho que sentir isto, e acho que não devemos ter medo de assumir que, na maioria das manifestações que implicam construção civil, apenas uma pequena parte é arquitetura, e apenas uma pequena parte é capaz de levar esta ideia de tocha olímpica de diálogo com o mundo de uns para os outros, horizontalmente, verticalmente, tanto faz. Tudo o resto é uma espécie de ação episódica que é necessária, nobre, muitas vezes nobre, mas que não chega a ser arquitetura.

A nossa disciplina é uma disciplina que começou com a capacidade de um conjunto de mulheres e de homens olharem para aquilo que estavam a fazer e escreverem tratados sobre como é que se faz um lintel e uma viga, o que é que significa o lugar do fogo, o que é que é a muralha simbólica e matericamente falando. Portanto, arquitetura para mim implicará sempre isso. Há momentos em que ela foi mais pensamento, como no caso dos arquitetos do século XXVIII, da Revolução Francesa, em que não havia meios, por exemplo, para pôr em prática aquilo que propunham e há momentos em que é altamente operativa e revolucionária, como no movimento moderno.

Hoje há muito mais arquitetos e havendo tantas pessoas formadas em arquitetura, dá-se uma nova condição, quanto a mim, bastante fascinante, na qual tudo isto se amplia - ampliando a discussão, eu diria, quase até ao infinito, porque nunca houve tantas pessoas preparadas para a ter. Quando eu ouço esta hipótese de que as pessoas podem não aderir a um trabalho que um arquiteto fez, tendo também a ser muito arquiteto, porque as pessoas não aderiram ao Georges Pompidou quando ele foi construído em Paris e, no entanto, é uma obra que hoje ninguém poderia imaginar ser demolida. Ou, quando o Arquitecto Álvaro Siza começou a fazer o Chiado e as pessoas não perceberam de imediato, talvez porque o processo tenha sido muito lento, o que é que tudo aquilo significava, mas hoje sabemos que foi provavelmente

a mais importante reflexão sobre cidade que a nossa cidade teve no século 20, diria eu. Pelo menos é assim que eu vejo, e sei que não sou a única pessoa a pensar nisto. Teremos sempre de pensar que, no pensamento artístico e científico - a arquitetura convoca ambos - não temos de concordar permanentemente com o que as pessoas acham. Muitas vezes o nosso dever é, até, estar onde nem se supõe que possamos estar, porque como também já disse hoje, é preciso que se abram precedentes, e uma vez aberto o precedente, comprovada a sua qualidade, as pessoas vão aderir, tenho a certeza.

Muito obrigada.

Obrigado eu.

Entrevista ao Arquiteto João Nunes

Dezembro 2022



Fotografia da autora, 2022

Muito obrigado João, por se disponibilizar para partilhar algumas das suas ideias conosco. Em turma, reunimos uma série de questões que nos interessam sobre diversos temas, sendo a primeira sobre a cidade. Num texto escrito em 2003, Jacques Herzog diz: "Já é hora de nos livrarmos dos manifestos e teorias porque eles não são o cerne da questão. Não há teoria sobre a cidade; só existem cidades." E de seguida questiona: "Como podemos defini-la, já que não conseguimos entender a criação mais complexa e interessante da raça humana?". Se não conseguimos descrever as nossas cidades a partir de modelos, como podemos operar sobre elas e encontrar as lógicas para a sua requalificação?

Isso não é bem uma pergunta, é uma transcrição de uma afirmação muito questionável e com a qual eu não estou de acordo em vários momentos. Não estou de acordo, em primeiro lugar, com a ideia de nos livrarmos de manifestos e teorias. Não só há imensas teorias sobre a cidade, como algumas nos ajudam, de facto, a perceber o que é a cidade. A primeira noção importante a não perder é o que a cidade representa enquanto lugar abstrato.

Eu sou uma pessoa bastante ligada ao mundo rural e tenho ainda, na contemporaneidade, a perfeita noção do que significa produzir coisas como velos de lã, como litros de leite, como azeitonas, como borregos e interagir com o mercado - interagir com o mercado significa procurar uma plataforma de encontro entre os produtores e os compradores que irão transformar estas matérias primas em tecidos, em queijo, em azeite, etc. E mais do que o lugar onde se produz, a cidade é o lugar do encontro e da troca - é uma espécie de grande feira que trabalha em primeiro lugar sobre excedentes. Se não existir uma agricultura com capacidade produtiva suficiente para criar excedentes, não conseguimos ter produto de troca, não temos mercado, não procuramos essa plataforma de encontro e não existem condições de cidade. Portanto tudo tem a ver com a nossa capacidade de produzir matérias primas com uma condição da produção de excedentes, que nos liberta da corveia de nos mantermos quotidianamente e

nos permite ocupar esse lugar da troca. Eu creio que esta é a primeira teoria sobre cidade - é um encontro - e é uma teoria interessante que não só nos localiza espacialmente, que é já algo que descende imediatamente deste raciocínio, como também nos permite entender a cidade como sendo profundamente complementar a outras coisas. Não é um objeto, é uma relação, um tecido de relações, um produto de relações - se não existirem essas relações, não há cidade. A confusão entre a cidade-relação e a cidade-objeto é uma questão muito contemporânea e a necessidade de teorizar sobre a cidade tem que ver com a necessidade de não esquecer essa diferença. Podemos teorizar sobre o objecto cidade, sem dúvida nenhuma - "como é que se resolve a figura que deve física e materialmente ser capaz de gerir e articular essas relações?", mas não me parece que seja isso a teoria sobre a cidade. A teoria sobre a cidade é feita questionando, por exemplo, como relacionar questões de densidade com a ocupação dos vales - que é um problema que se põe nas cidades sem porto - e conseguindo compreender a cidade como parte de um sistema muito mais vasto, ao qual eu chamo paisagem. E, portanto, recuso completamente a ideia de que não há teoria sobre a cidade. Há teoria sobre a cidade, há teoria sobre a paisagem, e são essas teorias que nos ajudam, precisamente, a produzir modelos sobre a cidade. Temos, felizmente, muitos modelos de funcionamento da cidade, alguns mais básicos - onde se reúnem produtores com produtores, e produtores com consumidores - que nos permite, não só, perceber a cidade como um nodo de um grande sistema a que se chama paisagem, como nos permite, também, perceber quais são as formas de financiamento das várias paisagens - se comprar um pão local e azeite estou a financiar uma paisagem, se comprar bímbo e manteiga estou a financiar outra - e isto está diretamente relacionado com este modelo, numa espécie de grandes grafos onde os nodos são as cidades.

Depois há modelos muito complicados relacionados com as dinâmicas, com os fluxos, com a mobilidade, com a drenagem das águas, com o solo e a ocupação do solo, etc. Os modelos de funcionamen-

to das cidades sobre o ponto de vista da drenagem, por exemplo, fazem-nos muita falta - nomeadamente, para perceber que os fenómenos climáticos extremos não são algo excepcional ou imprevisível, muito pelo contrário, acontecem com uma precisão bastante rigorosa - e é necessário tomarmos medidas de modo a conseguir evitar que os aspetos mais catastróficos desses fenómenos se voltem a realizar.

Acho que o João já respondeu em parte à questão do próximo tópico, que fala sobre a *Entangled Life* - num dos seus escritos Paulo Mendes da Rocha refere-se à ideia de urbano dizendo: "O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem, nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano que vive na confiança vive, na esperança e na solidariedade do outro". Hoje em dia os humanos passam a maior parte do seu tempo em espaços desenhados, é responsabilidade de quem os desenha lembrar [os humanos] de que fazem parte da natureza? Qual é o papel da natureza na cidade?

O "urbano não é nada" não é bem assim - o urbano serve, no fundo, para fazer funcionar um sistema maior e eu percebo esta ideia de que a cidade é a nossa intriga, é uma espécie de script, mas que tem, precisamente, a ver com a questão das relações - são estas que escrevem a cidade, que a descrevem e que a constroem e essa imagem é bonita... A ideia de um modelo generoso do desenho da cidade, como era o caso [do modelo] do arquiteto Paulo Mendes da Rocha - a ideia de que a intriga é feita na tentativa de construção da confiança, da solidariedade e da esperança que pode haver uma maneira justa de escrever e desenhar essa narrativa. Eu creio que os humanos passaram a maior parte do tempo em espaços desenhados - a partir do momento em que começaram a transformar o mundo que os rodeia, plantando e semeando as primeiras sementes, cortando floresta, criando os primeiros sinais de antropização, estavam já a desenhar espaço para viver neles e essa é a nossa sina, é aquilo que sabemos fazer. Aliás, pelo contrário,

somos completamente incapazes de viver no selvagem e de sobreviver em espaços que não sejam transformados em qualquer coisa de habitável, porque somos tão frágeis que se formos submetidos às verdadeiras condições do selvagem, morremos de frio, de extremo calor, de radiação solar, de fome, somos comidos por outros animais, não somos capazes de nos defender.

Portanto, não concordo com a ideia bastante radical de que o homem ou faz parte da natureza ou faz parte de uma outra coisa que contraria a natureza - o homem faz parte da natureza, como é evidente, mas tenta construir uma natureza de substituição que lhe seja mais favorável, de modo a conseguir sobreviver nela. E como é que se transforma essa natureza? Transforma através de dois instrumentos - a fabricação - através da assemblagem das matérias primas e de materiais dispersos, fazemos cabanas, iphones, automóveis, foguetões e construímos artefactos que estão, à partida, condenados a serem remetidos para uma condição de lixo, quando a sua função principal se tornar obsoleta. Mesmo as pinturas da Inês [Lobo] e do Miguel [Judás], só não são lixo porque conseguem construir em redor delas próprias uma relação de afeto com as pessoas. Esta caneta será lixo, ou seria lixo se eu não gostasse muito dela. A única maneira de conseguirmos resgatar os artefactos produzidos de uma condição de futuro lixo é envolvemo-nos emocionalmente com eles - sejam eles obras de arte, casas, canetas, e até mesmo iphones. Há quem coleccione iphones antigos, que é inexplicável, mas que de facto acontece. E portanto estamos sempre a produzir lixo, ou então a resgatar desse lixo aquilo que amamos. Como é que as coisas conseguem suscitar essa relação de amor, é que é uma dificuldade.

Por outro lado, há outro processo de produzir artefactos - a domesticação - através da transformação contínua da condição original que a natureza nos oferece, de forma a que esta responda às nossas conveniências, ou até para a especializar, como fazemos com as vacas - vacas de leite ou vacas de carne - ou com cães - cães de guarda, cães pastor ou cães de companhia. Quando fazemos isso, estamos realmente a criar artefactos, mas são

artefactos completamente diferentes dos primeiros, porque não têm um ponto zero - uma caneta tem um momento zero, o momento da criação - com os animais domesticados isso já não acontece, não existe o ponto zero na criação de uma raça - é a pré-existência transformada. E isso acontece com tudo aquilo com que nos relacionamos com este espírito de domesticação - não só animais e plantas, mas também terraços nas montanhas, diques nos rios, operações de drenagem nos solos. As grandes transformações, os grandes metabolismos na paisagem, são feitos com o espírito da domesticação com que transformamos todas estas realidades que acabam por ser tão artificiais que, tal como nós, se tornam completamente incapazes de se relacionar de uma maneira autónoma com a natureza de onde saíram.

Se imaginarmos o yorkshire terrier abandonado numa floresta, não tem qualquer viabilidade autónoma - é dependente do humano - e esse negócio é a chave disto tudo. Retiramos, a essas plantas e animais, a condição e a liberdade da autonomia, mas também oferecemos outras coisas - vidas mais longas e mais saudáveis, assim como a ausência de sofrimento, de stress e da angústia de ter que procurar comida. A esperança média de vida dos lobos selvagens, por exemplo, antepassados dos nossos cães, é de 5 anos e criamos um cão que vive 15. Ou em relação ao sucesso global de espécies como o trigo - uma erva que estava perdida no meio de tantas outras há 25 mil anos e que, neste momento, é a espécie mais frequente na superfície do globo, apenas porque assinou um pacto conosco - perder a autonomia e conseguir, com a humanidade, crescer dessa forma. Este pacto é o nosso fardo cultural. A domesticação é o nosso contrato - nascemos com essa responsabilidade, que está relacionada, fundamentalmente, com afeto, com cura, com tratar, com manter. Não podemos rejeitar isto. Este raciocínio aplicado ao cão - "o cãozinho é muito querido, quero um cãozinho, depois já não quero o cãozinho, abandono o cãozinho" - isto é uma coisa terrível, mas nós fazemo-lo com paisagens, por exemplo. Tratamo-las, curamo-las, enquanto elas são diretamente úteis para nós, porque há fome e vamos pastando, ou vamos

construindo terraços, vamos produzindo olivais e vinhas e depois, de repente, quando percebemos que ganhamos mais dinheiro a fazer negócio da bolsa ou a alugar quartos, esquecemos isso, descemos completamente de cota todos os limites da domesticação. Começamos a comprar azeitona a Marrocos e laranjas à Argélia e a nossa paisagem transforma-se pelo abandono. O abandono, no caso do domesticado, não significa uma regressão à condição original de natureza, porque isso é evidentemente impossível, significa só uma espécie de flutuação num estranho limbo de uma quantidade de sistemas e de seres vivos que já não são uma coisa e que não conseguem regressar a outra e que, portanto, constroem sempre uma outra coisa nova.

Eu creio que estes são os dois instrumentos da construção e do desenho da paisagem e que não existem muitos metros quadrados de chão no mundo que não sejam, de um modo ou de outro, desenhados por nós. Mesmo quando consideramos e definimos um grande espaço intocável na paisagem natural, esse mesmo gesto de o demarcar e de o considerar intocável é já um modo de domesticar, de atribuir um determinado sentido e de propor um certo sistema de gestão, que o transforma evidentemente num espaço de domesticação. Todas aquelas reservas de leões e rinocerontes que vemos nos documentários de televisão são uma espécie de grandes quintas, onde aprendemos a conseguir gerir esse último estado de domesticação que é, no fundo, a gestão do selvagem. Sendo assim, em relação a esta afirmação, a grande diferença, no meu entender, é que não começamos agora a passar a maior parte do tempo das nossas vidas em espaços desenhados - nós sempre vivemos em espaços desenhados, nós somos espaços desenhados. É difícil distinguir-nos dos espaços desenhados onde vivemos, e é difícil distinguir os espaços desenhados de nós - é mais do que um habitat, é uma espécie de casulo, uma cápsula que faz parte do comportamento intrínseco dos nossos seres. Nesse aspecto, penso que essa fronteira entre "natureza" e "não natureza" é um assunto que não interessa muito, de facto, não é essa a questão - a questão é: como conseguimos domesticar, com que ética conseguimos

com que ética conseguimos domesticar, com que intenções, com que consequências, com que peso, com que significado para o futuro, é que conseguimos desenharmos os espaços da nossa vida?

[risos]

O seguinte tema é, também, relacionado com a cidade, mas mais direcionado para a questão do direito à cidade e à habitação. O Século XX foi marcado pela busca de providenciar habitação - a "habitação para o maior número" foi central à arquitetura e à criação de cidade, sobretudo por iniciativa pública. Mais recentemente, emergiu a fé na "mão invisível do mercado" e no investimento privado como resposta ao problema. Um credo que os atuais fenômenos de gentrificação urbana puseram em crise. O direito à habitação, e à cidade, devem ser um direito universal? O direito à cidade é um dever do arquiteto, mais do que dos outros cidadãos?

O direito à cidade é um direito universal, tanto como é o direito ao campo. O que eu creio que faz sentido falarmos é do direito à vida que escolhemos e às atividades que escolhemos - a cidade não é um direito, é uma opção - uma opção que, cada vez mais, não é necessariamente universal. Vivemos um momento em que, mesmo não considerando os fenômenos abstratos e teóricos da ruralização, se observa, até na sequência das mãos invisíveis do mercado, uma clara opção por modos de vida diferentes. Sair da cidade, viver no campo, criar galinhas, dedicar-se ao melhoramento de espécies de pombos, por exemplo, ter atividades paralelas à atividade principal - que só são possíveis, porque se vive no campo e não na cidade. O direito a viver como queremos é a nossa grande liberdade, esse é o direito que devemos defender. Queremos cidade, sim, defendamos o direito à cidade, queremos não cidade, defendemos o direito a essa não cidade - mas de uma forma que possamos garantir que seja tão construtiva, tão segura, tão eficaz como a cidade. Ainda existem muitos sítios no mundo, infelizmente, em que as pessoas ao fazerem essa escolha, fazem também a escolha entre ter um hospital a 20 minutos ou correr o risco de se filho tiver uma

apendicite, poder morrer no caminho para o hospital.

A defesa da liberdade de escolha deve ser um dever dos arquitetos? Com certeza que sim - esse é o dever dos arquitetos. Infelizmente, a maior parte dos arquitetos, na literatura que é produzida a propósito da arquitetura, têm sempre uma posição extremamente solidária e radicalmente defensora dos direitos e liberdades dos seus concidadãos, no entanto, na primeira oportunidade, agarram-se ao poder económico com unhas e dentes e tornam-se os mais subservientes e vis escravos, precisamente daquilo que anteriormente defendiam. Eu conheço tantos casos assim, que me incomoda pensar nisso.

O que é preciso resolver, em primeiro lugar, é este horror das pessoas acharem que o que interessa é a sua inscrição nesta espécie de corrida de ratos - aos lugares de visibilidade na arquitetura e, sobretudo, aos lugares de espetacularidade na arquitetura. Deve ser investido um grande esforço de formação através do exemplo, porque não é possível incentivar a uma postura extremamente crítica em relação ao trabalho do arquiteto e ao papel que este deve ter na luta ao direito à cidade e enquanto defensor dessas liberdades, se depois se assina projetos de especulação escandalosa. Portanto, os alunos de arquitetura são e têm que ser, suficientemente, críticos para conseguir entender as posições que cada um toma, para além da espetacularidade dos seus resultados arquitetónicos. Assim como devem ser críticos em relação à própria espetacularidade e perceber no que esta se traduz, quais foram os esforços efetivos, qual foi a produção, nem que seja conceptual, que se conseguiu fazer em relação à defesa desses direitos. Creio que se começarem a analisar a obra das vossas referências, sobre esse ponto de vista, vão ter umas amargas surpresas - muitas desilusões - mas é muito importante fazer essa leitura.

Aceitando, então, que defender o direito à cidade é um dever do arquiteto, questiono se esse é um papel que este deve assumir com maior importância, ou se todos os cidadãos o devem assumir por igual?

O arquiteto tem uma responsabilidade inacreditável, precisamente, porque tem

a opção de se subjugar ao poder e ao poder económico, e realizar experiências de espetacularidade - mas não me parece justificável. Podíamos dizer que sobre o ponto de vista da pesquisa e da construção de um corpo arquitetónico, fazer ou ter a oportunidade de fazer 50 objetos espetaculares em arquitetura vale a venda da alma ao diabo, mas eu acho que não vale, sobretudo porque nem acredito na verdadeira valia dos objetos espetaculares. Não só porque em si o negócio é mau, como, ainda para mais, aquilo pelo qual trocamos a alma são coisas que não interessam. Se observarmos a arquitetura espetacular de há 40 anos - os magníficos anos 80 - à luz daquilo que vocês (alunos de arquitetura) pensam, questiono-vos: o que é a arquitetura espetacular dos anos 80, a qual deixava os vossos colegas de "boca aberta", era precisamente produzida pelos mestres dos vossos colegas com essa mesma intenção. Eu estou convencido que a espetacularidade não é o valor, e que, assim sendo, "vender a alma" para testar espetacularidade não vale mesmo nada.

Falando agora sobre o chão comum e a partilha - Doris Salcedo, a artista contemporânea colombiana, diz numa das suas entrevistas: "o meu processo é interferir, inserir-me no espaço público obliquamente e não diretamente, para que outros possam, por sua vez, reivindicar o espaço para si."

O espaço público é um mecanismo de coesão social?

Claro que sim, o espaço público é o set para mecanismos de coesão social - é a caixa onde estes mecanismos podem funcionar. No entanto, o espaço público é uma coisa muito alargada, e eu creio que o facto do espaço público ser um mecanismo de coesão social tem muito pouco a ver com a Doris Salcedo. Doris Salcedo intervéem de maneiras muito pontuais, muito específicas e em contextos que têm, felizmente, pouco a ver com a nossa cidade, mas o que é fundamental perceber é que este não é um espaço de interação entre os eleitos e a população - é um espaço de interação entre a própria população e que essa interação não é necessariamente

menos rica do que a interação estimulada por uma espécie de crack. Ou seja, não precisamos de artistas que nos ensinem de que maneira é que os espaços públicos podem ser instrumentos extraordinários de coesão social, porque as pessoas, sobretudo hoje em dia, sabem muito bem, sozinhas, transformar o espaço público em lugares e em espaços de construção de coesão social.

Estamos a trabalhar no parque em Marvila e a maneira como as comunidades estão a acompanhar o processo, deixa-nos sem qualquer sombra de dúvida sobre a capacidade que estas têm para o fazer, autonomamente, sem animadores ou facilitadores. Estão, somente, reunidos em associações, em pequenas plataformas de locais de interesse, em comunidades de bairro, em grupos de artistas, em grupos de rua, em bandas musicais - subestimamos muitíssimo a capacidade das pessoas de conseguir construir essas grandes energias de construção de coesão social. Damos-lhes muito pouca atenção - se calhar, devíamos ir buscar espaço de visibilidade da arquitetura espetacular e dá-lo a essas iniciativas espontâneas comunitárias, porque são muitíssimo válidas, em todos os aspetos. Tenho contactado, não só em Portugal, com comunidades que são, efetivamente, de uma riqueza inacreditável, e não são especialistas, são amadores em tudo - em teatro, em música, em artes plásticas, em graffiti. Mas o espaço público é muito mais do que praças e ruas. O espaço público é todo o espaço da infraestrutura, por exemplo - são as linhas de comboio; são as margens e as faixas de proteção das linhas de comboio; são os domínios hídricos; os domínios públicos marítimos; os espaços das grandes infraestruturas, das servidões dos nossos percursos que atravessam os grandes latifúndios no Alentejo, para conseguirmos ir ver o Guadiana. Percursos esses que são, frequentemente, cortados pelas operações de lavoura das terras, para que não existam essas penetrações, que só a muito custo conseguem ser mantidos, e mesmo assim reduzidos a um número simbólico. É uma rede muito especial, muito importante e que também não consideramos da maneira devida.

Sob o ponto de vista, exclusivamente, abstrato, dizer que se pode ir a pé ou de

bicicleta de Lisboa a Moscovo, é de uma importância inacreditável. Não agora, tendo em conta o que se está a passar, mas em termos abstratos, só considerando a distância e a complexidade do território percorrido é uma ideia extraordinária. Quem diz Moscovo, diz ir pela água até Veneza, por exemplo, pelo grande espaço público que é o mar, os rios, as lagoas - perceber a liberdade que isso é, e quando se poderá perder dessa liberdade, quando também o mar e esses espaços de reserva dos últimos redutos, do sentido comum do espaço, se perderem. E digo "quando", porque me parece ser apenas uma questão de tempo - se observarmos os mapas das concessões oceânicas ficamos arrepiados - sobram apenas uma espécie de estradas. Entre concessões de telecomunicações, concessões de pescas, concessões de exploração mineral e petrolífera, a quantidade de coisas que começam a surgir como quintas privadas ou concessionadas nos mares é absolutamente inacreditável. E tal como aconteceu na terra - em que existiam enormes extensões de pastos comunitários, os baldios, que foram quase todos convertidos em estruturas cadastrais privadas ou do domínio privado municipal - acabarão por acontecer nas águas.

Eu considero extraordinariamente importante defender a ideia do espaço público enquanto algo que transcende até o espaço da cidade e que se estende, permitindo a conexão entre as várias cidades do mundo.

O nosso próximo tema é sobre o habitar. Hashim Sarkis questiona o que é o habitar colectivo da seguinte forma: precisamos de um novo contrato espacial. "No contexto de crescentes divisões políticas e crescentes desigualdades económicas, é urgente imaginar espaços nos quais possamos viver juntos com generosidade. Juntos como seres humanos que, apesar da nossa individualidade crescente, se desejam conectar uns com os outros e com outras espécies, através do espaço digital e do espaço real, juntos como novas famílias em buscas de espaços mais diversos e dignos de habitação. Juntos como comunidades emergentes que exigem equidade, inclusão e identidade espacial. Juntos através das fronteiras políticas para

imaginar novas geografias de associação. E juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver."

De que forma é que um edifício de habitação pode garantir uma experiência de partilha de um espaço comum entre os seus habitantes?

Eu creio que de muitas formas. Se pensarmos na Suburra, uma realidade muito interessante - a grande confusão urbana da cidade pobre romana, onde as insulae, edifícios de 4 ou 5 pisos eram alugados ainda de acordo com as diferentes estratificações sociais da própria Suburra, com densidades de utilização diferentes - um pouco como cá, onde havia casas que correspondiam cada uma, a uma família; ou cada piso a uma família; mas havia também divisões que tinham várias famílias, e nos sítios mais densos e mais pobres da Suburra havia até espaços em que cada compartimento albergava já imensa gente. E isso acontece hoje, aqui, em Lisboa, exatamente da mesma maneira. Ou seja, esta ideia da especulação, esta ideia da injustiça na forma do direito à habitação - não são questões que tenham sido criadas, nem com a revolução industrial, nem com a liberalização dos mercados, nem com estas febres recentes da mão invisível do mercado. São coisas que, aparentemente, estão inerentes a uma determinada maneira de entender a comunidade e a uma determinada maneira de entender o outro, que é tão censurável na contemporaneidade, como era no tempo dos romanos. O que isto significa é que, há 2000 anos, havia pessoas ricas que investiam na construção de edifícios, com o intuito de conseguir especular e explorar as condições de pobreza e de miséria dos seus concidadãos, ganhando fortunas. O que é assustador é entender que em 2000 anos não fizemos nada em relação à eliminação dessa atitude, dessa forma de entender o outro e de fazer dinheiro com o outro, e não tenhamos conseguido estabelecer outras formas de construir relações - porque, de facto, são exatamente iguais. Se começamos a estudar todos os aspectos da vida romana, as questões de relação familiar ou as relações sociais relacionadas com a sexualidade, por exemplo, são completamente diferentes com a nossa

contemporaneidade, no entanto, o conceito de explorar os que têm menos dinheiro conseguiu chegar intacto aos nossos dias. Portanto, o nosso dever e obrigação de refletir sobre isto é absolutamente fundamental e creio, mesmo, que é a chave para a solução de uma quantidade inacreditável de problemas - se alterássemos as nossas relações com os outros e as nossas relações com os outros no que diz respeito à especulação e à habitação, o mundo era muito melhor, o mundo era de facto muito diferente. Da mesma forma que temos exemplos de especulação, também temos exemplos muito virtuosos. Estou-me a lembrar da Unité d'Habitation, de Le Corbusier - aquela magnífica ideia de haver um piso comum, que não era de ninguém e que era um sítio onde as pessoas cozinhavam, lavavam roupa, estavam e falavam. Isso significa oferecer, em termos especulativos, àquela comunidade, uma quantidade de espaço que só é rentável na medida em que consegue contribuir para o bem-estar daquelas pessoas. Eu acredito que as duas coisas estão muitíssimo ligadas - ou nós conseguimos encontrar modelos generosos de proposta das condições do habitar em todos os níveis, espaço público, espaço privado, habitação, e conseguimos entender a promoção da arquitetura como qualquer coisa que tem que ser guiada por parâmetros e princípios éticos; ou então cada metro quadrado serve apenas para "encher os bolsos" do promotor, à conta de uma determinada oportunidade que, eventualmente, lhe terá caído do céu. Portanto, isto está sempre relacionado com a posição do arquiteto. E ainda por cima, aquilo que se observa, é que isto faz-se cada vez por preços menores - "a alma é vendida por preços cada vez mais baratos" - que é uma coisa que arrepiá. Mas isto tem a ver convosco. Eu tenho muita esperança nesta geração, porque é uma geração que tem cada vez menos apetite por brinquedos fúteis, tem outros interesses - interesses que considero serem mais elaborados - preocupam-se com viver melhor, estar com outras pessoas. São valores completamente diferentes dos valores que, por exemplo, animavam as ambições das pessoas nos anos 80 - como o Taveira a andar de Ferrari, com "miúdas giras" - que hoje, para a vossa geração, é

completamente caricato, não faz o mais pequeno sentido, é ridículo.

[Inês Lobo]: Não sei se não vivemos numa bolha. A geração que nos chega, os alunos que nos chegam aos cursos que lecionamos, eventualmente, não são um exemplo.

Pois, não sei, eu tenho sempre esperança que seja diferente, que as coisas estejam realmente a mudar. Como, também, tenho esperança que mudem nos próprios domínios da arquitetura - os prémios cada vez permeiam menos a arquitetura espetacular e, pelo contrário, conseguem assinalar o interesse na arquitetura não espetacular, na arquitetura ética, na arquitetura pobre que tenta gastar pouco.

A sexta questão é sobre a durabilidade, a flexibilidade e a ruína. No livro "On and Around Architecture: Ten Conversations", da dupla Jonathan Sergison e Stephen Bates, refere-se a ideia de olhar para o projeto de um edifício de habitação coletiva a partir do seu tempo de vida. O seu esqueleto, na perspetiva destes arquitetos, deve ter um tempo de vida longo, e ser visto como uma ruína permanente, que pode ser habitada transitivamente. Para isso deverá ser flexível e duradoura. Os outros ciclos de vida são médios, ou seja, são ciclos que se devem adaptar às alterações. O esqueleto é, assim, habitado pelos diversos componentes do edifício, como os que asseguram o funcionamento das infra-estruturas ou as fachadas e o invólucro. Esta separação em três momentos obriga-nos a uma outra forma de projetar, em que o tempo volta a ser um dado fundamental no processo - tempo de execução e tempo de vida. Como devemos definir flexibilidade na arquitetura? Qual é o seu maior obstáculo?

Há aqui um certo otimismo da parte do Jonathan em relação à tal universalidade e estabilidade da estrutura. Ultimamente, tenho trabalhado muito em Itália, que é um sítio onde houve uma transformação da própria carta de risco sísmico do país, devido a uma série de terramotos em zonas que não eram consideradas zonas sísmicas - nomeadamente, em toda a Emilia-Romagna - e, de repente, a própria

estrutura é posta em causa. Um projeto que implique a renovação de um edifício preexistente implica, também, para que seja aprovado, que a estrutura seja revista, para serem incluídos os parâmetros de resistência sísmica. Portanto, eu creio que esta é uma reflexão muito interessante, como todas as reflexões que incluem o tempo como pensamento na arquitetura, precisamente, porque se opõe a esta visão um pouco ingénua, em que os arquitetos desenhavam "um boneco" e estavam convencidos de que esse "boneco" era o que o edifício ia ser para toda a eternidade, e quando lhes perguntavam qual era o tempo de vida útil do edifício, ficavam completamente alucinados, porque era uma questão que nem se punha. Quando vemos os livros de fotografia, o que é que acontece? Aquilo começa imediatamente a envelhecer - ainda está novinho e já tem algumas coisas a envelhecer. O capítulo de um edifício começa, precisamente, no momento em que se dá a chave ao locatário e isso exprime-se de várias maneiras diferentes - o envelhecimento dos materiais, as diferentes resistências dos materiais ao ambiente, as mudanças de programa, as mudanças de gosto da mulher do senhor, ou as mudanças de mulher do senhor, que vai mudando as cortinas e as mobílias. Tudo isso se afasta desta ideia de eternidade e se torna muitíssimo mais dinâmico, talvez mais interessante, na medida em que vai gerando, continuamente, problemas diferentes a cada dia de vida da obra. Este pensamento tem que envolver as possibilidades de deriva no desenho inicial e tem que conseguir estabelecer os próprios princípios dessa deriva - perceber o permanente e o transitório, perceber o permanente e o declinável. Isto discute-se em tantas ordens, por exemplo, quando se desenha um parque - os argumentos arquitetónicos que vão ser visíveis no momento da inauguração são pouquíssimos - são os elementos construídos, os pavimentos, os muros, os candeeiros, o mobiliário, a topografia - aquilo que constitui, efetivamente, o espaço arquitetónico de um parque ou de um jardim, daí a trinta anos, são as grandes copas das árvores, as mudanças de cor, as mudanças de transparência, as mudanças de luz, as relações entre as várias copas - é uma outra

arquitetura que se vai desenvolver autonomamente, partindo dos primeiros argumentos. E temos que cuidar desses argumentos com a mesma cura e com a mesma profundidade, com que preparamos os outros, e conseguir inserir no desenho essa espécie de realidade incipiente que já sabemos que vai desenvolver uma outra condição arquitetónica, uma outra condição espacial, completamente diferente. Não é propriamente flexibilidade - é uma espécie de projeto a vários tempos - e é evidente que os tempos mais distantes não se conseguem controlar, mas consegue-se, abstratamente, perceber a abertura e as relações entre o permanente e temporário que se podem aplicar. Não é apenas em termos de esqueleto e não esqueleto - é mais complexo do que isso, até porque depende do tipo edifício, mas isto já se faz há muitos anos - neste momento, há sedes de universidades que eram hospitais e que foram conventos - o caso da Nova, no Campo de Santana, agora é uma sede institucional - tem auditórios e salas; a escola de Belas Artes é outro exemplo. Lisboa está cheia de exemplos muito mais elaborados, do que simplesmente dizer que o esqueleto se mantém - não é propriamente o esqueleto que se mantém - é um raciocínio em que se consegue separar o que se considera permanente e o que pode ser mais temporário, e é um raciocínio que tem que existir. Eventualmente já existia. Não acredito que seja pura coincidência que estes edifícios que dão agora excelentes salas comuns de universidades, também dessem excelentes salas de escolas de medicina e que também dessem excelentes salas de conventos. Não é uma coincidência.

O tema seguinte é sobre a tradição e a industrialização. Hoje, temos consciência de que a indústria da construção, assim como a utilização dos edifícios, são direta ou indiretamente, das maiores fontes de poluição do planeta. Mas continuamos a ser chamados a construir e num momento de urgência climática. O presente parece, por isso, uma oportunidade de repensar o que significa e deve comportar construir. O que parece impor mudanças a todos os envolvidos no processo: os projetistas, a indústria e os construtores.

Qual é a sua percepção sobre a indústria da construção hoje em dia, nomeadamente, comparando com outros momentos da história em que a industrialização teve um papel preponderante?

É importante sublinhar que os edifícios, que usam sobretudo betão, não são fontes de poluição - são fontes de carbono - são coisas diferentes. O carbono não é um agente poluente, o carbono, o dióxido de carbono não é um poluente - o dióxido de carbono é um componente ativo e universal da nossa atmosfera. Se esta não tivesse dióxido de carbono em grandes quantidades, não teríamos plantas, não teríamos vida à face da Terra, não teríamos nada. Através da fotossíntese, as plantas decompõem moléculas de oxigénio do ar, de dióxido de carbono e de água e constroem uma outra molécula complexa - constituída por carbono, dois átomos de oxigénio e um de hidrogénio - o CO₂H - que é a molécula base de todas as substâncias orgânicas. Sem dióxido de carbono não há fotossíntese, sem dióxido de carbono não há a extraordinária passagem entre o mundo mineral e o mundo orgânico. O dióxido de carbono não só não é um poluente como é, absolutamente, essencial para a nossa vida. A única questão é conseguirmos afinar a dosagem - demais parece que é em excesso, mas de menos também é. Portanto, não vamos confundir poluição com produção de dióxido de carbono. E o que o betão produz não é poluição, é dióxido de carbono, não têm nenhum componente, não produz líquido, não produz gases tóxicos, não produz nada em que seja preciso interferir.

Devo dizer que esta ideia da indústria da construção é algo que me faz muita impressão, sobretudo quando vi as casas da Toyota - por um lado, percebo a necessidade de se tornar o processo de construção cada vez mais inteligente, mas por outro, assusta-me que a casa seja escolhida como se escolhe um carro - "queres uma casa Toyota modelo 5 ou preferes uma Hyundai modelo 16?".

Eu gosto de máquinas fotográficas e gosto de lhes mexer, de as montar e de as desmontar e há aqui uma passagem muito engraçada - mais ou menos por volta dos anos 30, quando se alterou os processos de industrialização, exatamente do mes-

mo modo com o que se passou com os sistemas informáticos. Atualmente, compra-se um sistema informático, que é de tal forma blindado, que a interação com o sistema é praticamente impossível. Nos anos 80, quando comprávamos sistemas informáticos, comprávamos coisas com as quais interagíamos. Existiam umas revistas de rotinas que se compravam e que se trocavam; e havia mails (não no sentido digital), mas caixas postais onde se mandava dinheiro e nos enviavam, de volta, pequenos programas - estávamos continuamente a programar sobre aquilo que comprávamos, para adaptar os programas à nossa realidade, para os transformar em coisas mais próximas às nossas necessidades. Com as máquinas era a mesma coisa - quando as máquinas fotográficas eram feitas em madeira, as pessoas adaptavam-nas, compravam mais um elemento de lente, ajustavam as distâncias focais, mudavam as dimensões do vidro de focagem, etc. Era uma constante adaptação, feita artesanalmente, com serrotes, cola, e coisas do género. Quando começámos a trabalhar com plásticos, sobretudo as câmaras Bakelite, isso acabou, porque a câmara Bakelite é fechada, não é interativa, não se pode transformar em coisa nenhuma. Não mudas lentes, não mudas nada. Se se partir, não tem qualquer hipótese de ser reconstruída, e faz-me impressão que seja assim. Com os carros aconteceu o mesmo, os primeiros carros eram profundamente passíveis de serem adaptados às nossas necessidades. Hoje em dia é tudo fechado - compramos um pacote com o qual temos de viver durante o seu tempo de uso - e essa é outra questão - a durabilidade. É verdade que as coisas não são eternas e são adaptáveis, mas também não podem ter um período de decadência previsto pelo próprio fabricante, que é o que acontece com todos os objectos manufacturados neste momento. Compra-se uma coisa com três anos de garantia e já se sabe que ao fim de quatro aquilo não funciona - a garantia é essa - depois de quatro anos, a coisa não funciona. E isto aplicado à questão da casa, faz-me muita impressão - porque uma coisa é um ventilador ou uma máquina fotográfica, e outra é a casa. E quando entregamos (se entregamos) a produção das nossas casas à indústria, estamos a

criar a condição inevitável de que as nossas casas terão um tempo de caducidade absolutamente definido de fabrico. Tudo irá deixar de vedar, deixar de ser estanque, deixar de funcionar assim que termine o período de garantia. Isso é bom no sentido em que vai renovar o desenho... mas eu duvido muito. Eu vivo numa casa de 1700 e acho que aquilo é impecável, não a trocava por nada.

Por último, gostaríamos de discutir o papel da nossa disciplina na sociedade. O que é valorizado entre os arquitetos, por vezes de forma consensual, não corresponde necessariamente ao que é valorizado pela "pessoa comum". Nesse sentido surge a questão: O que define a boa arquitetura?

Pois, eu penso que isto é absolutamente verdade. Um dos problemas é esse - o problema do funcionamento em circuito fechado. Cada vez mais se celebra a arquitetura entre arquitetos, se faz arquitetura para mostrar aos arquitetos e se trabalha nessa espécie de ciclo vicioso, em que a relação com as comunidades se tornou muito distante, abstrata e, sobretudo, muito desinteressante para os arquitetos. Estes não estão interessados naquilo que as pessoas pensam ou acham da sua arquitetura e a culpa disso é não haver críticos - o papel do crítico é do colega. Não há críticos de arquitetura, que estudaram crítica de arquitetura, que tem essa posição e que não são arquitetos. É uma figura que desapareceu - curiosamente, nas outras artes não desapareceu, para o melhor ou para o pior, lá estão eles. Transformar os nossos colegas nos críticos da produção é o pior que pode acontecer - ou "vendemos o ouro ao bandido" ou ficamos reféns de uma circunstância muito má - a troca de "chapeladas": "eu digo que o que fizeste é ótimo e tu dizes que aquilo que eu fiz é ótimo"... isto é muito mau e só se resolve, de facto, com uma condição crítica autónoma - que é, no fundo, o que os prémios poderiam ou deveriam fazer e, provavelmente, alguns até o estarão a fazer... não sei.

Mais importante do que definir arquitetura, é definir o processo através do qual a arquitetura se pode transformar em algo mais próximo e mais útil para as pessoas. Se andarmos pela cidade fora, percebe-

mos que uma grande parte dos malefícios, que esta exhibe, foram assinados por arquitetos - isso é dramático. Gostava de poder dizer que uma grande parte dos edifícios anónimos que eu adoro, que constituem a cidade foram feitos por arquitetos, mas também não o posso fazer. Estas duas coisas conjugadas são terríveis e são uma das grandes responsabilidades desse afastamento.

Aqui, em Alvalade, estamos num ambiente que, por acaso, é uma tábua de salvação, uma exceção - é feita por arquitetos e é um sítio maravilhoso, ótimo para viver e é realmente uma produção de arquitetos. Mas estes arquitetos são os tais anónimos, não estavam minimamente preocupados nem com espetacularidade, nem com visibilidade. Estavam interessados na construção de uma espécie de grande obra coletiva, da grande obra anónima, que tem esta capacidade incrível de produzir um habitat com uma enorme qualidade e que é reconhecido pelas pessoas. As pessoas não sabem os nomes dos arquitetos que fizeram estes edifícios, mas têm a perfeita consciência da qualidade da arquitetura na qual vivem, tanto em termos de edifícios, como em termos de espaço público e isto é que é importante - servir esta relação, não é identificar o autor. Sabem quem fez o Jardim da Estrela? Não sabem - não interessa a ninguém quem fez o Jardim da Estrela - mas que é uma coisa magnífica, é. Talvez a substituição da obsessão pelo autor, pela tentativa de construção de uma ideia mais coletiva da produção não fosse má ideia. Há algumas definições de arquitetura - a arquitetura é a arte da conceção do espaço onde vivemos, seja ele espaço edificado, espaço aberto, agrícola, florestal, etc - é o pensamento que está por detrás do espaço desenhado onde vivemos, e creio que as regras do seu pensamento deveriam ser regras muito mais inclusivas, por exemplo, no que diz respeito à infraestrutura. A infraestrutura ainda é desenhada com pensamentos extremamente escassos sobre o ponto de vista da qualidade de vida do seu utilizador - são espaços que são desenhados como coisas economicamente rentáveis e funcionalmente eficazes - ao desenhar uma autoestrada, não existe, propriamente, uma preocupação sobre o conforto das pessoas que vivem

ao lado ou por baixo do viaduto. Tudo isto é resolvido como se fosse um incómodo que ali estava e que teve de ser resolvido com o mínimo de despesa e esforço.

Mesmo sobre o ponto de vista do utilizador, terão de concordar comigo, as áreas de serviço são talvez dos espaços mais abjetos que foram criados à face da terra.

[risos]

Não são? Comparem uma estação de comboio - uma magnífica estação de comboio - de meados do século XX, com uma estação de serviço de uma autoestrada - são coisas equivalentes, enquanto espaços arquitetónicos, enquanto produto de um pensamento relacionado com a infraestrutura e com as pessoas, mas não tem nada a ver a falta de qualidade numa e a extrema qualidade noutra. Faz muita falta a entrada de um pensamento arquitetónico nos outros processos de desenho e de construção do mundo desenhado em que vivemos, e onde a arquitetura ainda não conseguiu chegar. O grande desafio é talvez esse - conseguirmos convencer as pessoas de que não se pode fazer um túnel sem arquitetura, não se pode fazer um viaduto sem arquitetura, não se pode fazer uma auto estrada sem arquitetura, não se pode fazer uma linha de caminhos de ferro, uma estação de serviço... e se calhar ensinar a fazer essas coisas, em vez de as pôr a fazer catedrais e coisas do género, como às vezes vemos enquanto exercício escolar.

Muito obrigada.

Obrigado eu.

Entrevista ao Arquiteto Fernando Viegas

Dezembro 2022, via zoom



Fotografia retirada da entrevista via zoom, 2022

A Inês [Lobo] me mandou umas prévias. Perguntas bonitas, sabe? Díficeis... A gente vai aqui pensar junto. Vocês ligaram esse gravador, agora a gente tem de ser inteligente!

Então, vamos começar. Muito obrigado por se disponibilizar a partilhar conosco as suas ideias sobre a nossa disciplina. Com certeza nos será muito útil, dada a sua experiência em operar na América Latina. Chamámos ao primeiro tema que gostaríamos de debater consigo "Cidade". Começamos com uma frase de um texto escrito por Jacques Herzog em 2003 que diz o seguinte: "Já é hora de nos livrarmos dos manifestos e teorias porque eles não são o cerne da questão. Não há teoria sobre a cidade; só existem cidades." E de seguida questiona: "Como podemos defini-la, já que não conseguimos entender a criação mais complexa e interessante da raça humana?". Ora a nossa pergunta é: Se não conseguimos descrever as nossas cidades a partir de modelos, como podemos operar sobre elas e encontrar as lógicas para a sua requalificação?

A questão dos manifestos que vocês colocam nessa primeira frase, é realmente interessante, porque os manifestos, pela própria razão de ser, são cheios de certezas e eu acho que a gente está vivendo um momento bem contrário.

Talvez a certeza seja a de um momento de transformação. Estamos no meio de um redemoinho, no meio de uma crise, mas ainda não conseguimos ver a luz no fim da caverna, não é? É um momento aflitivo, mas ao mesmo tempo pode ser muito rico. Eu tenho a impressão que estamos vivendo transformações tão profundas que nós somos agentes históricos dessas transformações sociais, mas que a gente ainda não consegue ver o final. Eu acho que a gente pode pensar que esses momentos de crise tem que ser aproveitados como momentos profundos de reflexão. É difícil a gente ter distância desses factos históricos.

Eu lembro de uma vez, numa entrevista do historiador inglês, o [Eric] Hobsbawm, ele dizer que se a gente pudesse nos afastar da Terra, quase como com a visão de um historiador, que se tenta afastar para ter uma visão panorâmica da história, o

que a gente estaria vendo era um processo de urbanização como um fenómeno da maior transformação da humanidade. Isso é uma questão super interessante para nós. Pensarmos que esse afastamento acaba propiciando as perguntas corretas, adequadas.

Tem uma frase do [Honoré de] Balzac que é bonita, da Comédia Humana, que ele fala que a chave de todas as ciências é um ponto de interrogação. Então, se do ponto de vista de uma sistematização do que a gente poderia pensar como um manifesto ou certezas, talvez dentro da academia o que a gente possa pensar é que as perguntas, isso que vocês estão fazendo hoje, seja a coisa mais importante a fazer nesse momento.

Essa perspectiva descrita pelo Hobsbawm coloca uma situação que eu acho muito nova, pensando numa outra escala de tempo, em que cada vez mais sabemos que a nossa cidade passa a ser esse "planetinha" em que estamos. Ele ficou pequeno com o Google Earth, com as possibilidades atuais de tão rapidamente percorrer virtualmente a rua de qualquer cidade do mundo. Ele ficou pequeno, e sabemos que temos de cuidar muito desse pequeno asteroide flutuante, para sobreviver aqui, não é? E ao mesmo tempo que ele é cada vez mais pequeno, essa discussão relativa à sua ocupação territorial é preponderante, porque já de alguns anos para cá a maior parte da população do mundo vive em cidades. Eu sempre conversei isso com o Álvaro Puntoni, um colega nosso aqui, professor da Escola da Cidade, grande arquiteto. Ele sempre faz umas contas que ajudam a ter esse pensamento sempre dialético das coisas: se a gente juntar os 8 bilhões de pessoas que vivem no "planetinha" e distribuir uma pequena porção de terra, 75m² para cada um desses habitantes, todos os habitantes da Terra cabiam na Península Ibérica. Vocês já pensaram dessa maneira? É muito interessante. Ou pensava que, se a gente distribuisse 90m² por pessoa, caberia todos no estado do Texas. Desse ponto de vista, me parece muito interessante, também, pensar o que é a possibilidade de termos de redesenhar a cidade se esse é o nosso lugar. Hoje em dia, em dados que recebemos dos geógrafos, as cidades ocupam 2% da superfície da Terra e, ao mesmo

tempo, a maior parte da população vive em cidades. Então, são coisas assim que, como arquitetos e urbanistas podemos refletir, como pensadores de cidades, um trabalho permanente sobre como ocupar esse "planetinha" – Nós temos, no Brasil, essa mania, acho que vem do Vinícius de Moraes, da Bossa Nova, de usar os diminutivos, talvez porque saibamos o tamanho da encrenca, cria-se, assim, uma relação mais próxima...– Ao mesmo tempo, não sei o que seria estarmos os oito bilhões dentro da Península Ibérica. Me parece que vivemos num sistema que não quer que estejamos todos juntos dessa maneira. Acho que grande parte das questões urbanas dizem respeito aos modelos sociais de segregação que temos vivido... Parece pertinente pensar um pouco nessa escala territorial para imaginar que existem muitas formas de ocupar esse território e viver junto.

Gosto de usar o exemplo da própria América do Sul, porque os estudos recentes têm a possibilidade de fotos aéreas, com infravermelho. Os trabalhos dos arqueólogos permitem, hoje, entendermos que a América do Sul, para falar de onde eu estou, tem dois modelos de ocupação do território muito anteriores à colonização. O primeiro era um modelo de sociedades hierarquizadas onde existe muito claramente essa hierarquia social, um modelo de construção de pirâmides que na costa pacífica era feita com adobe e nos Andes é feita com pedra, pela quantidade desse material, que tornava possível a construção de edifícios que se tornaram ruínas, Incas, Maias..., mas também, muito anterior aos Incas – os Incas foram o final desse processo – ocupações muito antigas, concentradas, hierarquizadas e de matéria perene.

Em contraponto, a civilização amazônica – que hoje em dia, sabemos que era uma rede total de ocupação, que eu não sei se podemos dar o nome de cidade, ou não, mas que hoje percebe-se como um enorme manejo, construção, que tornou possível habitar aquele espaço como floresta. Tudo o que houve de construção de redes de água, de trocas de solo, em solo fértil, negro, que foi uma cultura de construção, ou seja, uma floresta construída que em algum momento foi in natura, mas, que na chegada dos europeus na América,

já estava absolutamente ocupada e construída numa outra forma de organização social menos hierarquizada e muito mais coletiva, coletivista. Que usava das matérias primas disponíveis de construção – madeira, palha, terra... que faziam uma outra arquitetura, diversa da arquitetura perene das pirâmides de pedra, mas que tinha uma lógica cíclica de se reinventar de tempos em tempos. Essas cidades, aldeias, ocupações, que iam caminhando pelo território, e a partir de um certo tempo voltavam para estabelecer uma rede possível de coleta, de caça e de transformação das árvores – a gente não sabe que nome dar a isso – é uma cidade? Não é uma cidade? – Então, me parece que essa ideia de cidade é uma noção que passaremos a vida toda tentando definir... Os modelos de ocupação, os modelos de cidade estão em aberto, talvez essa seja uma tarefa permanente nossa, como humanos – construir cidades, reinventar modelos, porque elas, de facto, revelam a nossa forma de organização social.

Ao tema seguinte chamámos "Entangled Life", que se relaciona com a partilha, a interligação, a relação entre humanos e a relação dos humanos com natureza. Num dos seus escritos Paulo Mendes da Rocha refere-se à ideia de urbano dizendo: "O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem, nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano que vive na confiança, vive na esperança e na solidariedade do outro." Hoje em dia, os humanos passam a maior parte do seu tempo em espaços "desenhados", é responsabilidade de quem os desenha lembrar [os humanos] de que fazem parte da natureza? Qual é o papel da natureza na cidade?

É linda essa frase do Paulo [Mendes da Rocha]. Agradeço a lembrança... que bonita a noção de que o urbano é uma invenção nossa. O Paulo sempre nos convocou para assumirmos o nosso destino como projeto, como responsabilidade... um pouco como aquela formulação do [Giulio Carlo] Argan. O projeto como destino, de que o nosso

futuro é uma construção, uma responsabilidade de nós vivos ao mesmo tempo, de que toda a história quem a carrega somos nós. Atualmente, os oito bilhões têm que carregar nas costas tudo que passou, e pensar nos que virão. É uma convocação linda, um pouco existencialista, a cidade como o lugar onde um cuida do outro, o lugar onde queremos estar juntos.

O arquiteto é uma pequena parte dessa construção social muito maior, que é de todos. Temos um papel importante, uma função social. Gosto de imaginar que a arquitetura também nunca está pronta, como a cidade, que a arquitetura poderia incorporar essa temporalidade, que é um eterno trabalho nosso, e que a identidade de uma cidade é construída a partir dos valores que nós atribuímos a ela e também de nossa memória.

O Paulo construía muitas imagens bonitas em seus discursos, vou contar uma historinha para vocês, a gente coleciona tantas dele, é uma muito simpática, a Inês [Lobo] deve conhecer, mas conto a vocês como se fosse um segredo. O Paulo era um desses homens corajosos, para ser arquiteto é necessário ter muita coragem, vocês já devem estar sacando isso. Chegou um cara que tinha grana, eu acho que era advogado, e falou «eu quero ter um projeto do Paulo Mendes da Rocha», ligou no escritório e falou «eu comprei um apartamento enorme numa cobertura aqui num bairro chique de São Paulo, e queria um projeto seu. Vamos fazer uma reunião de trabalho?» e o Paulo falou: «Mas essa semana eu estou tão atrapalhado, viu, de tempo. Não sei se vai dar», «Puxa, mas arquiteto, queria tanto contratá-lo para fazer» e ele falou: «Olha é o seguinte, amanhã à tarde eu vou estar num bar, que eu sempre vou à tarde. Você não quer me encontrar nesse bar?», e o cara até falou: «Mas você não estava todo atrapalhado?», «É que esse bar para mim é muito importante, eu nunca deixo de ir», «Tá bom, então a gente se encontra no bar». [risos] Ele chegou lá no bar e foi whisky para lá, whisky para cá, falava da vida, e uma hora o cara disse – «Bom, mas arquiteto, eu vim para fazer uma reunião, para falar dessa reforma que eu quero que você faça. Uma cobertura...queria usar essa cobertura para fazer um salão. E eu tenho obras de arte...», e o Paulo falava, «É uma cobertura no bairro aqui do jardins?», «É,

«E tem uma vista bonita?», «Tem uma vista linda de 360°», e então ele falou assim, «Olha você quer ter um projeto meu aí?», «Quero muito, arquiteto» e ele falou «Eu se fosse você faria o seguinte: Plantava uma mangueira bem no centro dessa cobertura, e esperava ela crescer, punha um banco embaixo, e ficava admirando a cidade que você tem em volta. Isso é o que eu faria», e daí o cara ficou assim: «Mas esse é o seu projeto arquiteto?» e ele falou «Sim, se você quer ter um projeto meu, plante uma mangueira e sente embaixo». [risos] Essa fábula de um arquiteto é para falar da coragem e também dessa linda ideia de que o habitat nosso é a cidade como conjunto, muito mais do que só o artefacto que você está dentro. Acredito que seja isso que o Paulo quis dizer sobre a construção de uma sombra. Você na cidade tem uma vida urbana repleta, e acho que é um pouco a concepção que ele tinha de arquitetura. Tudo o que se refere à cidade é invenção nossa. A gente inventa o que é a rua, não é? As ruas foram feitas para passar pessoas, depois para passar a cavalo, depois passar de carro... Temos uns exemplos interessantes aqui, em São Paulo, de que a partir de um projeto muito simples, se transformam completamente os espaços que nomeamos como avenida, ou viaduto. Aqui em São Paulo, que um elevado que apelidamos de Minhocão. Foi feito de uma forma totalmente arbitrária na ditadura militar. Cortou a cidade no meio, um estrago total, e que, num determinado momento, com a pressão popular, se transformou completamente. Como é elevado, os carros passam na frente das janelas das casas. É totalmente inadequado, aquela poluição... As pessoas que moravam em volta começaram a exigir que esse viaduto ficasse fechado aos carros à noite. Foi tanta pressão popular que ele fecha todos os dias às oito da noite e só abre às seis da manhã. Daí as pessoas começaram a reclamar que no final de semana não dava para ficar em casa, então agora ele fecha também aos sábados, domingos e feriados. Assim, a turma começou a usar esse grande espaço livre elevado, o viaduto vira uma festa, não tem nenhum desenho de arquiteto, não tem uma arvorezinha e ele é um espaço absolutamente popular de uso das pessoas que passeiam de bicicleta, correm de lá

para cá, tomam sol, fazem festa, teatro, tudo... E agora não sabemos mais se o chamamos de viaduto, de rua, de avenida, de parque. É tudo isso. Ou seja, a gente inventa o nome das coisas.

A avenida Paulista, símbolo da cidade, também fecha aos domingos para carros. Não temos praia em São Paulo. As pessoas vão de maiô, biquíni, tomam sol, cantam, dançam, num lugar que durante a semana é avenida e no final de semana é praia. Então, é bonito pensar que essa cidade está sendo reinventada, até os nomes das coisas a gente pode achar que vão ser outros.

E é difícil estabelecer cada vez mais esses limites entre o que é a natureza, o que é cultura, que num determinado momento foi uma divisão clássica – se nós somos natureza, qual é o limite do que é feito por nós, do que é nosso? Então, do mesmo jeito que comecei respondendo, a partir do historiador, a ideia de que a gente pode se afastar um pouquinho para tentar ver o que está acontecendo, eu adoro ouvir esses geólogos, que falam em milhões de anos para cá, milhões de anos para lá, essa pedrinha [Planeta Terra], está sendo sedimentada há milhões de anos. Proporcionam um pouco outra noção de nossa escala de tempo, para ficarmos um pouco mais atentos e perceber como dependemos fundamentalmente da ciência para seguirmos juntos. Quanto desastre estamos produzindo por não entendermos essas dinâmicas naturais. Ao mesmo tempo, a gente só consegue estar juntos, 8 bilhões, em função dos avanços científicos que fizemos, não é? Do mesmo jeito que quis responder essa questão da cidade como uma questão social, acho interessante quando discutimos os impactos humanos na natureza, tudo o que tem sido dito sobre sustentabilidade. O que me parece absolutamente insustentável é a pobreza. Um pouco para trazer a campo nossas responsabilidades sociais, contra esse modelo de consumo desenfreado, que é inviável.

Essas classificações são difíceis, mas tem aquele famoso geógrafo, o Mike Davis, que diz que 70% das pessoas no mundo vivem em situações de habitação não adequada. Aqui no Brasil foi traduzido para o termo favelas e tem muita gente que não gosta dessa tradução porque imprecisa, mas o

que ele quis também dizer é que quem vive numa situação muito precária, entende a natureza de uma maneira muito diferente de quem vive com certo conforto. Cada chuva torrencial que invade a sua casa é um desastre natural que te afeta profundamente. Os terremotos recentes na Cidade do México atingiram muito mais quem não tem grana. Esses desastres naturais revelam a insustentabilidade do sistema social.

Recentemente no Brasil, diante de uma industrialização brutal feita ao longo do século passado, vivemos desastres em sequência. Por exemplo, as recentes barreiras de mineração que se romperam e contaminaram o Rio Doce, transformando-o numa lama tóxica e matando-o. Imaginem um rio de 700 km, que era a base de sustento de muitas comunidades ribeirinhas, e foi absolutamente contaminado por uma obra de infraestrutura brutal que não levou em conta essas dinâmicas naturais. Ou todos esses vazamentos de óleo que acabaram com uma parte grande da fauna do litoral brasileiro, ou as queimadas na Amazônia associadas a um sistema de pecuária absolutamente atrasado, para que a soja seja exportada para o outro lado do mundo, a China. Que desperdício de energia. O Brasil é um dos maiores produtores de alimento do mundo e hoje em dia existem 30 milhões de brasileiros que voltaram para o mapa da fome. Fome no século XXI! A responsabilidade que temos sobre qualquer uma dessas grandes intervenções é imensa.

A pandemia é um momento importante, existe uma disputa sobre esse discurso, e se estamos falando dessa relação com a natureza, é inevitável não pensar na pandemia como natureza. A natureza não é a árvore do quintal. Sabe o que a gente leu muito durante a pandemia aqui no Brasil? Alguns pensadores indígenas. Transmitem ancestralmente suas culturas, a partir de uma tradição oral, geração por geração, nesse território da América do Sul. Dois pensadores em especial. Um se chama Ailton Krenak, que é justamente da etnia Krenak, vivem ao longo do Rio Doce, que foi contaminado pelas lagoas de mineração. O outro é um relato da cosmovisão dos Yanomami, que são do norte da América do Sul, do Davi Kopenawa. O livro se chama A Queda do Céu. Mostra

como vêm enfrentando a morte desde sempre. Esse povo sofre permanentemente o ataque de grupos de garimpeiros que invadem suas terras e contaminam as águas, levando à morte. Nos últimos anos, essa tragédia se transformou numa política de extermínio. O estado brasileiro foi um agente brutal desse genocídio.

Como diz o próprio Kopenawa, «a crise da guerra, da morte, estamos acostumados. A gente morre há muito tempo, vocês é que não estão acostumados com isso». Acho que deveríamos ouvir essas pessoas que estão acostumadas com a morte. Podem nos ajudar a compreender o que poderíamos ser convivências adequadas às dinâmicas naturais. São lições bonitas do ponto de vista da arquitetura. Ailton Krenak formulou uma frase, «precisamos pisar suavemente a terra». Não me parece somente uma questão direta, a imagem de um edifício com pilotis. Não é isso que ele está falando, mas é justamente como podemos entender certas dinâmicas para que o nosso impacto seja adequado. Qualquer ação que a gente for fazer, como arquitetos e urbanistas, se refere à transformação, e esse é o nosso trabalho. Agora, a questão é saber com quanta inteligência vamos realizá-lo.

O nosso próximo tema que é "Cidade Capital", e centra-se na questão do direito à cidade e do direito à habitação: O Século XX foi marcado pela busca de providenciar habitação, a "habitação para o maior número" foi central à arquitetura e à criação de cidade, sobretudo por iniciativa pública. Mais recentemente, emergiu a fé na "mão invisível do mercado" e no investimento privado como resposta ao problema. Um credo que os atuais fenômenos de gentrificação urbana puseram em crise. O que perguntamos é se o direito à habitação e à cidade devem ser um direito universal?

Século XX... que século... Essa discussão é interessante e complexa. Gostaria de começar, já que vocês citaram a questão da habitação, lembrando que grande parte da produção arquitetônica no século XX viveu sob a ideia de uma nova sociedade, a partir da Revolução Russa. A possibilidade de uma sociedade com outros vínculos sociais.

O que impulsionou muitos trabalhos que nos comovem.

Hoje é mais simples para nós criticar certas posturas, mas imaginem o que é você projetar a partir da ideia de uma revolução socialista... Muda tudo! Acho que isso atribuía uma enorme responsabilidade a esses arquitetos, que de alguma forma imaginavam que suas obras poderiam contribuir para a construção de uma sociedade um pouco menos desigual. Parece ter os dois lados da questão, o idealista, mas também o potente. Da arquitetura como agente transformador da sociedade. Esse desafio que muitos arquitetos do século XX se colocaram é muito potente, construíram de facto discursos e obras incríveis que a gente segue estudando, segue perseguindo. E a ideia do habitat, da habitação como um direito universal, a gente não pode abrir mão, iremos perseguir isso a vida toda.

Ao mesmo tempo, hoje, a escala desse problema é enorme e se ampliou nesses últimos anos de neoliberalismo, pois definiu-se o papel do estado, do estado de bem-estar social. Isso no Brasil foi terrível, terrível! Então, a questão que vocês colocam, "do papel do estado nessa construção desse lugar da vida das pessoas", é absolutamente central e acho que teremos que rever isso, novamente. Diferentemente do historiador [Francis Fukuyama], que afirmou que "a história havia acabado", estamos vendo o quão rápido essas reviravoltas estão acontecendo, e que o papel do estado, de facto, novamente tem de ser discutido. A pandemia deixou claro. A distribuição dos recursos é inexorável à sustentabilidade do planeta.

O papel político do nosso trabalho nunca foi tão importante. É um campo amplo de trabalho. Por trás de qualquer grande obra de arquitetura, de qualquer projeto de habitação, existe um arquiteto construindo as políticas públicas. Esse profissional é tão importante quanto o autor das obras, o que assina o projeto.

Não existe obra pública que eu conheça, em cujo processo participei, que não tenha um arquiteto trabalhando numa posição de poder público para amparar a ideia. Vocês estão se formando para desenhar os novos edifícios, as cidades, às vezes esse desenho está por trás também, oculto, reforçando as instituições que per-

mitam que isso seja feito, sejam públicas ou privadas. Estão na construção de leis urbanísticas que permitam uma cidade mais justa.

Cabe às escolas investigar todas as dimensões da nossa profissão. Aqui no Brasil não iremos formar somente Niemeyers, Mendes da Rocha, Artigas e Linas, esses são a exceção, não é? Foi toda uma sociedade que construiu a possibilidade de amparar pessoas como essas. Justamente, o que a gente forma é esse amparo. É muito bonito pensar que vocês, como ofício, como disciplina, contruíram coletivamente a possibilidade de aparecer o Siza, o Souto de Moura, a Inês Lobo...

Me parece triste que atualmente o sistema do mercado da arte tenha se desdobrado no mercado da arquitetura. A gente vê tantos jovens arquitetos que se movem somente nos pequenos mundos institucionalizados, museus e bienais com ambições tão individualistas e tendo tão pouca pretensão transformadora. As discussões da habitação, para voltar nesse tema, são tão novas... Inês, lembra que você há uns anos atrás me convidou para participar de uma conversa sobre agricultura urbana? Quem poderia imaginar, no séc. XX, que estaríamos conscientemente discutindo essa questão da agricultura urbana? É tão interessante pensar nesses limites entre o rural e o urbano que está se fazendo. A ideia de habitação como uma ideia ampla de vida comum me parece um direito total e ela passa por ações tão distintas, não é? Não sei se eu estou fugindo muito desta questão específica da habitação, mas poderíamos falar agora do ponto de vista estratégico. Vejo, com muita dificuldade, a ideia de um país como o Brasil conseguir fazer todas as casas novas, para todos que vivem numa situação precária. Nas cidades brasileiras, a grande parte da população vive na casa construída com a força da própria mão. Serão também nas grandes periferias das cidades brasileiras, autoconstruídas, que a cidade irá se renovar. No atual sistema económico em que vivemos, não teremos dinheiro ou tempo para fazer tudo de uma só vez. Me parece que a infraestrutura para que essas casas se renovem com o tempo, pelas próprias famílias, a partir de uma certa distribuição da economia, é uma estratégia muito adequada para a discussão da questão da

habitação.

Então, a questão da habitação não passa pela resolução somente de um edifício, de casas, mas pela infraestrutura que permita com o tempo essas casas melhorarem. Para isso, para essa infraestrutura ser instalada, serão necessárias algumas remoções de áreas de riscos. As novas casas serão feitas para essas pessoas que serão desalojadas da beira dos córregos, dos rios, ou de pendentes muito fortes sujeitas a deslizamentos nas chuvas. De forma exemplar, mas, mais do que feitas como protótipos de casas extraordinárias, elas têm de ser feitas como bairros interessantes para as pessoas morarem. É menos a ideia de uma tipologia de uma casa e mais a construção de um lugar comunitário bom de se viver.

Há anos atrás tivemos uma experiência de construir aqui no Brasil muitas casas num sistema que foi batizado de "Minha Casa, Minha Vida". Era um programa público de financiamento de construção de casas, porém com a velha ideia da casinha isolada, longe da vida urbana, o que exigiria posteriormente um trabalho enorme para levar infraestrutura a esses lugares sem cidade. E, justamente esse equívoco, não podemos repetir. Temos que garantir o acesso à cidade, à infraestrutura, ao trabalho, emprego, garantindo menos deslocamentos para as pessoas, transporte, e a ideia da casa é amparada por essa cidade, muito mais do que da tipologia.

Voltando um pouco à pergunta que vocês fizeram, sobre a questão da natureza, hoje em dia entendemos que qualquer trabalho de urbanização, de reurbanização que fazemos, nasce de uma compreensão muito clara do que é a geografia. Então, a primeira constatação que fazemos, é que toda a ideia de habitação precária está associada à questão das águas em São Paulo. É nos córregos e nas pendentes mais fortes que as pessoas sem grana se instalam. Onde não havia loteamento. Os projetos nascem do conhecimento das bacias hidrográficas e a partir da limpeza das águas, das nascentes até chegar aos córregos e depois aos rios, para que essa água limpa não seja contaminada e faça parte da vida cotidiana, ou seja, o entendimento de uma situação geográfica, de uma situação natural, para que sejam instaladas as novas casas. Então, quando a

a gente fala de cidade, de habitação e natureza, começamos a perceber que, após muito esforço, entende-se que essas intervenções têm de ser coordenadas. É por aí a discussão de habitação?

[Inês Lobo]: Só um aparte – é interessante estares a falar nisso agora porque o trabalho que nós estamos a fazer aqui com este grupo de alunos chama-se «Cidade, água, habitar» e, portanto, estamos a investigar uma série de possibilidades de intervir na cidade de Lisboa, resolvendo as questões hídricas conjuntamente com esta ideia de conjugar isso também com a habitação. Portanto, há aqui uma coisa que é bastante comum, bastante parecido em ambos estes territórios, que apesar de terem diferenças enormes relativamente às questões da habitação, começando pelas questões de escala como é óbvio, mas há uma coisa que é mais ou menos óbvia e comumente aceite que é: só faz sentido construir habitação se isso for um motor para a requalificação do espaço urbano para construir também o direito à cidade, que basicamente foi isso que tu disseste, que é muito bonito. Continuamos, só queria fazer aqui esta nota.

Passamos agora para o tema do “Chão Comum_Partilha” que se refere ao espaço público e a sua relação com a coesão social. Doris Salcedo, a artista contemporânea colombiana, diz numa das suas entrevistas: “o meu processo é interferir, inserir-me no espaço público obliquamente e não diretamente, para que outros possam, por sua vez, reivindicar o espaço para si.” O espaço público é um mecanismo de coesão social?

Doris Salcedo... é incrível essa artista! As artes nos ajudam muito com linguagens que completam a nossa forma de pensar. É bonito usar a arte como formulação de questões, a partir da própria linguagem. Eu lembrei agora daquela frase do Balzac, que fala que “o pintor deveria meditar com o pincel na mão”. Um pensamento a partir de uma ação. Nós, arquitetos, pensamos um pouco assim. Tem um amigo nosso, professor da escola da cidade e filósofo, Márcio Sattin, ele adora jazz, e sempre brinca que gosta de ver croquis de arquitetos. Sabe aquele croqui que você

faz para você mesmo, que fica repetindo a solução, o mesmo croqui de novo e de novo, até a coisa decantar? Ele acha que o solo de jazz se assemelha muito aos croquis de arquitetos, essa ideia de que você vai pensando, formulando e concretizando e percebe esse raciocínio se construir. Estou fazendo uma digressão só porque vocês falaram da Doris Salcedo. Mas a questão do espaço público é, também, muito interessante de ser construída. Vocês colocam essa ideia como um mecanismo de coesão social. Os espaços públicos são construções sociais muito particulares de cada lugar. Nós, arquitetos, precisamos ter a humildade de entender que cada lugar vai construindo o seu espaço coletivo, a partir de matrizes muito diferentes.

Vou falar aqui da minha terra. O Brasil aboliu a escravidão em 1888, foi a última nação do mundo! Vocês imaginem o quão complicado é definir um espaço público aqui? Seguimos tentando construir esse espaço público, vocês entendem? Como construção social, muitas das obras, para voltar aos artistas, tentam o tempo todo questionar, tensionar, pensar os limites do que entendemos como espaço público.

O Guilherme Wisnik, que é professor, amigo nosso, escritor, traz uma questão muito interessante: nos anos 60, alguns artistas plásticos brasileiros, por exemplo, o Hélio Oiticica, estavam tentando trazer a vida, o espaço doméstico para os lugares públicos. Ele construía no museu um ambiente doméstico, os Penetráveis, e colocava um cara vivendo lá uma semana. Compartilhava a vida desse cara. Em contraponto, os arquitetos aqui estavam fazendo casas que justamente levavam o espaço público para dentro da vida privada. Como exemplos, as casas do Paulo [Mendes da Rocha], do [Vilanova] Artigas. É muito interessante perceber como dois campos da arte estavam em chaves opostas discutindo e tensionando os limites do que é a vida pública e a vida privada.

É perceptível essa discussão do que é o chão público na obra dos arquitetos brasileiros. Vou contar outra historinha: sempre recebemos professores de outros lugares na Escola da Cidade. Quando estávamos estudando Cuba, convidamos um arquiteto, o Kiovet Sanchez. Foi sua primeira visita a São Paulo. Ele conheceu o MASP e o SESC Pompéia da Lina Bo Bardi, o Museu

da Escultura, a Pinacoteca e o SESC 24 de Maio do Paulo Mendes da Rocha, a Faculdade de Arquitetura do Artigas, ou seja, fez esse tour das obras daqui e falou algo, me lembro até hoje, como um dos maiores elogios possíveis: «Puxa vida, esses edifícios em São Paulo parecem que foram feitos para o meu povo». Para um cubano falar isso... eu até hoje me arrepio de lembrar. Portanto, acho que essa discussão do espaço público permanente do nosso trabalho e cada um responde de um jeito. Podemos pensar em Brasília como um lugar onde foi feito um urbanismo rodoviário, baseado na segregação de funções da cartilha moderna, como algo ultrapassado. Ou, também, lembrar que Brasília tem o chão público, não está todo repartido pelos donos da terra. Isso, num país como o Brasil, é muito. Uma experiência espacial extraordinária que oferecemos ao mundo. Tudo sempre terá os dois lados. Uma visão restrita ou outra que seja agregadora, generosa. Então, cada vez que eu vou à Brasília, e ando por aquelas superquadras, mesmo sabendo que infelizmente não é para todo mundo, que o povo mais pobre vive nas cidades satélites, eu penso que Brasília só não conseguiu ser maior que o Brasil. É parecida, no quesito da segregação social, com qualquer outra cidade brasileira. Aqui em São Paulo tem também as mesmas formas de segregação. A expulsão da população mais pobre do centro da cidade. Os problemas de Brasília são os problemas do Brasil. E me parece interessante pensar que o espaço público, numa cidade como Lisboa, deve ser pensado com as ferramentas próprias, de Lisboa. O espaço público, se ele vai sendo controlado, privatizado, evidentemente ele vai favorecer quem tem grana. Os nossos trabalhos têm essa possibilidade de tensionar e de provocar mesmo essa distensão dos espaços que abertos. Vou dar exemplos para vocês: o Museu de Arte de São Paulo, projeto da Lina Bo Bardi, incomoda porque tem aquele espaço absolutamente aberto, generoso, público para a avenida. Incomoda porque o espaço expositivo era um espaço aberto que, contrariando as leis de museografia, botava Rafael junto com um pintor de arte popular do nordeste brasileiro. Ele quebrava hierarquias, propunha, num país sul-americano e pobre, a possibilidade de

entendimento da obra de arte como uma construção coletiva social, independente do país, dos tempos, da grana... Isso incomodou a ponto de algumas administrações terem realizado reformas, terem fechado aquele espaço que a Lina propôs, onde os cavaletes de vidro ficassem num único salão, todas as obras vistas de uma só vez. E durante alguns anos, a gente entrava no MASP e visitava entrando de salinha em salinha, como se estivesse num Palácio do século XIX. Porquê? Porque a arquitetura pode ser muito forte do ponto de vista de um discurso, mas ela tem a fragilidade da própria gestão, da própria vida, do próprio uso. Então, durante muitos anos o MASP ficou irreconhecível. Só que ao mesmo tempo que é frágil, tem essa força discursiva. Parecia que o prédio gritava: "não é assim que eu quero que um quadro seja exposto", a ponto de a sociedade conseguir, de forma organizada, retomar e refazer o espaço expositivo conforme a Lina tinha desenhado. Então, os tempos da arquitetura, como são largos, mesmo com uma reação adversa e conservadora, podemos um dia voltar atrás. O museu de escultura, o MuBE, do Paulo Mendes da Rocha, foi feito para ser totalmente aberto como praça pública para a cidade. Num determinado momento, botaram uma grade que estabelece um limite naquele terreno, daquele lote, que é evidentemente contra aquela arquitetura, que tem uma entrada pela rua de cima, uma entrada pela rua de baixo, que faz um cruzamento de um espaço que é evidentemente público. Toda a vez que o Paulo Mendes da Rocha era questionado sobre isso ele, falava: "Vocês sabem, todo mundo sabe, foi construído para ser aberto. Não cabe mais a mim arrancar essas grades. A sociedade é que vai ter de arrancar."

Já falamos várias vezes do tema do habitar, mas nós temos uma questão baseada numa frase de Hashim Sarkis sobre o habitar coletivo, diz o seguinte: "precisamos de um novo contrato espacial. No contexto de crescentes divisões políticas e crescentes desigualdades económicas, é urgente imaginar espaços nos quais possamos viver juntos com generosidade. Juntos como seres humanos que, apesar da nossa individualidade crescente, se desejam conectar uns com os outros e com outras

espécies, através do espaço digital e do espaço real. Juntos como novas famílias em buscas de espaços mais diversos e dignos de habitação. Juntos como comunidades emergentes que existem equidade, inclusão e identidade espacial. Juntos através das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação. E juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver." A nossa pergunta é: de que forma é que um edifício de habitação pode garantir uma experiência de partilha de um espaço comum entre os seus habitantes?

É tão difícil saber como se formam os sentidos de coletividade. Talvez devam se formar quando está todo o mundo ferrado. Daí um tem quer ajudar o outro, porque não tem outra maneira. Quando você está ferrado, você constrói uma identidade. Deve ser assim... tarefa para os sociólogos. [risos]

Passamos recentemente, no Brasil, por uma crise total de identidade. Vocês podem imaginar o que foram esses últimos 4 anos de vida no Brasil com esse Presidente que está saindo? Foi pesado imaginar que uma parte de nós se espelha nesse cara que estava aqui, nessa banalidade do mal, sabe? E é disso que se trata, de autoritarismo, uma face perversa. Na dualidade de Eros e Thanatos, trata-se da morte. Da morte como destino, como projeto. Como se constrói esse lugar coletivo?

Daí, recentemente, eu reli um livro muito interessante que se chama "Em Câmara Lenta", do Renato Tapajós. Ele é escritor, cineasta. Foi preso na ditadura militar, em 1968. Fui no debate de lançamento dessa nova edição, feita pela editora Carambaia. Ele foi preso, era um menino de 20 e poucos anos, que decidiu partir para uma resistência de guerrilha armada contra a ditadura militar do Brasil. Num determinado momento, nesse debate, um menino da plateia levantou e falou: "Renato, eu queria que você contasse o que te levou à resistência, naquele momento, em vez de fugir do país quando a coisa aqui ficou feia, quando a polícia começou a perseguir os cidadãos. O que te levou a justamente fazer o contrário? Se juntar e proteger esse país com a própria vida?" A resposta

do escritor foi: "é muito difícil explicar isso para vocês, mas naquele momento o Brasil tinha construído um senso de identidade e de coletividade que para mim foi algo natural eu me juntar com os amigos e afirmar: não vai ser assim, de graça a gente não entrega pra esses caras". Interessante pensar isso geracionalmente, não é? Mas ele, de uma maneira muito esperançosa, terminou a resposta assim: "Mas eu não quero fazer um discurso saudosista, pois o que eu vi nascer nesses últimos quatro anos no Brasil, com esse governo autoritário, foi uma defesa da democracia, grupos que se construíram como identidade, como coletivo, que assistiremos aflorar nos próximos anos de uma maneira muito linda. Não imaginei que eu fosse ver de novo acontecer".

O oposto de uma vida totalmente individualista. De culto ao consumo, de ostentação, e não de uso. Parece que consomem somente para se mostrar. Tem muito isso nessas redes, como Instagram, em que sua vida está uma porcaria, mas quem vê pelo aplicativo acha que é uma coisa extraordinária. Uma fábrica de inveja. O Caetano Veloso tem uma música, que é linda, Eclipse Oculto, que ele conta uma história de uma transa que não deu certo: "Eu não sou proveito, sou pura fama", lembram?

É bonito que façamos uma arquitetura aberta, não é? Que permita a construção do coletivo nos edifícios, com liberdade para serem apropriados... só se completam com a vida, e vão ser muitas vidas, cada geração vai ter uma completamente diferente da outra e o edifício vai estar lá. Isso eu acho incrível. É o contrário dessas propagandas do mercado imobiliário. Da vida exclusiva. Comprar uma porcaria de um "apartamentinho" mínimo e repartir em um monte de pequenos cômodos e dar nome pra eles como uma lista de usos. Negar a cidade e viver num condomínio com pet place, espaço Kids... uma coisa triste de uma vida urbana mesquinha, exclusiva e muito pouco vivida. É pura fama e nada de proveito. [risos]

Passando agora ao tema "Durável / Reversível", sobre durabilidade, flexibilidade, e a ruína. No livro "On and Around Architecture: Ten Conversations", da dupla Jonathan Sergison e Stephen Bates, refere-se a ideia

de olhar para o projeto de um edifício de habitação coletiva a partir do seu tempo de vida. O seu esqueleto, na perspetiva destes arquitetos, deve ter um tempo de vida longo, e ser visto como uma ruína permanente, que pode ser habitada transitoriamente. Para isso deverá ser flexível e duradoura. Os outros ciclos de vida são médios, ou seja, são ciclos que se devem adaptar às alterações. O esqueleto é, assim, habitado pelos diversos componentes do edifício, como os que asseguram o funcionamento das infra-estruturas ou as fachadas, e o invólucro. Esta separação em três momentos obriga-nos a uma outra forma de projetar. Em que o tempo volta a ser um dado fundamental no processo — tempo de execução e tempo de vida. A flexibilidade deve passar a ser um valor a incorporar na arquitetura?

Acho que sim. Lembrei de um aforismo do Luigi Snozzi: "se quer flexibilidade, construa com pedras". O oposto da ideia de flexibilidade como algo móvel, de leveza permanente. Acho que ele está, justamente, falando que esse esqueleto deve permitir todas as adaptações possíveis, daí sim, com alguma leveza. Construir exige grande quantidade de energia, de transformação da matéria. Exige um raciocínio a partir dos ciclos temporais. Sempre os dois lados, os arcabouços permanentes e, ao mesmo tempo, a vida que pode se ir transformando lá dentro, flexível. A história da arquitetura tem tantos exemplos de mudanças de uso: igrejas que viraram bibliotecas, etc... quer dizer, pensar que os edifícios vão se adaptando às mudanças, de uma maneira muito sensível, com inteligência. Que possamos também fazer construções que sejam montadas e desmontadas. Um pouco voltar àquela primeira ideia das duas ocupações da América, a de pedra e a de madeira e, às vezes, serão as duas, com inteligência para saber, em cada caso, qual irá funcionar melhor. No ano passado, quando eu e a Cris [Cristiane Muniz] estivemos aí na UAL, no workshop, que foi incrível, a Bárbara Silva, professora de vocês, nos convidou para fazer uma pequena exposição na Galeria NOTE e, justamente, aproveitamos esse tema de que as ações poderiam ser todas refeitas. Então fizemos uma lista de verbos, de ações e nós colocamos o prefixo

"re" na frente, ou seja, construir— reconstruir, urbanizar — reurbanizar, formar — reformar. Fizemos em contraponto àquele trabalho lindo, daquele desenho do artista Richard Serra, que era uma lista de verbos — to fold, to cut. A pintura era uma lista de ações que ele realizava em seu trabalho: dobrar, cortar, empilhar, torcer. A partir dessa obra, colocamos um "re-" na frente de tudo para propor que nosso trabalho possa ser refazer tudo novamente. Fazer e refazer, como a cidade que está sempre em transformação, poderíamos imaginar também para arquitetura.

Tentar incorporar a ideia de que nossa obra nunca está pronta. Talvez seja uma estratégia de quem vive num país como o Brasil, que nunca se completa. A arquitetura não termina quando vai o fotógrafo e faz a foto de tudo impecável. Ali está começando a encrenca! Na verdade, começando não, eu acho que começou na primeira perfuração na terra para a primeira fundação. Interessante pensar que o tempo de obra já é um discurso. Tem obras que são mais bonitas antes de terminar do que entregues. O primeiro cozimento da terra para fazer um tijolo já é parte da encrenca, e daí por diante.

Cada ação pode ser refeita, mas deixa marcas e energia. Em cada contexto, cada situação, a gente vai responder de uma maneira inteligente e adequada, sem ter predefinido nada, sem preconceito, porém sabendo o que não deu certo. Para cada situação, iremos reagir, tomar decisões que sejam precisas.

Passamos agora para o tema "Tradição/Industrialização", ao acto de construir e a industrialização da construção. Hoje, temos consciência que a indústria da construção, assim como a utilização dos edifícios, é direta ou indiretamente, das maiores fontes de poluição do planeta. Mas continuamos a ser chamados a construir e num momento de urgência climática. O presente parece por isso uma oportunidade de repensar o que significa e deve comportar construir. O que parece impor mudanças a todos os envolvidos no processo: os projetistas, a indústria e os construtores.

Gostaríamos de saber qual é a sua percepção sobre a indústria da construção hoje em dia, nomeadamente, comparando

com outros momentos da nossa história, em que a industrialização teve um papel preponderante.

Tento responder às questões de forma dialética.

Sobre essa questão da industrialização, nós, aqui no Brasil, estamos numa situação interessante. Difícil, mas interessante. Porque é como se tivéssemos um pé lá e outro cá. Não temos um sistema de industrialização da construção que seja tão completo quanto o dos países da Europa, ou EUA. Ao mesmo tempo, não temos mais uma situação de construção totalmente artesanal, como alguns dos nossos países vizinhos ainda possuem. Me parece bonito que a arquitetura revele o lugar que está.

Não temos as mesmas normas de construção das cidades europeias. Lembrei-me daquele texto do Siza, quando ele foi fazer aquele primeiro projeto na Holanda, que dizia: "agora meu trabalho é aqui escolher num catálogo. Aqui em Portugal eu desenhava todos os batentes, desenhava janelas, os caixilhos, eu venho pra Holanda e tenho que ficar escolhendo num catálogo qual batente, qual porta e tal." Mesmo assim, ele se reinventou naquele lugar e fez uma arquitetura extraordinária. Às vezes olhamos um prédio na França, absolutamente industrializado e pensamos, "Puxa vida, tudo industrializado, que coisa incrível. Como eles podem ter tantas opções de industrialização?".

Em paralelo, as obras absolutamente extraordinárias dos arquitetos aqui do Paraguai, que a partir do tijolo reinventam formas de pré-fabricação, com economia máxima de recursos, como o Solano Benitez. São estruturas levíssimas, com espessuras mínimas, que constroem grandes espaços. Fui também visitar uma obra do Joseto Cubilla, em Asunción, um edifício de cinco andares construído de terra, de taipa socada, uma coisa absolutamente artesanal e brilhante do ponto de vista inventivo. Falar desde o seu lugar é muito bonito.

Estamos no meio desse caminho, ao mesmo tempo que o mercado imobiliário de São Paulo constrói a partir de uma dinâmica, de uma velocidade absoluta, da industrialização de grande parte dos seus componentes, toda a periferia da cidade,

a grande parte da habitação da cidade, é feita com a industrialização mais precária, que é um bloquinho de concreto, um bloquinho de cerâmica que o cara vai empilhar manualmente.

Então, que a gente possa comentar esses dois lugares, me parece um dever atual dos arquitetos no Brasil. Porquê? Porque não podemos abrir mão da industrialização, diante da escala dos problemas infra estruturais que temos, mas, ao mesmo tempo, valorizar certos saberes, resistências culturais de trabalhadores, de mão de obra, em nossos projetos como complementos. E ainda, muitas vezes, subverter os elementos industrializados, utilizando-os para fins não previstos.

Se arquitetura é sólida o suficiente como estrutura, como arcabouço, vocês usaram também a ideia de esqueleto, são suportes para que elementos leves possam vestir esses edifícios, se desnudarem, e vestir novamente. Esse lugar ambíguo em que estamos no Brasil, pode permitir essa reflexão, ou seja, tirar da industrialização o que ela tem de mais potente que é qualidade com quantidade, com escala, de maneira absolutamente consciente e responsável, para que a industrialização não seja o desastre que fizemos no séc. XX com as águas, as florestas. Mas também ser lugar de afeto, de resistência, de saberes, continuar tendo a qualificação de uma mão de obra que constrói as coisas por gosto.

Não sejamos ingênuos, quem manda é a economia, estamos falando como arquitetos, de nossas intenções. Mas se você não quiser abdicar, lavar as mãos do que está sendo feito na cidade pelo mercado imobiliário e não quiser construir somente as exceções, mas o tecido urbano, a regra da cidade, e entrar no jogo, é a economia que vai mandar nas escolhas de materiais e sistemas. Então, cabe a nós estarmos atentos ao que está sendo feito e saber usar com inteligência essa industrialização.

Tem uma entrevista, que eu ouvi do Oscar Niemeyer, já com mais de noventa anos, pois ele viveu o século XX inteiro. E muito do que identificamos como Brasil, alguns caras que inventaram: Pelé, Oscar Niemeyer, Tom Jobim. Uma vez perguntaram para ele o que achava dos novos materiais. O jornalista queria que ele falasse do aluobond, do alumínio e dos plásticos, mate-

riais sintéticos, e ele respondeu: "que linda questão que vocês me propõem, quero falar sobre novos materiais. Porque, de facto, o homem vivia nas cavernas e depois empilhava uma pedra sobre a outra, e percebeu que podia botar as pedras comprimidas e fazer um arco, depois fez o arco botante, daí teve umas construções metálicas, até que consegui juntar o aço dentro de uma pedra líquida, e fez o concreto aparente". Fez um discurso de meia hora sobre o concreto aparente, como um material novo na história da humanidade. Oscar pensou num outro arco temporal. O jornalista achou melhor trocar de pergunta. [risos]. Outra vez, perguntaram para ele sobre construir com madeira, e ele falou: "acho que é melhor não, porque madeira dá bicho". Todos riram.

Me parece tão interessante, após essa frase do mestre, desenvolver uma indústria capaz de proteger essa madeira dos bichos. Usar a ciência para isso. Num país como o nosso aqui, com essa capacidade gigante de construir a partir de materiais de reflorestamento, com madeira de alta densidade, renovável de maneira tão rápida, como um sistema eficiente que usa energia do sol para ser produzida, é impossível desprezar essa tecnologia. Não a madeira como um pedaço de pau, mas como técnica industrializada, que a partir de uma matéria-prima renovável você possa chegar no limite do raciocínio tecnológico dela. Então, a partir de um saber ancestral, das tradições das ocas xinguanas, que utilizam os limites técnicos da fibra da madeira para se envergar, tensionam o suficiente para fazer um arco amarrado com cordas na ponta, para virar uma casa gigante, um grande vão. A inteligência ancestral de utilizar um material abundante, mas agora renovado. Cultivado, como os eucaliptos, cortados, colados, laminados, feitos de uma maneira absolutamente precisa na indústria. Para que para os trabalhadores possam construir um edifício de altura, no futuro, com pequenas peças. Como a Torre Eiffel.

Temos trabalhado com industrialização da madeira no Brasil. Empresas desenvolveram o sistema, como a ITA construtora, coordenada pelo engenheiro Hélio Olga e o arquiteto Marcus Vinicius Barreto Lima. Realizaram aquelas casas com o arquiteto Marcos Acayaba, que foi professor

nosso, ou seja, experiências de arquitetos e engenheiros que estão desenvolvendo tecnologicamente uma indústria com outra pegada, que seja completamente atualizada com o Século XXI. Que pisem suavemente a terra, como nos ensinou o Ailton Krenak.

Para terminar, o tema "Disciplina", a relação arquitetura/sociedade. A pergunta é: O que é valorizado entre os arquitetos, por vezes de forma consensual, não corresponde necessariamente ao que é valorizado pela "pessoa comum". Esta divergência parece impor a necessidade de partilhar um entendimento sobre o que é a Arquitetura. Como é que a podemos definir?

Vamos ver como respondo... os arquitetos e artistas que admiro são os que nos emocionam. Os arquitetos que emocionam os arquitetos, os músicos que emocionam os músicos, ou seja, que impulsionam as respectivas disciplinas, que levam a discussão académica ao limite, ou seja, instigam quem faz, de maneira absoluta. Mas que também são absolutamente queridos por todos, quem vê essas obras, quem vive essas obras, quem passa por elas, mesmo não sendo especialistas. Acho que os grandes são assim. O Tom Jobim é venerado por qualquer músico do mundo. As harmonias do Jobim são aulas, seja para um músico de orquestra sinfónica, seja para um músico popular, um sambista, um rapper. O Jobim é adorado por todos os músicos e também por toda a gente, toda a população. E é bonito também que cada um absorva a música dele dentro de seus limites de conhecimento. Eu não toco nenhum instrumento, não tenho formação musical profunda, mas admiro muito um músico como o Jobim, dentro das minhas limitações. Sei que um músico vai gostar ainda mais, porque tem esse outro saber, vai relacionar com Chopin, Debussy... Acho que arquitetura é também assim. A arquitetura do Álvaro Siza não é feita só para nós, a gente adora a arquitetura dele, mas todos gostam da arquitetura do Álvaro Siza. Ele é um personagem absolutamente popular em Portugal, como o Niemeyer é aqui no Brasil, isso é incrível. Vou contar outra história, o Siza fez esse projeto aqui no Brasil, que é um dos maiores presentes que a gente

ganhou, o Museu Iberê Camargo em Porto Alegre. Um dia eu fui para Porto Alegre, desci do avião, peguei um táxi, estou de papo com o taxista, que perguntou: "o que é que você faz?", eu falei, "eu sou arquiteto, eu vim aqui para uma reunião que vai ter lá no Museu Iberê Camargo", "ah não diga", "sim", e ele: "eu conheço muito o arquiteto português que fez", "a sério?", "conheço muito, eu já dei muita caronas pra ele, já levei o arquiteto lá no museu dele", "ah, não me diga, que grande arquiteto, eu admiro tanto o trabalho dele, acho o museu lindo". Daí o taxista falava "é um sujeito muito inteligente", falei "eu também acho, [risos] sujeito muito inteligente" e falei: "porquê?", "porque uma vez eu perguntei para ele assim: arquiteto, eu queria fazer uma pergunta, porque é que o senhor fez um museu praticamente todo fechado pro Rio Guaíba, que é um dos rios mais lindos do mundo? E sabe o que o arquiteto me respondeu? justamente por isso, como é que eu poderia competir um dos rios mais lindos do mundo?", aí o taxista completou, "viu? viu como esse arquiteto é inteligente?". Ou seja, arquitetura intriga, traz o melhor de nós mesmos. Deveria revelar o melhor de nós como humanos. Quem já se emocionou diante de uma obra de arquitetura, sabe o que ela desperta em nós, o melhor de nós, eu acho isso mesmo. Ano passado, quando estive aí com vocês, dei um pulo no Porto e realizei um sonho que foi ir, com os meus dois filhos, assistir a Braga e Portimonense, lá no estádio do Eduardo Souto de Moura. Aquilo para mim foi uma grande experiência de vida, pois eu estava ali como arquiteto, absolutamente emocionado, diante daquela obra que incorpora aquela montanha de fundo, aquela pedreira quase como uma personagem, como um ser que assiste conosco o espetáculo... fico imaginando quantos bichinhos não ficam ali vendo o jogo e comentando: "esse cara não joga nada" [risos] e, ao mesmo tempo, naquele espetáculo popular que é o futebol. Dentro de uma arquitetura como aquela, pura infraestrutura, poder ficar xingando jogador, reclamando do juiz, coisas da vida... foi uma coisa extraordinária. A experiência de junção do que é popular e erudito num mesmo lugar. Me emocionam os trabalhos que a gente tem visto dessa arquiteta mexicana

extraordinária, Gabriela Carrillo, junto com Carlos Faccio e Maurício Rocha, mas também dessas outras mulheres mexicanas incríveis, ou seja, quando a arquitetura te toca, de verdade, ela te evoca o melhor de nós. Acho que é um pouco esse o papel da arquitetura, ampliar nossos horizontes, outras possibilidades. Sozinho não fazemos nada. Arquitetura, como disciplina, convoca os outros saberes: engenheiros, sociólogos, antropólogos, todos que citamos, inclusive os músicos, para juntos construímos o nosso lugar de vida. E nesse sentido, a arquitetura é um lugar de perguntas, mais do que para resolver problemas. É também para gritar: "o rei está nu". Ou seja, serve também para falar, "por aqui não vai bem, e se fosse por ali?". A gente não precisa ter todas as respostas, tem que estar disposto a errar, a experimentar, mas com coragem. Responsáveis, pois a coragem depende da responsabilidade.

Nós somos, como profissão, o contrário dos conservadores, porque somos transformadores. Transformamos a matéria, as cidades, a geografia. Então, nosso papel é o tempo inteiro é falar "olha, talvez por aqui não seja bom" e nós não estamos aqui somente para responder mecanicamente às questões. Porque não entendo um projeto de arquitetura como uma obra pronta, acabada. Não acredito no projeto de arquitetura como a de um demiurgo que sabe tudo. O desenho não é um projeto definitivo, nunca. Acredito que temos uma função social, somos treinados, preparados, para projetar, é isso que a sociedade espera de nós. E projetar de uma maneira mais ampla, não estou falando somente de edifícios, de planta e corte, estou falando de projetar no sentido de desejar, imaginar coisas muito diferentes, é para isso que fomos treinados. É o que esperam de nós.

Então, vocês estudantes, quando tiverem a oportunidade de estar numa mesa com vários outros profissionais, que vão ter feito diagnósticos extraordinários, cada um em suas respectivas áreas: um engenheiro de solos há de ter falado: "este solo aqui é uma geleia a gente vai precisar de uma fundação profunda". Daí, o sociólogo: "mas a gente não pode impor, porque aqui essa sociedade precisa de um programa que seja diferente, ele são pescadores..."

Quando um arqueólogo falar: "mas não podemos estar nesse lugar, porque aqui tem um sambaqui". E o outro comenta: "mas espera lá, não temos grana", ou seja, quando cada um fizer o seu diagnóstico, para que a conversa siga, eles precisam de nós. E como que a gente faz? Um desenho, como um início de conversa, como um braço estendido para essa conversa. E um desenho faz todos começarem desesperadamente a criticar, a tagarelar e assim a conversa pode prosseguir. Deveríamos estar completamente conscientes de que esse processo é importante. E assim desenhamos novamente, quantas vezes forem necessárias, pois quase nunca o nosso primeiro desenho vai ser construído. Se acontecer, é porque houve uma convenção e todos, de alguma forma, acreditaram que era para ser assim. Os desenhos não deveriam ser entendidos como imposição. Muitas vezes nos colocam nesse lugar: "do arquiteto que impõe tudo a todos". Eu acho que devemos saber o que estamos fazendo, ter essa responsabilidade. Não sermos conservadores e defendermos nossas ideias. No sentido amplo do que é uma conversa, do que é uma defesa de ideias e saber que nunca o nosso desenho vai ser uma imposição e, sim, que cumpre nossa função social de fazer a conversa seguir.

Obrigada Fernando.

Entrevista ao Arquiteto Tom Emerson

Abril 2023, via zoom



Fotografia retirada da entrevista via zoom, 2023

As you know, this interview has to do with the topic we are working on in our studio and it's divided into different themes. The first one is: Cities - can we define them? - and the first question is: In a text written in 2003 Jacques Herzog says: "It is about time to get rid of manifestos and theories because they are not the heart of the matter. There is no theory about the city; there are only cities". He then asks, "How can we define it, since we can't understand the most complex and interesting creation of the human race?" If we cannot describe our cities through models, how can we operate on them and find the logics for their requalification?

All of your questions are extremely difficult. Each one could be more than an hour. The Jacques Herzog quote reminded me a little bit of a similar quote from... That was from 2003, right?

Yes.

From a quote, probably, 30 years beforehand, 1974, from a book by Georges Perec called *Species of Spaces*. In it, I think, there's a line, and I might be misquoting it slightly, but he says: "Do not try to find an easy definition for the city, it's too big, you will only get it wrong." So, a quite similar spirit. In the book he sort of tries to develop certain exercises by which we could maybe generate some kind of insight and they are practical exercises to do with looking and recording about - particularly kind of everyday lives - things we normally don't pay much attention to. And it's a book which I like very much because it's very light, it's very playful, and it has little games about how we perceive and then understand and then use the city.

I would say that as a model, as good as any other, I suppose that I very much agree with Jacques Herzog's view, partly because I come from London. London is a city that doesn't have a plan, that has never had a plan and is a city that when people have tried to have a plan, the city has rejected it really forcefully, because it's a city that somehow sort of produces itself, like an organism. So you can have ideas about specific parts, or specific buildings, or even specific fragments of buildings and spaces, and some of them can be very

big like a park - and, to be honest, London does parks very well - but the idea of trying to encapsulate the city and how it works and how it should work within one unified theory will just never suit the occasion. So, you have to find ways of engaging with it at much more empirical experience levels. So, what will work for one part will be completely inappropriate for another and that's because the scale of the city, the topography of the city, the history of the city, establishes certain characteristics, which are not really producible. I think we can compare it to a body, how you deal with a foot injury is very different from how you would deal with an eye problem. You can't just establish a principle. Every part is different. It's a very bad analogy, I probably would scrub that one. But you know what I mean. I guess, as architects, we are maybe much more interested in a kind of genuinely lived experience. Also, I think that Londoners may have a lot in common with other port cities. Cities that are big ports - Lisbon, Porto, London, Hamburg, Rotterdam, let's say for the European ones, of course it's the same in Africa, Asia, and the Americas - have a very particular metabolism, which has to do with import and export. That's to do with knowledge, people, things, goods... So you often have a very complex arrangement of conditions which can be as much to do with very, very faraway places as they are to do with local conditions. So, cities that have long histories of trading and shipping generally have a very hybrid condition and that is, in a sense, the richness of those places - is that they're kind of impure and they're mixed, and I think that that's something which I sort of feel like is a lit bit what lies behind Jacques Herzog's quote. And so, how do we operate on them? Then I would say we operate carefully... we have to be very attentive to what we find, we have to be very attentive to what we think we know, which is often incorrect - and being misunderstanding can be very productive - but it needs to be critical, you know? We have to be critical. So I would sort of say that our work coming from this context, which is very different to if you were maybe a Parisian architect, where your understanding of the city might be a much more orderly affair, will be one of, I would say, constant attention

to what is visible and what is barely visible, so sometimes things like the social history of a place might be having more influence, than the physical stuff that you find there, sometimes the physical stuff that you find there might be the beginning of a story into, let say, a material culture which leads you to geology, which leads you to climate, which leads you to cultural habits, and I would say that a good architect should be very sensitive to these things and should be very curious about why things are the way they are, which is very different to trying to find an overall understanding. I would say that that would be the thing that I would try to avoid, because with an overall understanding comes generalisations that may be helpful in some respects, but also may mean that we miss the opportunity for very specific interventions and inventions and discoveries.

Our next theme is entangled life and our question is: In one of his writings Paulo Mendes da Rocha refers to the idea of "urban" by saying: "The urban is nothing. The urban is a state of mind. The urban is man, we are the urban. And the city is our intrigue. A new intrigue between the men who inhabit it. That, in my opinion, is what urbanism is. The existence of an urban being who lives in the trust, hope and solidarity of the other." Nowadays humans spend most of their time in "designed" spaces, is it the responsibility of those who design them to remind [humans] that they are part of nature? What is the role of nature in a city?

I can enjoy the first part of that quote: "the urban is a state of mind" ... I would probably say that if we are in a situation where we have to remind humans that we are part of nature... then yes - then I suspect that we probably need to take a step back, because we are natural, so therefore the urban is natural. Cities are a form of habitat, just like every other form of habitat. I think maybe the thing that we need to learn to do now in the mindset - let's say of Mendes da Rocha's - the urban mindset is to remember that the urban includes, human and non human habitat, and perhaps we have in recent history - and by recent, I mean since industrialization - so give it a couple of centuries, two to three

centuries. Certainly, in the West, I think, we have over privileged the human, at the expense of the non-human, which then has also had implications in the current climate crisis. So yes, I think that we should treat the urban as a fundamentally natural condition and therefore we need to be thinking about it much more in terms of coexistence with non-human actors which are kinds of plants, animals, but also climate and geology and so forth. And we need to somehow live with, rather than against, those things. So you'll find that during the modern period there were a lot of attempts to tame, and control nature, you know? Building riverbanks and preventing certain natural phenomena from operating in their full condition, and I think that's caused a great deal of damage. When there were the floods, in 2012, in Houston □ those very very bad floods and the rivers burst its banks □ it turned out that the ground surface of Houston was 80% concrete. So, when there was a sudden flood, there was nowhere for water to go. That is a fundamentally unnatural condition, and Houston may be an extreme example, but to some extent the same applies to many, many cities. Which causes things like the heat island effect, loss of biodiversity which causes all sorts of problems to humans and non-humans.

So yes, I think that the urban is a state of mind, and the urban is a state of mind that really needs to be expanded to be a natural condition. So, I think that, I find it very problematic when people - architects in particular - say that they would like to have a connection with nature, because that would seem to apply that they are not natural in the first place. If you are natural, you do not need to make a connection with nature because it is just a state of being, a state of mind. And so I think that if Paulo Mendes da Rocha is right □ which I think we could go with □ then that state of mind, that he talks about, just needs to be big, inclusive and really take on the idea of coexistence of systems, of designing, you know? You say we live in designed spaces □ I think we need to have a big understanding of design, which is a process as much as an artifact, which is systems as well as fixed spaces and structures.

So, it's basically an agreement with the statement, but probably with a more

expansive notion of what the urban mind might be.

Our third topic is capital-city. The 20th century was marked by a quest to provide housing for the greatest number, and its mission was central to architecture and city making, mainly by public initiative. More recently, faith in the invisible hand of the market and in private investment as an answer to the problem of housing emerged. However, the current phenomena of your bench unification provides challenges for these fights. Should the right to housing and to the city be a universal right? Is the right to the city the architect's duty, more so than that of the other citizens?

So, the answer to the first question: yes. Should the right to housing and the city be a universal right? Yes. The second part of the question is, I would say, also a yes, but a cautious yes, to both parts. There are two questions there. But under below those answers is a much more complex condition because the question is if you say yes and what you mean by yes.

I had a professor at university in the 90s, a very brilliant professor, who would say very provocatively "There is nothing that kills a city like housing. Which is going to generate a little bit of a kind of «woah, careful», and I think what he meant by it is that housing and, probably, the typological underpinning that comes with that is very dangerous. And the city is much more complex. I'll throw you back to the first question, the Jacques Herzog one. And then that professor would also describe the city as the best thing humans have ever invented to resolve conflict. Which I also think is a very beautiful way of understanding the city, but essentially as a species □ humans are pretty conflictual. They make a lot of conflict and the city is quite a good way of getting off somehow □ putting conflict into some sort of public domain and therefore the city needs to have all sorts of other institutions alongside housing for it to operate fairly, for it to make equitable environments. So yes, the right to the city is fundamental. The right to housing is fundamental, but I think that housing as a singular topic cannot make a city on its own and cannot be, I think,

the sole agenda of Equitable City making. Politically, architecturally, spatially, environmentally, has to be understood in relation to all the other systems and spaces that are made by the city. And so, I think that's why I would sort of say yes, but a kind of a qualified yes that we need to make sure that we don't bring one typology or one condition up as more important than all the others, because we could end up making what has been very problematic, particularly in the post war city □ in a sense, all over the world □ where there's been very significant housing development since the World War II, that have come with all sorts of social, economic, environmental problems associated, which is not balanced by all the other urban and cultural economic conditions that are necessary for it to be sustainable.

Common ground is our next topic and our question is related to what Doris Salcedo □ the Colombian contemporary artist □ says in one of her interviews: "My process is to interfere, to insert myself in the public space obliquely and not directly, so that others can turn claim the space for themselves." It's public space a mechanism for social cohesion?

I like her term that she "inserts herself obliquely and not directly", which is something. I sort of identify with it quite well. Is public space a mechanism for social cohesion? Maybe, I don't know. I find the term public space slightly unsatisfactory. What do we mean by public space? I think, it feels like the term public space belongs to a modernist discourse, which I don't think is up to date. When you say public space, do you mean space which is publicly accessible? Right? Which is different to space that is owned by the state or public agencies. So those are two fundamentally different bits of public space. So again, going back and saying this as a Londoner - the great parks in London, Hyde Park, Regents Park, St James's Park, Victoria Park in the East End, none of them are public. They're actually Royal Parks, right? They belong to the head of state. And they are not technically public space, but they are fundamental to the public life of the city, to the citizens' well-being.

[Inês Lobo] That's a big difference between Portugal or Lisbon and London, because in Lisbon all the public space is public. Eventually you have sometimes small spaces that are publicly accessible but are not public, are private, but it's not normal.

But let's say a cafe. A cafe is fundamental to the public life of the city, but it is not public space. Or is it?

[Inês Lobo] It is.

Right? So, I would say that the second part of this answer relates to the fact that one of the terminologies in architectural discourse that I find quite uncomfortable is the notion of public and private. So, for it, and again, it's a very modernist discourse to separate these two things, maybe it goes back to Nollí, right?

[Inês Lobo] Yes, the plan of Nollí.

Because right now I would say I would be very interested to know how, whether you feel you are in public space or in private space. Because I think I can see Ana's grey kitchen behind her, you know? I can see Mariana's curtains and some of the objects on the fridge or on the cupboard behind you, right. So, we are all, to some extent, private, and we are all, to some extent, public. And I think that that's a kind of permanent condition that we operate in. Even when we sit in public space, we may well be entertaining private thoughts, right? So, to me, I find this notion of the public and the private to be slightly unsatisfactory in terms of describing the urban experience, because you end up between land ownership and political participation, where they somehow fall over each other in ways which the public and the private are never really capable of articulating or giving meaning to. So, and particularly as we go into more and more digital, more and more globalised experiences, the less the public and the private as kind of spatial conceptual vectors to me seems satisfactory. So I would be much more interested in how one describes, let's say, I mean the wood of the door behind Alexandra looks like a hardwood. It's not a wood that I would expect to see in Northern Europe. Unless it was imported. Which might

then go back to port cities. It's a wood that I associate very much with a colour and texture that I associate with Portugal, and it reminds me of some of the joinery items of amazing projects by (Fernando Távora and (Álvaro) Siza and that sort of thing. So, I could identify a little bit where you are. Some of you I have no idea where you are. Because, maybe, Leonardo, your shelves and plant pot - that could be anywhere. That's really hard. You know, so essentially this notion of public space kind of creeps into our private room. So, is it social cohesion? Maybe. But maybe, I would be much more interested in trying to explore other ways of describing social participation, political participation. Than, through, what I would consider a slightly post war welfare state-ish idea of the public room and the private room, because I think your question sort of touches, on the sort of the way that the market has sort of overtaken the welfare state in terms of the management and provision of urban space and urban facilities. Which is definitely problematic, and I think it was super problematic in 2009, 2010, 2011. I mean it, kind of, made the world stop operating. It causes an enormous amount of inequality. But nevertheless, maybe we just need new paradigms, which are able to connect with the experience of the last three years. Somehow throw that into the future. So maybe no, public space is not able to provide social cohesion.

Hashim [Sarkis] addresses the question of collective living as follows: "We need a new spatial contract. In the context of growing political divisions and increasing economic inequalities, it is urgent to imagine spaces in which we can live together generously: together as human beings who, despite our growing individuality, wish to connect with each other and with other species through digital and real space; together as new families seeking more diverse and dignified spaces for habitation; together as emerging communities demanding equity, inclusion and spatial identity together across political boundaries to imagine new geographies of association; and together as a planet facing crisis that require global action if we are to continue to live". How can a residential building provide a strong experience of sharing and equity

between its inhabitants?

Well, I think that quote is actually a very good answer to the question before. You know, it probably said more concisely what I was trying to say. How can a residential building provide a strong experience of sharing and equity between its inhabitants? The question contains two questions, because sharing and equity are quite different notions. Okay I'm going to skip to the second one, because I can't formulate an answer for the first one. How can a residential building provide a strong experience of equity between its inhabitants? I mean, equity just might come from making sure that residential buildings manage their conscience and unconscious hierarchies extremely carefully. Residential buildings, housing as a type, is relatively recent compared with buildings where people build houses. Apartment blocks and things like that are in the story of human history quite recently and they have and can have very progressive hierarchies, in the sense that they provide a continuous level of dignity to design from the most representational parts: entrances, facades, to the most everyday parts, the operation of certain elements and I think that that kind of managing... I don't think that you can ever have a building that doesn't have a hierarchy, that is completely flat, but I think you can have ones that sort of manage a kind of a rhythm of different dignities throughout the apartment, in the details, in the layouts, in the quality of light, the fresh air, that those are distributed in a way that's equitable and that provides equal dignity and comfort to its inhabitants, regardless of if they are large of small or what kind of domestic unit they host. In terms of sharing, on a level that's super simple that's to do with common parts, it's to do with open spaces around, access to them and the quality that they have, in terms of partly experiential pleasure, textile materials, light and so on, but also in terms of safety, visibility, making sure that everybody feels that spaces, somehow, have the right level of visibility, the right level of intimacy, which is a very subtle art, which is also deeply cultural. Some cultures are much more collectivised, and some are much more fragmented and private so... I think housing in Scandinavia is very very

different from housing in Japan, which is very different to housing in Portugal, because the cultural differences are very striking and obvious, but nevertheless, there are moments of encounter between people however cold and frosty or warm and somehow exuberant they are, which is very much to do with climate, to do with how much time people spend outdoors during the year. This is a bit of a generalisation, but northern cultures are a little bit more private, restrained and southern cultures tend to be a little bit more exuberant, because life outdoors is a very significant proportion of one's life. Life outdoors in the far north is a much more challenging environment, so it goes back to climate and and so on, but nevertheless, I think the sharing side is probably fairly straightforward and it's really to do with all the places where people meet each other and the equity side is much more subtle, because that involves elements of design as well as political structures that then support them, but maybe that's one of the reasons why, I mean, since I was a student, I was very taken by the work of people like Álvaro Siza, particularly like the Malagueira housing scheme, how it was built in a sense of dignity or special quality, in the most unlikely places. So sometimes the things that are the most secondary, tertiary right down the list of kind of significant architectural moments, are the ones where somehow the project blooms the most and you really find out. And it's a very subtle game because you have to spend quite a lot of time with it to discover these things and you have to go quite deep into the project structure, you can't stand outside it and then somehow find its meaning, a lot of it it's either invisible or barely visible. And I think that's why the work is so striking, at lots of levels, formally, socially, politically... So that would be my best shot. It's a difficult question.

In the book "On and Around Architecture, 10 Conversations" by the duo Jonathan Sergison and Stephen Bates, the idea of looking at the design of a collective housing building from the perspective of its lifespan is mentioned. Its skeleton, in the view of these architects should have a long lifespan and be seen as a permanent ruin which can be inhabited in a transient

manner. For this it should be flexible and durable. The other life cycles are intermediate, they are cycles that should adapt to changes. The skeleton is thus inhabited by the diverse components of the building, like those that ensure the functioning of the infrastructures or the facades and the envelope. This separation into three more moments, forces us into another way of designing, in which time is once again a fundamental factor in the process, time of execution and time of life. How should we define flexibility in architecture? What is its biggest obstacle?

It's interesting. In the quote, he says it slightly differently than the question, he says that this should be durable and flexible and then your question is about "how should we define flexibility?" Flexible, maybe I will put it into the same category as public and private in one of the terms I mistrust that we inherit from modernism. Is a modular building system more flexible than a cave? I don't know, I think in modernism and modern architecture, flexibility has been often confused with kind of moving interchangeable parts, when flexibility is maybe more related to the durable that Stephen Bates talks about and it's basically buildings and the only exception that I would take, I would very much agree with the Stephen Bates quote, the only thing that I would disagree with is where he says he proposes the idea of looking at the design of a collective housing from the perspective of its life span. I would say: propose the idea of looking at the design of architecture from the perspective of its life span. So, I don't think this is something particular to housing. One of the things I really like in, let's say, kind of urban fabric in London, particularly in the older fabric in London is that what are often described as terrace houses, that kind of basic building blocks of the city has been houses, has been factories, has been offices, has been institutions, goes back to housing, becomes apartments, the apartments gets then join back together to become a house, and then they sold to an insurance company and becomes an office, and then it becomes an art gallery and it just goes on and on and on, and that's somehow one of the thrilling things about the design and built world – is the way that

it can be reinvented – which is maybe another way of saying it's flexible. And I think in order for something to be flexible, it needs certain basic parameters to do with inhabitation, which generally have to do with accessibility, daylight, fresh air – very fundamental lifegiving conditions. It probably needs some level of beauty. I didn't want to go there because it's difficult to describe, but nevertheless, it does need some kind of sensory, visual, tactile, sculptural, spatial quality in order for us to return to it over and over again. If it's really dump, it gets abandoned, right? So, it needs a certain level of culture - let's call it culture rather than beauty – so that we can kind of project meaning onto it and do all the things that our culture needs to develop. So I would say flexibility just corresponds to the capacity of a place to absorb life, whether its working life or other types of life. And the only other thing is that I really enjoyed the quote from Stephen Bates, but I'm not sure I would describe it in terms of primary structure like the skeleton and the other elements because, actually, even the primary structure can be adapted, even the skeleton can be changed, you know? Everything can be changed. It's usually a question of how much effort is involved in it and I think that as we step into, let's say, your generation's career, you will be doing a lot more adaptation than probably, certainly, any generation. Beginning a modernism and adaptation is gonna take also different forms, it's really gonna be how you reuse the existing both from a kind of operational side as do we needed to change our habits to adapt to a distinct condition – do we need to change our expectations, do we need to change building fabric, do we need to change primary structure – you know, we gonna be counting carbon so much more precisely than ever before that I think that the way which we make decisions about what is flexible and not flexible will really change very radically. I think, essentially, we will have to become more flexible - I mean, that's probably the first thing. Our expectations, our norms, our regulations will need to change to show a great deal more flexibility so that we stop demolishing things and rebuilding things when we don't need to.

So, continuing with that theme, and now about tradition and industrialization. Today, we are aware that the construction industry, as well as the use of buildings are, directly or indirectly, the biggest sources of pollution on the planet. But, we continue to be called to build at a time of climate emergency. Therefore, the present time seems to be an opportunity to rethink what building means and must involve. This implies changes on all those who take part in the process: the designers, the industry and the builders. What is your perception of the changing role of the construction industry today? Particularly in comparison with other moments in our history when industrialisation had a predominant role?

So, the previous question obviously relates very closely to this. Again, in the question are several questions, so if I go to take your first question very literally, "What is your perception of the changing role of the construction industry today?", my perception of the changing role of the construction industry today is, broadly speaking, quite negative in how slow it is at participating in a kind of change in paradigm about how we should engage in the built world. There is still more interest in, you know, selling us more products, more quickly, in greater volume, regardless of the cost. The construction industry will be the first actor to tell you that it's cheaper to knock it down and start again. And my wish is that it catches up fast and realises that it can still be a very, very productive industry without necessarily always having to... it basically needs to slightly re-skill in order to address existing fabric first, and be much more skilled and resourceful in terms of how one can adapt existing infrastructure – add to it, change it, and things like that. Which means that then we need a different skill set, and I think that schools of architecture – my own included, I'm sitting in ETH here today in Zurich, and still have curricula, which I largely inherited from, a kind of modernist century that precedes us – so we still have a hardwired kind of paradigm around how to make a new and better world. And certainly, when I was at university, let's say refurbishment, adaptation, reuse was sort of quite a secondary part of architecture,

even to the extent that it was seen as not real architecture – real architecture is new buildings. I think the big paradigm shift is that that goes the other way, that the main topic of architecture is how to engage in the world that we find - that's certainly existing in the global north, right? So, we have to be careful here. Reuse and adaptation is absolutely critical, and maybe new buildings are like the exception, when the case can really be proven that it needs anew, then there are ways of doing that with less impact on the environment, on the carbon footprint and all of that. But I think that the big paradigm shift is that we need to be really much more focused around the notion of the existing and how that can be reinvented and given a proper future, and that's different, that's a kind of a next stage in industrialization. So repair, adaptation, maintenance, becoming sort of the subject of industry, which I think with digital fabrication it becomes a very plausible alternative, and there's a lot of research going on in that field like conservation, digital fabrication, digital scanning and so on - all sorts of circular economy things. Basically, the industry needs to catch up fast with the technologies, with the values and it is, in my experience, one of the slowest to keep up with the current debate.

Now we are reaching the end of the interview and our last topic is discipline. What is often valued among architects does not necessarily correspond to what is valued by the "common person". Resolution of this divergence requires a shared understanding about what is architecture. How can we define it?

I think it's perfectly natural, maybe even desirable, that the architect will always have extra motives than the one of this poor common person - they seem to be getting a bit of a rough deal. But let's say, the users, society, clients, (they) all have a different set of expectations of what is to arise out of architecture, and I think that it's really important that the architect is able to maintain a whole range of different layers around which their work operates so it needs to perform certain practical functions. The architect needs to be very attentive to those and share

them and allow people to participate in resolving them as best as possible. The architect also has a responsibility, beyond the client and the user, to a wider section of society that maybe encountered these things as part of an urban or rural environment. They are also responsible to the future, they're also responsible towards users, as yet unknown, and that perhaps will come in a very distant future and that they are able to engage. This relates to the previous question about flexibility / durability. I think that they also have a kind of duty towards the discipline and making sure that they contribute something to this kind of very long and complex story of architecture and some of those things may not be immediately accessible or relatable. So, the ease in which you take the bins out, on a Tuesday morning, may not be interesting to the architecture critic writing, you know, an insightful article. Yet, let's say the references and relationships to architecture history and theory may not be so interesting to the person bringing the bins out, and I think that's fine. I think as long as nobody feels ignored and nobody's realm of interest and meaning is being ignored, I think it's great if you have hidden motivations and hidden quotations and references. You know, maybe one day, one architect will go "Ah! I can see an influence of this in here", even if 99.9% of the people don't see it, that's absolutely fine.

[Inês Lobo] OK, Tom. Thank you very much. It was incredible.

It was really fun. Thank you.

Thank you.

Entrevista ao Arquiteto Jeremy Till

Junho 2023, via zoom



Fotografia retirada da entrevista via zoom, 2023

Good Morning Professor Till, we want to take this opportunity to once again thank you for coming here and taking the time to speak to us. As you may already know the purpose of this interview is to cover topics that are related to the manifestos we are writing in the final year of our architecture degree and as such, the interview will be guided by questions relevant to the overarching question of what is the role of architecture in 2023...

We can start with the first topic, which is "Cities _ can we define them?". In a text written in 2003, Jacques Herzog says: "It is about time to get rid of manifestos and theories because they are not the heart of the matter. There is no theory about the city; there are only cities". He then asks, "How can we define it, since we can't understand the most complex and interesting creation of the human race?" and the question is: If we cannot describe our cities through models, how can we operate on them and find the logics for their requalification?

Well, first of all, with gracious respect to the Pritzker Prize winner, what a stupid thing to say. I mean, really, it's an appalling thing to say to students, I think that to say that there are no theories about the city, because it suggests, therefore, there's no theories about anything. If you can't have a theory about a city, you can't have a theory about anything. Which means that architecture detaches itself from any criticality. Architecture then becomes, which I've talked about in my work a lot, a kind of autonomous, self-contained, self-obsessed discipline. Because you can't have theories about the things that architecture engages with. So, I think it's a stupid quote - I mean, I don't know the whole quote and maybe, maybe... he does say some stupid things, it must be said. He may be a great architect, on architectural terms, he may be a great architect, but it doesn't make him a great thinker. And that's often the problem. And I think that this sense that - there's no theory about the city, there are only cities - is so dumb that it hardly dignifies the response, frankly. So, I dismissed that as a starting point. I would dismiss that as a starting point. And therefore, of course, you must engage with cities at a critical level. You must understand the

relationship between space and power. You have to understand the relationship between politics and urban design. One has to understand the relationship between gender inequality and public space and so on and so forth. Therefore, in order to it, I think you use the expression "requalify cities", you have to engage with their complexities in terms of their politics, their criticality, and yes, their theories. Now, of course, many theories of cities are equally dumb in as much as they try to totalize the city into a single organism, or a single instrument, or a single form of knowing, and that doesn't work either. You have to understand cities as these difficult, complex, interrelated, ecological systems, but to dismiss them as just "there are only cities" is just, straight forward, stupid.

[laughs]

Am I allowed to say that? That's OK, isn't it?

Yes, yes, it is.

Good... If Jaques Herzog wants to get back to me, I'm perfectly happy to have a debate, but of course he won't because he's much too grand.

Now moving on to the second theme, which is "Entangled Life" our question is: In one of his writings Paulo Mendes da Rocha refers to the idea of "urban" by saying: "The urban is nothing. The urban is a state of mind. The urban is man, we are the urban. And the city is our intrigue. A new intrigue between the men who inhabit it. That, in my opinion, is what urbanism is. The existence of an urban being who lives in the trust, hope and solidarity of the other." Nowadays humans spend most of their time in "designed" spaces, is it the responsibility of those who design them to remind (humans) that they are part of nature? What is the role of nature in a city?

OK. I'm not sure that the question follows on from Mendes da Rocha's quote, so let me take his quote first. Again, I'm not sure I totally agree with it - "The urban is a state of mind" - again, suggests that the urban is made-up of existential individuals who wander around the city in

their own state of mind and that there is nothing kind of above that as a controlling force, there are no politics, there's no ecology and so on and so forth. So, I'm not sure I kind of agree that urban is a state of mind. I particularly haven't seen what I think is his greatest building, almost his last building, which is the urban SESC in São Paulo - it's a fantastic building, which is much more than the state of mind - that's a deeply political building. I don't know if you know it, but it's the one with the swimming pool on the top - that's not a state of mind! That's a deeply political building about rights of individuals, about opening up a kind of democratic space, and that's much more than individuals as existential beings, that's individuals as sentient political beings, and the building responds to that absolutely brilliantly. I'm less keen on some of his more formalist stuff, but I think that that building is a kind of sense of what a city could and should be, and that's where, you know, I would agree that the existence of another being is of trust, hope and solidarity of the other. That building for me expresses that rather brilliantly. But to go to the second bit of "what is the world of nature in a city?" You can only answer that question by asking what is the world of nature from the start and, of course, one of the tragedies that we are confronting at the moment in terms of climate breakdown and the potential of the 6th extinction is the modern mind's separation of humans from nature and as soon as you separate humans from nature, intellectually, conceptually, and then operationally, then nature just becomes this kind of inner reservoir to be emptied, this inert set of matters which are there to be exploited, appropriated and in the end lead to our downfall. I just read this morning that despite COP 26 the remaining native forests, rainforests in particular, we lost the equivalent of Switzerland just last year and that's because those forests are seen as places for capitalist extraction, they're seen as places with not of living beings and so on and so forth. So, I think you can only answer the question - what is the world of nature in the city? - by asking the bigger question which is "what is the relationship of human to the beyond human? The trouble with your question "what is the role of nature in the city?"

is that nature becomes a kind of pathetic symbol within the city, of something which isn't natural at all and you get that in the way that so-called sustainable architects greenwash their buildings by planting trees on them. You know those awful skyscrapers by Stefano Brera, in Milano, which, you know, actually put more carbon into the concrete structure to support the weight of the trees, then you might sequester over 1000 years of the building. So, the idea that nature in the city can be refound needs to be always realistically understood that this is no longer nature, that nature and the city is no longer nature. In as much as it only exists as an artificial kind of symbol and representation of nature, rather than what nature really is, which is a living, breathing, ecological set assistance. However, one can understand the city in those terms as a living, ecological system, and at that stage then the relationship of man to nature, I think becomes more interesting. But the idea that if we just put more green roofs into the city, yeah, that helps a bit, but it's not going to make climate breakdown go away.

Our third topic is capital city, and it has to do with the right to the city and the right to housing. The 20th century was marked by a quest to provide housing for the greatest number, and this mission was central to architecture and city making, mainly by public initiative, more recently facing the invisible hand of the market and in private investment as an answer to the problem of housing emerged. However, the current phenomenon of urban gentrification provides challenges for this phase, and the questions are: Should the right to housing and to the city be universal rights? Is the right to the city the architect's duty, more so than any other citizens?

So, to answer the first question, you have to say absolutely yes, the right to housing and to the city is a universal right. And the idea that housing has become simply the kind of financialization of space, particularly in cities like London, which the commodification of housing is part of a wider financialization of space for profit, means that any right of housing is completely overwhelmed by the so-called, but completely immoral, right of the market.

So that the free market is the right wing, libertarians will assert that there is some kind of ethical duty to go along with the so-called right of the market, and that in a way the markets become for them something of moral purpose. Whereas in fact the right of the market overrides and overrules and overwrites the right of people to housing and certainly within, I don't know what it's like in Portugal, but certainly in London, and in the UK. The way that a right wing government now – an extreme right wing government – has completely handed over housing to the market, was meant to collapse housing in relation to affordability, in relation to social housing, and so on and so forth. And that in turn has a whole set of economic and social consequences in relation to inequality. So yeah, absolutely that the right to housing is a universal right, and one of my favourite documents of the last year was the draft constitution for Chile, but unfortunately it was not voted in, but it's a remarkable piece of writing, I urge everyone to read it. Which starts with something about the rights of nature, referring back to the previous question, but the bit on housing talks very clearly about the rights of housing as a universal right. It doesn't come up with solutions, it comes up with principles. In relation to "it's right to say it's the architect's duty?" Well, yes and no. I think that question over dramatizes the potential role of the architect, the architect is not going to provide right to the city. That has to be a societal and political will. But the architect can engage in those discussions and then empower some of the ways by which the right to the city might come out. But of course, architects in their traditional role of just providing so-called nice spaces, are not going to provide right to the city because they're not architects too often, as we go right back to Jaques Herzog. They detach themselves from the political and social arena.

So, common ground is our next topic, and our question is: Doris Salcedo, the Colombian contemporary artist says in one of her interviews "My process is to interfere, to insert myself in the public space obliquely and not directly, so that others can in turn claim the space for themselves". Is public space a mechanism for social cohesion?

Can be, yeah. Well, social cohesion, but also democratic life. And one of the tragedies of the contemporary city, whether it is in authoritarian states such as China or whether it is in the kind of privatised world of the UK and bits of Europe, is that public space has become private space. And as soon as public space becomes private space - and what in London are called POPS, which are privately owned public spaces - as soon as that happens then the demands and privileges of the people controlling the private space assume authority over what the public want to do. So, one example is the space outside central St. Martins where up to recently I've been head of which looks like a really beautiful public space, but actually it's very privately owned. And if you try to do anything in that space, if my students went outside and put banners up, within seconds they would be stopped by the private security people. So, we also need to look at what constitutes public space these days. What is left of public space within the city and in London it's increasingly diminished so that when 'Occupy London', you know? The campaign against the City of London - basically a campaign against capitalism, global capitalism. When they tried to occupy London, there was nowhere for them to occupy, because everything's privatised. So, the only place they could occupy was the steps of Saint Paul's Cathedral and even the Christians got fed up with them in the end and booted them out. So, I think that public space can absolutely be a place in which democratic life can and should be pursued. And if you take examples like the occupation in Madrid, when the public spaces - that was an extraordinary moment - were claimed for a democratic purpose. And therefore, we have to keep holding to the idea that public space is the space of democracy and with it potentially whether social cohesion is right. Because that sounds a bit determinist to me, but certainly of social life, then yes. And if social life is uncomfortable sometimes, because it's agonistic, because it's not all clean, because it's confrontational, then that's what public space must allow, whereas what happens to the privatised space is regimes of control, of surveillance, which wipe out all those differences.

whereas what happens to the privatised space is regimes of control, of surveillance, which wipe out all those differences.

Thank you.

I've been quite articulate today, haven't I? Let's just keep going, OK?

OK. The next theme is to inhabit. Hashim Sarkis addresses the question of collective living as follows: "We need a new spatial contract. In the context of growing political divisions and increasing economic inequalities, it is urgent to imagine spaces in which we can live together generously: together as human beings who, despite our growing individuality, wish to connect with each other and with other species through digital and real space; together as new families seeking more diverse and dignified spaces for habitation; together as emerging communities demanding equity, inclusion and spatial identity; together across political boundaries to imagine new geographies of association; and together as a planet facing crises that require global action if we are to continue to live (...)". How can a residential building provide a strong experience of sharing and equity between its inhabitants?

Ok, well, that's a better quote. That's a good quote. I can support that quote. I think that, again, it suggests potentially too much agency and influence of design, and I think that, to start with, one needs to consider notions of ownership of tenure, of land and of collectivity, before one can even get anywhere close to what Sarkis is talking about. And I suppose the best examples of those are the examples of co living of cooperative housing, and so on and so forth. And interestingly, probably the most radical versions of those are in Zurich, where one can see these most extraordinary experiments of cooperative living. Not experiments, they're real cooperative living, but they are only possible because the ownership of the dwellings is shared and not part of the marketplace. And so you need, first of all, to consider issues of ownership and of land, before one can even begin to address issues of the kind of sharing and equity, because if housing is simply down to a matter of

commodity, then anyone buying into that, and for completely understandable reasons why people want to get on to what's called the housing ladder, I completely understand that, but as soon as you're on the housing ladder, you are in the position of trading, because you want to sell on your house for the next. Now, if your house doesn't have a kitchen because there's a shared common or kitchen in the basement, then the market value of your house may be diminished. So, I think that yes, there are - the examples in Zurich are quite extraordinary. What then? Through discussions with the collective and with the cooperative, you end up with these extraordinary spatial considerations and resolutions in which individuals, in some cases, are living in about 25 square metres, but they have access to about 300 square metres of collective space, and that is where you can see a kind of a sensibility of a spatial will. I want to live together because I am part of a collective and I have committed myself to the idea of a collective and of collaborative living, you can see that social contract being played out as a spatial contract and so yes, that is where you can see intelligent architects working with the collective in relation to this idea of sharing an equity.

Moving on to the next theme, which is durable and reversible. In the book "On and Around Architecture: Ten Conversations", by the duo Jonathan Sergison and Stephen Bates, the idea of looking at the design of a collective housing building from the perspective of its life span is mentioned. Its skeleton, in the view of these architects, should have a long life span, and be seen as a permanent ruin, which can be inhabited transitorily. For this it should be flexible and durable. The other life cycles are intermediate, i.e. they are cycles that should adapt to changes. The skeleton is thus inhabited by the diverse components of the building, like those that ensure the functioning of the infrastructures or the façades, and the envelope. This separation into three moments forces us into another way of designing in which time is once again a fundamental factor in the process - time of execution and time of life. How should we define flexibility in architecture? What is its biggest obstacle?

Well, I could be on this for a long time because I spent three years researching this and Tatjana (Schneider) and I wrote a book about flexible housing, which I think actually includes something from Sergison Bates in it - I think it's one of the examples. So it's a good quote and I could go on for ages about this. What's stopping it? Well, how do I define flexibility? So let me just - if I can dredge it up - this project was a long time ago. We defined it in two ways. First of all, what we call hard flexibility, which is when architects over-determine the flexibility of the spaces by putting in gimmicks and lots of sliding doors and like the Schroder house or like the Corbusier minimum dwelling and so on and so forth. And that's where architects think that they can extend their control of the building beyond the moment of execution, and that we called hard flexibility and we didn't like that one and, against that, we proposed a thing called soft flexibility, which is where the architect works in the background and provides a kind of - as Jonathan Sergison is talking about or searching dates are talking about - framework for living without over determining it. So, typically, what I might do is that you might design a building in which the rooms don't have designated functions. So rather than having what's called type fit functionalism, where every single room has a defined purpose and a defined shape for that purpose which ties people into certain ways of living, you design buildings which rooms don't have a particular functional purpose, but over time can be changed around depending on the life of the building and the life of the occupants. And that is also what social debates are talking about and what John Harbaugh talks about, which is the idea of a kind of layered system of understanding. Hard Bracken talks about supports in which you basically have a support structure and then the infill. Stuart Brand talks about a kind of more layered system of the foundations having a kind of a very long lifespan, the structure having a slightly less long and so on and so forth, the cladding and then the services and then the furniture. So, he has a five step process and I think that the other thing that stops is that architects don't like losing control and, therefore, the idea of flexibility is also

also the idea of the users asserting their own control over the building and this is why most pictures of architecture are taken at the second of completion because the second of completion is the one moment when the architect has full control. And as soon as annoying people called users move in and start mucking the building up, then the architect's lost control and with the losing of control they feel that they are losing their identity. And as I've talked about in *Architecture Depends*, architecture depends on lots of things including time and including annoying people like users. Get on with it! Just get real people! This is going to happen! And therefore, you need to both change your way of thinking about control, but also be prepared to work in the background and to be intelligent about designing a frame for living as opposed to the foreground of living. If you're working in design, the background frame for living, it may not look like anything, and yet it's a consummate act of design, it's an incredibly skilled act of design, to design the background. But of course, architecture culture mainly relies on the foreground for its publication, for its award system, for its identity and so on and so forth. The classic example which I talk about in *Architecture Depends* is Stewart Brand criticised Richard Rogers and Renzo Piano, but particularly, Richard Rogers took a huge offence at it, for saying that the Pompidou Centre had a rhetoric of flexibility, but actually when people tried to change it, the architects didn't like it. And Richard Rogers sued Stewart Brand for saying that and demanded that that simple statement was taken out of the English edition of *How Buildings Learn*. And so, you get someone like Richard Rogers, whose whole rhetoric is to do with technology enabling change and flexibility and bla bla bla... actually getting really offended when someone points out that the Pompidou Center is very inflexible. Piano, by the way, was much more relaxed about it and said something funny about it which I can't remember. So, flexibility for me is more to do with what Jonathan and Stephen say which is to do with designing a background frame, but then relinquishing control and then drawing the relinquishment of control.

About tradition and industrialization. Today, we are aware that the construction industry, as well as the use of buildings are, directly or indirectly, the biggest sources of pollution on the planet. But we continue to be called to build at a time of climate emergency. Therefore, the present time seems to be an opportunity to rethink what building means and must involve. This implies changes on all those who take part in the process: the designers, the industry and the builders. What is your perception of the changing role of the construction industry today? Particularly in comparison with other moments in our history when industrialisation had a predominant role?

Well, let me talk about the project I'm working on at the moment because that sort of answers your question. The project I'm working on at the moment with Tatjana and a team called Molve (???), was called *Architecture After Architecture*, which makes the argument that the modern project and the project of industrialization and the project of global capital is severely threatened by climate breakdown. If we are going to face climate breakdown, we need a complete systemic change, which means that all the principles and ideas and tenants and operations of the modern project need to be reconsidered. The second bit of the argument is that architecture, as we know, has been absolutely, as you say there, tied into the operations, principles, and tenets of the modern project. IE that climate breakdown also completely threatens architecture as we know it. So, the question we're asking is what is architecture after architecture? How does one completely reconsider the operations of architecture in the face of climate breakdown. And that makes a very polemic and kind of radical question to ask, but we think it's an absolutely necessary one. Now, of course, for the time being, buildings would continue to be built, but we need to challenge that as a principle, we need to say "Do you need to build more buildings, or can you deal with what we've already got?", "Can you retrofit what we've already got?", "Can you redefine and reconsider what we've already got?". But if buildings continue to be built, of course they also need to be as carbon positive as

they can be, and we need to take seriously the reduction and decarbonization of the built environment. But what we're asking is, if there is the need for systemic change, and including, and probably most necessarily, a challenge to ideas of endless growth on which architecture has resided and on which capitalism is addicted to, endless growth comes with endless extractivism and endless exploitation of the natural world, and therefore we have to be moving into the world of different growth. We have to. Architecture simply is not confronting that as an issue, because we have been relying upon an addiction to growth for our own internal economy to keep architectural culture and architectural profession going, we need to have growth. So, what happens when we can't have growth? And we cannot continue to have growth. We cannot continue to extract from this world, so what then is the world of architecture? And what we are saying is, that the new social contracts and social formations and economic formations, which we need in order to face climate breakdown, will have with them new spatial formations. Now, these may not be manifested through nice buildings which win awards. In fact, almost certainly they won't be manifested through nice buildings that win awards, or continue in the tradition of formalism, or tradition of aesthetic, or tradition of Portuguese vernacular or whatever. These new spatial formations are not going to be reliant on the production of new buildings, they're going to be reliant on intelligent spatial agents, which Tatjana and I have also written about. Understanding these new social formations and working with these new social formations to understand their special consequences. So, I think that we need to consider, really urgently, what are the other ways of operating spatially. And this is not a negative thing, it's a really positive thing. But to do it, we need to break our addiction to the current way by which architecture, the construction industry, is working.

Our last topic is discipline. What is often valued among architects does not necessarily correspond to what is valued by the common person. A resolution of this divergence requires a shared

understanding about what architecture is. How can we define it?

Well, I think that the first bit of that question is really difficult because the first bit of that question is too often framed as an aesthetic question. Architects are very loving of certain aesthetic and formal ideas. And the so-called common man doesn't get that and therefore the common man doesn't like modernism because it doesn't look as nice as old buildings. The common man doesn't like shiny buildings because they like... and so on and so forth. So often that kind of disciplinary divide between what architects think the world should be like and common man is reduced simply to a really banal aesthetic argument, and that's what the traditionalists love, the culture wars of the traditionalists is saying the common man likes buildings with pitched roofs or made of brick which look like a village from 18th century in England or 16th century in Portugal vernacular. And that's what the common man likes. And you go away and start designing those and don't design your horrible concrete monstrosities, so that's a kind of culture war around all of that, which is banal, which is not interesting. But architects are their own worst enemy. Because they too are addicted to those forms of value, the value of the aesthetic, the value of the new, the value of the so-called innovative, a part of what keeps driving architecture culture. And that means that you get a set of very self-contained obsessions which actually don't deal with the urgencies of the world. And the biggest urgency is that of climate breakdown. So, the idea that by designing so-called nice buildings which have a few trees on them that you're going to address climate breakdown is a really evil idea in my opinion, because it detaches you from the actual causes of the issue. And one of the things we're talking about in the project is really simple - the only way that architecture can engage with climate breakdown is not to address the symptoms, but to understand the causes. And what most sustainable architecture does is just deal with the symptoms. The symptoms are... there's too much CO2 going into the atmosphere. Therefore, we need to reduce that by having more insulation or more air tightness or whatever.

Of course, that's important, but it doesn't deal with why CO2 is being produced in the first place. What are the political and economic forces which are leading to climate breakdown? Most obviously the forces of colonialism, of late colonialism, and the forces of capital. Now those forces we need to engage with as architects, we need to become much more political, we need to become much more critical, which is why the Herzog thing is so ridiculous and we need to become much more social. And so, I can't define architecture. Because I think that would suggest that I have a kind of a single definition which I don't, but I do have (and again we talked about it a lot within Spatial Agency) I do have a very kind of direct routine to it (which is followed from the French philosopher and sociologist Louis Lafferre) which is to say that social relations are also spatial relations. And therefore, there is a direct relationship between how things play out in space and the designer space. And at that level, then, architecture becomes a deeply social, political and now ecological manifestation becomes this relationship between social relationships and spatial relationships, fundamental to understand architecture and I often say to first year architecture students, if I ever see them - whenever you draw a line on a piece of paper, your first priority is not to see that line as defining a form or defining an aesthetic or defining a technique - that line is determining a social relationship. Every single line determines the social relationship in some way or another. The height of a table determines how people sit at it. The size of the table determines how, you know, look at Putin...

[laughs]

The size of his table and the way he sits at the end of it, that is a very spatial issue to do with power and so every single line that you draw has a social consequence. End of. That's my definition of architecture. No, it's not because that's just as anyone, but it's a start.

Thank you. And I think we are done. It was a pleasure. Thank you very much.

It's a pleasure. Do you have any other com-

ments that you want to make?

[Miguel Judas] Well, if they don't have, I'll budge in. I don't know if you know a Brazilian architect called Sergio Ferro.

Yeah, yeah, yeah.

[Miguel Judas] His discourse is all about those kinds of tensions and the politics behind the discipline and all that stuff that we tend to, I would say, put aside nowadays, and I think as you mentioned, we have to engage in that. This is a profoundly political profession.

You know, Ferro and a friend of mine, Katie Lloyd Thomas and a team in Brazil are doing a huge research project called "Translating Ferro", which is literally translating his work into English, but also translating the implications of Ferro into our contemporary condition. So, Ferro starts with a very brilliant analysis of architecture and relation to the construction site. There is a much broader discussion that one can have about the implications of Ferro, which I think are absolutely relevant and we were privileged to have Ferro talking at Central St. Martins - OK, he was in France, but there he was and we had him there and it was a really great event. So, you could go and look at "Translating Ferro" website, it's got lots of really good stuff on it. But of course Ferro is a Marxist and to stand up now and say you're a Marxist in these contemporary cultural control conditions, you're onto hiding to nothing, but of course Ferro's Marxism is, by implication, a deep critical dive into the violence of capitalism and, yeah, we need to understand the violence of capitalism, we need to understand what it's doing to our public spaces as I was talking, about what it's doing to our natural environments and so on and so forth. And therefore, I make no apologies of following through a Marxist analysis the way that I see the world.

[Miguel Judas] Thank you very much, Jeremy. Thank you for your time.

It's a pleasure! Ciao!

[Miguel Judas] Thank you! Bye bye!

J3 Domus Demain_Teórico

Introdução

Referências:

Yves Lion

Introdução
[Domus Demain]

Le Corbusier

Introdução
[La Unité d'Habitation, Marselha _ Ensaio Fotográfico]

ENTANGLED LIFE

[Desenho 01 _ Entangled Life]
[Descrição]

CHÃO COMUM

[Desenho 02 _ Chão Comum]
[Descrição]

HABITAR

[Desenho 03 _ Habitar]
[Descrição]

DURÁVEL/REVERSÍVEL

[Desenho 04 _ Durável/Reversível]
[Descrição]

DIAGRAMA

[Desenho 05 _ Problemas Qualidades Questões]

Introdução

Com o objetivo de encontrar um conjunto de convicções que informem uma “ideia de cidade”, foi-nos proposto usar como referência os **coupe théorique de Yves Lion e de Le Corbusier**, estudando, contextualizando e descodificando as suas posições, de forma a, numa segunda fase, projetar habitação que reflita a nossa visão do habitar contemporâneo e/ou do seu futuro.

Após essa primeira análise, o exercício Teórico divide-se em cinco partes:

Entangled Life, Chão Comum, Habitar, Durável/Reversível e Diagrama.

As primeiras quatro foram realizadas ainda sem um espaço definido, para além da cidade de Lisboa, exatamente com o objetivo de que a proposta de projeto fosse adequada a qualquer local sem qualquer constrangimento. Por outro lado, o Diagrama é elaborado já a ter em conta o local do exercício Prático, o Alto dos Sete Moinhos, onde se começou a identificar quais os problemas-qualidades-questões daquela área em particular.

Yves Lion_Domus Demain



Fotografia de Yves Lion [Fonte: <https://www.larchitectureaujourd'hui.fr/archi-en-aparte-yves-lion/>]

Em 1987 o arquiteto Yves Lion criou um conceito, baseado na Banda Ativa, que chamou de Domus Demain, através de um projeto de investigação apoiado pelo Plano de Construção, inverte oposição convencional entre o centro e a periferia da habitação, que consistia em colocar todas as partes das águas na parte externa da planta da habitação, que criava uma animação na fachada.

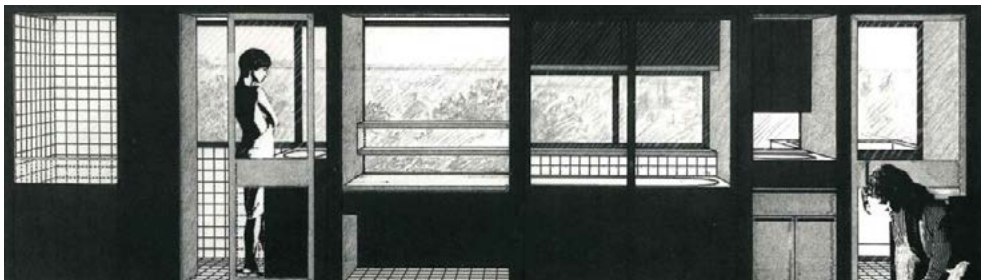
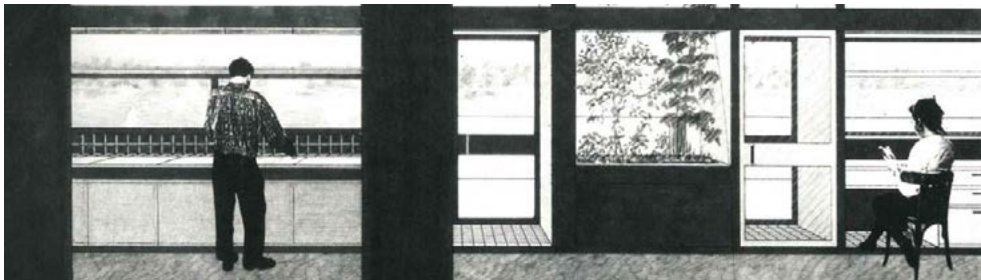
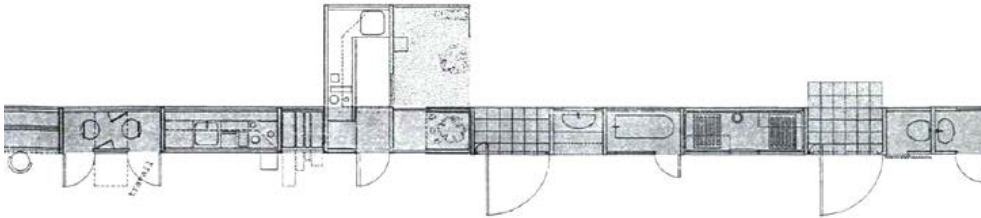
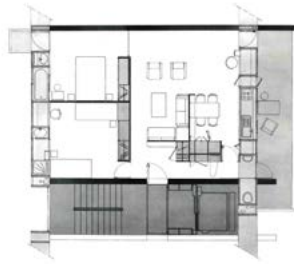
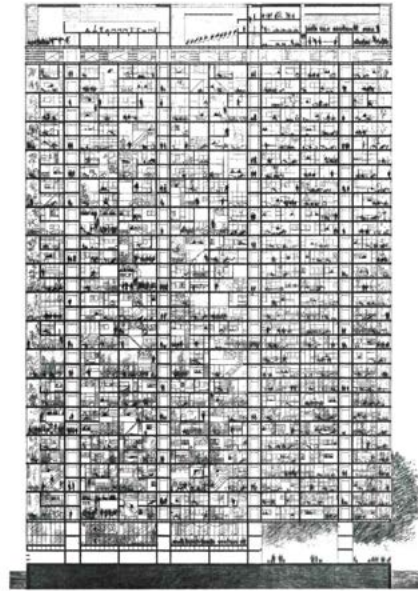
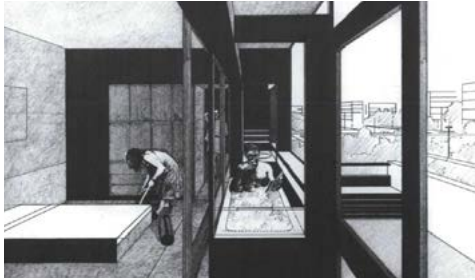
Esta ideia de colocar as casas de banho e cozinhas no perímetro dos edifícios não foi popular, uma vez que não seria difícil perceber as funções internas do edifício pelo exterior, os quartos e as áreas de estar teriam iluminação de baixo nível, interrompida pela iluminação das cozinhas e casas de banho.

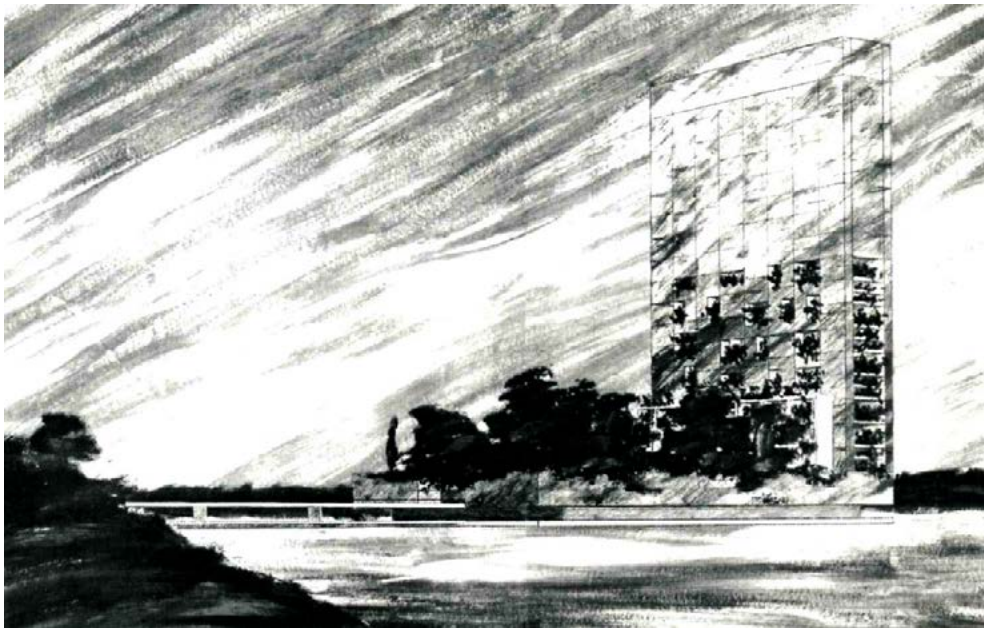
Esta forma de disposição, que pretendia relacionar corretamente a forma e o uso, refletindo sobre a forma de viver e modos de construção, tornaria possível a construção de cozinhas, casas de banho, instalações sanitárias em fábricas e facilitaria a sua posterior permutabilidade.

Houve projetos, em vários países, que foram construídos com base neste conceito, como por exemplo o Villejuif, no entanto com muitos constrangimentos, pois conforme a composição do agregado familiar, poderia ou não resultar, tendo em consideração a privacidade, o conforto e iluminação dos espaços.

Mckay, G. (março 2020). The Active Band. misfits' architecture.
<https://misfitsarchitecture.com/2020/03/08/the-active-band/>

Seraji, N. (2007). La "bande active", une utopie de Lion et Leclercq au siècle de la lumière. European Chronicle, 1900-2007, Paris, Picard/L'Arsenal, 2007, ouvr. bil. fr.-angl., p. 316-321.





Imagens disponiveis em: <https://misfitsarchitecture.com/2020/03/08/the-active-band/>

Le Corbusier_La Unité D'Habitation



Fotografia de Le Corbusier [Fonte: <https://www.thoughtco.com/le-corbusier-leader-of-international-style-177858>]

Com as alterações das estruturas familiares, após as guerras mundiais, a arquitetura precisava de se aliar tentando entender melhor a ocupação dos espaços. A Unidade Habitacional em Marselha (Unité d'Habitación de Marseille) de Le Corbusier, surge em 1952, após 20 anos de estudo, e foi considerada uma das obras mais emblemática dos anos 50 na Europa, foi classificada como monumento histórico, e resume os conceitos de um bloco habitacional económico.

Esta Unidade é constituída por um bloco de 18 pisos, organizado em 337 unidades de 23 tipologias diferentes, com capacidade para acolher entre 1500 a 1700 habitantes, tem 137 metros de comprimento, 56 metros de altura e 24,50 metros de largura, equipado com serviços e comércio, pretendendo ter alguma autossuficiência.

Tem 17 pisos subterrâneos ligados por oito ruas interiores, que através da interação de duplexes, servem cada uma três pisos. Casa rua tem acesso através de uma bateria de quatro elevadores. Complementado por mais um de serviço e três escadas de emergência

Pretendia uma coesão entre a comunidade, articulando os espaços públicos com os espaços privados. Os serviços comunitários foram contruídos, nos pisos 7 e 8 para serem os centros da vida social, e a nível das habitações os quartos eram pequenos para privilegiar as áreas de cozinha e salas de estar para que fossem também o centro da vida familiar.

O princípio construtivo utilizado chamado "garrafa", consiste na construção em estrutura modelar independente de postes e vigas de betão armado, apoiada num conjunto de pilotis, formando uma malha de apartamentos compostos

por elementos padrão montados no local, com possibilidade de ser aumentada em várias direções, e de introduzir unidades adaptadas à composição dos agregados familiares.

Foram constituídas duas tipologias tipo, a cozinha localiza-se junto à entrada, com relação direta com a sala de estar. Numa das tipologias a cozinha e a sala de estar situam-se no piso inferior onde é a entrada, e na outra tipologia no piso superior onde também é entrada da unidade.

Para solucionar as radiações solares, e proporcionar maior conforto no interior das habitações, surgiu o conceito "brise du soleil" com a colocação de estruturas de betão armado nas fachadas que impedem a luz solar direta, protegido por vidros duplos.

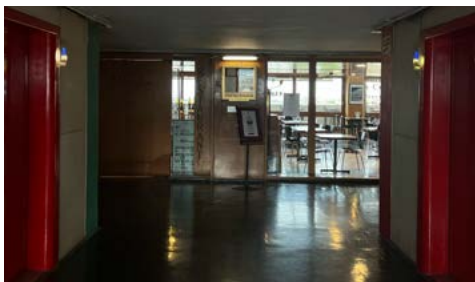
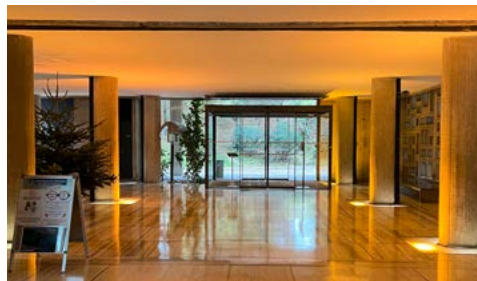
A cozinha está equipada com fogão elétrico, armário, frigorífico, rampa de lixo e cacos, todo o apartamento inclui diversos armários. A ventilação das cozinhas e casas de banho são feitas mecanicamente, todo o apartamento é abastecido por ar condicionado, comodidades que não estavam acessíveis nas habitações coletivas económicas, na altura.

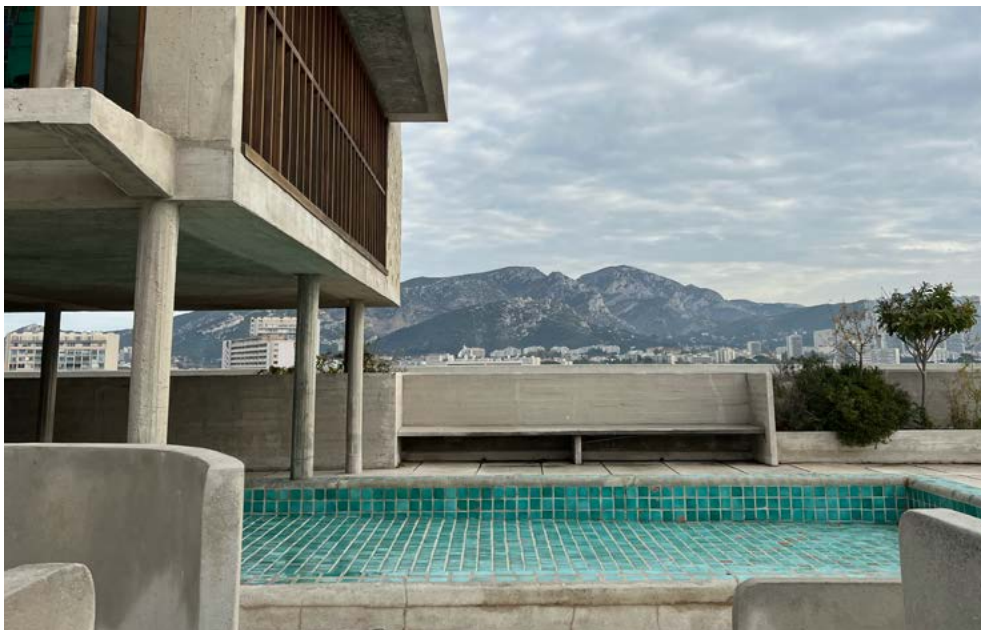
Apesar de algumas críticas à Unidade, considerando que não se adequava ao sistema capitalista, por alguns parâmetros não corresponderem à realidade, foram inegáveis os aspetos positivos, nomeadamente na redução de custos e consequente acessibilidade da classe trabalhadora.

Atualmente mantém um bom estado de conservação, e permanece inalterada, hoje também alberga um pequeno hotel que se adaptou ao existente, preservando a organização dos espaços, as luzes, os parques, as fachadas e os móveis.

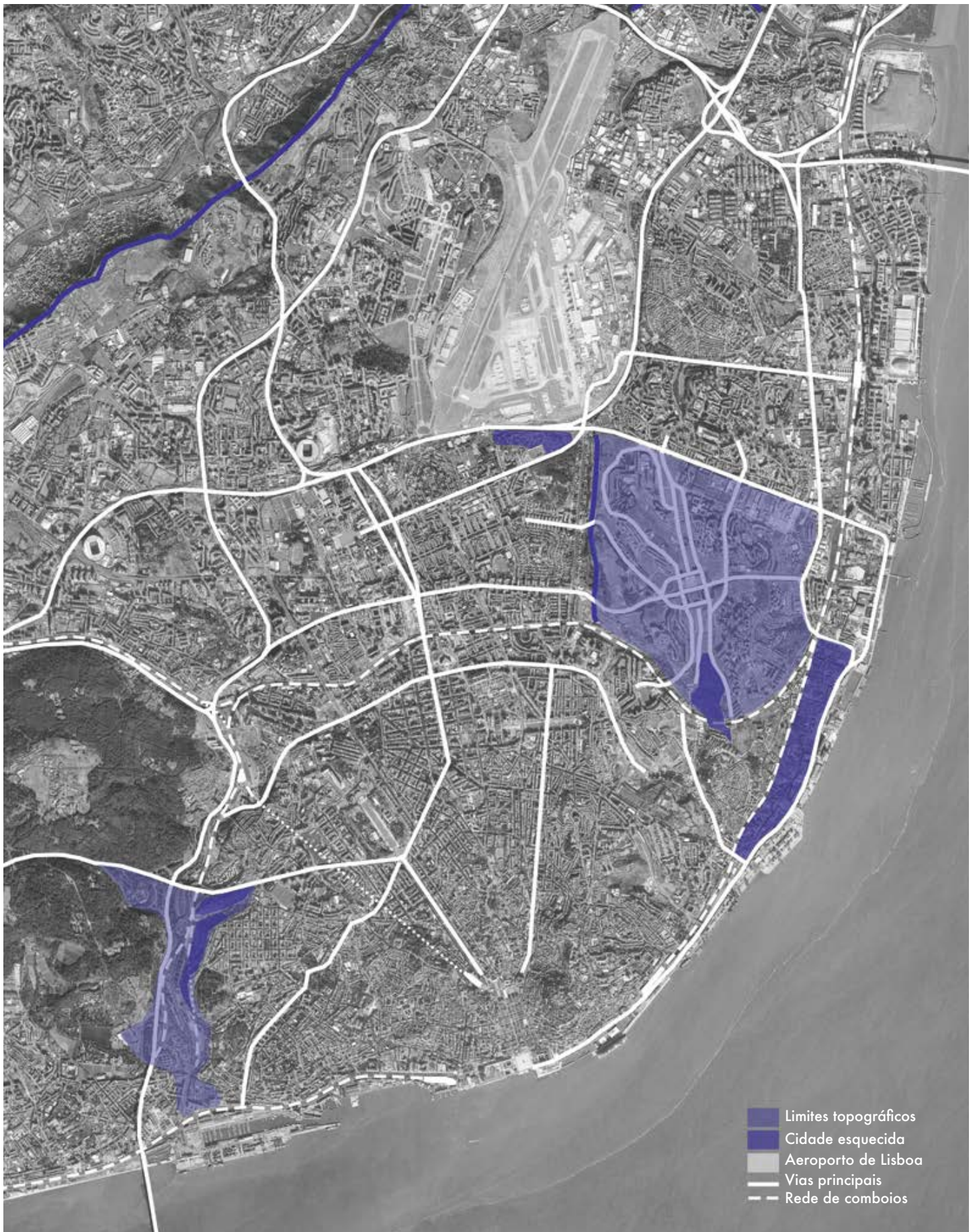
Machado, I. (2014). Habitação económica plurifamiliar: mudança de paradigma: novos modelos, flexíveis e transitórios. Universidade do Minho.

Baggio, V. (16 de julho 2020). Le Corbusier — Biografia e obras. live. <https://live.apto.vc/le-corbusier-biografia-e-obras/>





Fotografias da autora, Marselha, nov 2022



Entangled Life

De que forma é que se programa a cidade?

Numa situação mais específica, como é que se continua a densificar, ou não, a cidade de Lisboa?

Faz sentido densificar, reocupar? Onde?

A forma como a cidade está organizada obriga-nos a seguir certas regras que ditam a forma como nos movimentamos por ela.

O desenho do espaço público, geralmente, prende-se pela ligação entre todos os participantes na cidade e, normalmente, os obstáculos que a ele se opõem podem ter dois caracteres: um carácter físico natural, na forma da geografia, topografia, cursos de água etc., ou um carácter artificial, na forma das infraestruturas (rodoviárias, ferroviárias...) intrinsecamente associadas ao funcionamento da cidade.

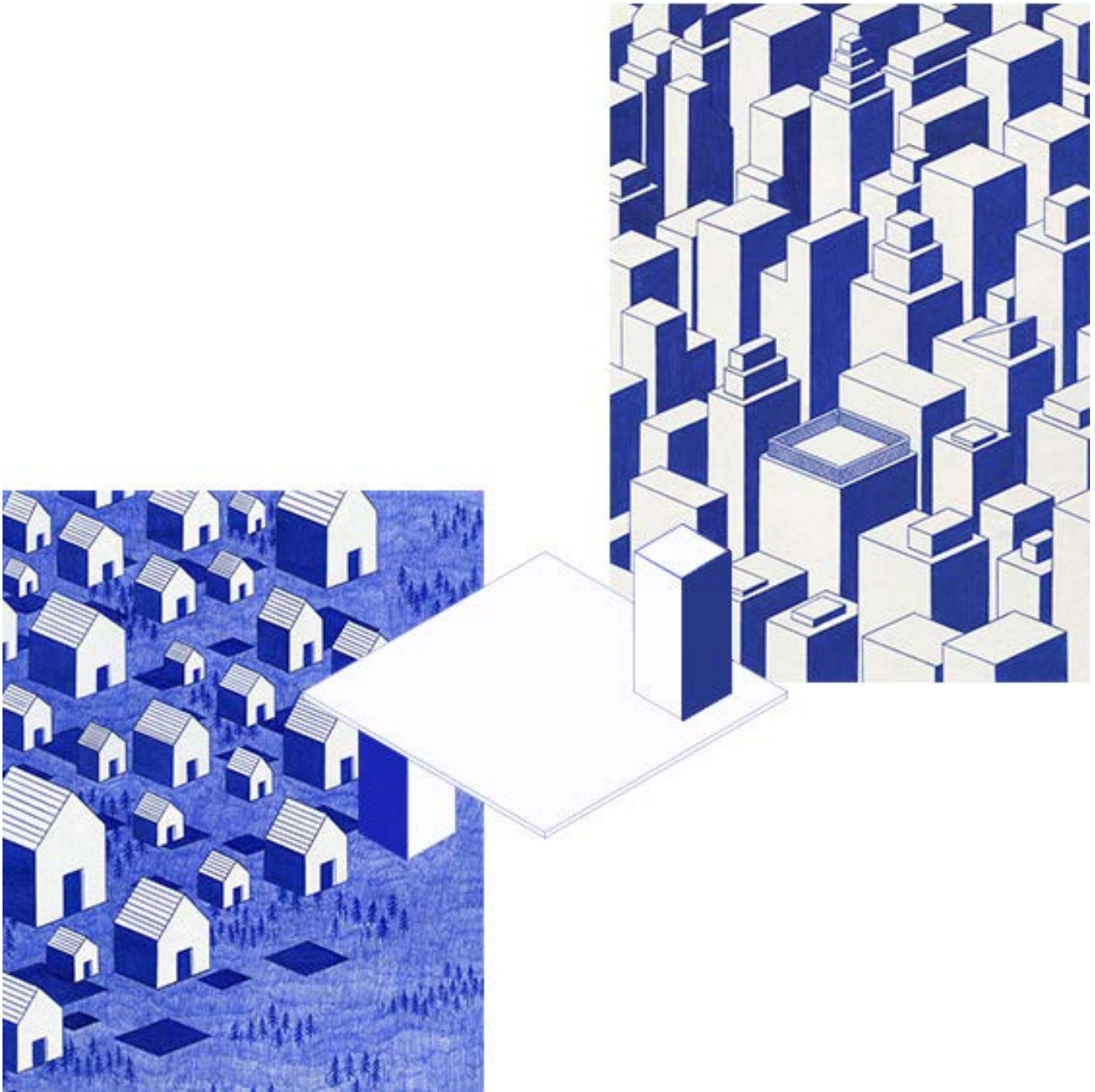
Como tal, é necessário, de maneira a verdadeiramente gerar um chão comum, identificar na cidade o local onde estes obstáculos existem e de que maneira podem ser transformados para que o deixem de ser. Tendo em conta todos estes sistemas, embora sejam importantes para o funcionamento da cidade, por vezes, e não sendo a única causa, podem gerar uma cidade esquecida, uma cidade não-cidade, que não faz parte de um todo.

Entendendo esta premissa, torna-se fundamental verificar onde se encontra esta cidade esquecida, identificando-a, na sua proximidade, aos limites mencionados, estudando e procurando todas as causas que levaram à sua situação.

Desta maneira, consegue-se compreender de forma fundamentada, como é que esta cidade, a partir de um pensamento para uma nova habitabilidade do local, se pode transformar e conectar com a cidade consolidada.

A consequência desta ação não tem necessariamente de significar densificar a cidade em termos de construção, mas sim densificar a cidade no que toca o seu sistema conjunto, um único sistema de interação entre toda a população, um sistema que não esquece, mas que conecta e promove um todo.

Densificar: Permitir habitar a cidade inteira - espaço público (qualitativamente e não quantitativamente)



"O homem que viaja e não conhece ainda a cidade que o espera ao longo do caminho pergunta-se como será o palácio real, o quartel, o moinho, o teatro, o bazar. Em todas as cidades do império cada um dos edifícios é diferente e disposto segundo uma diferente ordem: mas assim que o forasteiro chega à cidade desconhecida e lança o olhar para o meio daquela pilha de pagodes e trapeiras e celeiros, seguindo os gatafunhos de canais hortas lixeiras, distingue logo quais são os palácios dos príncipes, quais os templos dos grandes sacerdotes, a estalagem, a prisão, a judiaria. Assim - há quem diga -, confirma-se a hipótese de que cada homem traz na mente uma cidade feita só de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, e são as cidades particulares que a preenchem. Não é assim em Zoé. Em todos os lugares desta cidade se poderia ora dormir, ora fabricar arneses, cozinhar, acumular moedas de ouro, despir-se, reinar, vender, interrogar oráculos. Qualquer teto em pirâmide poderia cobrir tanto o lazareto dos leprosos como as termas das odaliscas. O viajante anda anda e só tem dúvidas: não conseguindo distinguir os pontos da cidade, até os pontos que ele tem distintos na mente se misturam." (Calvino, 2015, p. 46)

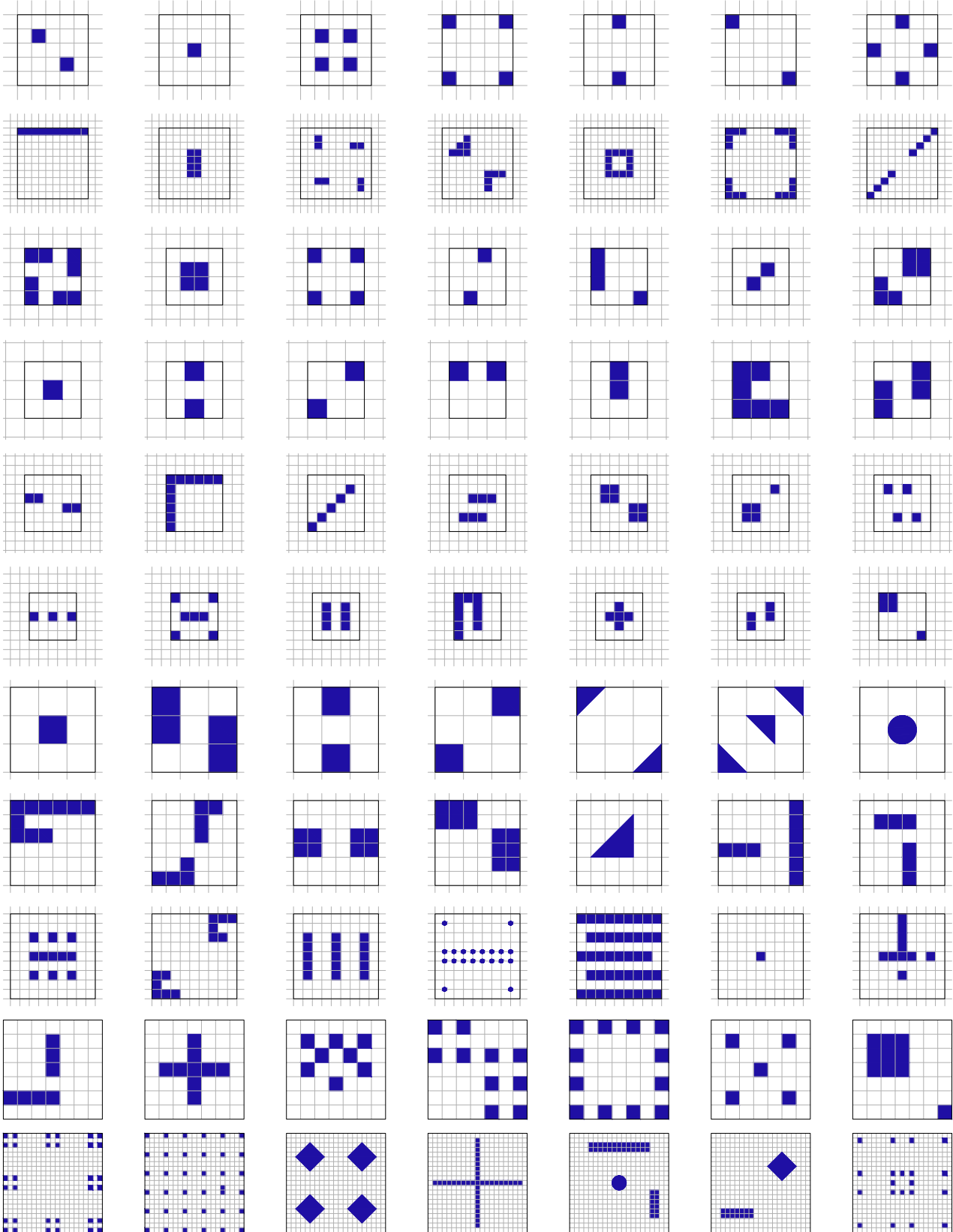
Chão Comum

Em primeira instancia, o chão comum, enquanto proposta, pode assumir uma função de conexão física entre o problema encontrado, na forma da cidade esquecida, e a cidade consolidada.

No entanto, se refletirmos sobre o conceito, talvez seja possível encontrar um sentido menos literal para o mesmo.

O direito à habitação, o acesso a espaços verdes e a serviços de primeira necessidade devem ser acessíveis de igual forma por todos nós, mas nem sempre é assim.

A ausência de espaço público é, muitas vezes, a razão pela qual existem estas 'Cidades Esquecidas' de que falo, sendo, por isso, urgente requalificar os espaços vazios e articulá-las com a cidade consolidada. É possível gerar chão comum a várias escalas, que podem também assumir várias formas, pensando primeiro nesta articulação mais geral e visível, por exemplo através de espaço público, quer sejam jardins, plataformas, pontos de ligação, etc., mas também à escala do bairro em si, respondendo às necessidades, melhorando-o e qualificando-o de forma a promover um futuro consolidado.



Habitar

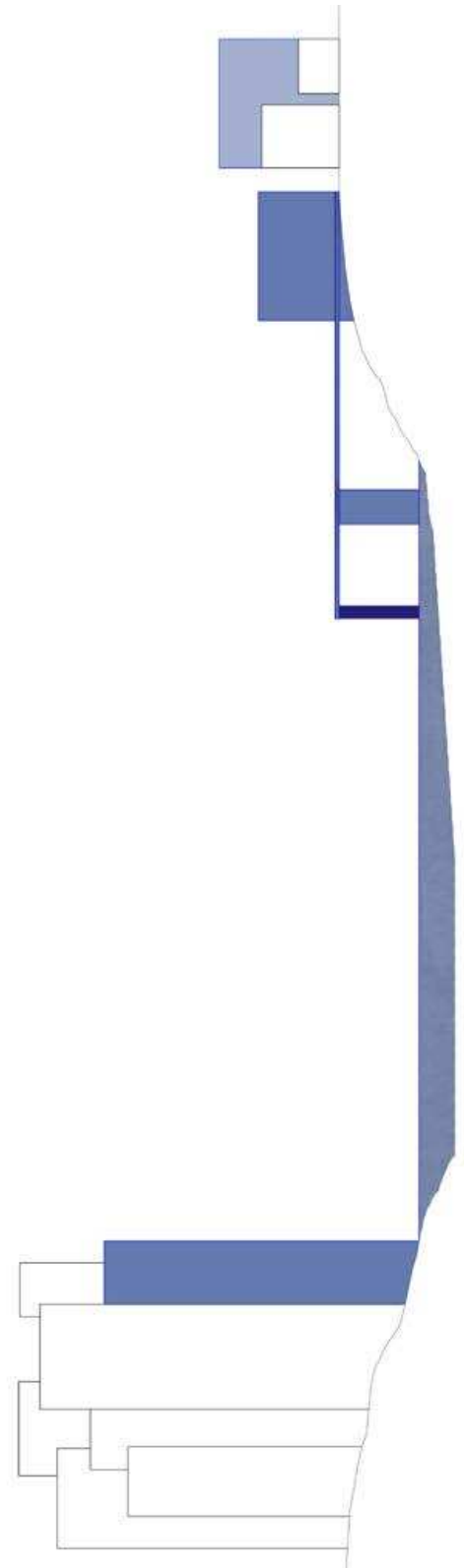
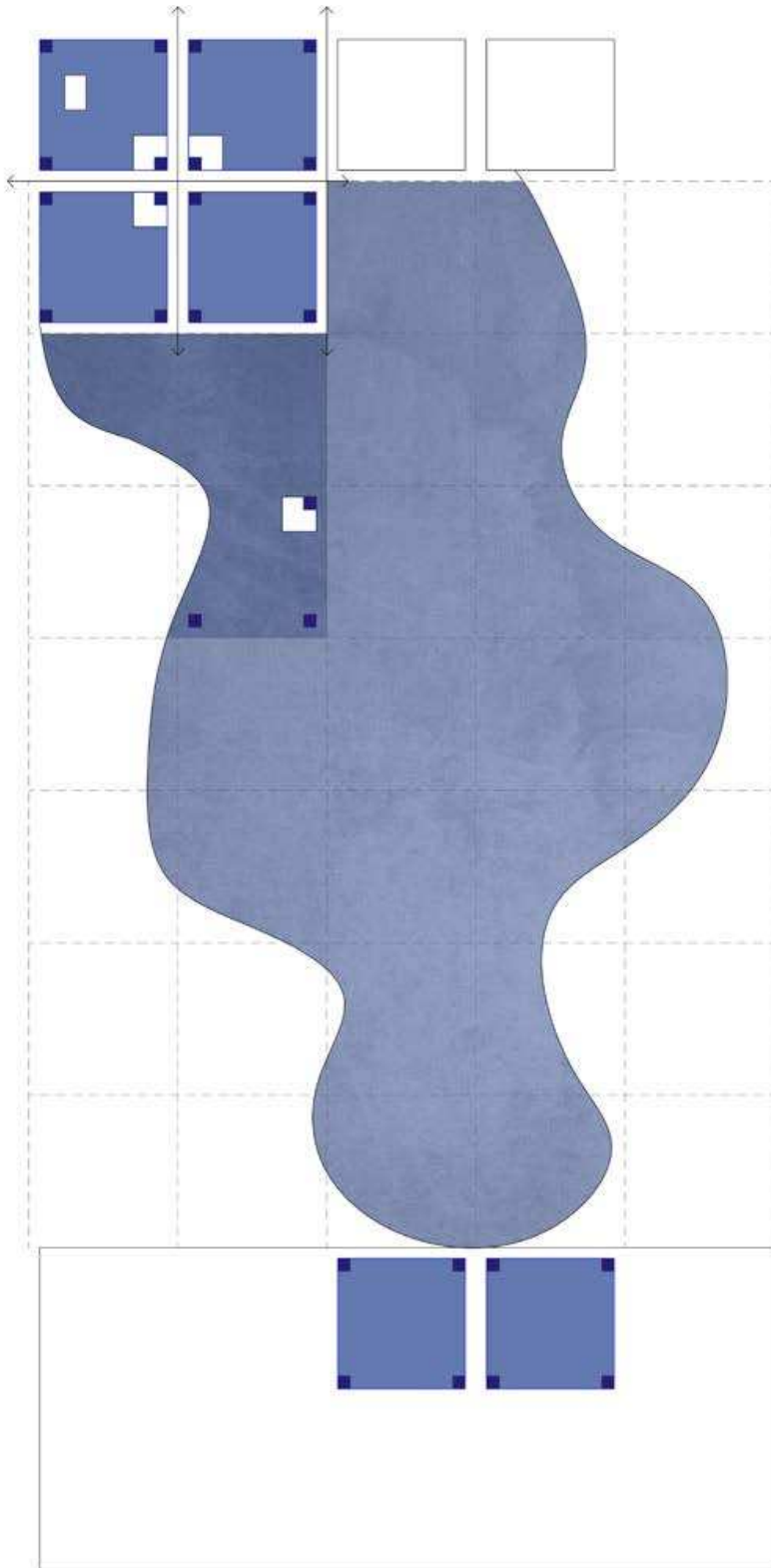
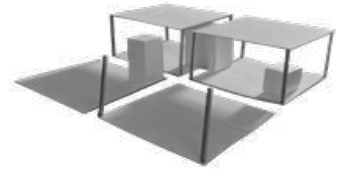
Habitar, à escala da cidade, é muito mais do que casa(s). Muitas vezes, o direito a habitar não se prende pela criação de mais habitação, mas sim pela melhoria do habitar existente, através de serviços, mercearias, farmácias, lojas, restaurantes, etc., que possam potenciar uma melhor e maior habitação do espaço.

Para isto, a criação de módulos que se possam adaptar a várias ocupações, sítios e programas torna-se fulcral, sendo que podem ser espaços mais privados, - como por exemplo habitação -, e/ou por outro lado uma extensão do espaço público da cidade.

Neste sentido, e tendo como objetivo a estruturação e criação de uma planta base adaptável a qualquer situação, a estrutura e os equipamentos vão centrar-se em dois ou mais pontos, que podem ser ajustados a cada realidade – por exemplo, para compensar as diferentes topografias, estes poderão ser mais compridos; por outro lado, podem ter ou não cobertura; entre outros.

Pode também ser pensado de forma individual ou replicar o modelo na vertical ou na horizontal, podendo ser um edifício de habitação coletiva, espaços públicos como lojas ou museus, etc.

Este módulo pode ainda adotar diversas rotações/orientações e formas necessárias para o local de intervenção em causa, com o objetivo de servir a vários programas ao longo do tempo, assumindo uma estrutura que seja durável e adaptável.



Durável/Reversível

O principal objetivo desta proposta é requalificar os espaços, criando estruturas duráveis em que o programa pode ser alterado a qualquer momento, promovendo uma melhor e maior utilização dos espaços ao longo dos tempos.

É, assim, assumida uma metodologia em que o módulo apresenta 3 escalas distintas a serem desenvolvidas.

A primeira e mais abrangente, prende-se pela definição de uma grelha de trabalho com uma dimensão base, que é aplicada e adaptada a todos os espaços - grande escala - espaço público.

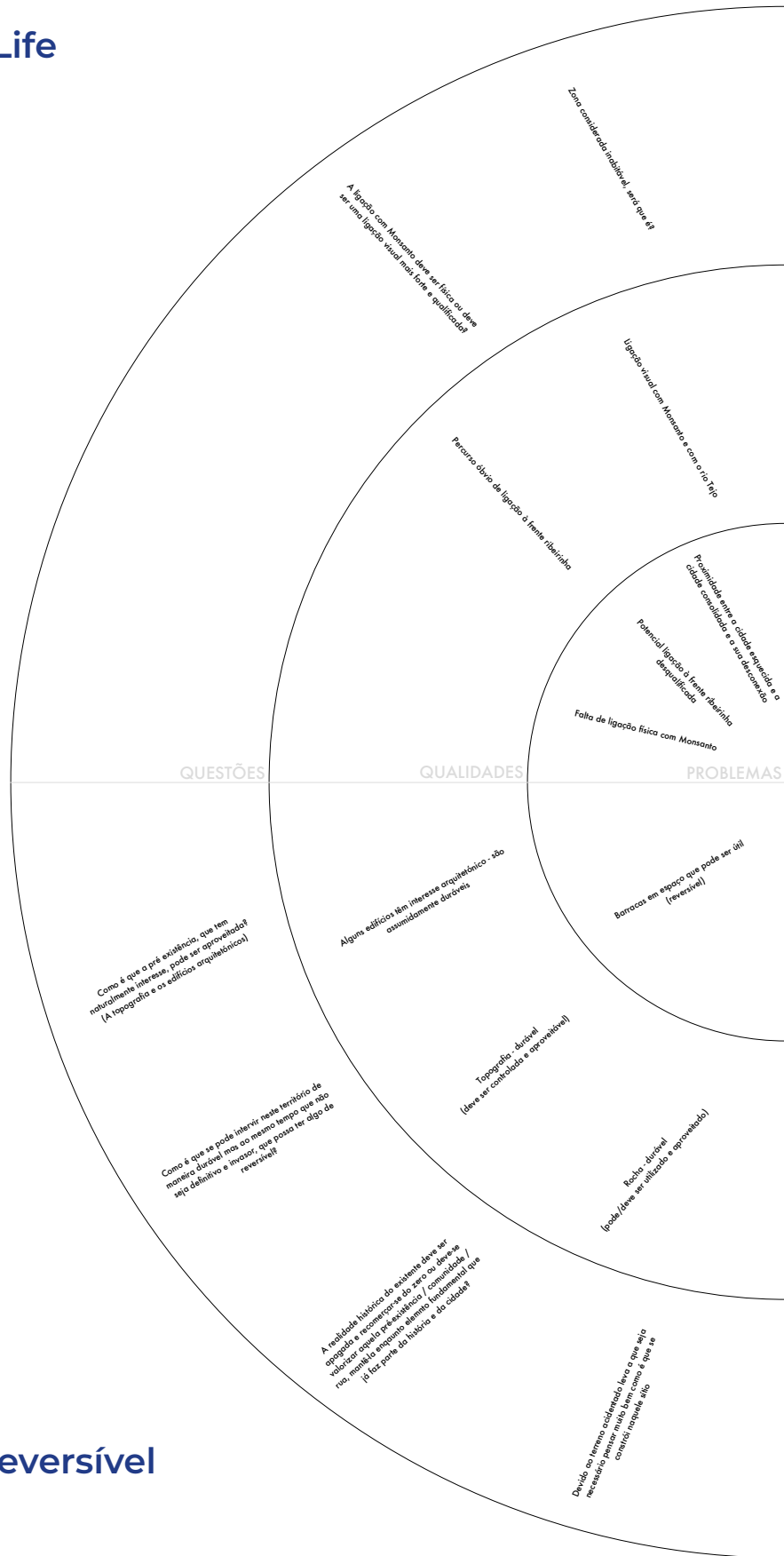
A segunda define o que é durável na proposta através da estrutura primária, as lajes e pilares, que conseguem adaptar-se a qualquer função necessária.

A terceira e mais reduzida, prende-se pelo desenho dos blocos funcionais, que podem ser reversíveis ou mutáveis, dependendo do local e programa, como é o caso das águas, mobílias, etc.

O mesmo módulo consegue ser habitação, se assim for a necessidade do espaço onde está inserido, como poderá ser, daqui a uns anos, um espaço comercial, por exemplo.

Para além de aguentar vários programas e tipologias, pode ainda adaptar-se a diferentes topografias, facilitando a conexão entre a cidade esquecida e a consolidada.

I Entangled Life



IV Durável/Reversível

II Chão Comum



III Habitar

J4 Cidade _ Habitar

Modelo Urbano _ Campo de Ourique

Introdução

[Breve contexto histórico e considerações para o futuro]

SISTEMA NATURAL (parte 2)

[Mapa 10 _ Hipsometria]
[Mapa 13 _ Sistema Geológico visível]

SISTEMA URBANO

[Mapa 14 _ Bairros Consolidados]

Análise da Evolução Histórica do Bairro de Campo de Ourique
[Fotografias AML]

[Mapa 15 _ Século XIX]
[Mapa 16 _ 1871]
[Mapa 17 _ 1911]
[Mapa 18 _ 1950]
[Mapa 19 _ 1970-87]
[Mapa 20 _ Atualmente]
[Mapa 21 _ Paradigma Núcleo/Periferia]

SISTEMA INFRAESTRUTURAL

[Mapa 22 _ Infraestruturas Hídricas]
[Fotografias AML]

[Mapa 23 _ Infraestruturas Viárias]
[Fotografias AML]

Introdução

Para uma melhor compreensão da cidade de Lisboa e do local de implantação escolhido para o exercício Prático, dividimos a análise em quatro momentos, o primeiro sobre o seu **contexto histórico** e os seguintes onde são abordados os três sistemas apresentados de seguida:

O **sistema natural**, que foi analisado à escala da cidade de Lisboa, de forma a perceber como é que a mesma se desenvolveu, as suas barreiras naturais e as características geológicas pré-existentes.

O **sistema urbano** onde, já à escala de Campo de Ourique, é analisada a sua evolução desde o século XIX até à atualidade, com base em mapas cartográficos.

Por fim, o **sistema infraestrutural**, também à escala de Campo de Ourique, uma vez que o seu crescimento influenciou bastante as redes viárias da cidade formando barreiras devido às opções de construção tomadas.

Os mapas apresentados foram elaborados pela autora.

Breve contexto histórico e considerações para o futuro

Acidade de Lisboa deve a sua origem às suas especificidades: as colinas e vales, a existência do rio, a topografia irregular que desde os tempos da pré-história foram condicionando a sua evolução, quer sejam nas limitações ao seu crescimento, quer sejam no desenvolvimento das suas potencialidades de defesa e comércio.

Durante o reinado de D. Fernando em 1373, com a construção de uma terceira muralha de proteção na cidade que aumentou a população, com a chegada de trabalhadores da construção naval e do comércio, Lisboa teve um grande crescimento.¹

Durante os séculos XVI e XVII surgiram as primeiras expansões da cidade de Lisboa de forma mais regrada e organizada, tentando regularizar os vários espaços urbanos necessários dado o crescimento demográfico da época.

No reinado de D. Manuel I foram construídas obras de relevo mais próximas da zona do rio, como o Paço Real em 1505, demonstrando a importância que o rio tinha no desenvolvimento da cidade, na altura o Terreiro do Paço e o Rossio eram os centros das atividades sociais e comerciais da cidade.

Foi construído no sec. XVII (1618/19) a Fábrica da Pólvora, junto de água, que foi determinante a nível económico e social durante várias décadas. Após a restauração da independência em 1640, D. João V sentiu necessidade de definir um novo perímetro urbano que permaneceu até ao séc. XIX, pensando na proteção da cidade de Lisboa, que ia de Santa Apolónia até Alcântara.²

A génese do nome de Alcântara vem do árabe “Al-quântarã” que significa - a ponte - que existe sobre a ribeira e que foi sofrendo transformações ao longo do tempo adaptando-se às necessidades da população,

definindo também o limite, pois a ribeira marca uma fronteira natural (Augusto Vieira da Silva – Dispersos.)¹

No início do séc. XVIII com D. João V, utilizando a riqueza proveniente do Brasil, iniciam os melhoramentos na cidade, para lhe dar uma imagem cosmopolita de capital de império, nomeadamente a construção do Aqueduto das Águas Livres, também promoveu a construção do Cais de Aterro que desenvolveu novas áreas urbanas.²

O Aqueduto da Águas Livres construído entre 1731 e 1799, inicia na Mãe de Água Velha em Belas e finaliza no reservatório de Mãe de Água das Amoreiras em Lisboa, conta com um troço principal com a extensão de 14 km que cruza o vale de Alcântara até Campolide, passou a ser um marco na paisagem. As suas águas deixaram de ser aproveitadas para consumo humano a partir da década de 60 do séc. XX.³

Após o sismo de 1 de novembro de 1755, e consequente incêndio, Marquês de Pombal procurou a solução para reconstrução da cidade, que pela primeira vez foi pensada, programada e edificada. Alcântara foi uma das zonas com menor impacto da destruição, servindo de refúgio para uma parte da população.

Neste plano de reconstrução de 1759, a cidade começou a descentralizar-se da Baixa, foi colocada em prática uma visão integrada da ocupação funcional ligando as habitações aos locais de trabalho, seguindo um traçado ortogonal.¹

No início do séc. XIX, com as mudanças provocadas pela invasão francesa e diversas crises, foi uma altura de fracos investimentos, o que começou a mudar com Costa Cabral e depois com Fontes Pereira de Melo.

Com a instauração do regime liberal em 1834, vários conventos foram ocupados tornando-se serviços públicos como hospitais, tribunais, quartéis, como por exemplo o Convento do Sacramento, e em 1835 foi construído o Cemitério dos Prazeres.

Com a revolução industrial, e pela localização das indústrias nas cidades, teve como consequência o aumento da migração da população na procura de emprego, originado desta forma a construção de novos bairros tanto para a burguesia quer para a classe operária, como o bairro burguês de Campo de Ourique. Também iniciou nesta altura a abertura de novos espaços de lazer como os jardins públicos, nomeadamente com a criação da Companhia das Obras Públicas de Costa Cabral.

Desde finais do sec. XVI até meados do sec. XVIII foram construídos palácios e quintas, como o Palácio da Fiúza e a Quinta da Cabrinha que no sec. XIX foram ocupados por habitações operários, sendo atualmente conhecidos como Pátio do Fiúza e Pátio 149.

Em 1852 foram definidos novos limites à cidade de Lisboa, com a construção da Estrada da Circunvalação que marcou uma nova fase de acessibilidades na cidade, ligando a zona ribeirinha industrial ao centro da cidade, dando reposta à necessidade de aproximar o centro e as necessidades de consumo à periferia onde era realizada a produção, também se verificou nesta altura a uma melhoria nos transportes públicos, que apoiaram o crescimento do interior de Lisboa.

Alcântara pela sua localização próxima de cursos de água, era um dos locais privilegiados para a instalação de indústrias, que utilizavam a água como principal fonte de energia, sendo que algumas das unidades industriais ocuparam os antigos terrenos agrícolas, existindo

um desenvolvimento industrial em detrimento da agricultura.

A industrialização provocou alterações na fisionomia de Alcântara, com o aparecimento de empresas ligadas aos têxteis, e também houve nessa altura um aumento de laboração dos fornos de cal utilizando a matéria-prima das várias pedreiras existentes na proximidade.

Com o crescimento que foi sendo realizado nos maiores vales da cidade, desde o início do sec. XIX, o Vale de Alcântara aproximou-se da cidade, deixou de ser considerado subúrbio e passou a ser um dos limites.

Em 1874 Ressano Garcia, define uma nova estratégia de expansão da cidade, com um plano estruturado desde a reconstrução pombalina, onde se desenvolveu as Avenidas Novas. Elaborou um plano de expansão para norte, tendo como eixo principal a atual Avenida da Liberdade. Este plano geral não foi totalmente concretizado, no entanto foi inovador pela sua ligação a um sistema viário estruturado e integração dos diversos planos existentes para a cidade.

Em 1877 iniciou a urbanização do bairro do Calvário, nos terrenos da antiga Quinta Real, promovida pela Câmara de Belém, tendo em consideração que a burguesia ligada à indústria era o público-alvo, não resolveu os problemas reais de Alcântara que já contava com a existência de alojamento precário. Apesar do loteamento ter tido início no final do sec. XIX é entre 1910 e 1945 que são definidos materialmente os quarteirões compreendidos entre a Calçada da Tapada, Rua Leão de Oliveira e Rua de Alcântara, começando e edificar-se o Bairro do Calvário. As habitações para as famílias operárias como o Pátio do Cabrinha, foram uma iniciativa social da Companhia de Fiação e Tecidos

Lisbonense, para a construção destas habitações financeiramente mais acessíveis não havia envolvimento público, criando dualidade na cidade.

Os desenvolvimentos técnicos dessa altura foram um impulso essencial para o crescimento ao longo do sec. XX, como por exemplo o transporte elétrico.

A construção da linha férrea foi muito importante para o desenvolvimento da cidade, em particular para Alcântara, nomeadamente com a ligação de Alcântara-Terra a Sintra (1888) e o prolongamento para Alcântara-Mar (1891). Marcou a fisionomia da zona, com o entulhamento da caldeira e encanamento da ribeira jusante da ponte, para permitir a instalação das linhas de comboio.

No final do século XIX começa a verificar-se o desenvolvimento da cidade para o seu interior, com a demolição do Passeio Público, tendo em vista a construção da Avenida da Liberdade, este plano de expansão do território pretende conduzir Lisboa a uma nova urbanidade (França, 2000).

Alcântara começou a firmar-se como porta da cidade, a construção dos aterros, onde se instalaram grandes avenidas, os caminhos de ferro e o porto de Lisboa e o desenvolvimento industrial demarcaram o aspeto verdejante e bucólico do sec. XVIII.

Em 1920 foi apresentado por uma sociedade financeira uma nova avenida sobre o caniço de Alcântara, que ligava a Avenida 24 de julho até Benfica – A Avenida de Ceuta.

Com a explosão demográfica que se deu em Lisboa, com a falta de solução do Estado relativamente às necessidades habitacionais, o primeiro bairro de casas económicas é o Bairro do Alvito de 1936, começaram

a aparecer construções clandestinas próximas dos bairros burgueses, como o Bairro do Casal Ventoso nos limites de Campo de Ourique, que alojou de forma precária uma parte da população. Em 1945 o Governo dá início ao Programa de Casas para Alojamento de Famílias Pobres, construindo o Bairro da Quinta do Jacinto.

Duarte Pacheco como presidente da Câmara de Lisboa em 1938, encaminhou um plano de Urbanização e Expansão de Lisboa a Étienne de Groer elaborado entre 1938 e 1948, onde foram projetadas e urbanizadas diversas áreas da cidade, destacando na zona de Alcântara, a obra do viaduto Duarte Pacheco em 1944, e a construção da Avenida de Ceuta que implicou o encanamento da ribeira de Alcântara a montante do lugar da ponte.

Em 1959 é concluído o novo Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, também definido por Gröer que acrescenta uma nova rede de autoestradas nas saídas de Lisboa em direção a sul, Cascais e Porto, com a necessidade de construção de duas obras de engenharia que marcaram o vale de Alcântara, o viaduto Duarte Pacheco e ponte sobre o Tejo, importantes para a estratégia de desenvolvimento, aumentando o fluxo das infraestruturas e de transportes.

Para a construção dos acessos à ponte a partir de Alcântara foi demolido uma parte do Bairro do Jacinto e afastado o Bairro do Alvito, a ponte provoca na zona de Alcântara uma fragmentação e contribui para a deterioração da qualidade de vida, provocando uma rutura entre as duas margens. Com a construção da passagem de comboio na ponte sobre o Tejo o vale de Alcântara volta a afirmar-se como um canal de infraestruturas e de nós viárias cada vez mais complexas. A construção da ponte também contribuiu para

a saída das indústrias dado que muitos terrenos foram expropriados e uma parte da população saiu da zona.

Durante os anos 60, a atitude de investimento na indústria e crescimento económico contribuem para uma transformação, passando da postura do Estado Novo, mais ruralista e autoritária para uma visão mais moderna.

Após a ditadura, com o aumento da população também se verificou um crescimento de bairros clandestinos.¹

Apesar das cidades serem dependentes da produção proveniente da agricultura, o que se tem verificado é que os centros cosmopolitas têm afastado a agricultura, aumentando a distância do transporte e afastando as pessoas da produção agrícola, urbanizando cada vez mais as sociedades (Ferreira,2016).

Este aumento populacional nas cidades tem como impacto o aumento de necessidade de consumo nas cidades, e a diminuição da capacidade de produção, o que origina mais transportes de mercadorias, aumentando os custos e a poluição.

Torna-se assim importante considerar a existência de campos agrícolas próximos das cidades para servir os seus habitantes, o que leva a questionar a localização destes espaços e a sua articulação com a natureza e construções envolventes, percebendo, no entanto, que nem todas as localizações permitem a exploração agrícola que devem ser tidos em consideração o clima, a tipologia do solo e a topografia.

O Vale de Alcântara, pela sua exposição solar, temperatura amena, solo rico em minerais, noutros tempos era composto por muitas quintas e campos agrícolas. Alcântara con-

seguiu manter a sua natureza rural, com o aparecimento progressivo de moinhos de vento, as azenhas da ribeira, moinho de marés e fornos de cal, aproveitando os recursos naturais existentes nas margens da ribeira.

Os espaços agrícolas do Vale de Alcântara podem articular com as zonas urbanas, apesar de estar desfragmentado por diversas estruturas rodoviárias. Pelo que os campos agrícolas podem constituir-se como partes integrantes e não deslocados das cidades, exploradas para uso doméstico ou para, em maior escala, exploração comercial (mercados e venda de rua).

Lisboa tem vários locais em que este infraestruturção sem a devida reflexão, afetou a população residente e o território. O caso de Vale de Alcântara é um destes exemplos, com uma rede viária mal interligada e desajustada às necessidades da população, transformou-se num entrave à boa circulação e expansão da cidade de Lisboa. As obras realizadas com construção com elevado custo económico com o objetivo de conectar as encostas do Vale, teve o resultado oposto, fragmentando o território, alterando a paisagem natural existente, transformando num local apenas para viaturas e transportes.

Com o aumento da população nas cidades torna-se importante conectar com a natureza através de espaços verdes, que aumentam a qualidade de vida na cidade, promovendo espaços coletivos de convívio para as pessoas usufruírem da paisagem urbana, caminhando, praticando exercício e desfrutando da natureza. Estes espaços que atraem as pessoas também contribuem para o desenvolvimento económico na sua proximidade, aumentando o comércio.

Estes espaços também são importantes pela sua função de drenagem das águas pluviais assim como pelas sombras que fornecem. Monsanto, apesar de ser designado por Pulmão de Lisboa, é na verdade de difícil acesso pedonal, devido à topografia acidentada e à descontinuidade urbana, está perto do centro de Lisboa, mas com difícil acessibilidade.

Desta forma torna-se importante refletir sobre as potencialidades deste Vale, priorizando a possibilidade de articular a estrutura verde com o centro da cidade.

Os espaços públicos e privados, encontram-se sempre conectados entre si, tanto visualmente como no aspeto sensorial, pois as pessoas usufruem do espaço público que tem as suas atividades e atrações, como se fosse uma extensão do seu espaço privado.

Paulo Mendes da Rocha refere que ao contrário dos tempos antigos, atualmente as cidades não pretendem ter muito monumentos, que apesar de conservarem a sua importância como marcos, já não definem as cidades, mas sim os edifícios, espaços verdes, espaços públicos serviços e comércio. Refere também que as cidades devem ser planeadas como um todo, não com monumentos isolados

A cidade possui também espaços que apenas são acedidos pelos seus residentes locais, como a rua Maria Pia, que não tem qualquer atração, servindo apenas e passagem apesar da sua privilegiada localização entre Campo de Ourique e o Vale de Alcântara.

A dependência da internet poderá trazer consequências na alteração do convívio coletivo, com maior dificuldade na saída de casa aumentando os problemas de socialização e de doença mental. A pandemia

obrigou a uma adaptação da forma de viver e de trabalhar, e trouxe uma tomada de consciência sobre a importância dos espaços ao ar livre, assim como a importância da versatilidade dos espaços

É importante que a arquitetura contribua para a melhoria da paisagem urbana, em todas as escalas do território adaptando e criando condições para que o espaço público urbano continue a ser uma referência nas cidades do futuro.

Por um lado, a capacidade das indústrias se moverem para as periferias acabou por deixar muitas áreas obsoletas no interior das cidades, sendo assim espaços privilegiados para virem a ser reocupados. Por outro lado, os focos industriais de Lisboa não foram destinados a ser locais centrais e acabaram por quebrar a expansão para as periferias.

Os percursos da água numa cidade, refletem a sua organização, e geram muitas vezes locais com grandes potencialidades. A criação do tecido urbano tem de ter em consideração os aspetos naturais e geofísicos, lembrando que as cidades como são conhecidas hoje, tinham características físicas e topográficas que eram principalmente definidas pelos percursos de água.⁴

1 - Vilela, R. (2020). Habitação em Encosta, Requalificação do Alto dos Sete Moinhos em Lisboa. Fa Ulisboa.

2 - Marques, B. (2009). O vale de Alcântara como caso de estudo - Evolução da morfologia urbana. IST.

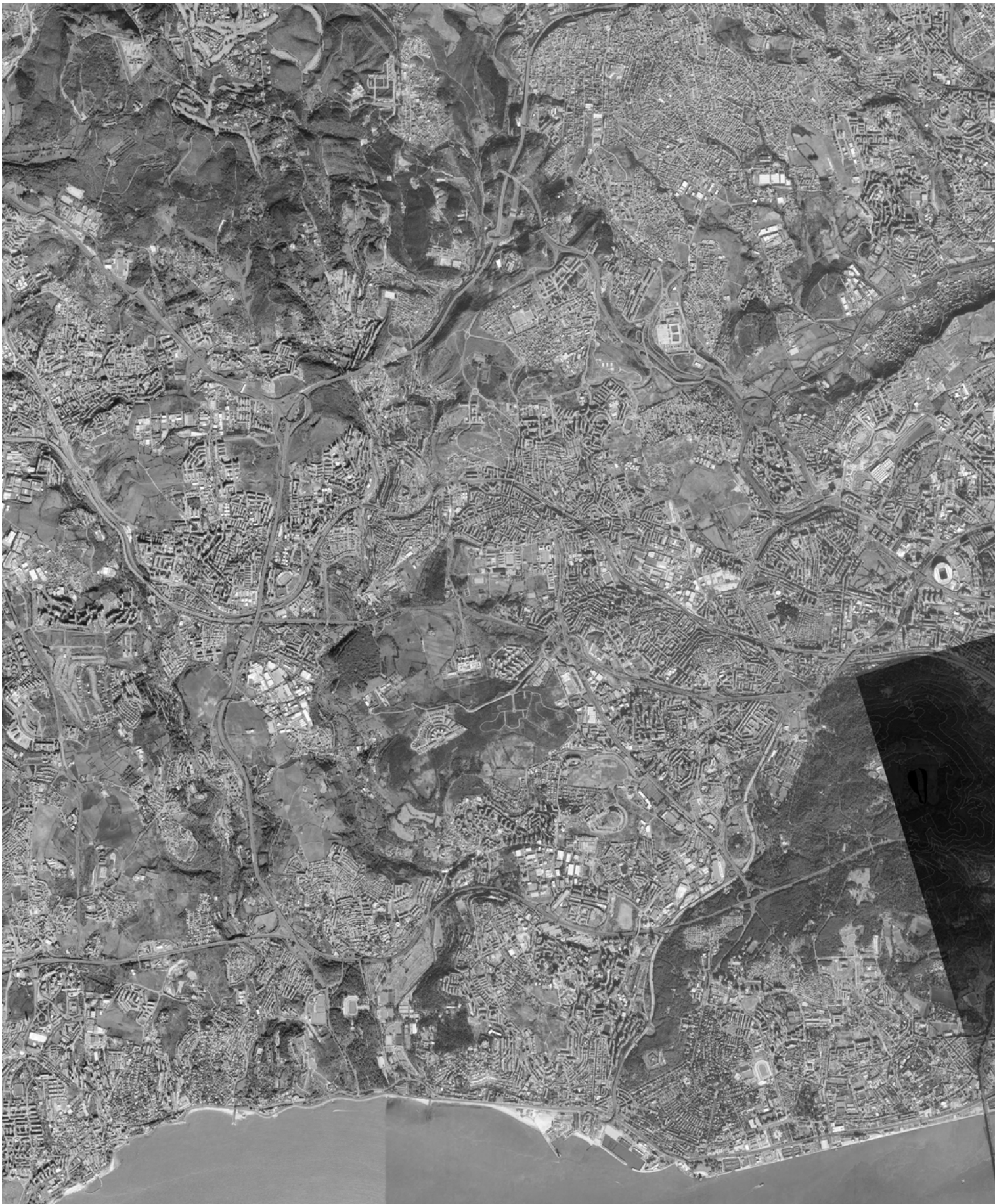
3 - EPAL. Museu da Água. <https://www.epal.pt/EPAL/menu/museu-da-%C3%A1gua/exposi%C3%A7%C3%A3o-permanente-patrim%C3%B3nio-associado/aqueduto-das-%C3%A1guas-livres>

4 - Manso, P. (2021). Vivenciar o Vale de Alcântara - a água, a natureza e a habitação coletiva. Fa Ulisboa.

"A construção da paisagem humanizada faz-se procurando harmonizar os interesses do homem e da natureza, porque ele é ao mesmo tempo senhor e escravo dela. Senhor porque tem cada vez mais possibilidade de a alterar e até destruir, escravo porque se não utilizar a natureza em benefício da humanidade (...) utilizando sabiamente todas as suas possibilidades, será por ela amordaçado e escravizado. A comunidade humana deve marchar para uma maior dignidade, utilizando e amando o único instrumento capaz de a manter e libertar – a natureza."

Gonçalo Ribeiro Telles

Telles, G. (2020) RTP Ensina. A Vossa Terra, a paisagem segundo Gonçalo Ribeiro Telles. <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-vossa-terra-a-paisagem-segundo-goncalo-ribeiro-telles/>



Sistema Natural

Hipsometria

Mapa 01



A análise hipsométrica realiza a representação do terreno através de classes de altitude, possibilitando o estudo da variação da elevação dos terrenos da bacia em relação ao nível do mar.

Segundo o Mapa Topográfico de Lisboa, a cidade fica localizada na margem direita do estuário do Tejo, a 38°42' N e a 9°00' W, é a capital mais ocidental da Europa, situando-se na costa do Oceano Atlântico.

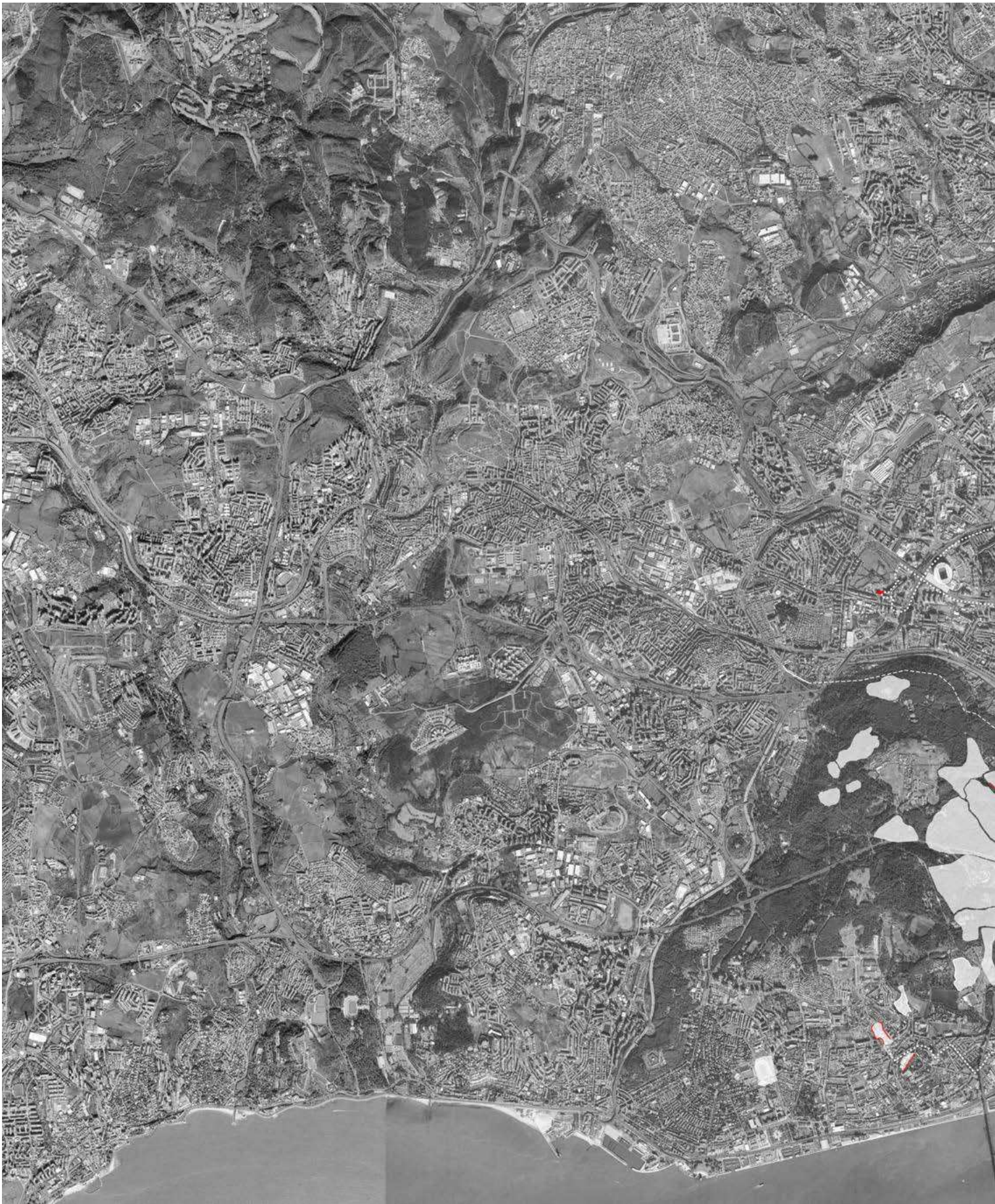
No Relatório de Caracterização Biofísica de Lisboa, realizado em 2010, foram definidas sete classes de altimetria, e é possível verificar que a diferença de cotas altimétricas existentes ocorre entre o nível do mar e a cota de 230, pelo que não existe muita diversidade altimétrica. Os principais vales de Lisboa, relacionados com o estuário do Tejo, são os de Alcântara, Chelas, Valverde (Av. Liberdade), Arroios (Almirante Reis), Marvila e Olivais, formando barreiras na cidade.

Na sua maioria as áreas têm altitude entre 70 a 100 m, sendo que nas zonas ribeirinhas e vales interiores na sua generalidade não ultrapassam os 30m, e as zonas de Telheiras, Carnide e Campolide encontra-se entre os 100 e 150m. O ponto mais alto de 230m é atingido na bacia do Vale de Alcântara (mais à esquerda) – Serra de Monsanto, o segundo mais importante é o Vale de Chelas (mais à direita), que tem uma presença marcante na paisagem, conflui para o rio Tejo no corredor com a Av. Gualdim Pais e Rua Bispo de Cochim, e a montante é interrompido pelo aterro da Linha de Cintura.

topographic-map.com. Mapa topográfico de Lisboa. <https://pt-pt.topographic-map.com/map-lz-v3q/Lisboa/>

Câmara Municipal de Lisboa. (2010). Relatório síntese de Caracterização Biofísica de Lisboa






Sistema Natural



Sistema Geológico visível

Mapa 04

-  Geomonumentos
-  Pedreiras da cidade
-  Afloramentos rochosos

Os monumentos geológicos, normalmente denominados Geomonumentos, apresentam-se como afloramentos rochosos, aos quais é reconhecida uma importância histórica e geológica, devendo ser protegidos e estudados, aparecem de duas formas: espontânea (erosão, topografia natural) ou devido à atividade das pedreiras que expõem litologias geológicas importantes. A cidade de Lisboa possui 19 Geomonumentos, sendo que a proposta relaciona-se em parte com o Geomonumento Viaduto Duarte Pacheco.

Ao longo de milhões de anos, diversos ciclos de subida e descida do nível das águas do mar e atividade vulcânica, conferiram ao território de Lisboa, uma diversidade geológica bastante elevada e rica em materiais que favorecem a construção. Apenas após o terramoto de 1755 se reconhecem registos de utilização de material exterior ao território Lisboaeta, provenientes de todo o país e transportados por mar.

É possível identificar 248 pedreiras espalhadas um pouco por toda a cidade, sendo que algumas delas permaneceram em funcionamento até meados do século XX. As Areias, Calcário, Basalto e Argilas foram materiais explorados ao longo do tempo e consolidaram uma parte da Lisboa como a conhecemos hoje, e que são identificáveis, e geram ou acolhem espaços verdadeiramente notáveis e icónicos no que agora é o centro da cidade de Lisboa.

A pedra de Calcário, e Geomonumento do Rio Seco, acolhe atualmente um parque urbano e uma das suas grutas é totalmente acessível. As pedreiras de calcário do Alvito e dos Fornos d'El Rei (pedreiras pertencentes à Tapada da Ajuda), apesar de não serem consideradas geomonumentos e se encontrarem abandonadas, geram espaços verdadeiramente extraordinários e ainda duas pedreiras, uma de basalto e outra de areias, (atualmente totalmente descaracterizadas) acolheram o que hoje conhecemos como Estufa Fria e Fonte Luminosa da Alameda Dom Afonso Henriques, respetivamente. São exemplos, quer de espaços consolidados que se relacionam diretamente com os afloramentos rochosos, quer de afloramentos rochosos que mantêm em aberto a possibilidade de aparecimento de novos espaços.

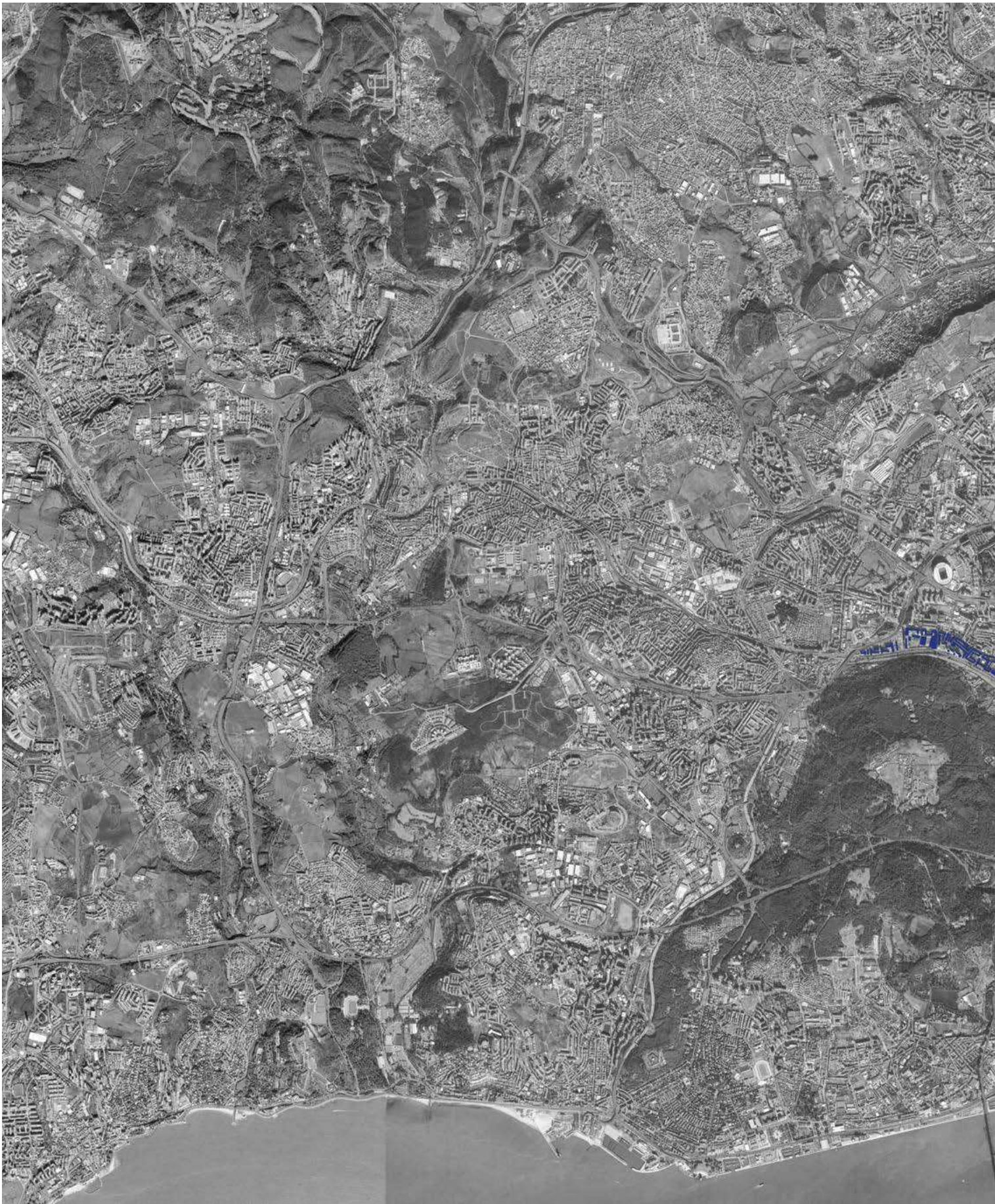
No entanto, a cidade oferece muitos mais momentos singulares, desde o Parque da Pedra uma antiga pedreira de Basalto, situado no coração de Monsanto, ao monumento geológico da Avenida Calouste Gulbenkian, no qual assenta um dos arcos do Aqueduto das Águas Livres. De destacar ainda o Geomonumento do Parque da Bela Vista e o Afloramento Rochoso onde se implanta o Cemitério dos Prazeres, ambos com uma escala imponente na cidade. Por fim, podemos realçar o Geomonumento da Rua Sampaio Bruno, atualmente protegido por uma vedação e pela intervenção da Arquitecta Rosário Salema, que acaba por definir o espaço público daquele lugar.

Pinto, C. et al. (2010). Geomonumentos de Lisboa - Inventariação, divulgação e estratégias de conservação, Revista Electrónica de Ciências da Terra, Volume 18 (26).

Sousa Pinto, M. J. (2005). Gestão urbanística - Levantamento cartográfico de locais de pedreiras no concelho de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa - Pelouro de Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana

"De forma exemplar, mas, mais do que feitas como protótipos de casas extraordinárias, elas têm de ser feitas como bairros interessantes para as pessoas morarem. É menos a ideia de uma tipologia de uma casa e mais a construção de um lugar comunitário bom de se viver."

Fernando Viegas, entrevista em turma 2022



Sistema Urbano

Bairros Consolidados

Mapa 08

- 1 - São Domingos de Benfica
- 2 - Bairro da Serafina
- 3 - Bairro de Campolide
- 4 - Campo de Ourique
- 5 - Marquês de Pombal
- 6 - Bairro Alto
- 7 - Avenida da Liberdade
- 8 - Baixa-Chiado
- 9 - Martim Moniz
- 10 - Santa Cruz
- 11 - Avenidas Novas
- 12 - Alvalade
- 13 - Areeiro
- 14 - Bairro Madre Deus
- 15 - Chelas
- 16 - Olivais Sul
- 17 - Olivais Norte
- 18 - Parque das Nações



Campo de Ourique

Evolução histórica

Campo de Ourique antes de ser bairro era uma rua, que se situava fora dos limites urbanos de Lisboa, que ligava o Largo do Rato ao quartel construído próximo da Igreja de Santa Isabel, que constituíam os polos dinamizadores da área. No séc. XIX a restante área de Campo de Ourique, era formada por cinco propriedades agrícolas: a Quinta da Pacheca Grande, a Quinta da Pacheca Pequena, a Quinta do Dourado, a Quinta do Dourado de Baixo e a Quinta ou Terras do Dutra.

O projeto do bairro de Campo de Ourique, como o conhecemos na atualidade, iniciou com a aprovação do plano em novembro de 1878, após aprovação da Câmara Municipal de Lisboa, com a ligação da rua ao último troço da Rua Saraiva de Carvalho, tendo ficado concretizado em 1906 com o plano de Ressano Garcia.

O bairro cresceu com ruas relativamente amplas com um plano inovador baseado em princípios geométricos que foram modelados de acordo com as áreas a urbanizar. Integrando alguns edifícios já existentes, pequenos quintais e arruamentos, expandindo o tecido urbano até a Rua Maria Pia. O primeiro quarteirão foi edificado em 1879 com a construção de oito edifícios formado pelos cruzamentos das Ruas Ferreira Borges, Infância 16 e Correia Teles.

Campo de Ourique começou a constituir-se como um núcleo urbano com características burguesas, dirigido a famílias de classe média, inicialmente tinha prédios de um a três pisos, posteriormente após a II Guerra Mundial, na altura do Estado Novo, foi renovado com a construção de edifícios mais altos e aumentando o comércio. Ficou composta por diversas tipologias de habitação com prédios de rendimento (habitações plurifamiliares destinadas ao arrendamento) que contrasta com

a simplicidade de fachadas e materiais utilizados.

O Casal Ventoso é uma área que já aparecia nos mapas de Lisboa em 1837, chamava-se Castelo Ventoso, devido aos ventos que vinham da Serra de Monsanto e do Tejo, na altura estava fora dos limites administrativos da cidade.¹

O nome Casal pensa-se que poderá ter origem nos habitantes que vieram nos fluxos migratórios à procura de melhores condições de vida, do norte do país. As primeiras habitações tinham pequenas quintas com criação de animais, com características similares a uma aldeia, existindo uma vivência comunitária e entrelaçada entre os moradores.²

No início do séc. XX o Vale de Alcântara já tinha a imagem de diversidade, social, económica e de qualidade habitacional, que manteve durante décadas. No lugar mais elevado da encosta encontrava-se o Bairro de Campo de Ourique, com os imóveis mais valorizados, seguia-se uma área residencial de classe operária, com habitações a degradar e passando a Rua Maria Pia, a degradação era evidente no bairro do Casal Ventoso.

O bairro foi construído de 1919 a 1945, uma das versões da origem do bairro refere a procura de trabalho devido às fábricas instaladas, iniciaram construções sem o mínimo de orientação urbanística, marcada pela autoconstrução, algumas eram construídas após a compra dos lotes muitas vezes em processos de contratação informais, e outras foram aparecendo em locais de difícil construção, através da ocupação dos terrenos abandonados, dando origem a barracas na parte inferior da encosta, encontrando-se a restante encosta vazia, dada a dificuldade de construção pelas particularidades do terreno.¹

O bairro passou por várias transformações, com o êxodo rural nas décadas de 50 e 60 do séc. XX, com a chegada de várias famílias, que tiveram, no entanto, dificuldades de integração, com empregos precários devido a baixas qualificações, e com baixos rendimentos. Esta situação de precaridade social, aliada a um aumento de desemprego devido a uma crise nacional na época, poderá ter contribuído na década de 80, para o aumento de tráfico e consumo de droga, que passou a ser a imagem do bairro.²

Um projeto importante para o bairro foi o Centro Social, criado depois do 25 de abril de 1974, e que atualmente tem o nome de Centro Social José Luís Coelho, em homenagem a um antigo residente, responsável pelo Centro Social, e falecido antes do realojamento.¹

O realojamento foi realizado entre 1999 e 2002, no Núcleo Central do Vale de Alcântara, em três bairros: Quinta do Loureiro (395 habitações), Quinta do Cabrinha (248 habitações) e Ceuta Sul (205 habitações), em menor número também foram realizados realojamentos na Rua Freitas Gazul, no Casal Evaristo à Rua Freitas Gazul e na Rua Maria Pia.²

Em 1934 foi inaugurado o Mercado de Campo de Ourique, por iniciativa de José Dionísio Nobre, um empresário da zona, projeto criado pelo arquiteto António Couto Martins, a gestão manteve-se na família até 1973, quando a propriedade passou para a Câmara Municipal, teve remodelações em 1991 e 2013.

Em 1951 no dia 14 de agosto, foi inaugurada a Igreja do Santo Condestável, a igreja matriz do bairro, com construção neogótica em honra do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, situa-se na encruzilhada da Rua Saraiva de Carvalho com a Rua Francisco Metrass, foi projetada pelo arquiteto Vasco Regaleira.

Mais recentemente, entre 2004 e 2006 foi construída a Piscina Municipal de Campo de Ourique, cuja gestão está cedida através de contrato programa ao Ginásio Clube Português.

Desta forma, verificamos que nas últimas décadas tem havido um aumento de dinâmica no bairro de Campo de Ourique, que conseguiu ter um equilíbrio entre a oferta habitacional e de comércio, tanto tradicional como especializado, trazendo procura por pessoas exteriores ao bairro.¹

1- Câmara Municipal de Lisboa. (2011). Plano de Pormenor das Amoreiras. https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/urbanismo/planos_pormenor/amoreiras/pp_amoreiras_relatorio.pdf.

2 - Soares, L. (2010). Descendo a Encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro. ISCTE.



1



2



3



4



5



6



7



8



9



10

Sistema Urbano

- 1** - Panorâmica tirada do Alto de Campolide sobre o Alto dos Sete Moinhos, [1930].
Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/002203
- 2** - Casal Ventoso visto do Alto dos Sete Moinhos, em baixo rua do Arco do Carvalhão [1939]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/023220
- 3** - Alto dos Sete Moinhos, Casal das Andorinhas, vale de Alcântara, ponte nova, [1940].
Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/ALB/001/000033
- 4** - Alto dos Sete Moinhos, encosta sobre a rua do Arco do Carvalhão: barracas [1940].
Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/058773
- 5** - Bairro de barracas [1939]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/023209
- 6** - Casal Ventoso [1939]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/023221
- 7** - Alto dos Sete Moinhos [1939]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/ALB/006/000256
- 8** - Casal Ventoso, [junto da rua Guilherme Anjos] [1961]. Autor: Artur João Goulart. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/023216
- 9** - Alto dos Sete Moinhos [1939]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/ALB/006/000257
- 10** - Casal Ventoso, toxicod dependência [1999]. Autor: Carlos Gil. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CAR/000086
- 11** - Dois dos sete moinhos, ainda com os painéis de azulejos [1939]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/002363



11

Fotografias do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa



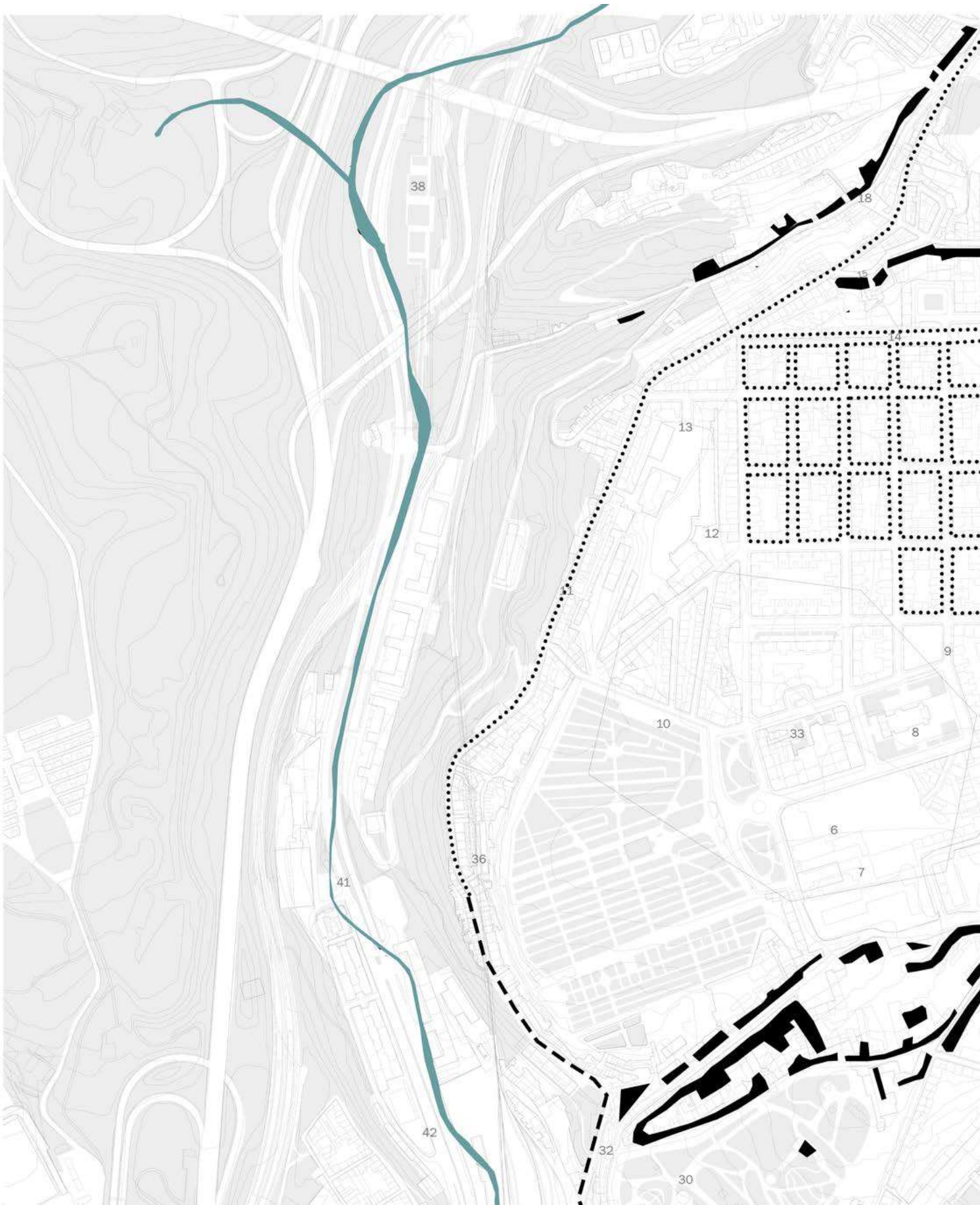
Sistema Urbano

Século XIX

Mapa 09



- 1 - Quartel Infantaria nº 16
- 2 - Jardim Teófilo Braga /da Parada
- 3 - Cemitério Alemão
- 4 - Jardim da Estrela
- 5 - Basílica da Estrela
- 6 - Oficinas de São José/Salasianos
- 7 - Igreja de Maria Auxiliadora
- 8 - Igreja Santo Contestável/Fábrica de Cerâmica Lusitânia
- 9 - Mercado Campo de Ourique
- 10 - Cemitério dos Prazeres
- 11 - Vila Graciete
- 12 - Escola Manuel da Maia
- 13 - Oficinas Municipais
- 14 - Escola Santo Contestável
- 15 - Vila Benitez
- 16 - Vila Travessa do Fogueteiro
- 17 - Reservatório Campo de Ourique
- 18 - Ermida do Senhor Jesus dos Terramotos
- 19 - Pátio das Barracas
- 20 - Reservatório do Pombal
- 21 - Mãe D'Água das Amoreiras
- 22 - Igreja Nossa Senhora da Conceição/ Mosteiro de Trinitárias
- 23 - Liceu Pedro Nunes
- 24 - Igreja Santa Isabel
- 25 - Bloco das Águas Livres
- 26 - Jardim das Amoreiras
- 27 - Hospital Militar
- 28 - Jardim Elisa Baptista / Residência 1º Ministro
- 29 - Blocos Avenida Infante Santo
- 30 - Tapada das Necessidades
- 31 - Escola Fernanda de Castro
- 32 - Capela do Sr. Jesus do Triunfo
- 33 - Vila Rosário/Pátio do Bahuto
- 34 - Pátio da Bagatela
- 35 - Pátio dos Artistas
- 36 - Vila Neves
- 37 - Centro Comercial das Amoreiras
- 38 - ETAR
- 39 - Casa Aires Mateus
- 40 - Fábrica de Chocolate Marquise
- 41 - Fábrica Cabrinha (Fábrica de Chitas da Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões)
- 42 - Vila Cabrinha (onde ficava antiga fab da pólvora antes de 1755)
- 43 - lavadouro e Chafariz



Sistema Urbano



1871

Mapa 10

- 1 - Quartel Infantaria nº 16
- 2 - Jardim Teófilo Braga /da Parada
- 3 - Cemitério Alemão
- 4 - Jardim da Estrela
- 5 - Basílica da Estrela
- 6 - Oficinas de São José/Salasianos
- 7 - Igreja de Maria Auxiliadora
- 8 - Igreja Santo Contestável/Fábrica de Cerâmica Lusitânia
- 9 - Mercado Campo de Ourique
- 10 - Cemitério dos Prazeres
- 11 - Vila Graciete
- 12 - Escola Manuel da Maia
- 13 - Oficinas Municipais
- 14 - Escola Santo Contestável
- 15 - Vila Benitez
- 16 - Vila Travessa do Fogueteiro
- 17 - Reservatório Campo de Ourique
- 18 - Ermida do Senhor Jesus dos Terramotos
- 19 - Pátio das Barracas
- 20 - Reservatório do Pombal
- 21 - Mãe D'Água das Amoreiras
- 22 - Igreja Nossa Senhora da Conceição/ Mosteiro de Trinitárias
- 23 - Liceu Pedro Nunes
- 24 - Igreja Santa Isabel
- 25 - Bloco das Águas Livres
- 26 - Jardim das Amoreiras
- 27 - Hospital Militar
- 28 - Jardim Elisa Baptista / Residência 1º Ministro
- 29 - Blocos Avenida Infante Santo
- 30 - Tapada das Necessidades
- 31 - Escola Fernanda de Castro
- 32 - Capela do Sr. Jesus do Triunfo
- 33 - Vila Rosário/Pátio do Bahuto
- 34 - Pátio da Bagatela
- 35 - Pátio dos Artistas
- 36 - Vila Neves
- 37 - Centro Comercial das Amoreiras
- 38 - ETAR
- 39 - Casa Aires Mateus
- 40 - Fábrica de Chocolate Marquise
- 41 - Fábrica Cabrinha (Fábrica de Chitas da Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões)
- 42 - Vila Cabrinha (onde ficava antiga fab da pólvora antes de 1755)
- 43 - lavadouro e Chafariz



Sistema Urbano



1911

Mapa 11

- 1 - Quartel Infantaria nº 16
- 2 - Jardim Teófilo Braga /da Parada
- 3 - Cemitério Alemão
- 4 - Jardim da Estrela
- 5 - Basílica da Estrela
- 6 - Oficinas de São José/Salasianos
- 7 - Igreja de Maria Auxiliadora
- 8 - Igreja Santo Contestável/Fábrica de Cerâmica Lusitânia
- 9 - Mercado Campo de Ourique
- 10 - Cemitério dos Prazeres
- 11 - Vila Graciete
- 12 - Escola Manuel da Maia
- 13 - Oficinas Municipais
- 14 - Escola Santo Contestável
- 15 - Vila Benitez
- 16 - Vila Travessa do Fogueteiro
- 17 - Reservatório Campo de Ourique
- 18 - Ermida do Senhor Jesus dos Terramotos
- 19 - Pátio das Barracas
- 20 - Reservatório do Pombal
- 21 - Mãe D'Água das Amoreiras
- 22 - Igreja Nossa Senhora da Conceição/ Mosteiro de Trinitárias
- 23 - Liceu Pedro Nunes
- 24 - Igreja Santa Isabel
- 25 - Bloco das Águas Livres
- 26 - Jardim das Amoreiras
- 27 - Hospital Militar
- 28 - Jardim Elisa Baptista / Residência 1º Ministro
- 29 - Blocos Avenida Infante Santo
- 30 - Tapada das Necessidades
- 31 - Escola Fernanda de Castro
- 32 - Capela do Sr. Jesus do Triunfo
- 33 - Vila Rosário/Pátio do Bahuto
- 34 - Pátio da Bagatela
- 35 - Pátio dos Artistas
- 36 - Vila Neves
- 37 - Centro Comercial das Amoreiras
- 38 - ETAR
- 39 - Casa Aires Mateus
- 40 - Fábrica de Chocolate Marquise
- 41 - Fábrica Cabrinha (Fábrica de Chitas da Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões)
- 42 - Vila Cabrinha (onde ficava antiga fab da pólvora antes de 1755)
- 43 - lavadouro e Chafariz



Sistema Urbano

1950

Mapa 12



- 1 - Quartel Infantaria nº 16
- 2 - Jardim Teófilo Braga /da Parada
- 3 - Cemitério Alemão
- 4 - Jardim da Estrela
- 5 - Basílica da Estrela
- 6 - Oficinas de São José/Salasianos
- 7 - Igreja de Maria Auxiliadora
- 8 - Igreja Santo Contestável/Fábrica de Cerâmica Lusitânia
- 9 - Mercado Campo de Ourique
- 10 - Cemitério dos Prazeres
- 11 - Vila Graciete
- 12 - Escola Manuel da Maia
- 13 - Oficinas Municipais
- 14 - Escola Santo Contestável
- 15 - Vila Benitez
- 16 - Vila Travessa do Fogueteiro
- 17 - Reservatório Campo de Ourique
- 18 - Ermida do Senhor Jesus dos Terramotos
- 19 - Pátio das Barracas
- 20 - Reservatório do Pombal
- 21 - Mãe D'Água das Amoreiras
- 22 - Igreja Nossa Senhora da Conceição/ Mosteiro de Trinitárias
- 23 - Liceu Pedro Nunes
- 24 - Igreja Santa Isabel
- 25 - Bloco das Águas Livres
- 26 - Jardim das Amoreiras
- 27 - Hospital Militar
- 28 - Jardim Elisa Baptista / Residência 1º Ministro
- 29 - Blocos Avenida Infante Santo
- 30 - Tapada das Necessidades
- 31 - Escola Fernanda de Castro
- 32 - Capela do Sr. Jesus do Triunfo
- 33 - Vila Rosário/Pátio do Bahuto
- 34 - Pátio da Bagatela
- 35 - Pátio dos Artistas
- 36 - Vila Neves
- 37 - Centro Comercial das Amoreiras
- 38 - ETAR
- 39 - Casa Aires Mateus
- 40 - Fábrica de Chocolate Marquise
- 41 - Fábrica Cabrinha (Fábrica de Chitas da Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões)
- 42 - Vila Cabrinha (onde ficava antiga fab da pólvora antes de 1755)
- 43 - lavadouro e Chafariz



Sistema Urbano

1970-87

Mapa 13



- 1 - Quartel Infantaria nº 16
- 2 - Jardim Teófilo Braga /da Parada
- 3 - Cemitério Alemão
- 4 - Jardim da Estrela
- 5 - Basílica da Estrela
- 6 - Oficinas de São José/Salasianos
- 7 - Igreja de Maria Auxiliadora
- 8 - Igreja Santo Contestável/Fábrica de Cerâmica Lusitânia
- 9 - Mercado Campo de Ourique
- 10 - Cemitério dos Prazeres
- 11 - Vila Graciete
- 12 - Escola Manuel da Maia
- 13 - Oficinas Municipais
- 14 - Escola Santo Contestável
- 15 - Vila Benitez
- 16 - Vila Travessa do Fogueteiro
- 17 - Reservatório Campo de Ourique
- 18 - Ermida do Senhor Jesus dos Terramotos
- 19 - Pátio das Barracas
- 20 - Reservatório do Pombal
- 21 - Mãe D'Água das Amoreiras
- 22 - Igreja Nossa Senhora da Conceição/ Mosteiro de Trinitárias
- 23 - Liceu Pedro Nunes
- 24 - Igreja Santa Isabel
- 25 - Bloco das Águas Livres
- 26 - Jardim das Amoreiras
- 27 - Hospital Militar
- 28 - Jardim Elisa Baptista / Residência 1º Ministro
- 29 - Blocos Avenida Infante Santo
- 30 - Tapada das Necessidades
- 31 - Escola Fernanda de Castro
- 32 - Capela do Sr. Jesus do Triunfo
- 33 - Vila Rosário/Pátio do Bahuto
- 34 - Pátio da Bagatela
- 35 - Pátio dos Artistas
- 36 - Vila Neves
- 37 - Centro Comercial das Amoreiras
- 38 - ETAR
- 39 - Casa Aires Mateus
- 40 - Fábrica de Chocolate Marquise
- 41 - Fábrica Cabrinha (Fábrica de Chitas da Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões)
- 42 - Vila Cabrinha (onde ficava antiga fab da pólvora antes de 1755)
- 43 - lavadouro e Chafariz



Sistema Urbano

Atualmente_

Campo de Orique

Mapa 14



- 1 - Quartel Infantaria nº 16
- 2 - Jardim Teófilo Braga /da Parada
- 3 - Cemitério Alemão
- 4 - Jardim da Estrela
- 5 - Basílica da Estrela
- 6 - Oficinas de São José/Salasianos
- 7 - Igreja de Maria Auxiliadora
- 8 - Igreja Santo Contestável/Fábrica de Cerâmica Lusitânia
- 9 - Mercado Campo de Ourique
- 10 - Cemitério dos Prazeres
- 11 - Vila Graciete
- 12 - Escola Manuel da Maia
- 13 - Oficinas Municipais
- 14 - Escola Santo Contestável
- 15 - Vila Benitez
- 16 - Vila Travessa do Fogueteiro
- 17 - Reservatório Campo de Ourique
- 18 - Ermida do Senhor Jesus dos Terramotos
- 19 - Pátio das Barracas
- 20 - Reservatório do Pombal
- 21 - Mãe D'Água das Amoreiras
- 22 - Igreja Nossa Senhora da Conceição/ Mosteiro de Trinitárias
- 23 - Liceu Pedro Nunes
- 24 - Igreja Santa Isabel
- 25 - Bloco das Águas Livres
- 26 - Jardim das Amoreiras
- 27 - Hospital Militar
- 28 - Jardim Elisa Baptista / Residência 1º Ministro
- 29 - Blocos Avenida Infante Santo
- 30 - Tapada das Necessidades
- 31 - Escola Fernanda de Castro
- 32 - Capela do Sr. Jesus do Triunfo
- 33 - Vila Rosário/Pátio do Bahuto
- 34 - Pátio da Bagatela
- 35 - Pátio dos Artistas
- 36 - Vila Neves
- 37 - Centro Comercial das Amoreiras
- 38 - ETAR
- 39 - Casa Aires Mateus
- 40 - Fábrica de Chocolate Marquise
- 41 - Fábrica Cabrinha (Fábrica de Chitas da Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões)
- 42 - Vila Cabrinha (onde ficava antiga fab da pólvora antes de 1755)
- 43 - lavadouro e Chafariz



⊖

Sistema Urbano

Paradigma núcleo / periferia

Mapa 15

Zona 1

Área Consolidada

Zona 2

Quarteirões menos organizados

Zona 3

Vale, Sub-Vale, Cemitério dos Prazeres e Tapada das Necessidades



"As grandes transformações, os grandes metabolismos na paisagem, são feitos com o espírito da domesticação com que transformamos todas estas realidades que acabam por ser tão artificiais que, tal como nós, se tornam completamente incapazes de se relacionar de uma maneira autónoma com a natureza de onde saíram."

João Nunes, entrevista em turma 2022



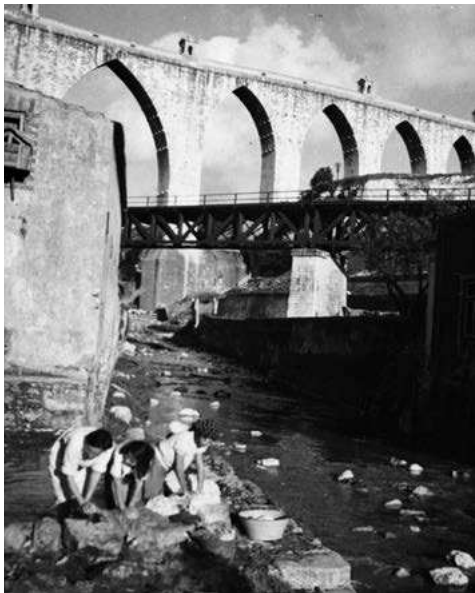
Sistema Infraestructural

Infraestruturas Hídricas

Mapa 06



- Chafarizes
- Lagos
- Etar
- Reservatórios
- Caneiro de Alcântara
- Ramal do Aqueduto do Alviela
- Aqueduto das Águas Livres
- Ramal do Aqueduto das Águas Livres



2



1



3



4



5



6



7

Sistema Infraestructural

- 1** - Vista tirada do viaduto Duarte Pacheco, obras de encanamento da ribeira de Alcântara, [1945]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/002147
- 2** - Lavagem de roupa na ribeira de Alcântara, na zona da Quinta da Rabicha [194-]. Autor: António Passaporte. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/APP/000065
- 3** - Aqueduto das Águas Livres e ponte da Rabicha, sobre a Ribeira de Alcântara, [1912]. Autor: Paulo Guedes. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000396
- 4** - Caneiro de Alcântara, obras de cobertura da ribeira de Alcântara [1945]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/002322
- 5** - Ribeira de Alcântara junto da Ponte Nova [1912]. Autor: Paulo Guedes. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000018
- 6** - Ribeira de Alcântara junto da Ponte Nova [1912]. Autor: Paulo Guedes. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000021
- 7** - Lavadeiras na Ribeira de Alcântara junto à Ponte Nova [1912]. Autor: Paulo Guedes. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000023
- 8** - Caneiro de Alcântara, obras de cobertura da ribeira de Alcântara junto da Ponte Nova [1945]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/002321



8

Fotografias do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa



Sistema Infraestructural

Infraestruturas Viárias

Mapa 07



Vias Principais do Bairro de Campo de Ourique

Vias Principais

Viaduto Duarte Pacheco

Acesso à Ponte 25 de Abril

Linha do Metro Vermelha

Linha do Metro Verde

Linhas Férreas



1



2



4



3



5



6



7



8



9

Sistema Infraestrutural

- 1 - Viaduto Duarte Pacheco, [1941]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/002150
- 2 - Linha Férrea que liga Alcântara a Campolide, vendo-se ao fundo o Viaduto Duarte Pacheco [1966]. Autor: Artur Inácio Bastos. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AIB/000751
- 3 - Viaduto ferroviário de Santana de Baixo junto à avenida de Ceuta, entre o aqueduto das Águas Livres e o viaduto Duarte Pacheco, [1960]. Autor: Artur João Goulart. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/000506
- 4 - Fotografia aérea sobre Campolide, Viaduto Duarte Pacheco e avenida de Ceuta [1959]. Autor: Desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SPT/000191
- 5 - Viaduto Duarte Pacheco [1961]. Autor: Augusto de Jesus Fernandes. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/000287
- 6 - Pilares do viaduto Duarte Pacheco e avenida de Ceuta[1952]. Autor: Desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SPT/000101
- 7 - Avenida de Ceuta sobre o viaduto Duarte Pacheco [1952]. Autor: Desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SPT/000102
- 8 - Viaduto Duarte Pacheco e Aqueduto das Águas Livres, panorâmica[1953]. Autor: António Passaporte. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/PAS/001652
- 9 - Auto-estrada Lisboa-Cascais e Viaduto Duarte Pacheco[1951]. Autor: António Passaporte. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/PAS/001694
- 10 - Construção do Viaduto Duarte Pacheco [1940]. Autor: Mário de Oliveira. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MAO/000010



10

Fotografias do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa

J5 Habitar _ Estudo de Caso

Introdução

Paulo Mendes da Rocha

Introdução

SESC 24 de maio

[Desenho 06 _ Entangled Life]

[Descrição]

[Desenho 07 _ Chão Comum]

[Descrição]

[Desenho 08 _ Habitar]

[Descrição]

[Desenho 09 _ Durável/Reversível]

[Descrição]

Introdução

De forma a elaborar o projeto, foi necessário recorrer a diversas referências, até que foi possível, numa viagem, verificar no local a obra do **SESC 24 de Maio** de Paulo Mendes da Rocha na cidade de São Paulo, Brasil, pela pertinência do seu programa e a forma como se integrou na cidade, o que influenciou a escolha do estudo de caso aqui apresentado.

Tal como no exercício Teórico, anteriormente explicado, vamos dividir cada um dos estudos de caso em quatro temas fundamentais para a sua melhor compreensão e interpretação, são eles o **Entangled Life**, **Chão comum**, **Habitar** e **Durável/Reversível**.

Paulo Mendes da Rocha



Fotografia da autora, MuBE São Paulo, Brasil, jan 2023

Paulo Archias Mendes da Rocha nasceu a 25 de outubro 1929 em Vitória Estado Espírito Santo, Brasil e faleceu a 23 de maio de 2021 na cidade de São Paulo, Brasil, com 92 anos de idade.

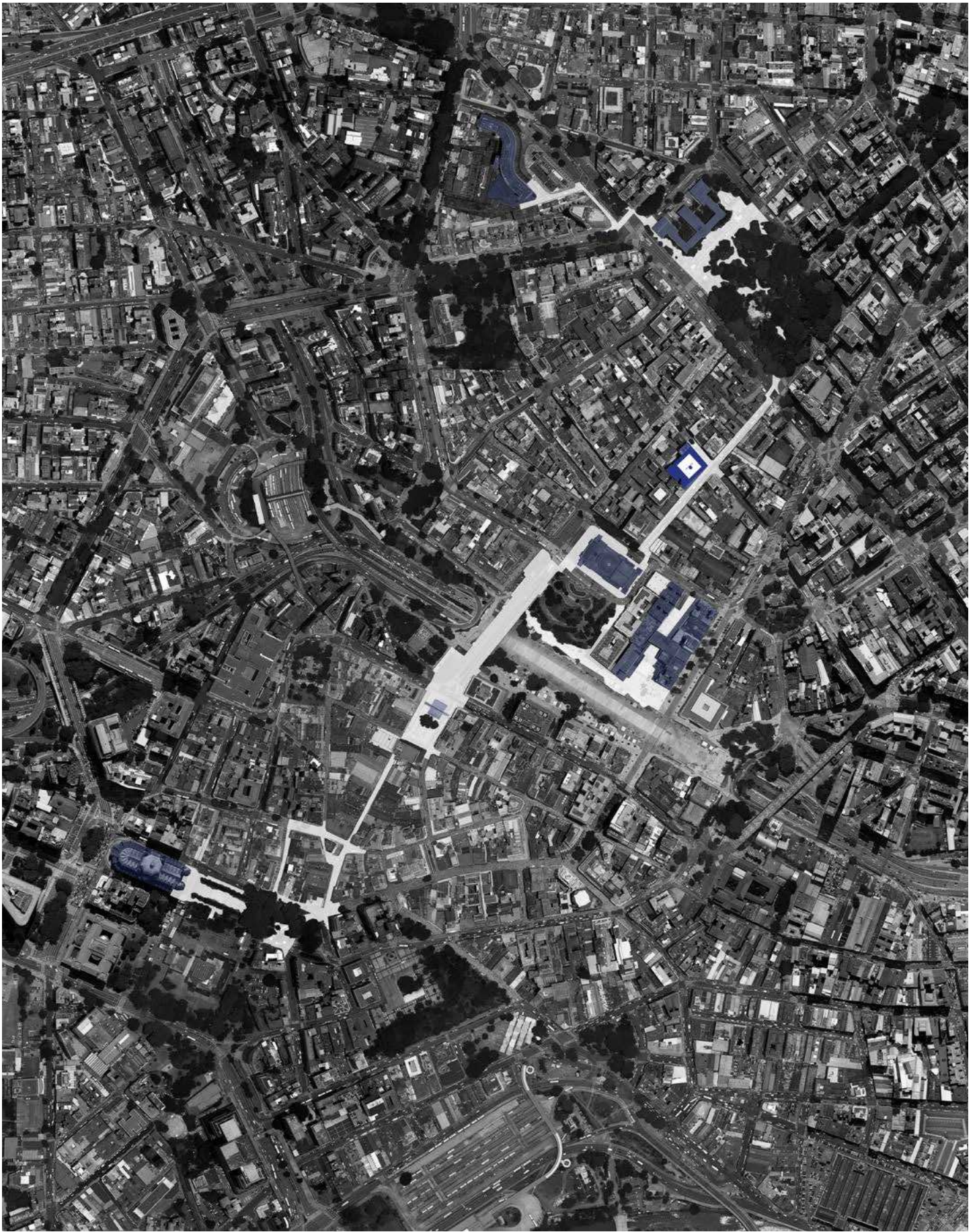
Formou-se como arquiteto na faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie em São Paulo entre 1949 e 1954

Foi vencedor de diversos prêmios, sendo um deles o Prizker em 2006 e é autor da obra Maquetes de Papel, 2007.

O mais importante na obra do Paulo Mendes da Rocha, foi a importância que dava aos espaços e à sua utilização, considerando os projetos como algo com possibilidade de mudança sempre inacabado e permeável às adaptações necessárias.

Privilegiava a visão mais urbana, do território como um todo, sem se focar apenas no particular, preocupando-se com o chão comum e como as edificações podiam transformar o espaço e a convivência.

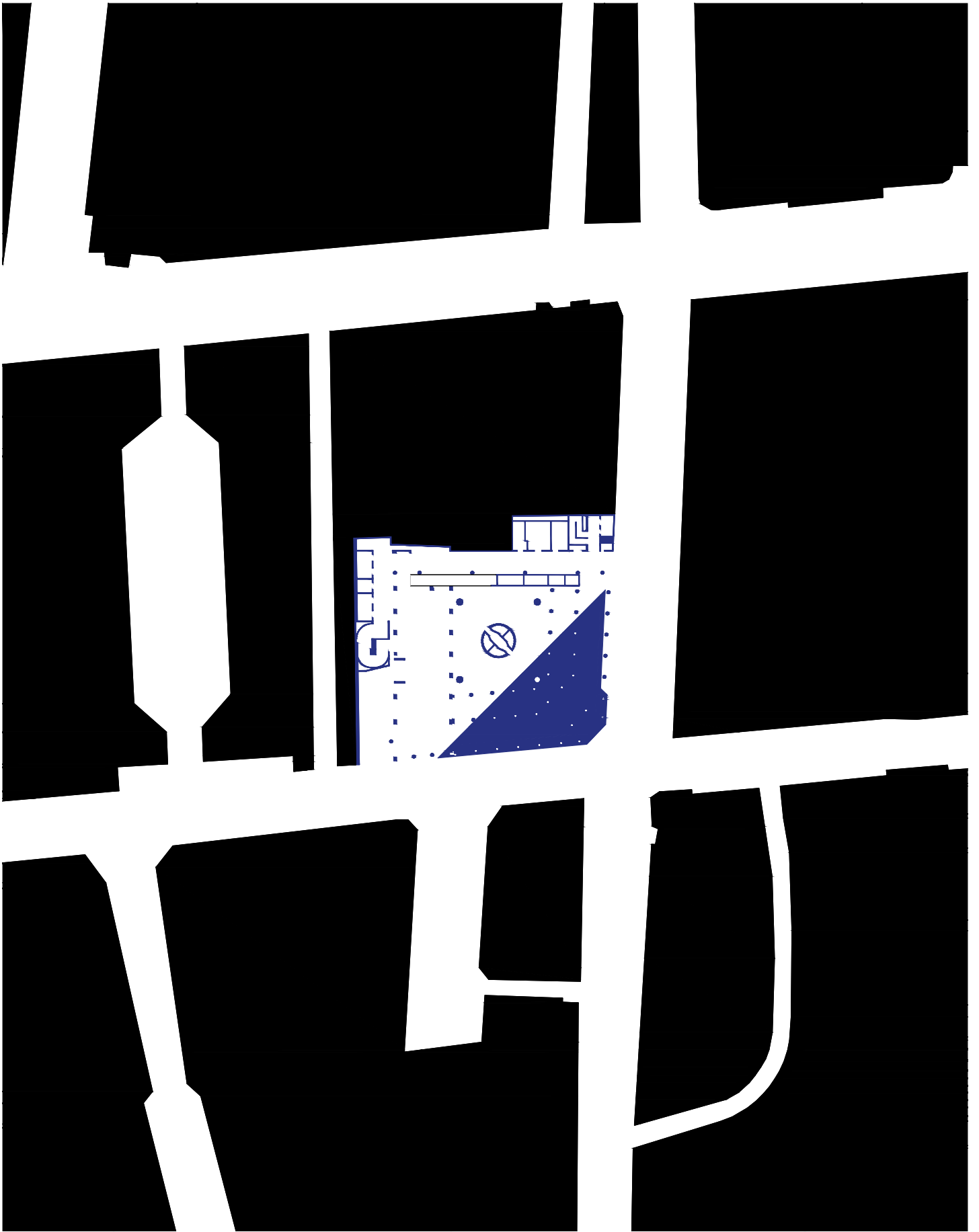
Otondo, C. (2013). Relações entre pensar e fazer na obra de Paulo Mendes da Rocha. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.



Desenho da autora

Entangled Life

A elaboração do projeto SESC 24 de Maio foi realizada de 2002 a 2008, e as obras duraram de 2012 a 2017, é um conjunto complexo de instalações de atividades recreativas e serviços, que ocupou a sede da antiga Mesbla, localiza-se na esquina da Rua 24 de Maio com a Rua Dom José de Barros, em São Paulo, Brasil, no centro cultural da cidade, perto do Viaduto do Chá, Teatro Municipal, Barão de Itapetininga, Avenida São João e Praça da República.



Desenho da autora

Chão Comum

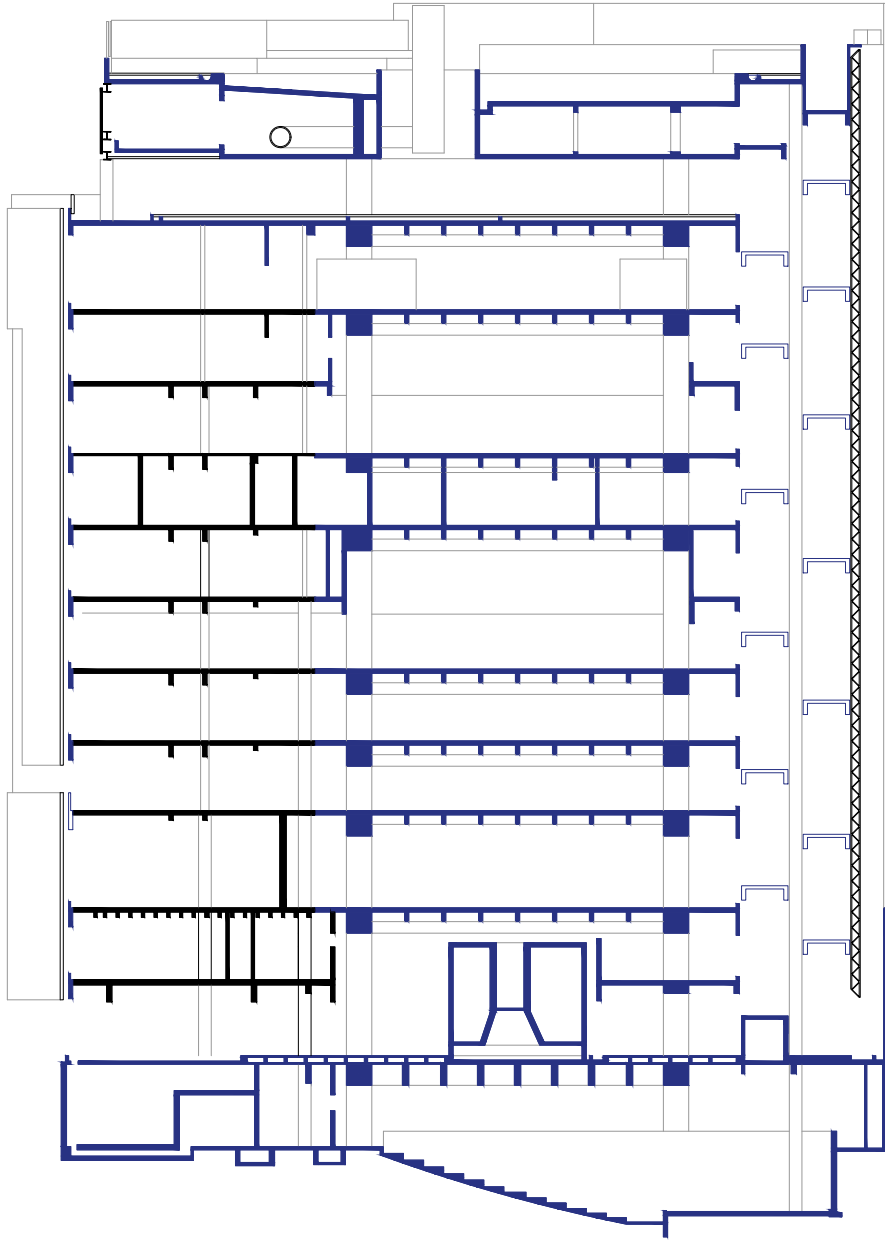
Este projeto pretendeu contribuir para a recuperação daquela área da cidade, transformando arquitetonicamente o largo espaço público, num passeio, criando um sistema de circulação vertical.

Os espaços de realização das atividades recreativas encontram-se no edifício principal, o teatro está na entrada do edifício, onde era a garagem no subsolo, tem ligação direta para a rua, integrando-se no meio envolvente.

No edifício principal também se encontram espaços de convívio, como biblioteca, refeitório, área para práticas desportivas, de tecnologia e arte, assim como de cuidados de saúde, como consultórios e locais para exames médicos.

O pequeno edifício anexo, que se encontrava abandonado é utilizado como espaços de apoio aos serviços e máquinas, como casas de banho, armazéns e instalações para funcionários – Torre de Serviços, concentrando e isolando as instalações técnicas e mecânicas de apoio às atividades desenvolvidas.

Pretendeu dispor alguns espaços com sentido de praças cobertas, como a Praça de Convivência e o Jardim da Piscina.



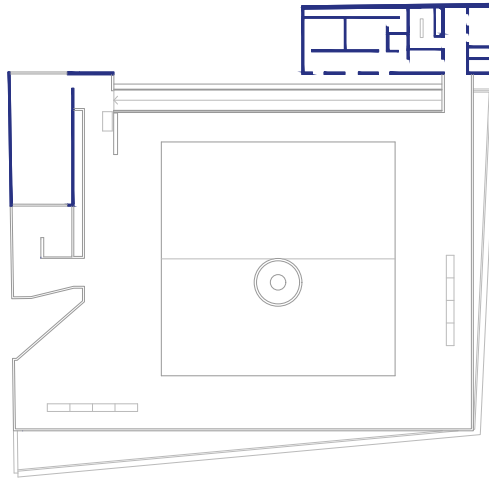
Desenho da autora

Habitar

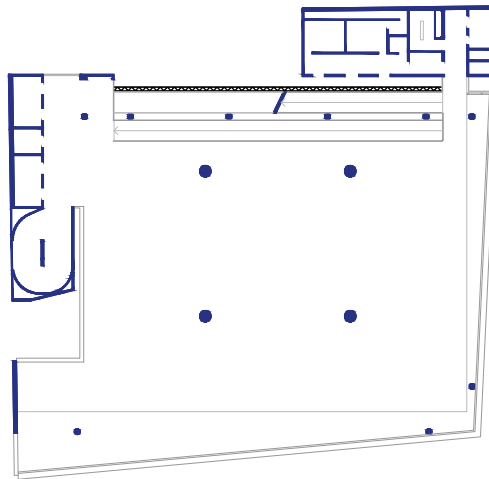
O visitante tem acesso a todos os andares a partir de um conjunto de rampas, com vidros aplicados nas fachadas dando luminosidade aos espaços, permitindo assim que seja um passeio lúdico em contacto com o exterior.

A ideia é que as pessoas tenham a sensação de caminhar pelo centro da cidade e por esse motivo percorre toda a extensão da estrutura.

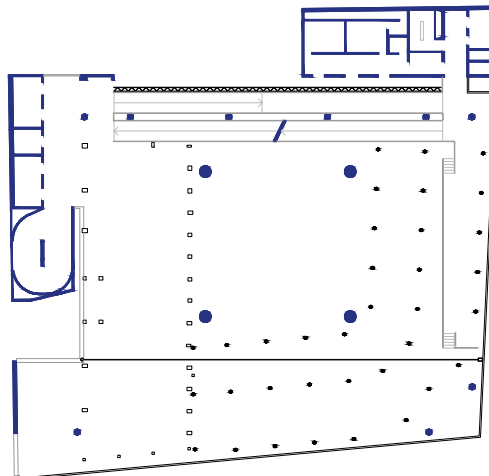
Com o revestimento em vidro nas fachadas faz com que quem se encontra no exterior não tenha visibilidade para dentro e quem se encontra no interior, pode se sentir à vontade e aproveitar a vista da cidade.



Planta de cobertura



Planta piso 11



Planta piso 10

Desenho da autora

Durável/Reversível

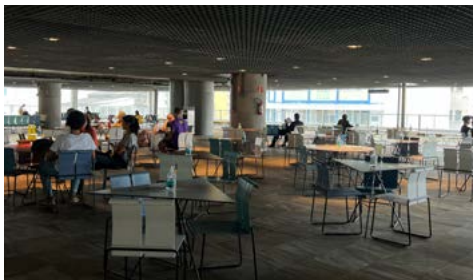
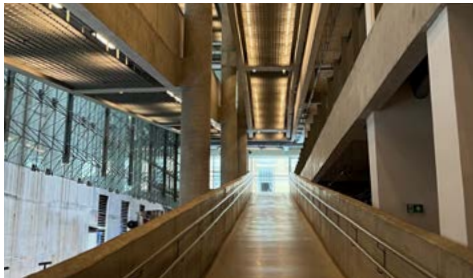
O projeto do novo centro cultural e desportivo foi realizado através da reabilitação de um prédio, contíguo à edificação. É uma estrutura de vidro de relevo que envolve o Sesc 24 de Maio.

Para permitir ao público ter segurança, foram realizadas algumas intervenções como o aproveitamento do vazio interno inicial, chamado de poço de ventilação ou de iluminação de 14m2x14m2, onde foram colocados quatro pilares de betão que atravessam esse vazio e encaixam em cada vértice do quadrado, apoiando todos os andares do prédio, aumentando os pés-direitos e o conforto térmico. Foi também prevista a implementação de um elaborado sistema mecânico de controlo de fumos, que complementa os sistemas de segurança.

No topo do edifício principal foi construída uma piscina de 500m2, com vista panorâmica para a cidade, dada a grande carga do volume de água, está apoiada nos quatro pilares a partir de uma estrutura alta e forte, no andar de baixo foi criado um espelho de água para prevenir a queda de água para a rua e apesar de apenas contar com 15 cm de água, é utilizado como piscina infantil. Foi utilizado piso arenito nas áreas molhadas para evitar quedas.

Foi realizado o rebaixamento da área que era a garagem para completar o volume do teatro e dos anexos necessários, respeitando os limites de proximidade das fundações já existentes e das construções vizinhas.

Farias, N. Um presente para a cidade. Galeria da Arquitetura. https://m.galeriadaarquitectura.com.br/projeto/mmbb-arquitetos_paulo-mendes-da-rocha_/sesc-24-de-maio/4578





Fotografias da autora, São Paulo, Brasil, fev 2023

J6 Domus Demain _ Prático

Introdução

[Mapa 17 _ Estratégia à escala da cidade]

[Ensaio Fotográfico _ Sub-Vale]
[Mapa 18 _ Percursos Existentes]

[Ensaio Fotográfico _ Atlas: Edifícios da Rua dos Sete Moinhos]
[Mapa 19 _ Usos]

[Mapa 20 _ Entangled Life]

[Desenho 21 _ Chão Comum]

[Desenho 22 _ Tipologias de módulo]

SISTEMA

Introdução
[Desenho 23 _ Implantação]
[Desenho 24 _ Plantas _ Corte Transversal]
[Desenho 25 _ Corte Longitudinal]

TORRE

Introdução
[Desenho 26 _ Implantação]
[Desenho 27 _ Plantas]
[Desenho 28 _ Cortes]
[Desenho 29 _ Imagem de Ambiente]
[Desenho 30 _ Alçados]
[Desenho 31 _ Imagem de Ambiente]

PONTE

Introdução
[Desenho 32 _ Implantação]
[Desenho 33 _ Perfil]
[Desenho 34 _ Detalhe Construtivo]
[Desenho 35 _ Imagem de Ambiente]

REMATE

Introdução
[Desenho 36 _ Implantação]
[Desenho 37 _ Plantas]
[Desenho 38 _ Corte Perspetivado]

“Não podendo intervir de uma forma global, unitária, podemos intervir de um modo forte, alterando o modo como as energias se recompõem no sistema urbano, e isso tem a ver com a redefinição do espaço público, o papel da infraestrutura, e claro está, a hipótese de elevar a autoestima das populações menos privilegiadas que, por exemplo, ao terem a construção de um edifício de equipamento coletivo - seja ele um centro cívico, desportivo ou cultural - de repente funciona como o tal ponto de energia em que o tecido urbano se reinventa a partir de uma nova intervenção. É um pouco aí que estamos, porque não podendo resolver o todo, temos que atribuir força máxima ao poder da parte, do fragmento.”

Ricardo Carvalho, entrevista em turma 2022

Introdução

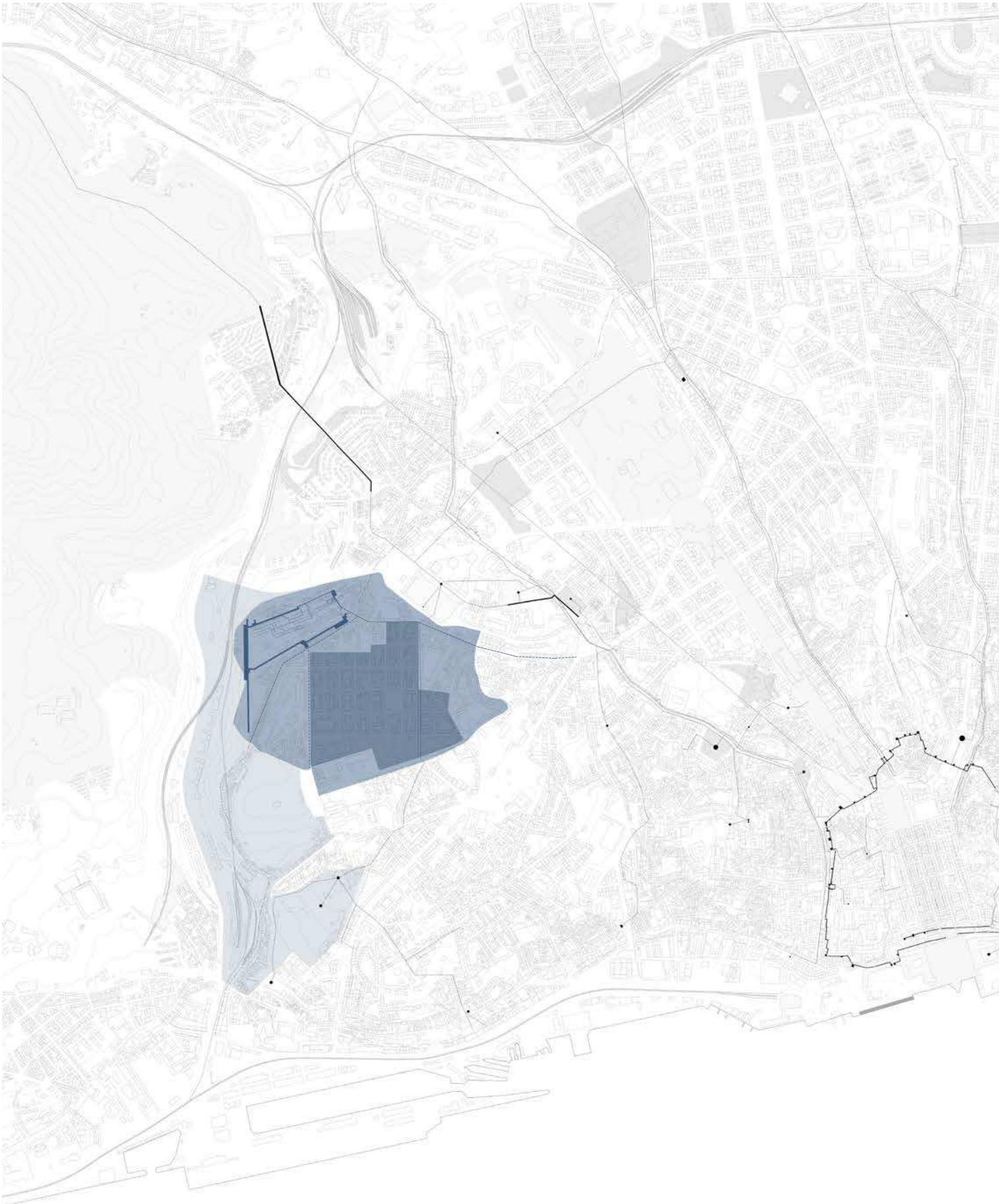
Este jornal tem como objetivo explicar como foi elaborado o exercício Prático, tendo em consideração a proposta à escala mais alargada de Lisboa, até ao pormenor de construção de cada intervenção do projeto.

Após a análise realizada ao longo deste trabalho, foi possível verificar quais os pontos estratégicos que necessitam de intervenção de forma a permitir a relação entre o Alto dos Sete Moinhos e o bairro de Campo de Ourique, visando impactar positivamente na interação entre os seus habitantes e os serviços.

Pretende-se identificar as oportunidades do território, nomeadamente com o aproveitamento dos vazios existentes na Rua Maria Pia e no Alto dos Sete Moinhos, criando um percurso que faça a conexão entre estes locais, com a construção da Ponte a meia cota do subvale.

Depois desta ação de transformação urbana, todo este território passa a ter um novo limite.

Os temas abordados anteriormente (entangled life, chão comum, habitar e durável/reversível), estarão presentes em todos os fragmentos do projeto (sistema, torre, ponte e remate) que foram elaborados com base em uma matriz de construção.



**Estratégia geral
à escala da cidade**

Mapa 17



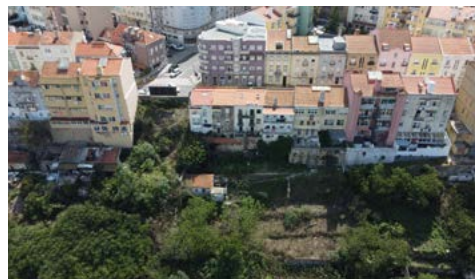


Ensaio Fotográfico Sub-Vale

Mapa 17



Fotografia da autora, Vale de Alcântara 2023








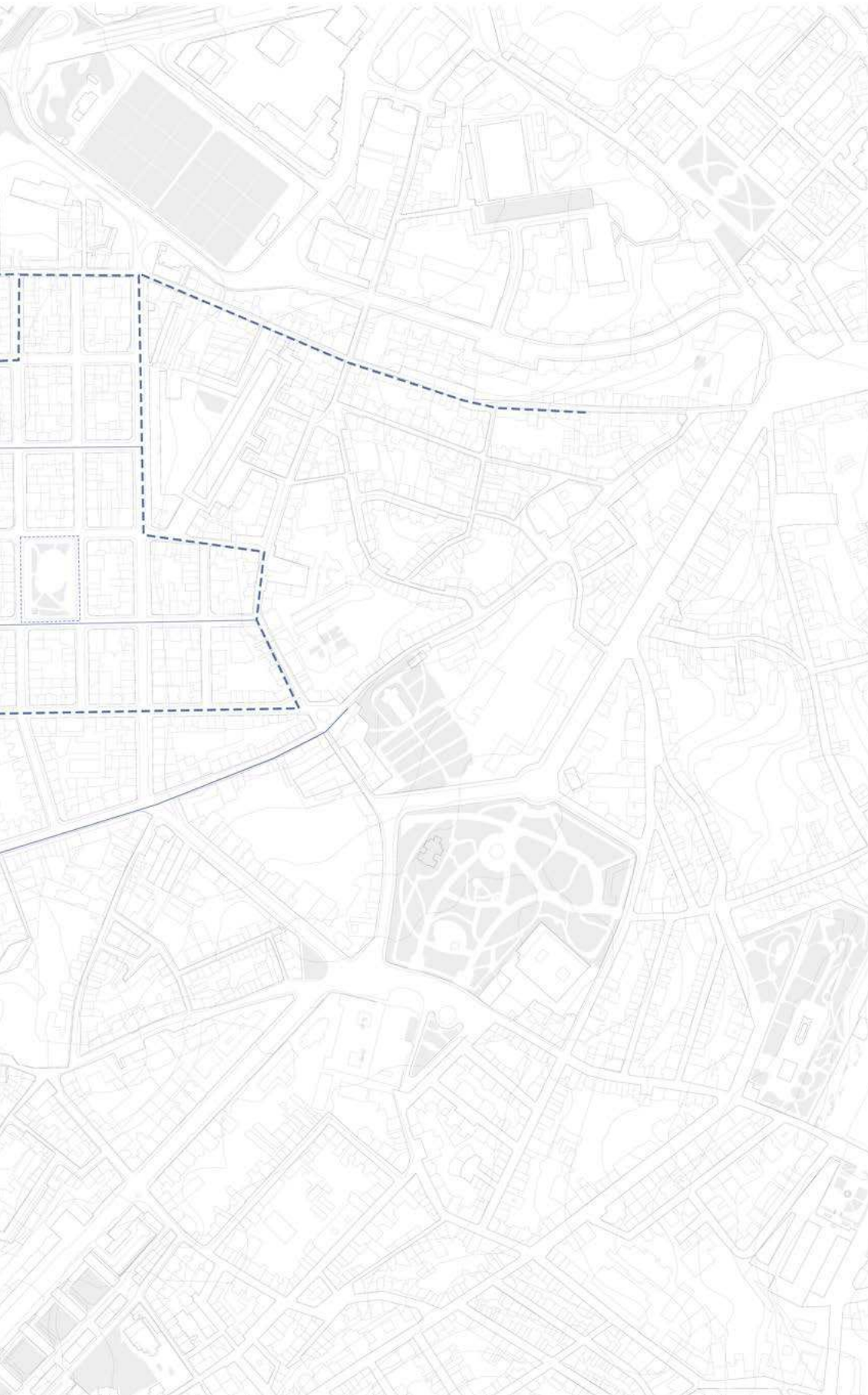
Ensaio Fotográfico da autora, Sub-vale de Alcântara 2023

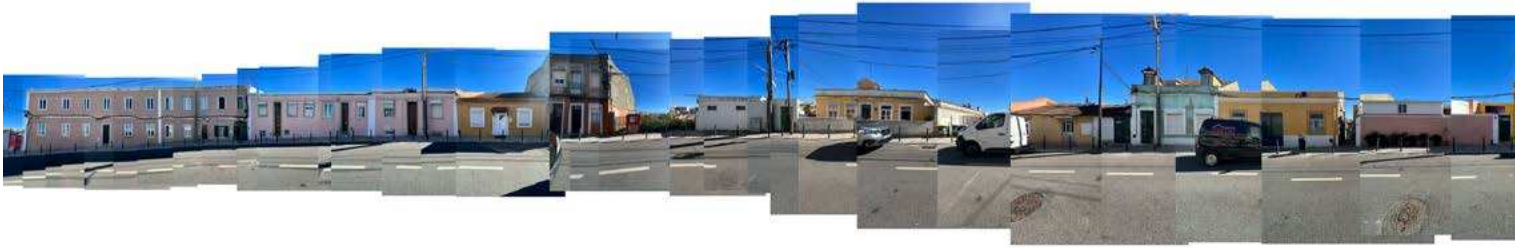


Percursos pré-existent

Mapa 17

-  Percursos pré-existent
-  Ciclovia pré-existente
-  Estudo de estratégia







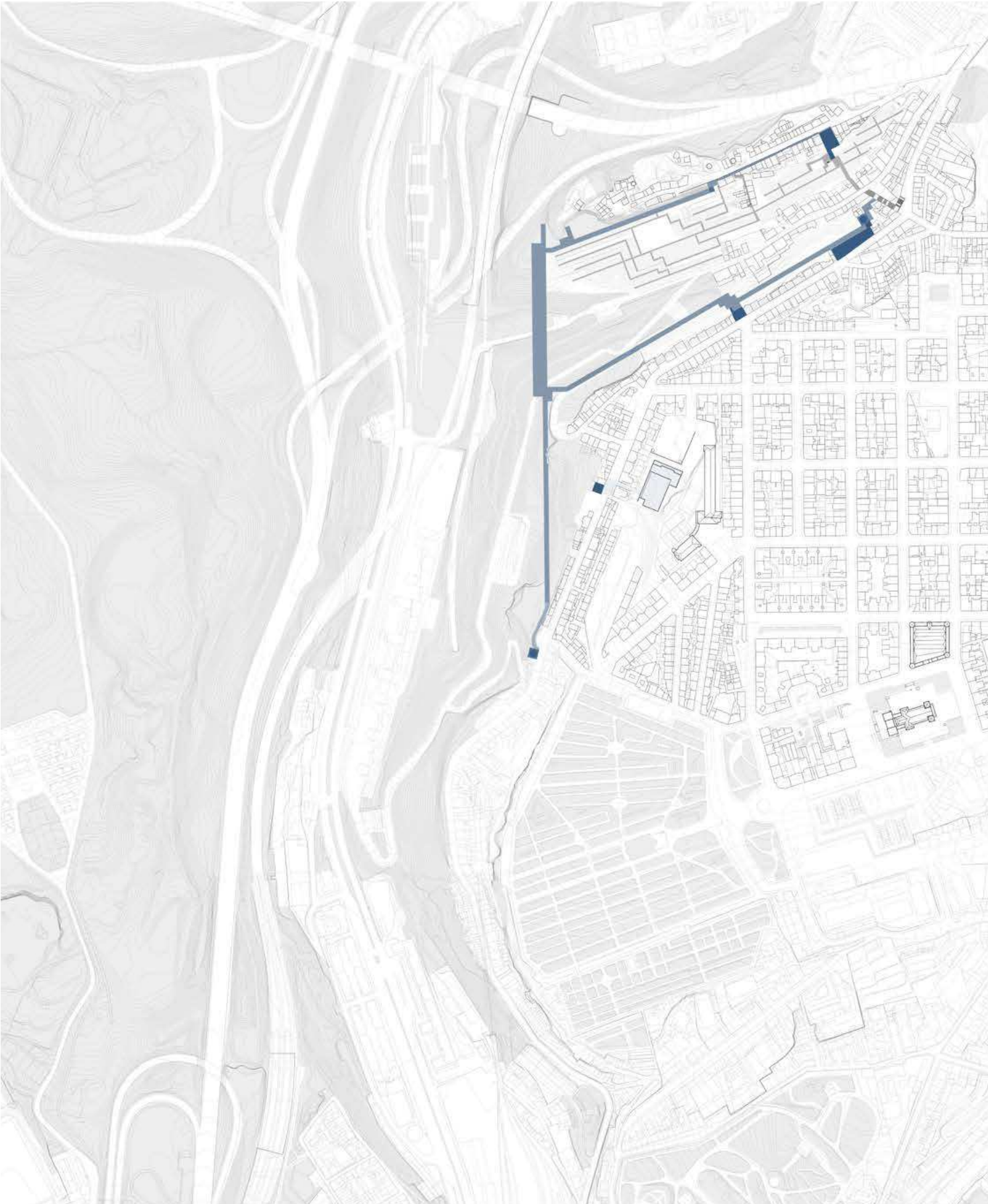


Usos

Mapa 16



- Moinhos
- Habitação com piso térreo de comércio
- Edifícios Devolutos
- Edifícios públicos





Entangled Life

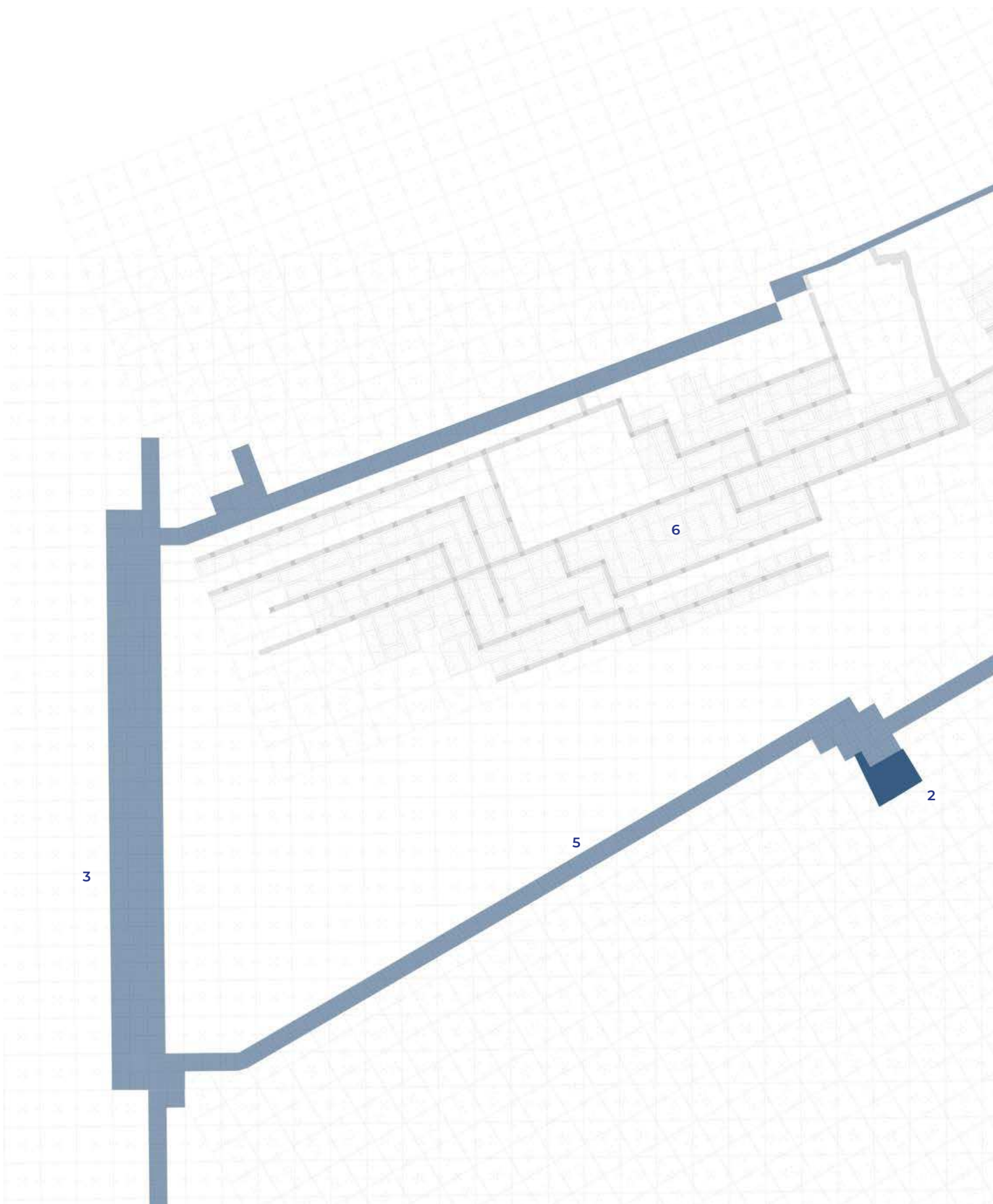
Para a definição da localização das intervenções urbanas, foi necessário um novo olhar sobre o local, realizando um ensaio fotográfico com o apoio de um drone, efetuando visitas ao local e realizando o levantamento de serviços existentes, de forma a poder diagnosticar as principais problemáticas.

Após a análise das dificuldades e das barreiras encontradas, anteriormente referidas neste trabalho, optou-se por uma intervenção localizada em vazios considerados com potencialidade para alterar toda a vivência desta zona.

Assim, a proposta consiste num conjunto de programas com serviços que se adaptam às necessidades locais, com o objetivo de unir a cidade esquecida à cidade consolidada.

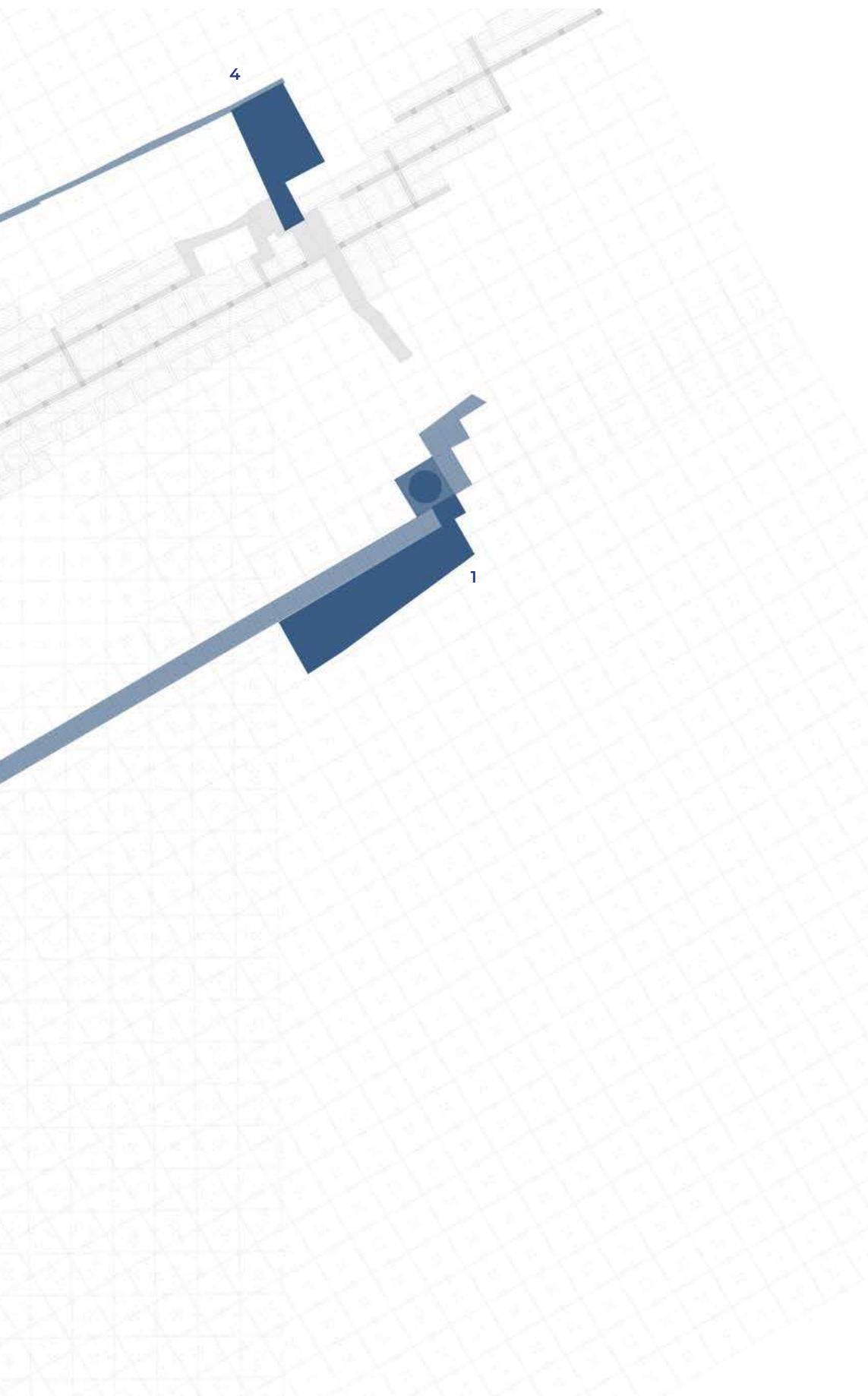
Foi definida uma métrica de 13mx13m que, quando aplicada no território permite a definição de todos os espaços às mais diversas escalas, desde os muros de contenção, que procuram controlar a topografia acidentada do sub vale, aos percursos da estratégia e a base estrutural da proposta.

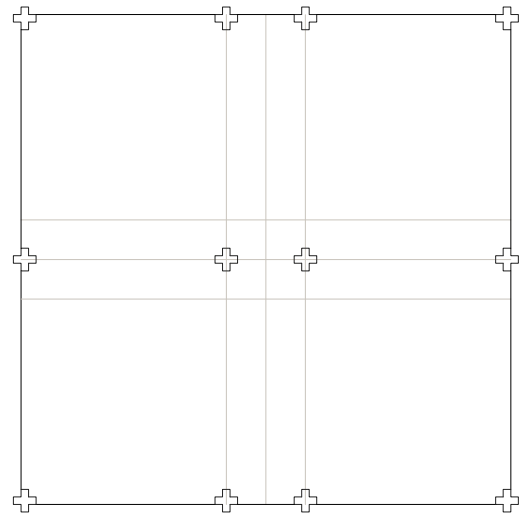
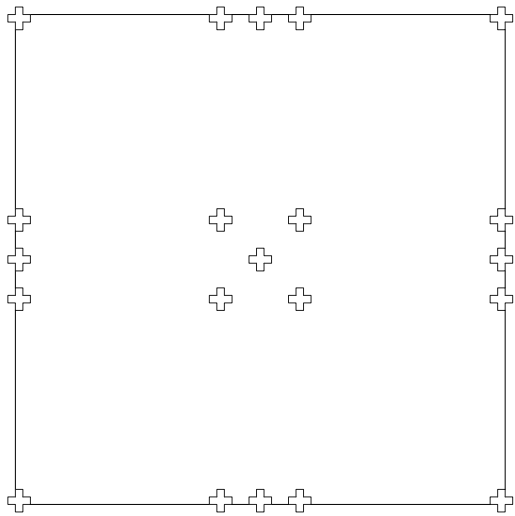
Dada a inexistência de conexão entre o Campo de Ourique e a Rua dos Sete Moinhos, foi criado um percurso pedonal, que promove a circularidade, partido das novas estruturas, acabando por ligar também a cidade a uma escala alargada, conectando com caminhos históricos e acompanhando a distribuição de águas pluviais.

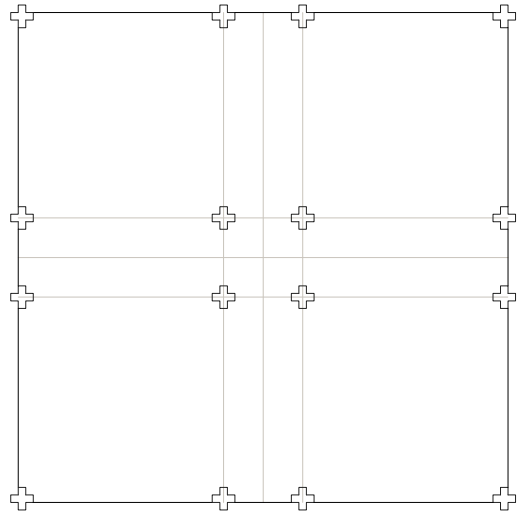
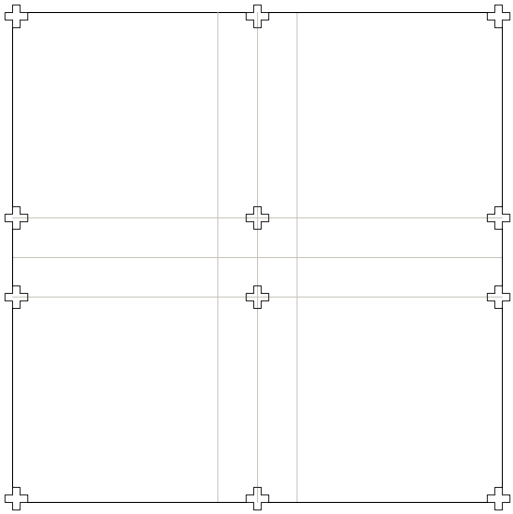


Chão Comum

- 1 - Sistema
- 2 - Torre
- 3 - Ponte
- 4 - Remate
- 5 - Percursos
- 6 - Hortas comunitárias







Sistema

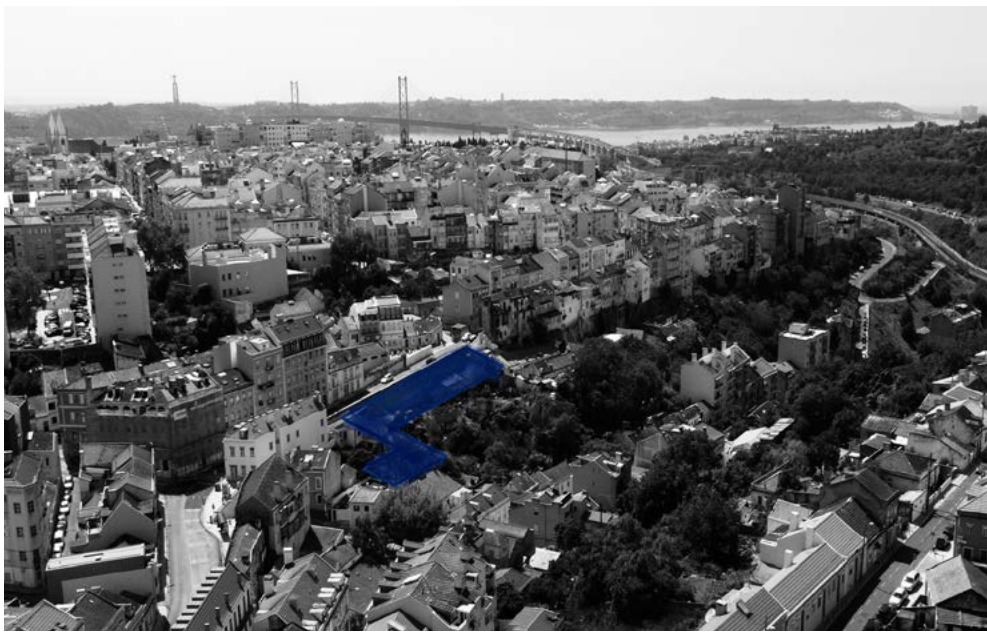
Aproveitando um espaço que atualmente é utilizado de forma informal por hortas urbanas, desenvolveu-se uma área com serviços, deslocando as hortas para a encosta a norte cujas características geográficas beneficiam o cultivo de produtos agrícolas.

A colocação de um depósito de água e respetiva área de tratamento das águas pluviais irá permitir a manutenção do parque verde, na encosta a sul, e das hortas, na encosta a norte, separadas por muros de contenção.

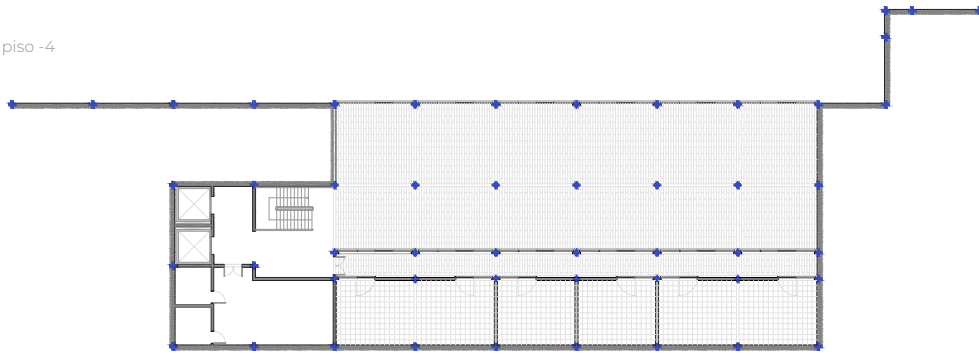
A presença da água irá fazer-se sentir durante todo o percurso definido, uma vez que é transportada através de caleiras até às hortas, entrando num sistema de irrigação.

Para implementar serviços que contribuam para o bem estar da população, são criados diversos espaços no domínio da saúde, como laboratórios, gabinetes de atendimento e tratamento, ginásios de mobilidade, entre outros, que poderão ser considerados necessários para a comunidade.

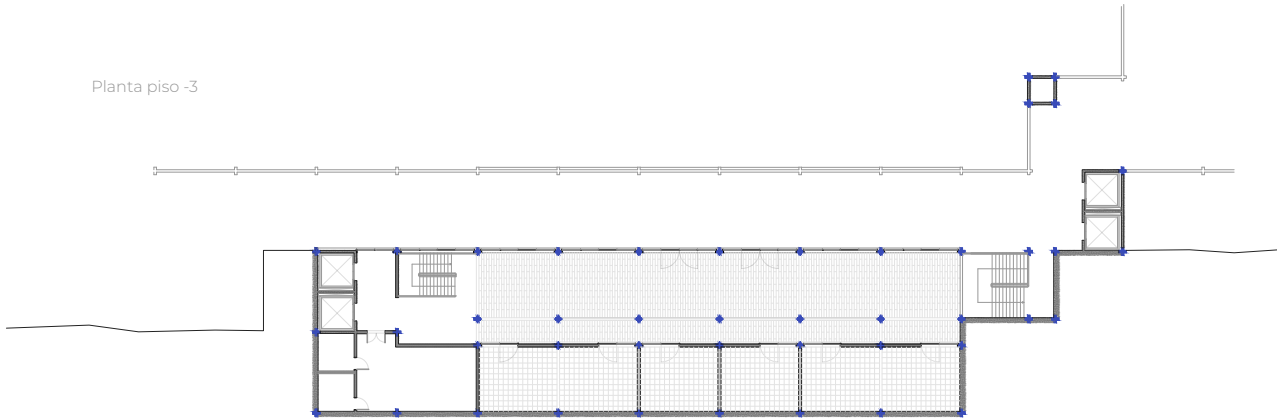
À cota da Rua Maria Pia é criada uma primeira entrada para o percurso, de quem vem do centro da cidade, e a cobertura do edifício funciona como uma pequena praça, aumentando o passeio e criando momentos de pausa, oferecendo espaços públicos à cidade.



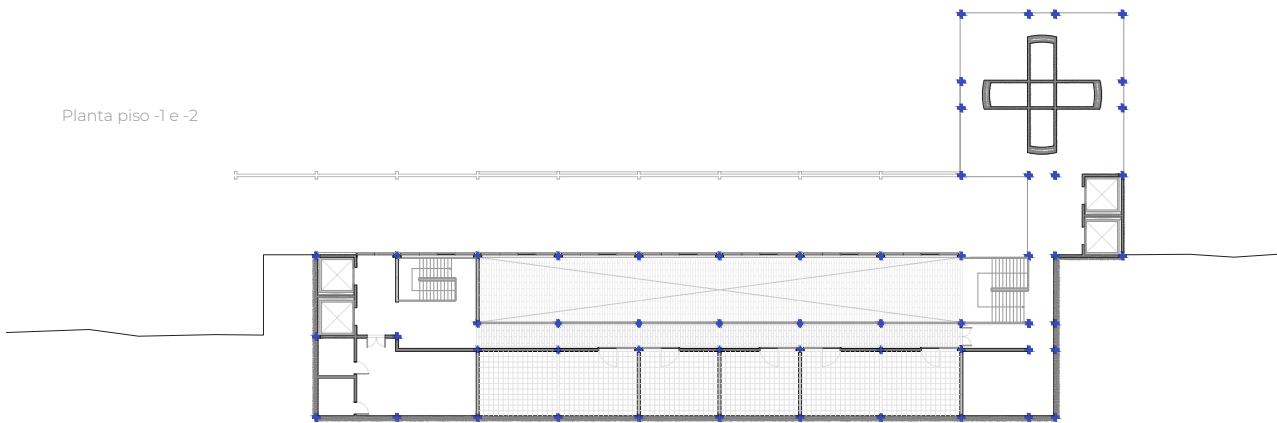
Planta piso -4



Planta piso -3

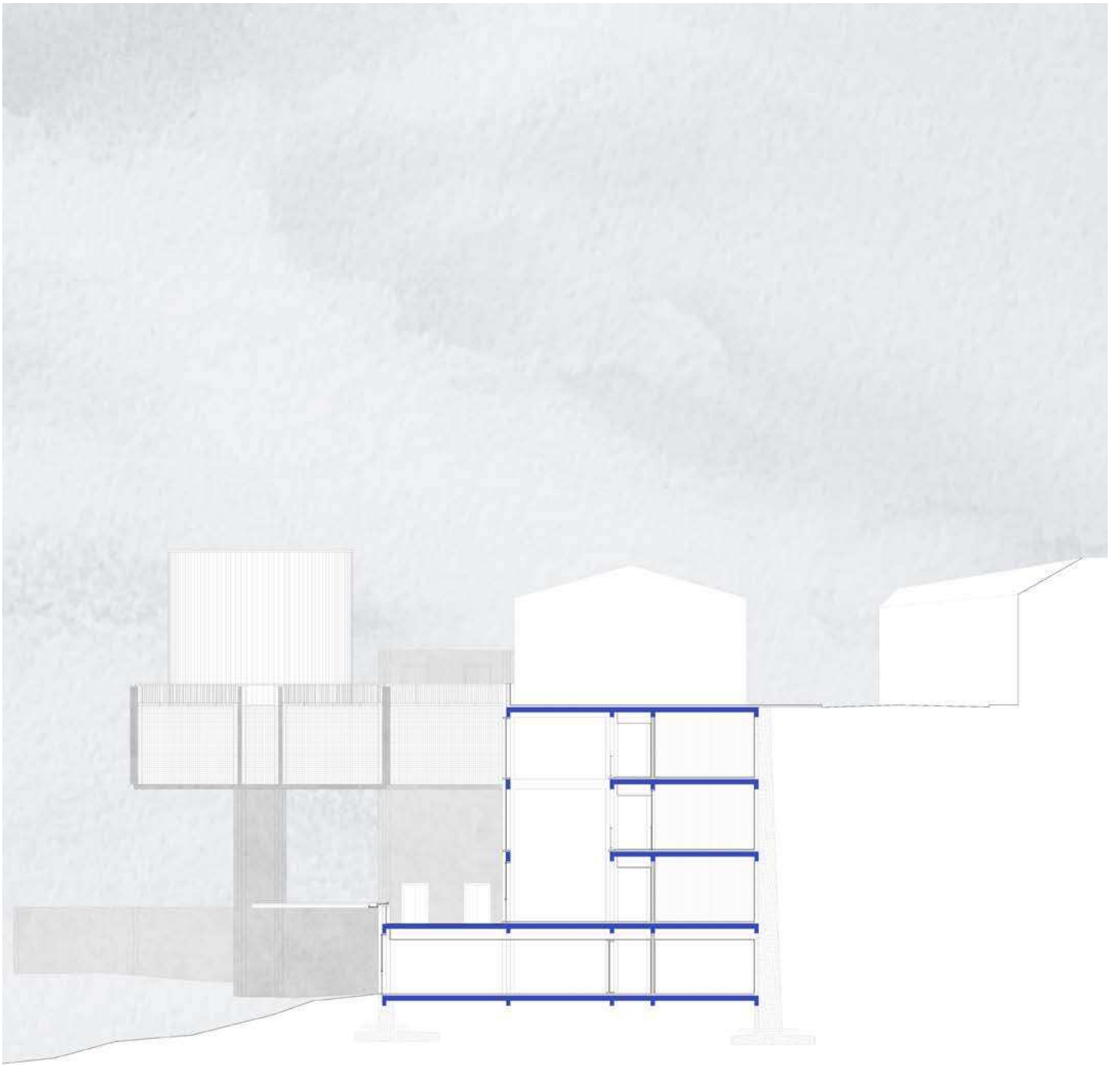


Planta piso -1 e -2

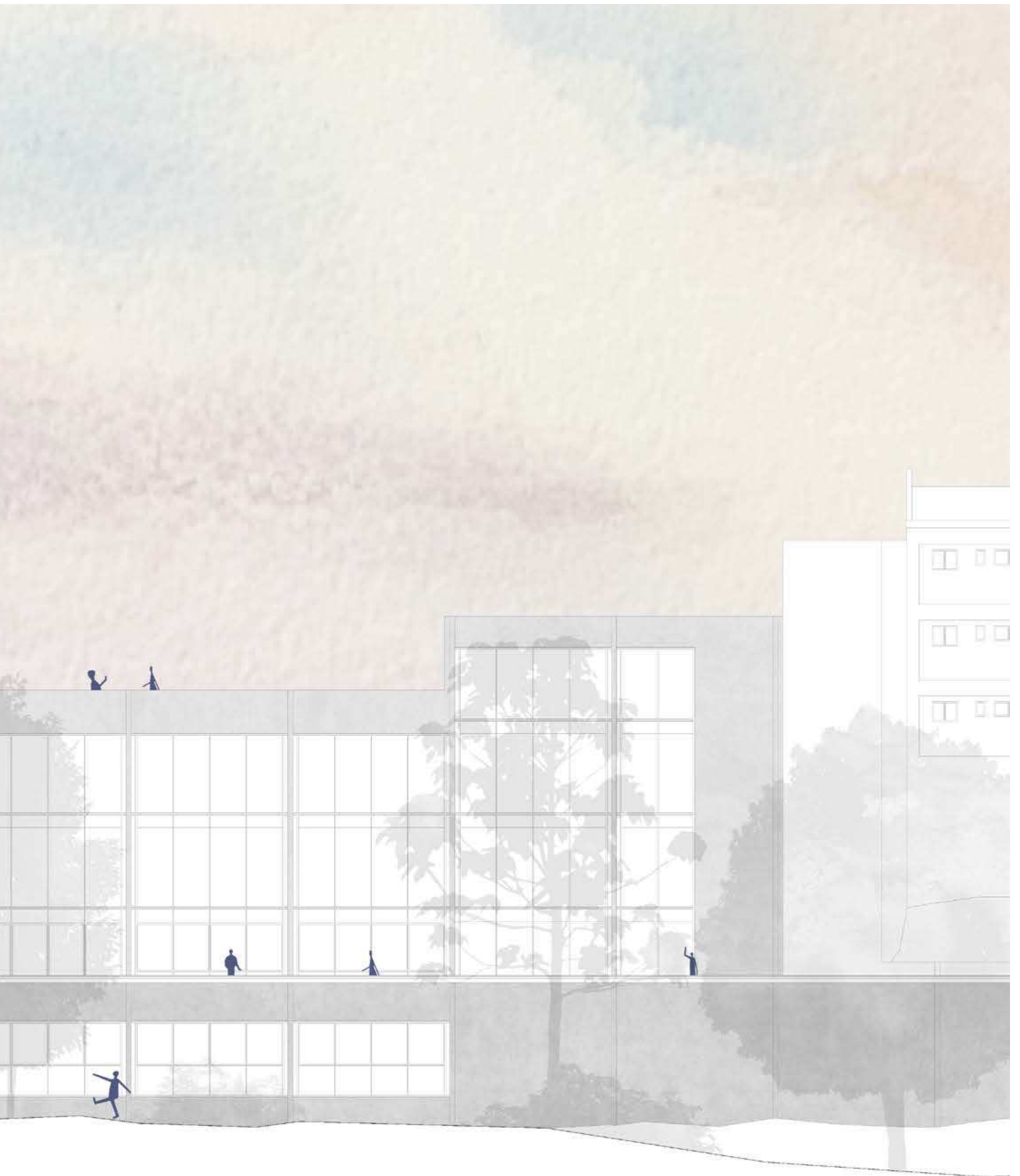


Planta piso 0









Torre

A Torre, construída em altura para marcar a cidade com a sua verticalidade, funcionando como porta para a cidade do amanhã, proporciona aos seus utilizadores um conjunto de serviços.

Começando pela cota da Rua Maria Pia, aproveitando o espaço vazio no cruzamento com a Rua Sampaio Bruno, encontra-se um piso de duplo pé direito, que tem como finalidade convidar os visitantes a descobrir a vista para a encosta norte do subvale, tornando permeável a sua relação espacial.

A Torre permite que os visitantes continuem o seu percurso na cota inferior, pelos caminhos criados, que dão acesso aos restantes fragmentos que fazem parte deste projeto.

É constituída por 17 pisos, no topo funciona um espaço de convívio exterior, composto por planos e pilares que controlam as vistas para cidade, seguindo-se de um espaço de convívio em anfiteatro simétrico, que se divide através de panos móveis.

Nos pisos abaixo encontra-se a biblioteca, com vários espaços com ambientes adequados a diferentes necessidades, desde espaços de trabalho, de leitura, infantis, etc.

Abaixo da biblioteca e imediatamente acima do piso de receção existe um auditório, com ambiente mais íntimo e informal.

O piso de receção pode receber exposições temporárias privilegiando os artistas locais, e dá acesso aos diversos serviços da Torre.

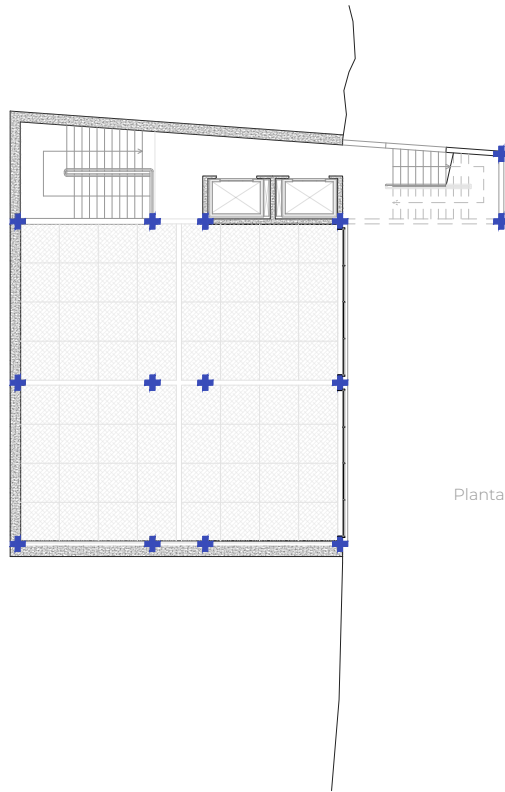
No piso inferior podemos encontrar casos de banho de apoio a quem visita a Torre e também a quem se encontra no espaço público exterior em transição para o percurso, vindos da Rua Maria Pia ou no sentido inverso.

Por baixo funcionam os serviços de apoio à administração dos espaços coletivos, e termina num grande auditório no piso inferior, que recebe eventos de maior dimensão e aproveita os muros de contenção para entrada de luz natural.

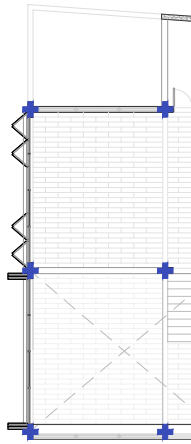
Estes espaços são cedidos à comunidade, podendo ser utilizados por entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, e rentabilizados economicamente através da aplicação de taxas para a utilização privada.



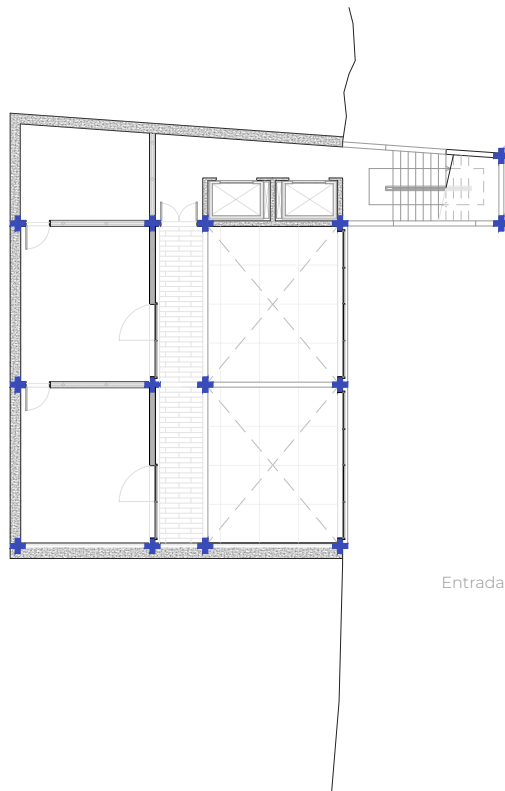
Planta piso -4
Entrada à cota do vale



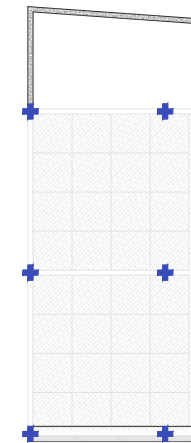
Planta meio piso da Biblioteca

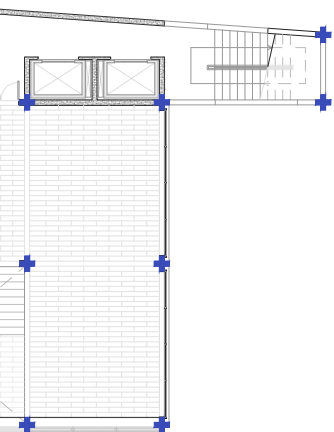


Planta piso -2
Administração

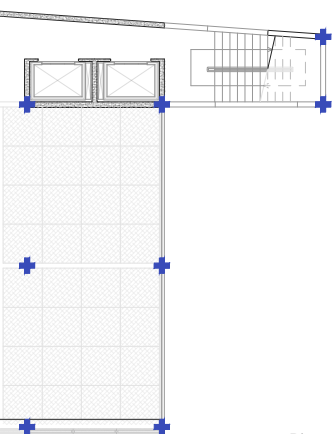
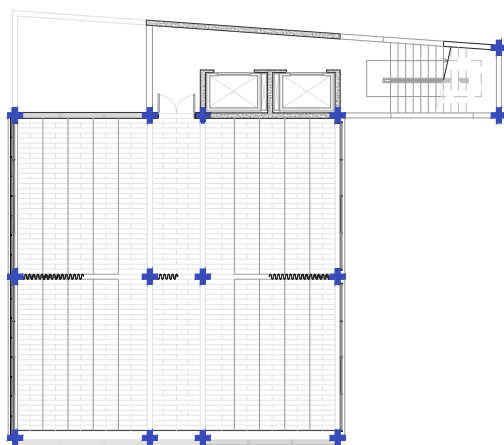


Planta piso 0
Entrada à cota da Rua Maria Pia

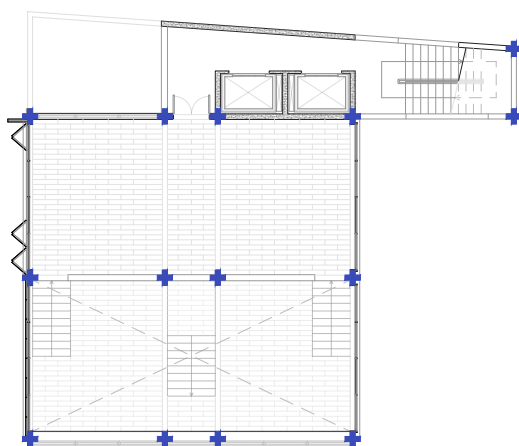


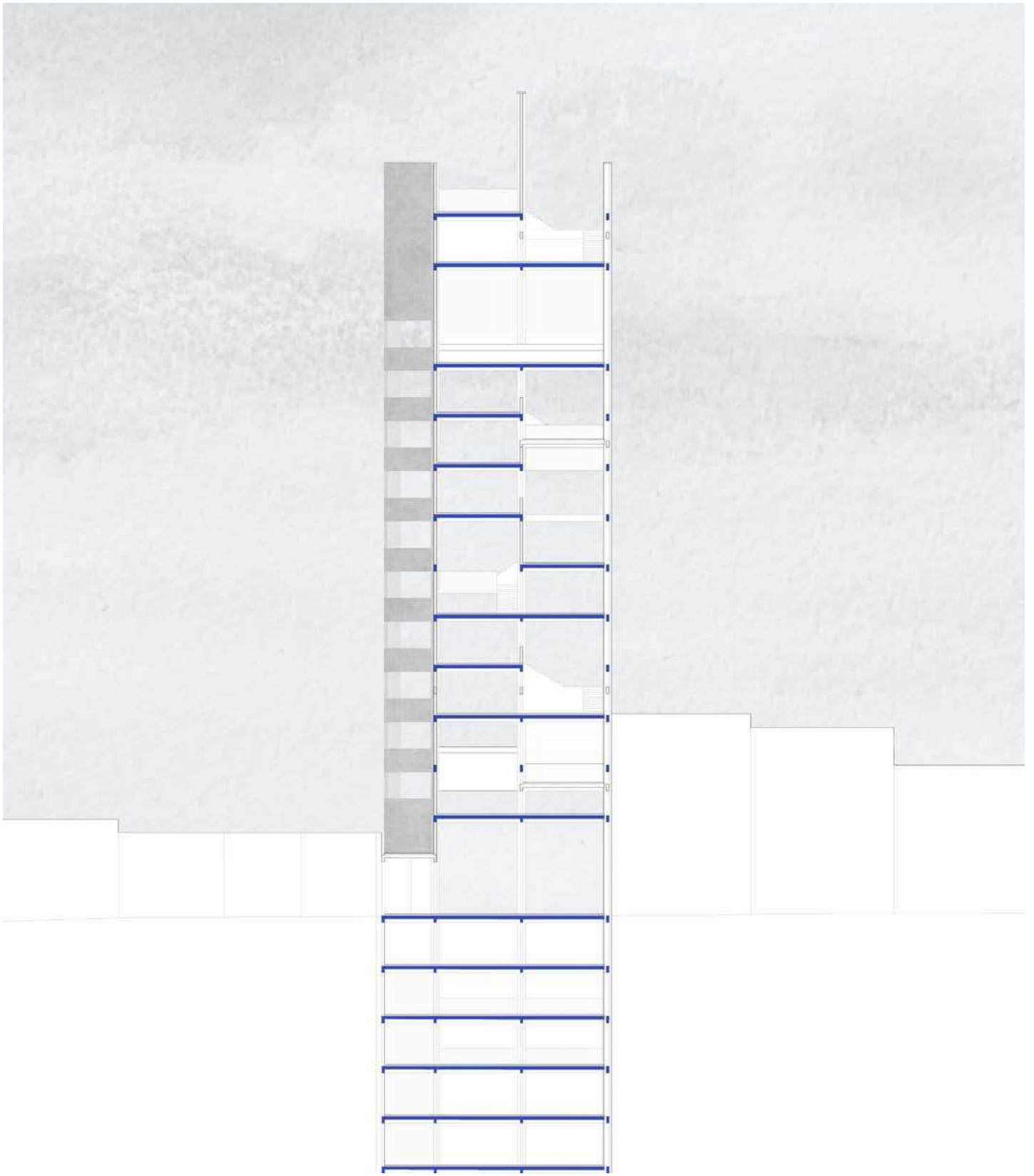


Planta piso 16
Espaço de convívio

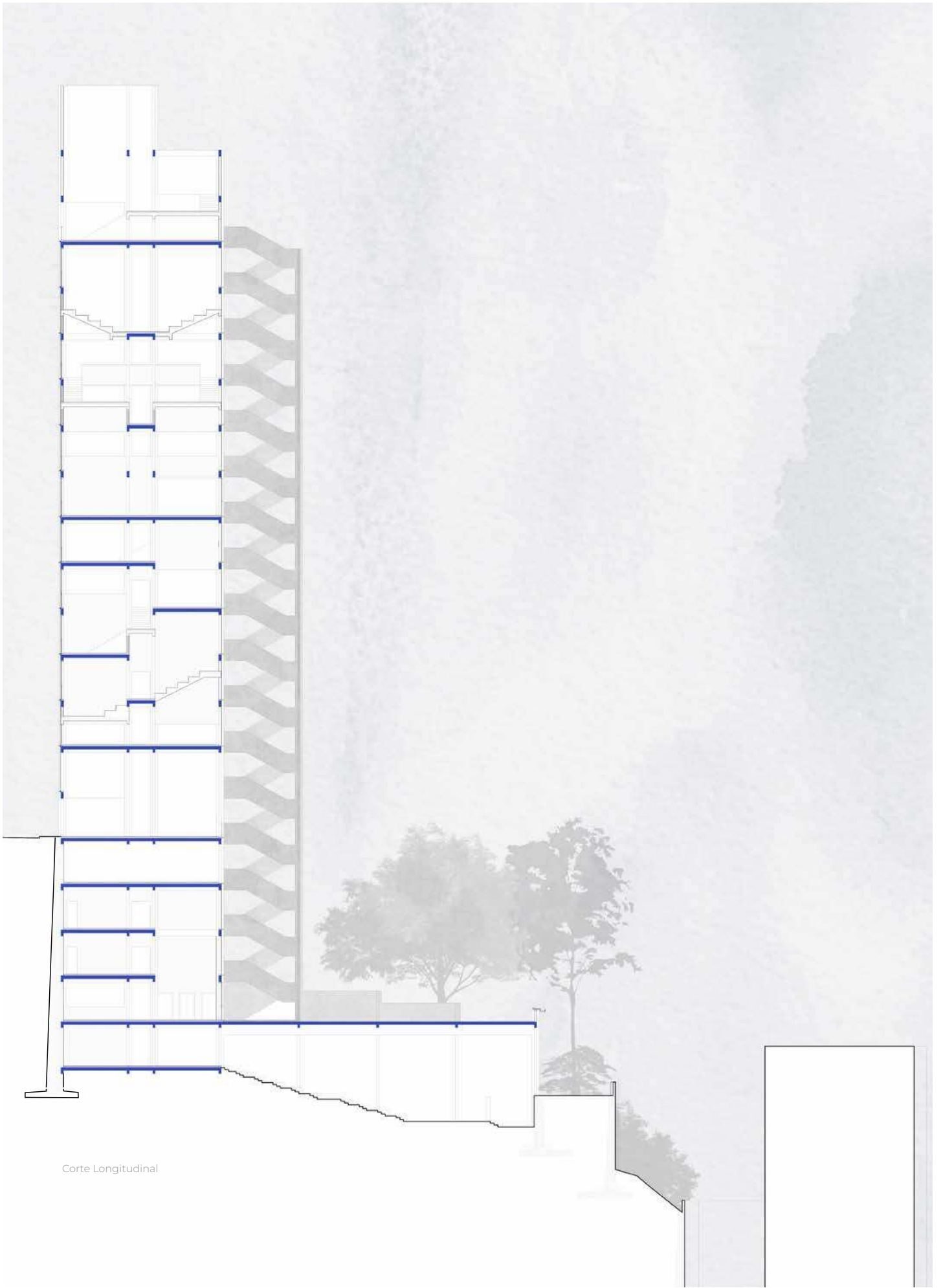


Planta meio piso da Biblioteca

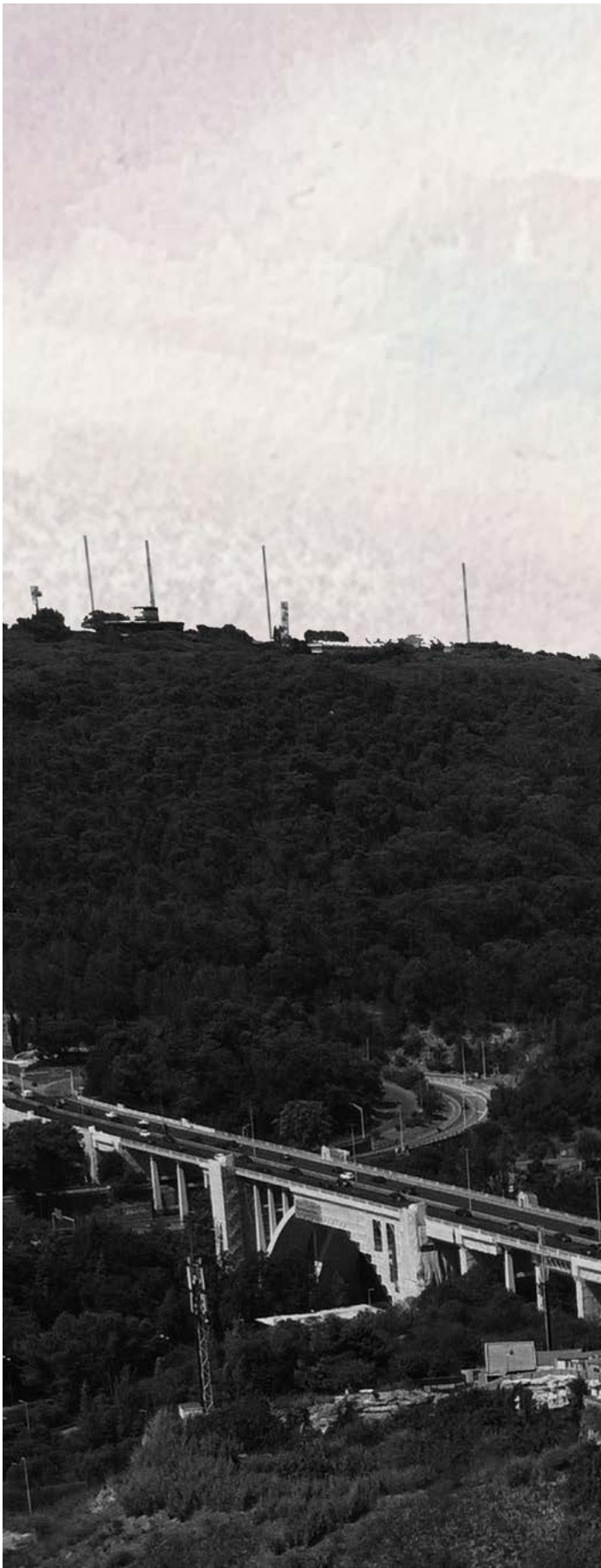


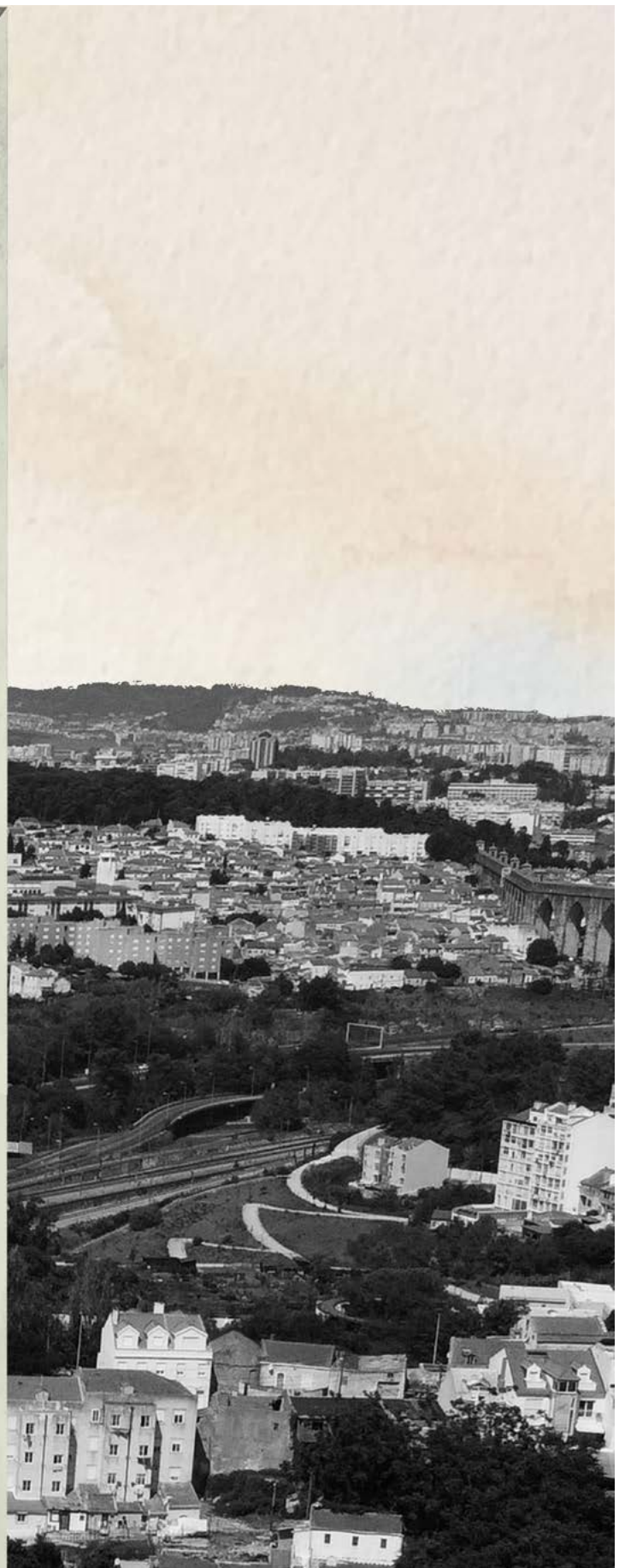


Corte Transversal



Corte Longitudinal







Alçado Frontal, Rua Maria Pia



Alçado Tardoz





Ponte

As pontes pedonais, em ambiente urbano, aproximam as zonas de circulação e reduzem os trajetos e tempos dos percursos.

Esta Ponte, que funciona como praça central no projeto, pretende unir o subvale de Alcântara, a encosta sul, onde se situa Campo de Ourique, à encosta norte, o Alto dos Sete Moinhos.

Aproveita a meia cota da encosta, e em conjunto com o percurso definido, conecta as intervenções formando um chão comum.

De forma a preencher uma lacuna na área urbana, requalifica-a, passando a ser mais do que uma estrutura de atravessamento, tornando-se num elemento de valorização do conjunto.

A ponte irá beneficiar a população que habita na encosta norte, e se desloca aos serviços propostos, consolidando toda esta zona.

Seguindo a regra dos módulos anteriormente explicada, a ponte é constituída longitudinalmente por 16 módulos que corresponde a 265 metros e transversalmente por um e meio, 19,8 metros.

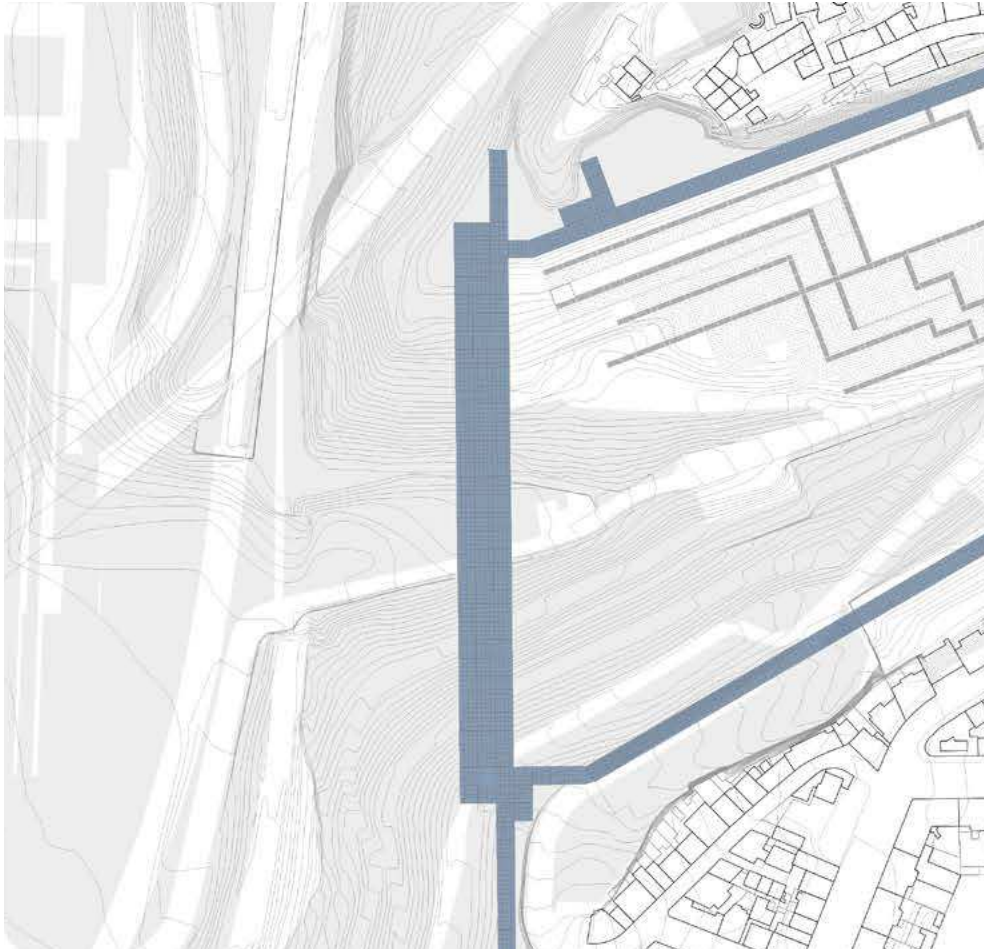
Aproveitando a vista privilegiada, do vale e subvale, Monsanto e rio Tejo, para além de um local de passagem, tem como objetivo ser um espaço urbano que não se limita a uma única função, com uma estrutura primária que já inclui, pela definição da métrica inicial, encaixes rigorosamente colocados de forma a montar e desmontar sub-estruturas que transformam a plataforma criada para que esta acolha diferentes usos (exposições, mercado levante).

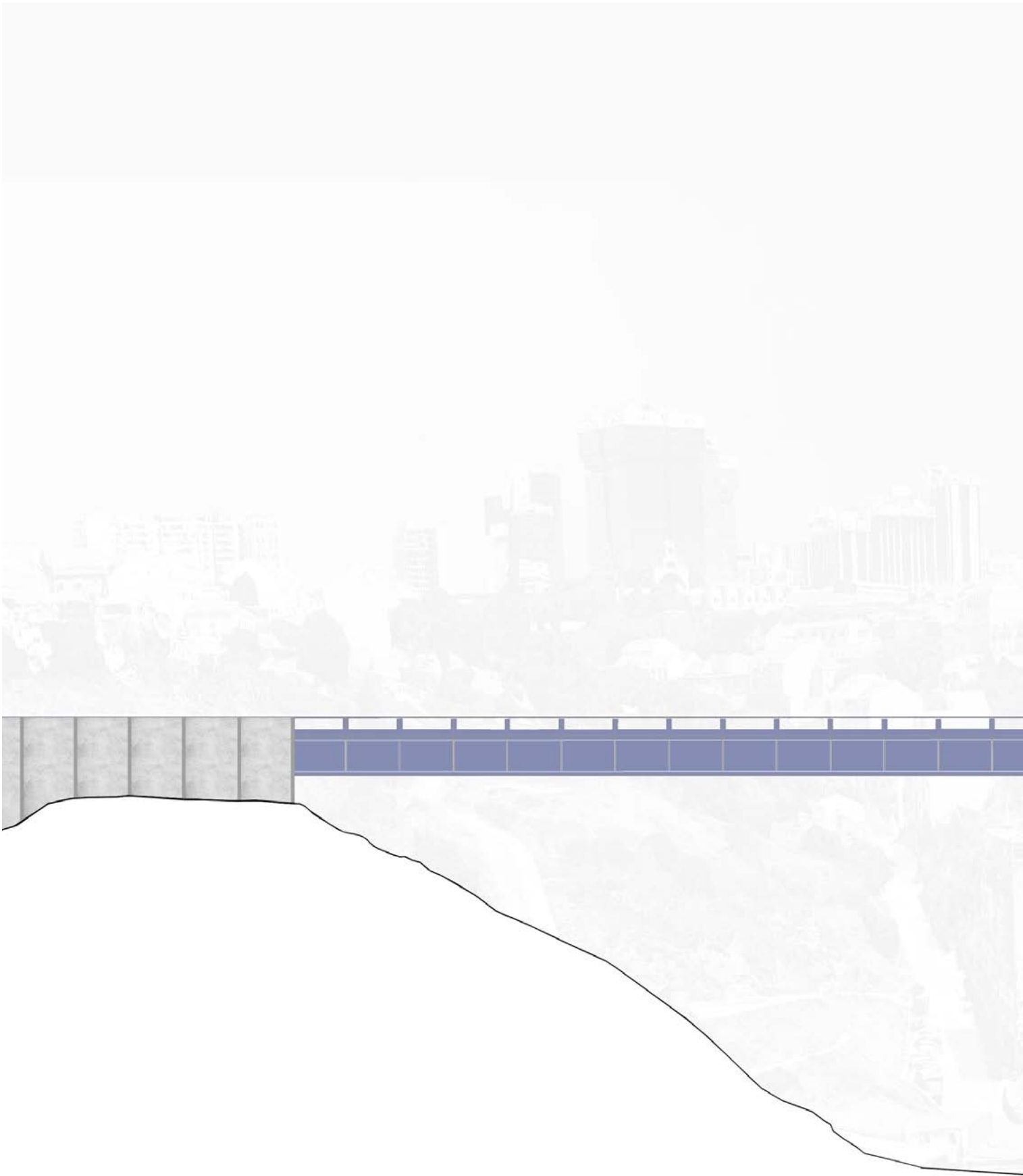
Estas sub estruturas dão uma enorme liberdade, quer em termos de proposta aqui apresentada, quer a quem no futuro a queira alterar, uma vez que através da regra inicial

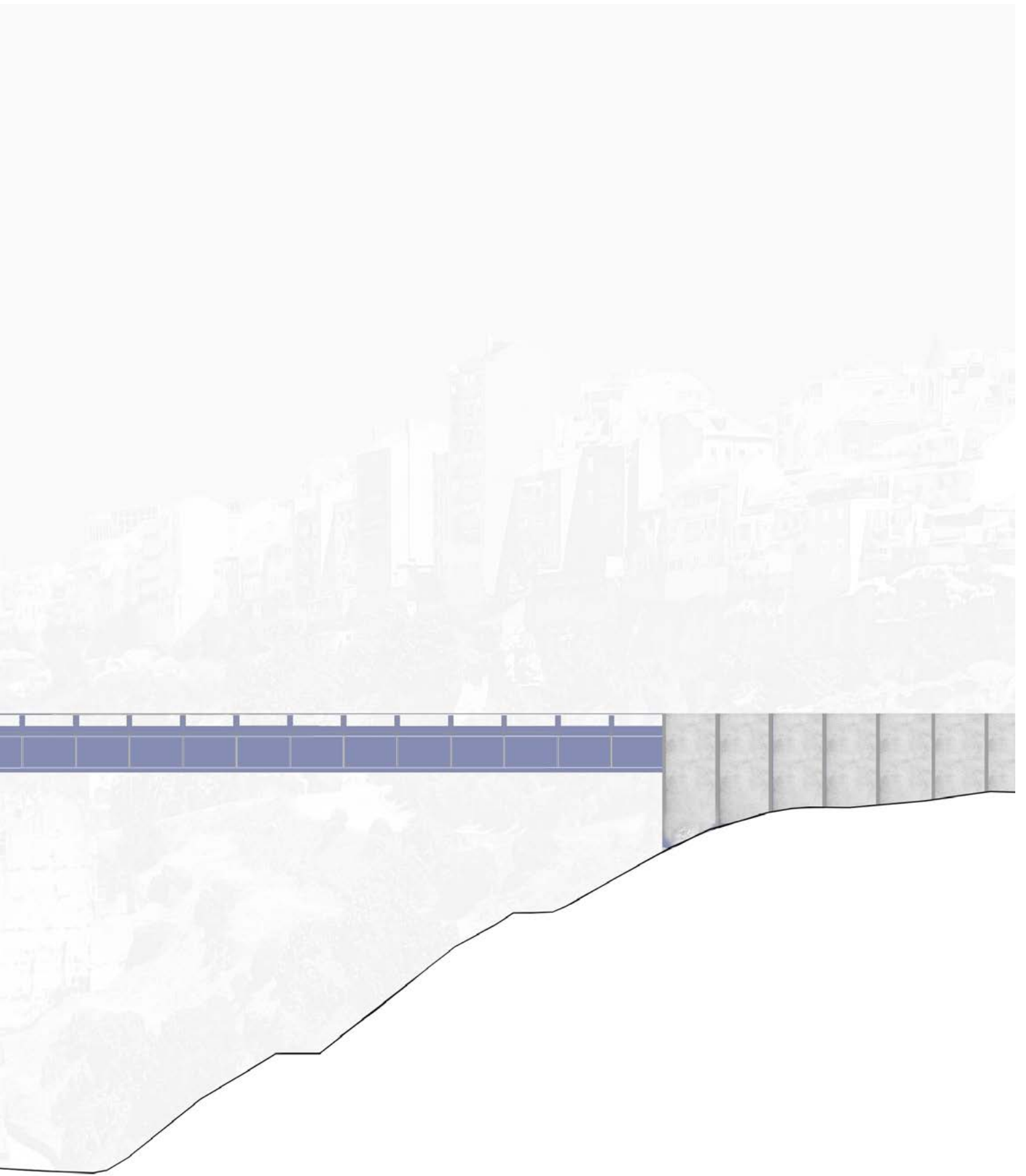
podem ser propostos diferentes sub-estruturas, oferecendo a esta praça infinitas possibilidades de espaços.

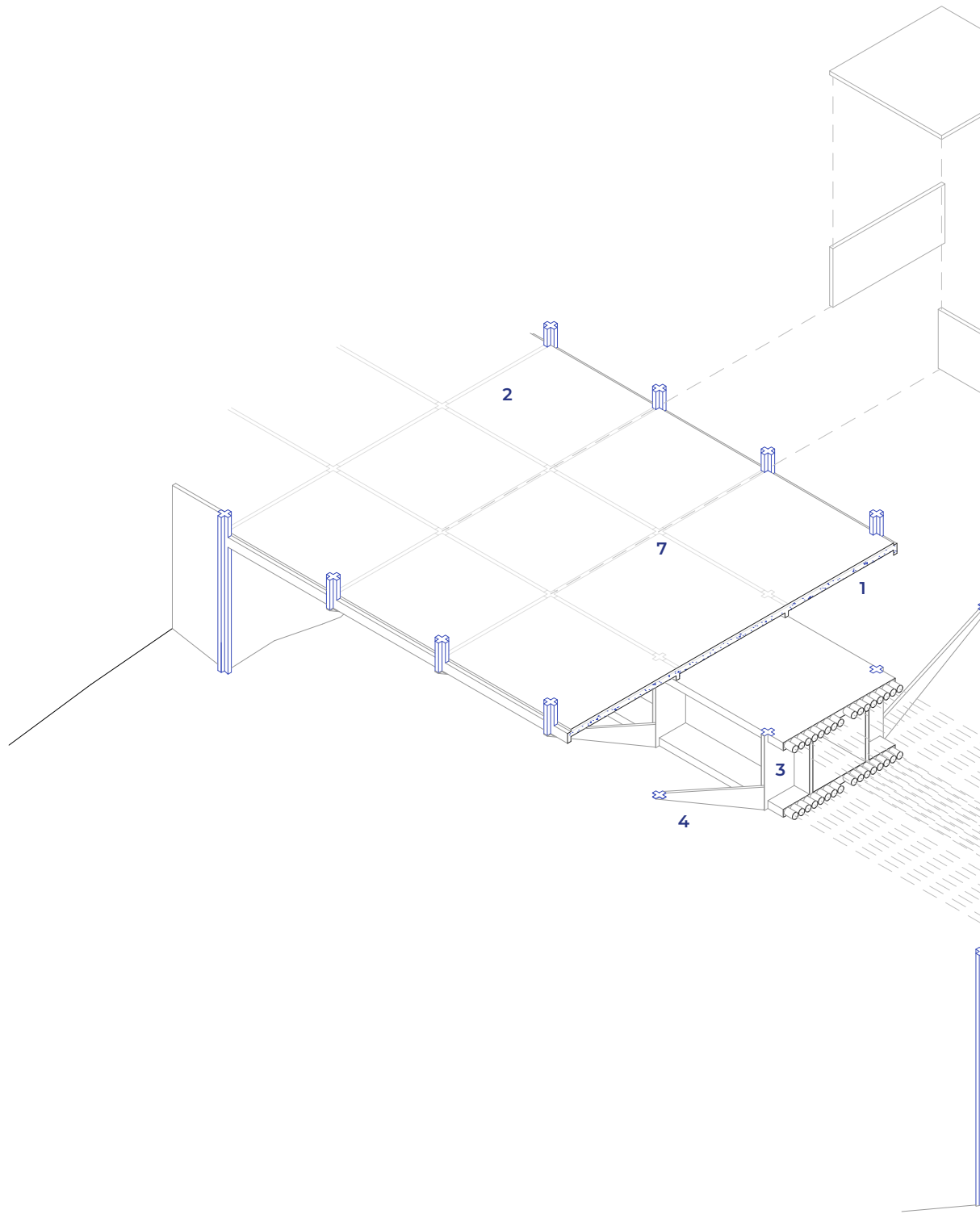
Com esta forma reversível de criar espaços que se adaptem a diversos usos temporários que vão de encontro às necessidades da população, como por exemplo, um mercado, feiras temáticas ou sazonais, espetáculos de rua, possibilitando a auto-expressão dos habitantes, que vão moldando a sua função, desencadeando a vivacidade da comunidade.

A intervenção é um gesto contínuo e ousado que molda a nova forma de habitar o espaço, estendendo-se para o restante percurso proposto, oferecendo à cidade várias funções e usos.



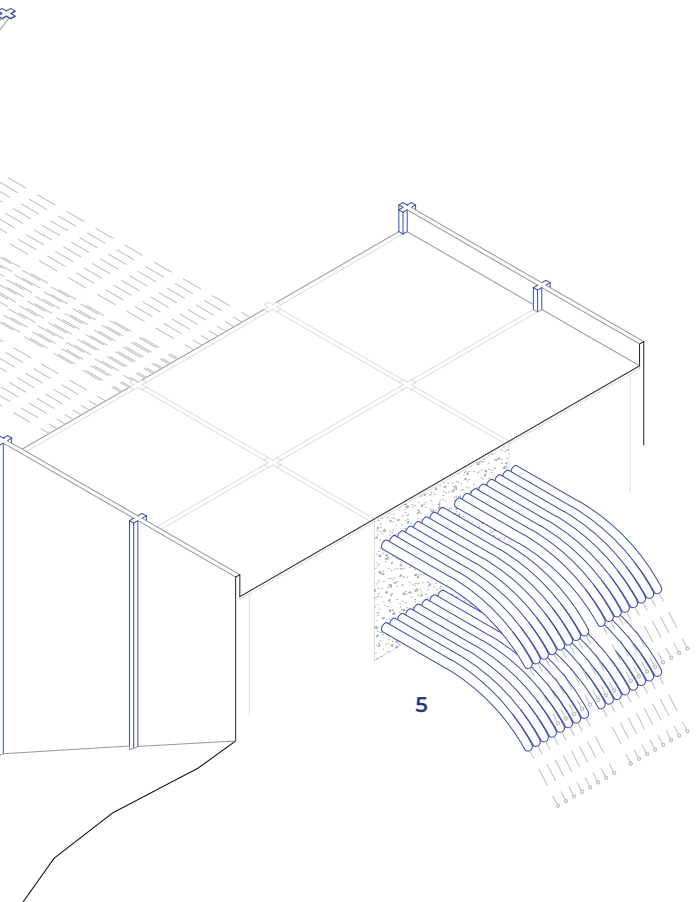
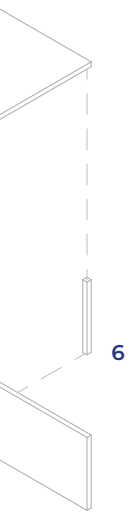


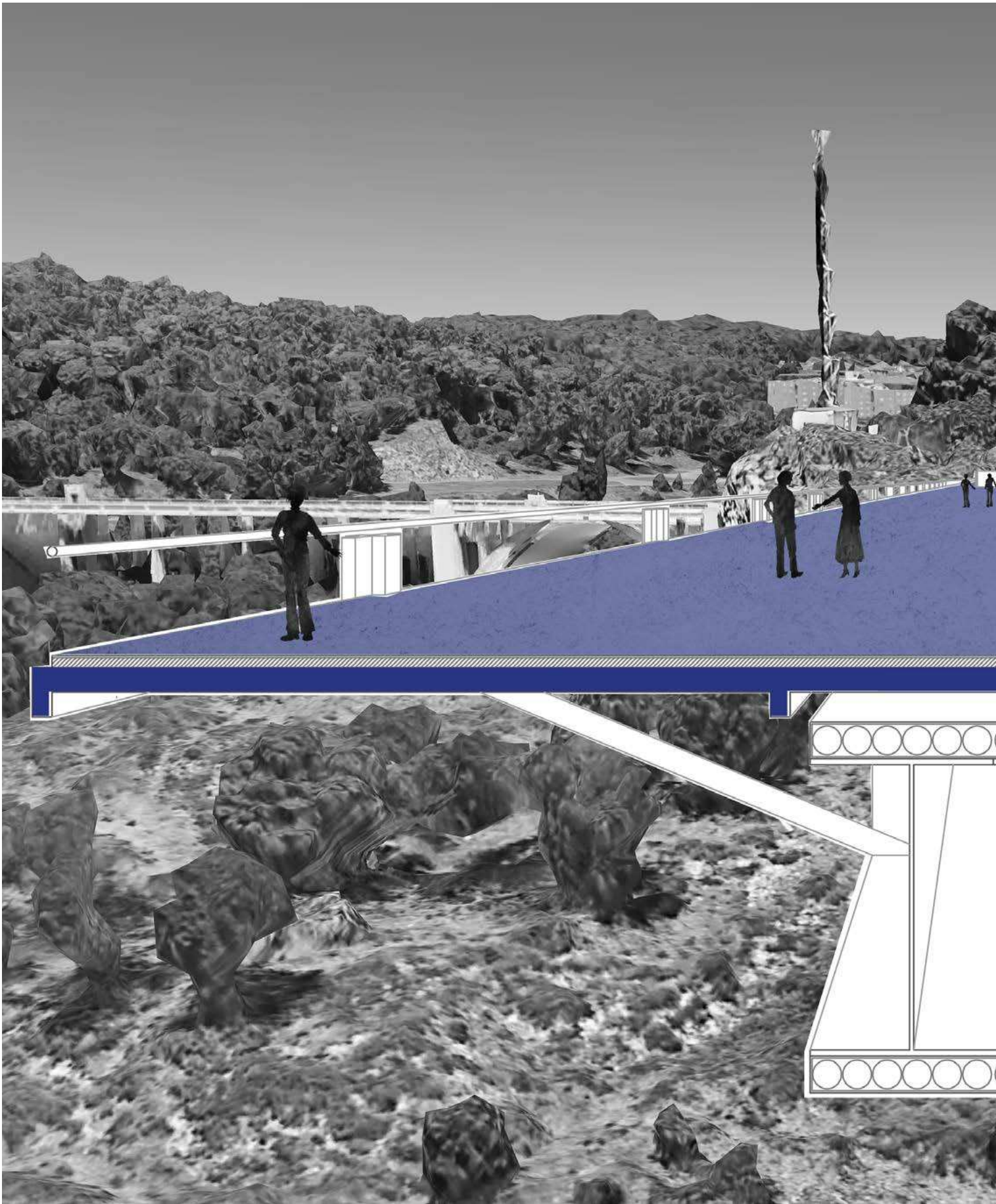


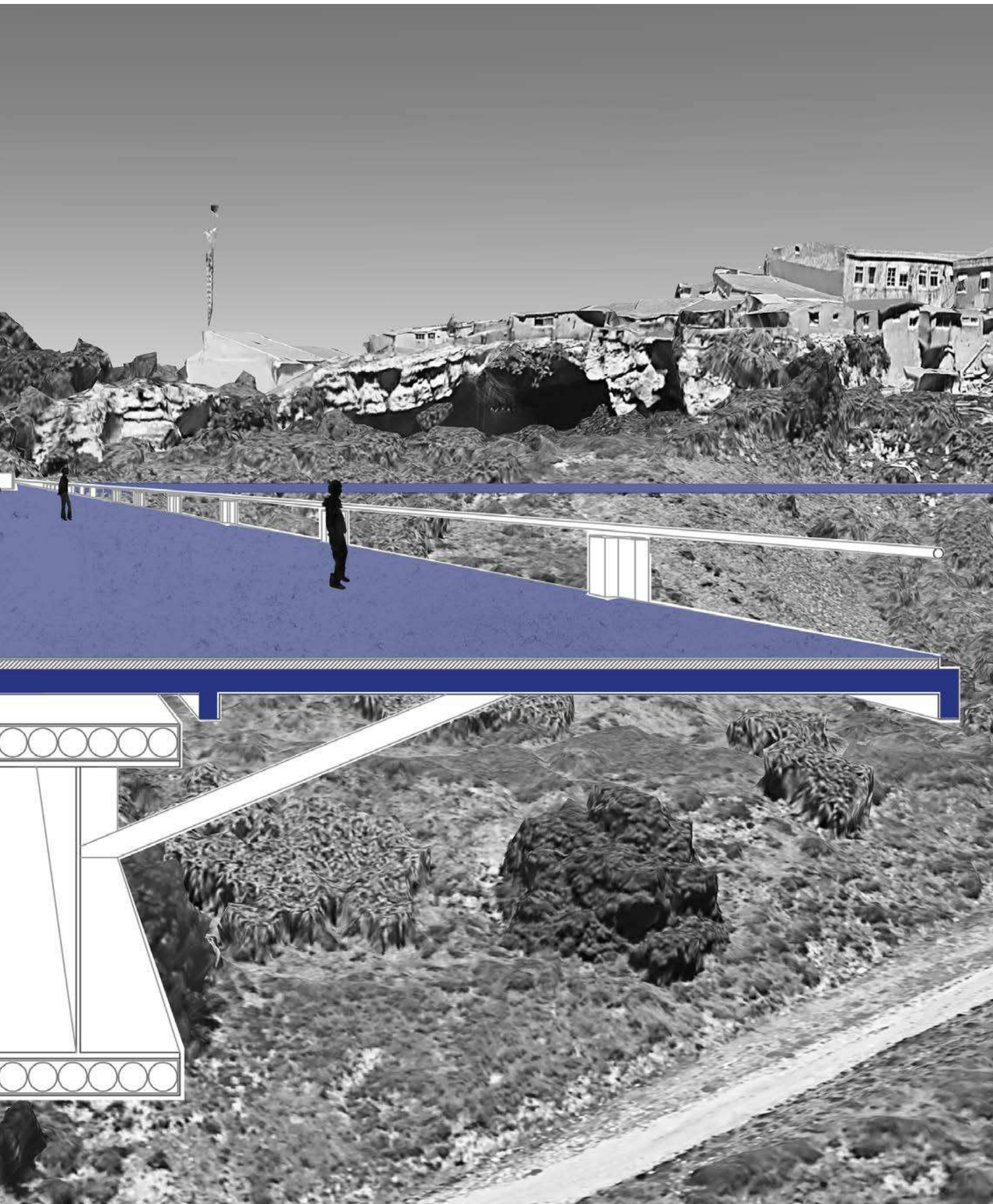


Detalhe construtivo

- 1 - laje de betão
- 2 - pavimento microcimento
- 3 - viga em caixa metálica
- 4 - peças metálicas de estabilização da ponte
- 5 - cabos de aço tensionados e pré-esforçados
- 6 - paredes, pilar e cobertura pré-fabricados
- 7 - encaixe das peças pré fabricadas que permitem a transformação de espaços da ponte







Remate

Foi escolhido, para a implantação do mercado, um vazio pré-existente no início Rua dos Sete Moinhos cuja dimensão se adaptava à implantação dos módulos necessários.

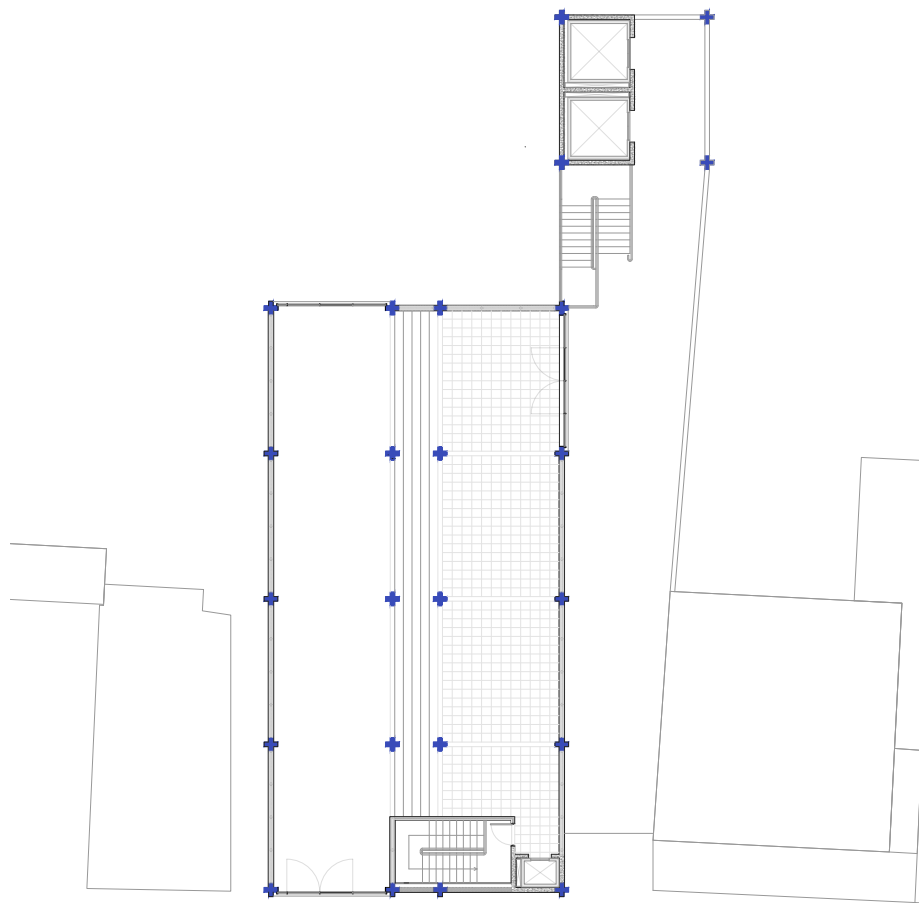
Este mercado tem como objetivo funcionar como um ponto de escoamento dos produtos das hortas, que serão complementados com a oferta de outros produtos de bens essenciais, como carne, peixe, cereais, etc. permitindo a esta população ter acesso direto e de uma forma mais económica a estes produtos.

Tendo em conta a inexistência de espaços coletivos na encosta norte do subvale, este programa acaba por contribuir para a colmatação desta falha, não sendo apenas um local físico onde compradores e vendedores transacionam os bens e serviços, mas sim promovendo o encontro entre os locais e dinamizando a comunidade, criando postos de trabalho.

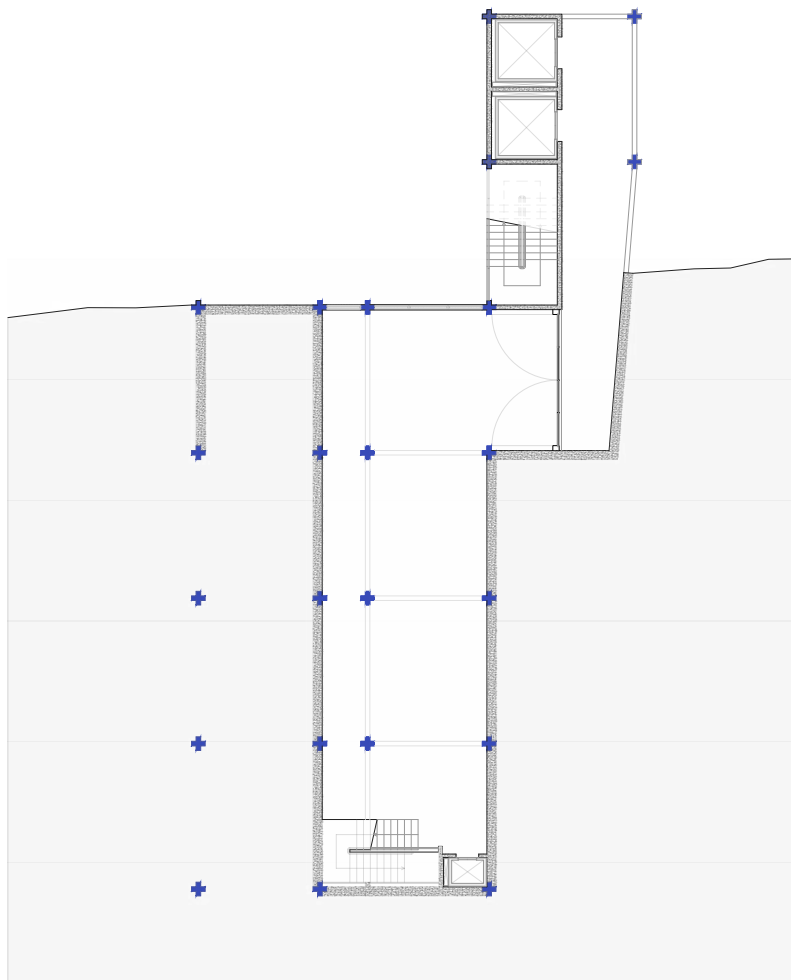
Será ainda aproveitado uma estrutura pré-existente, a meia cota da encosta, para servir de armazém para produtos agrícolas e as ferramentas necessárias, funcionando como uma espécie de cooperativa.

Os produtos armazenados serão facilmente transportados para o mercado através de um elevador de carga, onde podem permanecer no piso inferior e, mais tarde, comercializados no piso superior.

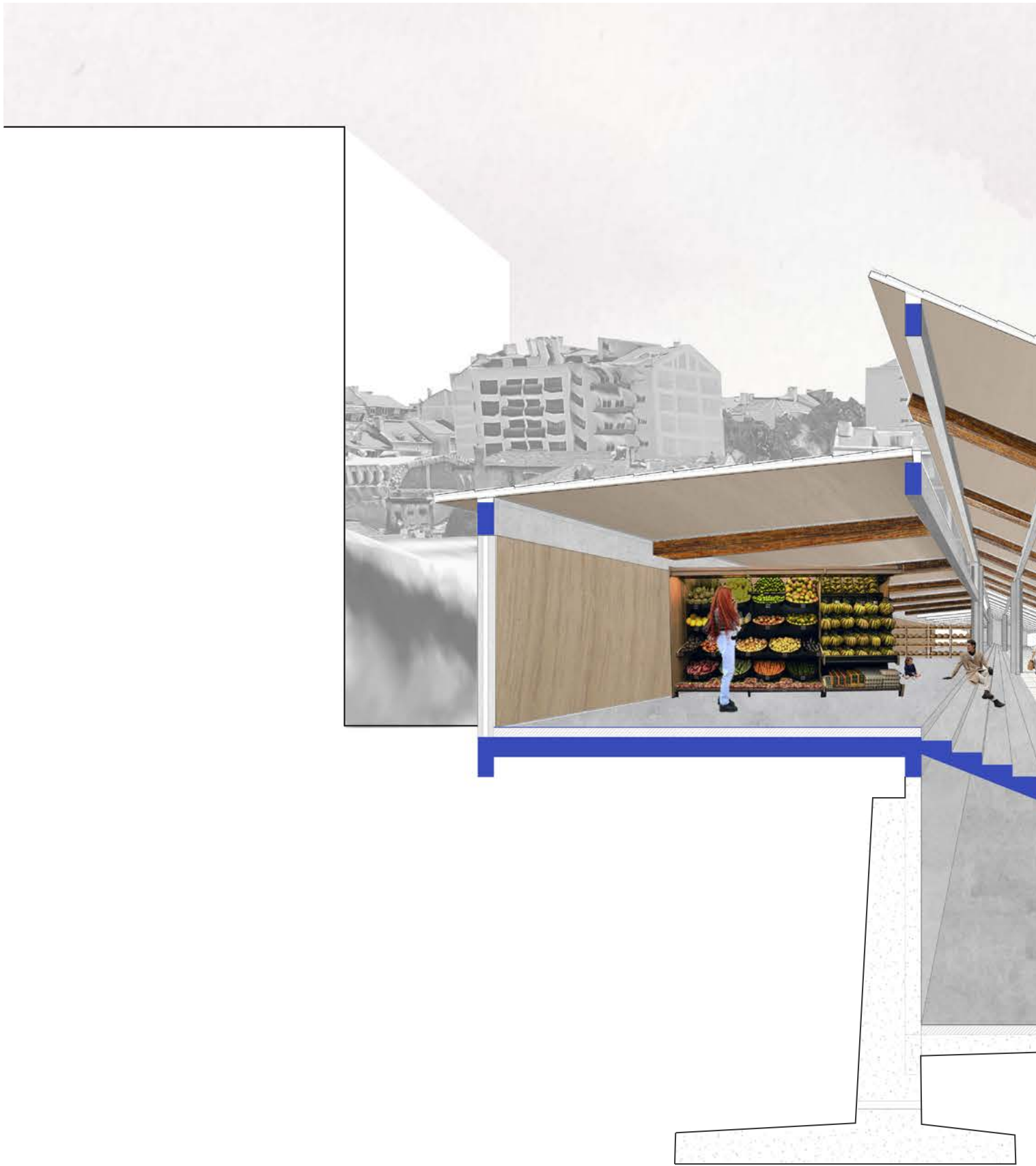


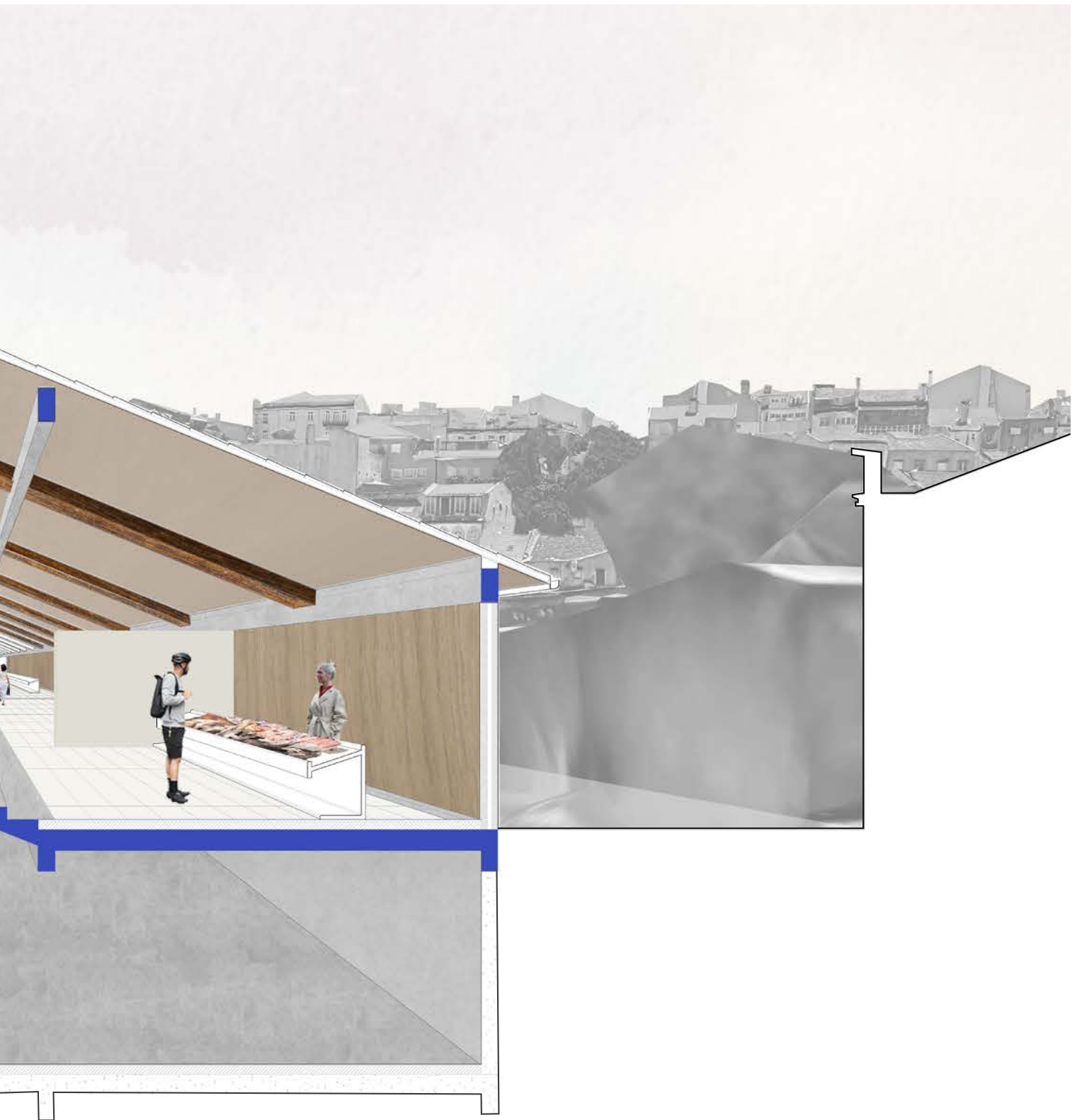


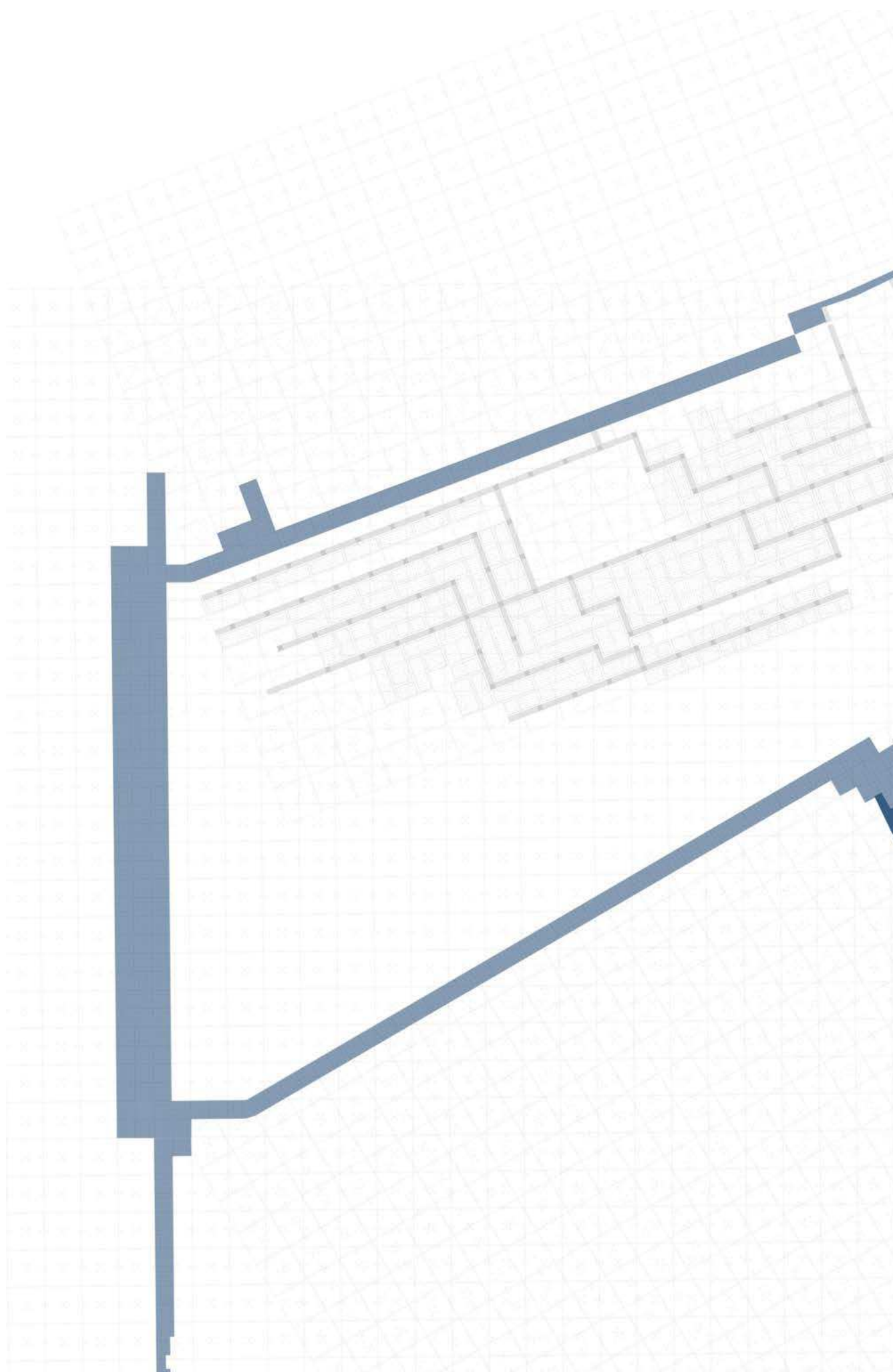
Planta piso térreo

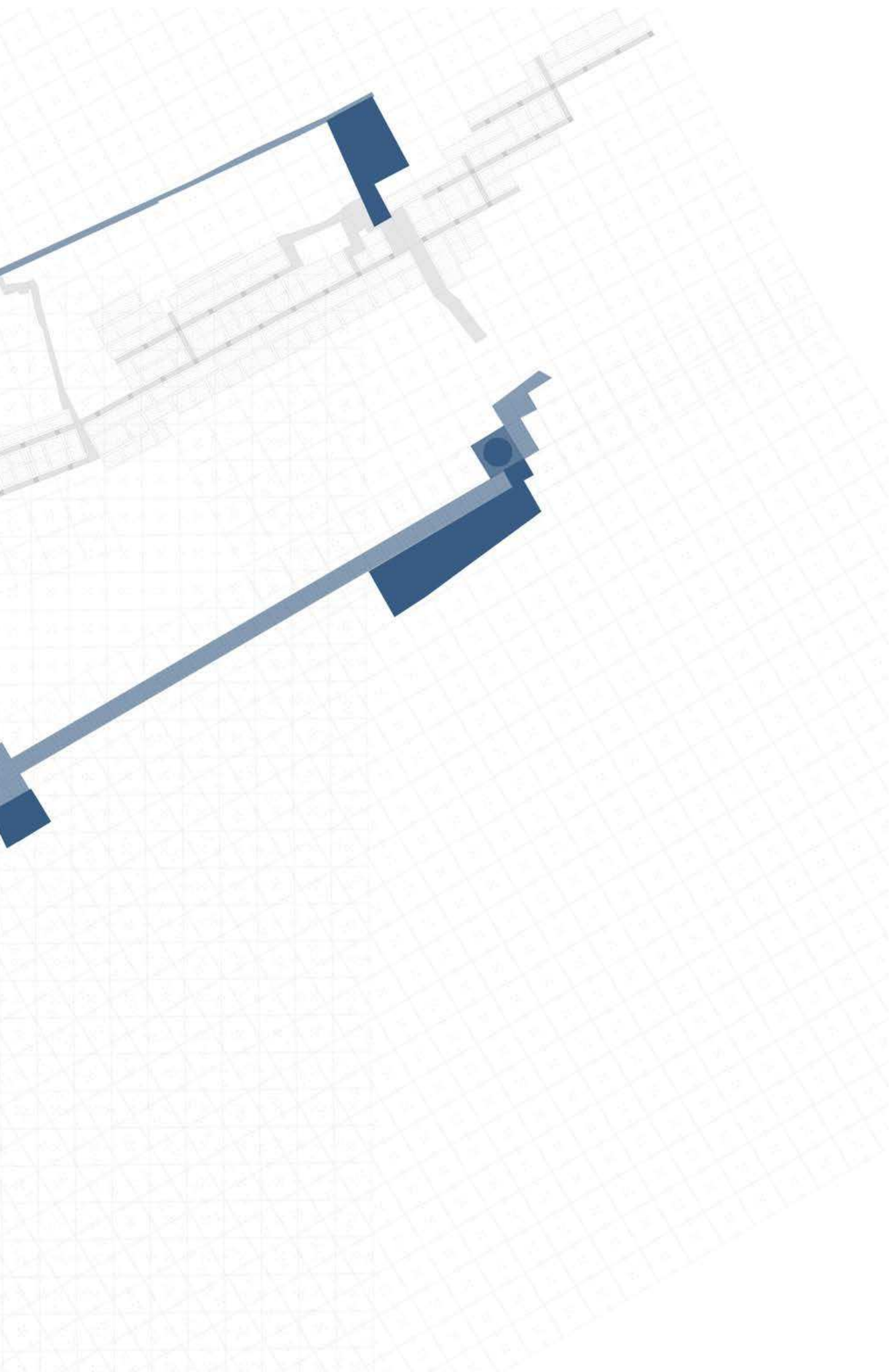


Planta piso -1









Bibliografia e Webgrafia

- Águas da Tejo Atlântico. (setembro 2019). Plano Estratégico de Reutilização de Lisboa. Tejo Atlântico, 6, 27.
- Baggio, V. (16 de julho 2020). Le Corbusier — Biografia e obras. live. <https://live.apto.vc/le-corbusier-biografia-e-obras/>
- Câmara Municipal de Lisboa. (2015) Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030. https://planodrenagem.lisboa.pt/fileadmin/pgdl/_ficheiros/PlanoGeraLDrenagem_2016_2030.pdf
- Câmara Municipal de Lisboa. (2011). Plano de Pormenor das Amoreiras. https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/urbanismo/planos_pormenor/amoreiras/pp_amoreiras_relatorio.pdf.
- Comissão de Fiscalização das Obras de Abastecimentos de Água à Cidade de Lisboa. (1940). As águas de Lisboa. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/AguasdeLisboa/AguasdeLisboa_master/AguasdeLisboa.pdf
- Corredores Verdes. (n.d). Lisboa para pessoas. <https://lisboaparapessoas.pt/guias/vida/corredores-verdes/>
- EPAL. Museu da Água. <https://www.epal.pt/EPAL/menu/museu-da-%C3%A1gua/exposi%C3%A7%C3%A3o-permanente-patrim%C3%B3nio-associado/aqueduto-das-%C3%A1guas-livres>
- EPAL. Sistema de Distribuição. <https://www.epal.pt/EPAL/menu/%C3%A1gua/sistema-de-abastecimento/sistema-de-distribui%C3%A7%C3%A3o>
- Farias, N. Um presente para a cidade. Galeria da Arquitetura. https://m.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/mmbb-arquitetos_paulo-mendes-da-rocha_/sesc-24-de-maio/4578
- Machado, I. (2014). Habitação económica plurifamiliar: mudança de paradigma: novos modelos, flexíveis e transitórios. Universidade do Minho.
- Manso, P. (2021). Vivenciar o Vale de Alcântara - a água, a natureza e a habitação coletiva. Fa Ulisboa.
- Marques, B. (2009). O vale de Alcântara como caso de estudo - Evolução da morfologia urbana. IST.
- Mckay, G. (março 2020). The Active Band. misfits' architecture. <https://misfitsarchitecture.com/2020/03/08/the-active-band/>
- Otondo, C. (2013). Relações entre pensar e fazer na obra de Paulo Mendes da Rocha. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- Picon, A. (2005). Constructing Landscape by Engineering Water. Harvard University.
- Pinto, C., Vicente, J., Espírito Santo, G. & Moitinho de Almeida, L. (2010). Geomonumentos de Lisboa - Inventariação, divulgação e estratégias de conservação, Revista Electrónica de Ciências da Terra, Volume 18 (26). <http://e-terra.geopor.pt>
- Pinto, M. (2005). Gestão urbanística - Levantamento cartográfico de locais de pedreiras no concelho de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa - Pelouro de Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana, Planeamento Urbano e Planeamento Estratégico ISBN 972-8877-00-5
- Seraji, N. (2007). La "bande active", une utopie de Lion et Leclercq au siècle de la lumière. European Chronicle, 1900-2007, Paris, Picard/L'Arsenal, 2007, ouvr. bil. fr.-angl., p. 316-321.
- Soares, L. (2010). Descendo a Encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro. ISCTE.

Telles, G. (2020) RTP Ensina. A Vossa Terra, a paisagem segundo Gonçalo Ribeiro Telles. <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-vossa-terra-a-paisagem-segundo-goncalo-ribeiro-telles/>

Vilela, R. (2020). Habitação em Encosta, Requalificação do Alto dos Sete Moinhos em Lisboa. Fa Ulisboa.